



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS PORTO MARCHESINI TORRES

**“A questão financeira é uma questão política”.**  
**Militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980).**

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

Salvador, 2013

LUCAS PORTO MARCHESINI TORRES

**“A questão financeira é uma questão política”.**  
**Militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

Salvador, 2013

---

T693 Torres, Lucas Porto Marchesini,  
“A questão financeira é uma questão política”: militantes do PCBR em  
ações armadas na Bahia (década de 1980) / Lucas Porto Marchesini Torres. –  
Salvador, 2013.  
178f. : il.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Antonio Luigi Negro  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

1. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. 2. Crime político. 3. Assaltos a  
bancos - Bahia.  
4. Comunismo – Brasil – História. 5. Conflitos políticos - Brasil. I. Negro, Antonio  
Luigi. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

LUCAS PORTO MARCHESINI TORRES

**“A questão financeira é uma questão política”.**  
**Militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (orientador)  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Alexandre Fortes  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Para minha *vó* Clarice e meu *tio* Tunito (*in corde*)

## AGRADECIMENTOS

Agora a parte mais agradável e não menos delicada a escrever; agradável porque é a última, delicada porque precisa ser justa.

O trabalho que aqui se encerra tem, sem dúvidas, algumas qualidades. Não fosse assim, tenho certeza, meu orientador não permitiria sua submissão a uma banca criteriosa. As principais qualidades que ele possui – a modéstia e o orgulho não me impedem de anunciar – têm um fundamento: tive durante toda a trajetória no mestrado, iniciada ainda na graduação, um excelente orientador, Gino (Antonio Luigi Negro). Agradeço por sua leitura tão zelosa. Agradeço por sua atenção, que nunca se esgotou ou rarefez. Agradeço por sua paciência e também pela forma gentil com que anunciava sua perda iminente – para a qual eu, às vezes, insistia em contribuir. Agradeço principalmente por sua forma hábil de estimular a aprendizagem, que, de maneira espontânea, sob sua regência acontece pelo exemplo. Aquilo que este trabalho apresenta de ruim, nunca é demais garantir, foge à sua responsabilidade. É de minha lavra.

Desde o Exame de Qualificação, um divisor de águas para o mestrando, feito quando as forças já começam a minguar e os resultados do trabalho já deviam estar visíveis, contei com importantes contribuições. O professor Iraneidson Santos Costa sugeriu acréscimos importantes sobre minha compreensão dos anos 1980. Iran contribui com a pesquisa desde antes, me apresentando a outras relações e personagens políticos da América Latina. O professor Alexandre Fortes apontou para detalhes que ainda não tinham assumido a importância devida durante a pesquisa e corrigiu imprecisões do texto. Atento à delicadeza do tema, compreendeu as dificuldades que ele me impunha. Ambos se dedicaram bastante aos textos submetidos à sua leitura e por isso lhes agradeço imensamente.

Agradeço à minha mãe, Silvia Porto, que na virada da adolescência para a vida adulta, corajosa, viveu como militante uma realidade que eu demorei a descobrir. E, se a conheço, foi sob outros caminhos, sem o mesmo tempero. À Mira e a Têco, que tiveram paciência para lidar com um sujeito cada vez mais ranzinza e sensível aos barulhos da casa, não só agradeço, mas também me desculpo. Sei que resultado de alguns anos mal-humorados de trabalho contempla a nossa relação familiar e reafirma todos nós juntos.

Sem a presteza e a boa vontade do professor e advogado Fernando Santana este trabalho sequer começaria. Foi ele quem pessoalmente se prontificou a me garantir acesso ao processo produzido pelo assalto, empenhando seu nome para que eu pudesse retirá-lo do Fórum de Salvador, onde cercava-se de pessoas arredias a quem não traja habitualmente terno e gravata. Professor Fernando também concedeu com paciência de mestre uma entrevista em que o interesse histórico se somava à ignorância jurídica: respondeu a perguntas que pretendiam destrinchar os caminhos que as filigranas do processo me impediam de compreender em suas mais de três mil páginas.

As entrevistas realizadas ao longo da pesquisa foram uma importante etapa de sua maturação. Com elas obtive mais do que informações. Renato Affonso teve a paciência que só os bons professores têm. Por diversas vezes atendeu seu ex-aluno que, aos poucos, evoluiu as perguntas da mera curiosidade à necessidade de compreender e formular problemas. Edival Passos não deixou de providenciar um espaço na sua agenda bastante cheia para me receber, assim como Jorge Ferreira. Marcos Reale me recebeu com disposição e confiança. Benjamim Ferreira também demonstrou sua fidedignidade e fez revelações importantes para esta pesquisa. Teresa e Sérgio Notari me disponibilizaram muito de seu tempo em São Paulo, além de ceder documentos pessoais que assumiram um valor altíssimo para este trabalho. Com Zé Wellington a aprendizagem foi múltipla. Sertanejo dos bons, me recebeu na sua casa em Mossoró (RN) por uma semana inteira. Cheguei querendo conhecer um “perigoso terrorista” e voltei achando que conheci um cordelista e engraçado contador de histórias. Pessoalmente pude atestar sua característica mais lembrada por todos que o conheceram: seu carisma agradável. Trouxe na bagagem muito mais do que algumas horas de gravação.

Durante este trabalho adquiri uma dívida impagável com Sandra Barbosa da Silva. Ela me cedeu com total gentileza e presteza gravações de uma última entrevista feita com Prestes de Paula, em 2004. A gravação estava em fitas K-7 e, juntos, vivemos uma epopeia para digitalizá-las. O esforço foi recompensado com o acesso ao seu conteúdo.

A UFBA é casa fértil para agradecimentos. A Dilton Araújo, por quem nutro um carinho filial, correspondido com atenção, agradeço pela primeira oportunidade e estímulo ao trabalho de pesquisa. A Antonio Guerreiro de Freitas, pela oportunidade de descobrir um tema, que depois de altos e baixos, me garantiu o projeto de mestrado. Na Escola de Teatro, agradeço a Cláudio Cajaíba e Daniel Marques pela concessão de uma licença para Missão de Estudo na

UNICAMP. Especialmente e com todo carinho agradeço a Antonia Pereira Bezerra. Trabalhando com ela, tive total apoio para desenvolver meus estudos e, o mais importante, dividimos ambiente leve e divertido. Luís Alberto Gonçalves exerceu importante papel no decorrer da pesquisa: não fosse por ele, os *tiltes* do meu computador teriam sido incontornáveis e as informações perdidas, irrecuperáveis.

Cândido e Taise foram *parceiraços* nesse estradar, desde 2004 amigos da História e pela vida afora. Sempre cederam seus ombros amigos, mas nem sempre macios: conversaram, estimularam, mas também cobraram bastante – e rimos mais do que tudo. Maia e Cissa emprestaram por diversas vezes muito mais que sua paciência e companhia em tarefas que só atendiam quase exclusivamente à minha vontade. Gaminha atendeu a diversos telefonemas em horas inoportunas para explicar termos do *advogúês* (nem sempre conseguindo fugir dele) e *questiúnculas* do Direito (que eu nem sempre compreendia), mesmo assim ajudou.

Durante a passagem pela UNICAMP desfrutei de excelente receptividade e atenção de Fernando Teixeira da Silva. Sempre incentivador, Fernando me ensinou e me fez perceber coisas que antes eu acreditava que *só a bailarina que não tinha*. Gláucia Fraccaro, muito entusiasmada e solícita, abriu portas e apontou caminhos na Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda (FPA/CSBH). Anderson, menos alagoano que eu, e Edilson, muito mais baiano que eu, foram bons companheiros em Barão Geraldo. Marcelo, vizinho de pouquíssimos metros, também me ensinou um *bucado*, seguramente tanto que nem sabe. Agradeço também a Carla Fiori, por nos abrir as portas de sua casa, pelas lições de culinária já esquecidas e, principalmente, pela sua capacidade de formular um herbolário concentradíssimo de avenas, mulungus, valerianas e passifloras responsável por me devolver o sono.

No Arquivo Edgard Leurenroth (AEL) da UNICAMP lucrei com sua excelente estrutura e acervo, bem com de ótimo tratamento e atenção de seus funcionários e estagiários. A passagem pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), depois de muito torcer pela sua reabertura em tempo hábil à minha pesquisa, fez valer a espera e foi igualmente proveitosa. Carlos Menegozzo e Aline Maciel me recepcionaram com diligência na FPA/CSBH. Em um momento em que reformas e pinturas deviam fechar suas portas, ambos me atenderam e fizeram indicações de livros e fontes. Carlos leu um primeiro resultado da pesquisa e disponibilizou contato com um acervo pessoal importantíssimo.



Ainda em São Paulo, dispus da atenção e do carinho de Lula, amigo recebido por herança materna, que tornou a experiência paulistana bem melhor. Tão boa que a redescoberta de sua influência tem se estendido a Salvador e por onde mais eu passar.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por contribuir com a Missão de Estudos que realizei na UNICAMP, no âmbito do projeto “Costumes, Direitos e Cidadania: Dimensões da experiência dos trabalhadores no Brasil (Séculos XVII a XX)”, coordenado pelo professor Cláudio Batalha e por meu orientador. Também ao Programa de Pós-graduação em História da UFBA que contribuiu com recursos para algumas etapas da pesquisa.

Como a opção pela Licenciatura está contemplada no trabalho que aqui se encerra e na vida que segue, preciso agradecer também àqueles que me encorajaram nessa escolha. Professores queridos, de quem às vezes fui mau aluno, mas que não deixaram de ser influências importantes que levo comigo na memória, tendo alguns como amigos: à Divanete, pelo primeiro dez em história e pelo incentivo para que outros viessem; a Chico Pedro, que me fez descobrir cedo que “professor” não é substantivo, mas adjetivo, e é preciso merecer, não menos pelas *muquecas* e cervejas; a Fernando Ismerim, por suas lágrimas exemplares durante uma greve; a Léo Mendes, pela boa influência, no tempo e na medida certa, e sempre constante; a Emanuel Nonato, pelo *Metamorfose*, presente assustador aos quatorze anos, que depois, na estante, foi redescoberto e valorizado; a Cássia Lopes, pelo convite competente à escrita; a Sebastião Marques, por sua gramática escrita a giz e por suas palavras que podem ser navalhas ou baladas para viagens; a Cyro Serpa, pelo carisma peculiar que compartilhamos; a Wlad, por demonstrar que a Física também estava na orla, de frente pro mar, estática, nos biquínis que olhávamos, ou dinâmica, nas corridas que fazíamos; a Rui Mangieri, pela graça que não pode ser menosprezada; a Renato Affonso, mais uma vez, pela consolidação de uma certeza que se anunciava ainda insegura. Ao meu Mestre, e não menos professor, *sensei* Raimundo Gil, que me ensinou primeiro a cair e só depois a derrubar, porque entre uma e outra, ensinou ele, era preciso levantar.

Também a Napoleão, que mesmo não podendo ler, com certeza sente a importância incondicional que tem para mim. Sem nossos passeios teria sido muito mais difícil.

## RESUMO

O trabalho investiga a atuação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a experiência de seus militantes em ações armadas durante a década de 1980. Partindo, principalmente, de um processo produzido contra um grupo de militantes presos em Salvador, Bahia, após uma tentativa de assalto a banco, estuda as estratégias políticas planejadas pelo PCBR durante o período da redemocratização brasileira. Apresenta os conflitos sociais e políticos decorrentes dessa tentativa de assalto, nas esferas pública e privada. Demonstra assim, que parte das esquerdas brasileiras ainda se mantinha fiel a ideais revolucionários armados, característicos do marxismo-leninismo, bem como precisavam obter recursos para sua existência política em ambiente cujos espaços democráticos estavam reabertos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; crime político; assalto a banco; Nova República.

## ABSTRACT

The paper investigates the performance of the Brazilian Communist Party Revolutionary (PCBR, acronym in Portuguese) and experience of its militants in armed actions during the 1980s. Based mainly on a process produced against a group of militants arrested in Salvador, Bahia, after an attempted bank robbery, studying political strategies devised by PCBR during the period of Brazilian democratization. Presents the social and political conflicts resulting from this attempted robbery in the public and private spheres. Thus shows that part of the Brazilian left, she remains faithful to revolutionary ideals armed, characteristic of Marxism-Leninism, and obtain needed resources for their political existence in an environment whose democratic spaces were reopened.

**KEYWORDS:** Brazilian Communist Party Revolutionary; political crime; bank robbery; New Republic.

## LISTA DE ARQUIVOS, ACERVOS E ENTREVISTAS

### ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Ana Lagoa (AAL).

Arquivo Edgar Leunroth (AEL).

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), UFBA.

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor de Periódicos.

Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA).

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA).

### BANCO DE DADOS DIGITAIS

Acervo Folha de S. Paulo (<http://acervo.folha.com.br/>).

Acervo Revista Veja (<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>).

Memória Roda Viva (<http://www.rodaviva.fapesp.br/>).

### CONSULTA A DOCUMENTOS PESSOAIS

Acervo Pessoal de Benjamim Ferreira.

Acervo Pessoal de Fernando Santana.

Acervo Pessoal de José Wellington Pinto Diógenes.

Acervo Pessoal de Marcos Reale Lemos.

Acervo Pessoal de Teresa Notari.

### ENTREVISTAS REALIZADAS

Antonio Prestes de Paula (concedida a Muniz Ferreira e Sandra Silva e disponibilizada para esta pesquisa), 4/8 e 10/8/2001.

Benjamim Ferreira (Barra de Jacuípe, BA), em 11/9/2012.

Edival Passos (Salvador, BA), em 13/11/2012.

Fernando Santana (Salvador, BA), em 6/9/2012.

Iara Alcântara Dani (por telefone), em 22/1/2013.

Jorge Almeida (Salvador, BA), em 24/1/2007 (concedida a Alexandre Fortes e disponibilizada para esta pesquisa), e em 16/4/2013 (concedida ao autor).

José Wellington Pinto Diógenes (Mossoró, RN), em 12 e 15/7/2012.

Marcos Reale Lemos (Salvador, BA), em 1º/9/2012.

Renato Affonso de Carvalho (Salvador, BA), em 24/3/2010, 5/4/2010 e 29/1/2013.

Sérgio Notari (São Paulo, SP), em 24/5/2012.

Teresa Notari (São Paulo, SP), 24/5/2012.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	6
RESUMO (ABSTRACT) E PALAVRAS-CHAVE (KEYWORDS) .....	10
LISTA DE ARQUIVOS, ACERVOS E ENTREVISTAS .....	11
INTRODUÇÃO .....	14
Salvador, abril de 1986 .....	14
Cachoeira, abril de 1985 .....	20
Outros planos e ações do grupo, na Bahia e fora dela .....	22
Questões e abordagens.....	25
CAPÍTULO 1: O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO: DE “VANGUARDA” À TENDÊNCIA .....	34
A primeira formação .....	34
O partido revolucionário dentro do partido de massas .....	37
Os militantes do PCBR presos na Bahia: Prestes de Paula .....	41
Os militantes do PCBR presos na Bahia: José Wellington .....	53
Os militantes do PCBR presos na Bahia: Marcos Reale .....	61
Outros militantes do PCBR envolvidos nas ações da Bahia .....	64
CAPÍTULO 2: INVESTIGAÇÕES POLICIAIS, ACUSAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE DEFESA: OS PRESOS JULGADOS NA JUSTIÇA E FORA DELA .....	73
As primeiras investigações em Salvador .....	74
As diligências fora da Bahia .....	83
O Conflito Positivo de Competência: disputa pelo julgamento .....	95
Presos Políticos da Nova República: julgados na Justiça Comum .....	104
CAPÍTULO 3: “ILEGAL, IMORAL E ILEGÍTIMA”: EFEITOS DO ASSALTO NO PT E ESTRATÉGIAS DO PCBR .....	115
O temor de uma luta armada revivida no Brasil .....	115
O Partido dos Trabalhadores: assaltado por uma desagradável surpresa .....	129
Atuação social e política do PCBR entre os desempregados de São Paulo .....	128
CONCLUSÃO .....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171
ANEXO .....	176

## INTRODUÇÃO

SALVADOR, ABRIL DE 1986

Em abril de 1986, cinco homens foram presos após tentativa frustrada de assalto à agência Canela do Banco do Brasil na capital da Bahia, Salvador. Depois de um rápido cerco policial, tiros disparados por ambas as partes e alguma negociação, aos cinco assaltantes restaram poucas opções. O automóvel Voyage que os aguardava de frente ao banco, roubado e com placa fria, tornou-se inatingível para a fuga. Cercados, renderam-se. Entregaram suas armas (dois revólveres calibre 32, dois 38 e uma pistola automática Luger), mais outras que haviam tomados aos seguranças, uma sacola de dinheiro contendo aproximadamente duzentos e trinta mil cruzados e alguns objetos pessoais dos clientes (relógios, pulseiras, etc.). Do primeiro contato direto que tiveram com os policiais surgiu a necessidade de revelarem aquilo que deveria ter sido mantido em segredo e era escamoteado pelos contornos que os cinco detidos pretendiam, até então, dar àquele assalto. Algemados e submetidos, por medo de serem confundidos (e tratados como) bandidos comuns ou membros da Falange Vermelho, apressaram-se em assumir: “somos todos petistas!”.<sup>1</sup> Ao buscarem diferenciar-se dos criminosos ditos comuns, esclareceram que com o assalto desejavam levantar fundos em ajuda à Nicarágua sandinista, para onde o dinheiro seria enviado ou financiaria a viagem deles para lá como trabalhadores voluntários. Tais alegações alçaram essa ocorrência incomum ao noticiário nacional, com grande destaque, e as páginas em que apareceu não eram as policiais. Aquele era um caso não só de polícia mas também de política – conforme, inclusive, demarcaram os cinco homens depois de presos.

No fundo de uma caminhonete D-20, foram levados àquele que seria o primeiro destino do grupo, enquanto um deles sangrava pelo braço por conta de ferimento à bala (cujos devidos cuidados – preso político ou comum – demorariam para lhe ser dispensados). Na Delegacia de Furtos e Roubos (DFR) o grupo foi fotografado da forma como seria em seguida exibido ao país: de cuecas. Sob os cuidados da polícia civil, que ainda não tinha dirimido sua condição de militantes ou assaltantes, receberam tratamento especial. Um dos delegados que cuidava do caso, Euplio Lyra, andava preocupado não apenas com a classificação do grupo,

---

<sup>1</sup> Em depoimento à polícia, três dos presos alegaram o medo de maus tratos esse motivo para terem de pronto assumido sua militância à porta do banco, Processo 860372816, Fórum Rui Barbosa, 7ª Vara Crime, volume 6, fls. 639, 642-5 e 654-7. Como durante todo o texto apenas esse processo é utilizado, doravante omitirei o número e o local de sua referência, citando-o apenas como Processo.

mas também com suas intenções. Certo de que não fugiriam, precaveu-se os mantendo de cuecas para “evitar tentativas de suicídio”, conforme esclarecimento à *Folha de S. Paulo*.<sup>2</sup>

Bastaram os primeiros interrogatórios para a polícia e os jornalistas perceberem o quanto aquele grupo pequeno trazia de diferenças internas. Com 22 anos, Marcos Wilson Reale Lemos era o mais jovem. Estudava Ciências Sociais em Londrina (PR), ao mesmo tempo em que trabalhava em uma clínica de serviços ortopédicos. Morava com o irmão mais novo e sua mãe, que era divorciada do marido, Rubens Lemos. No Paraná, Marcos parecia seguir os passos do pai, jornalista então atuante do Partido dos Trabalhadores e ex-presos político. O jovem iniciou sua militância no grêmio da escola em que estudava, prosseguindo-a no curso universitário que em 1986 acabara de iniciar.<sup>3</sup> Um segundo membro do grupo chamava-se Jari José Evangelista (40 anos) e também morava no Paraná. Jari havia trabalhado como metalúrgico no ABC paulista, passando por indústrias como Arno, Philco, Ford e outras. Por volta de 1983 encontrava-se desempregado. “Doente, bastante magro”, resolveu retornar para Londrina, sua terra de origem, onde moravam seus familiares. Foi o que depôs à polícia. De volta ao Paraná, ingressou na militância do PT após restabelecer alguns contatos. Também trabalhava no Sindicato dos Bancários local. Aparentemente, o estudante Marcos teria sido incorporado ao grupo que realizou a ação na Bahia por indicação sua.<sup>4</sup> Da região sul do Brasil também havia o catarinense Telson José Crescêncio (33 anos). Telson trabalhava como desenhista técnico e filiara-se ao PT desde sua fundação, tendo ocupado cargos no diretório estadual, segundo contou à polícia. Possuía outra militância na Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela qual havia feito uma recente viagem ao Chile a fim de participar de um congresso de mineiros.<sup>5</sup>

Os outros dois eram nordestinos: um pernambucano, outro cearense. Cícero Araújo (31 anos), pernambucano de Pedra, já havia provado muitas experiências profissionais até ingressar no Partido dos Trabalhadores. Tinha sido pintor de paredes, tentou uma ou outra metalúrgica em São Paulo, abriu pequena venda no fundo da casa em que morava, trabalhou catando lascas de árvores para vendê-las a laboratórios farmacêuticos, foi vendedor ambulante na rodoviária de Recife, etc. Chegara a disputar as eleições municipais de 1985, quando

---

<sup>2</sup> *Folha de S. Paulo*, 12/4/86. Doravante *Folha*.

<sup>3</sup> Depoimento, 6/5/86, Processo, v. 5, fls. 110.

<sup>4</sup> Depoimento, 16/4/86, Processo, v. 1, fls. 104-8.

<sup>5</sup> Depoimento, 19/6/86, Processo, v. 6, fls. 639.

candidatou-se à prefeitura de sua cidade pelo PT, alcançando menos de duas dezenas de votos.<sup>6</sup> Por último, aquele que, apesar das negativas, tinha “pinta de líder do grupo”, segundo o *Correio da Bahia*, porque era o mais falante, se chamava José Wellington Pinto Diógenes (35 anos).<sup>7</sup> Natural do Ceará, onde tinha família, viveu por algum tempo na cidade de Mossoró (RN). À época do assalto encontrava-se morando em Recife e ali integrava o diretório regional do PT. Entre suas atribuições nele, cumpria “instalar diretórios municipais nos diversos municípios”, além de dar assistência aos já existentes.<sup>8</sup>

#### FOTOGRAFIA 1



Recorte do jornal *A Tarde*, 12/4/86. Mesmo com dúvida sobre o caráter do assalto e dos assaltantes, o delegado Lyra (DFR) preferiu eliminar as chances de aqueles presos cometerem suicídio, segundo esclareceu, deixando-os sem calças para um possível enforcamento. Da esquerda para a direita: Marcos, Jari (ferido no braço direito), Cícero, José Wellington e Telson.

Enquanto a imprensa – estadual e nacional – cobria amplamente o assalto, *Veja* tentou encontrar um traço conspirativo nele. Atenta às diferenças internas ao grupo, insinuou:

“nunca na história dos assaltos a bancos viu-se um caso de formação de uma quadrilha de estreados em que se juntam um dirigente estudantil do norte do Paraná, um metalúrgico desempregado de Santa Catarina, um professor e um camponês pernambucanos e um desocupado cearense para roubar um banco na capital da

<sup>6</sup> Depoimento, 17/4/86, Processo, v. 1, fls. 109-12.

<sup>7</sup> *Correio da Bahia*, 12/4/86. Todos os jornais de circulação no estado da Bahia citados ao longo do texto foram acessados na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor de Periódicos.

<sup>8</sup> Depoimento, 5/5/86, Processo, v. 1, fls. 183-8.



Bahia. Cinco pessoas de atividades e origens tão diversas só se juntam para algo tão arriscado se houver entre elas mais coisas em comum”.<sup>9</sup>

Apesar de algumas imprecisões na caracterização do grupo, a revista estava parcialmente certa. De fato, havia algo em comum entre eles, minúcias deixadas de lado no caminho para a delegacia – mas, como revista e leitores iriam descobrir, não eram tão estrepentes assim. Além de os participantes dessa ação armada não se resumirem aos cinco imediatamente presos, a uni-los havia também uma militância política paralela – ou subterrânea – àquela declarada. Ao descobrir outros elementos associados ao assalto, a polícia aproximou-se dessa segunda militância.

Testemunhas registraram a presença de dois homens suspeitos do lado de fora da agência – um portava uma escopeta, outro dirigia o carro que conseguira fugir. Quando as viaturas policiais se aproximaram, eles conseguiram fugir, mas não despercebidos. Guiando um outro estava Voyage Benjamim Ferreira, que tinha militância ativa no PT e na CUT, cujo nome não chegou a ser descoberto – pelo menos não pelos órgãos policiais. Ao seu lado, no banco do carona, aquele que alcançou maior visibilidade à porta da agência e por isso teve uma descrição preliminar apurada pela polícia: cabelos grisalhos, um pouco gordo, estatura mediana. Diferente do motorista anônimo e depois esquecido, até um possível nome foi descoberto: Vítor. Nos primeiros depoimentos dos presos, um deles admitiu apenas a presença desse outro homem, ensejando sua procura primeiro na Bahia, continuada em nível nacional.<sup>10</sup>

Na segunda-feira após o assalto, 14 de abril, o mesmo delegado que colocou os presos de cuecas resolveu pedir ajuda à Polícia Federal (PF). “Conforme ampla divulgação pela imprensa desta capital e de outros estados”, ele tinha sob sua custódia homens que “alegaram em seus interrogatórios serem filiados ao Partido dos Trabalhadores e [que] o produto do roubo seria destinado para Nicarágua”, redigiu na solicitação via ofício. Dada a aparente motivação do assalto, o delegado pediu que os federais atuassem “no sentido de investigar o aspecto político da ação delituosa do grupo”.<sup>11</sup> A PF, já atenta ao caso, atendeu ao chamado mandando cópia de alguns arquivos, inclusive uma foto do possível fugitivo, e informando “que as investigações prosseguem também naquela delegacia” – a foto enviada pelos federais

---

<sup>9</sup> *Veja*, 16/4/86.

<sup>10</sup> Marcos reconheceu a presença de um sexto elemento chamado Vítor. Relatório, 14/4/86. Processo, v. 1, fls. 136-153.

<sup>11</sup> Ofício, 14/4/86. Processo, v. 4, fls. 1087.

era precisamente a do procurado.<sup>12</sup> Desde que soubera das notícias, o superintendente da PF, Romeu Tuma, ordenara “uma caça às fichas de militantes das organizações dissolvidas tempos atrás”.<sup>13</sup> (Na chegada às dependências da Polícia Federal, os presos preenchiam um “Boletim Individual de Vida Progressa”. Os militantes envolvidos no assalto em Salvador preencheram e as informações de seus boletins estão apresentadas no Anexo I, ao fim do texto.)

Além da PF, o Serviço Nacional de Informações (SNI) investigou o caso, por ordem do general Ivan Mendes. O chefe do SNI, no mesmo dia do assalto, “ordenou a seus agentes que começassem a vascular (...) as vinculações políticas dos cinco assaltantes”, de acordo com reportagem de *Veja*. A PF e o SNI se debruçaram sobre seus arquivos. Apenas o SNI descobriu o nome verdadeiro do motorista do carro que deu fuga a Vítor.<sup>14</sup> Na semana seguinte, o fugitivo Vítor foi identificado – longe o bastante de Salvador, mas não o suficiente da polícia.

Na verdade Vítor chamava-se Antonio Prestes de Paula, conhecido entre os militantes mais próximos como Velho. Era mineiro de Campo Florido, tinha à época 58 anos e um passado político emblemático, o que ajudou os federais a rastream sua verdadeira identidade. Em princípios da década de 1960, servindo em Brasília, Prestes de Paula era terceiro sargento da Aeronáutica e, em acréscimo, uma liderança entre os militares de baixa patente – os praças, como são chamados. Destacou-se no Movimento dos Sargentos (1961-4), quando Prestes de Paula estava próximo do Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>15</sup> Preso primeiro em 1961 por sabotar os planos de abate do avião presidencial de João Goulart em retorno da China comunista, foi anistiado pouco depois. Diferente do que sucedeu na primeira vez, na segunda foi preso por encampar reivindicações políticas para o sargentos: queriam o direito a disputar vagas nos legislativos do país. Após o desenvolvimento das reivindicações em um movimento armado, novamente terminou preso. Dessa feita não houve anistia. Prestes mais outras lideranças responderam a processo disciplinar, terminando na cadeia. Logo em seguida, após o Golpe de 64, foi expulso das Forças Armadas.

---

<sup>12</sup> Processo, v. 1, fls. 100.

<sup>13</sup> *Veja*, 23/4/86

<sup>14</sup> Para o ingresso do SNI nas investigações, *Veja*, 16/4/86. Para o envolvimento de Benjamim Ferreira, Ficha do SNI de Benjamim Ferreira, expedida em 9/6/2005. Acervo pessoal

<sup>15</sup> Sobre o levante em Brasília e a participação de Preses de Paula ver PARUCKER, Paulo E. Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo, Expressão Popular, 2009. Informações sobre a trajetória de Prestes de Paula foram acessadas em uma entrevista concedida por ele, em 4/8/2001, a Muniz Ferreira e Sandra Silva, gentilmente disponibilizada a esta pesquisa por Sandra Silva.

Após alguns anos na prisão, conseguiu fugir e em finais da década de 1960, quando importantes setores da esquerda rompiam com o PCB, ingressou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no qual participou da resistência armada contra a ditadura. Em princípios dos anos 1980, depois de experimentar alguns anos de exílio, Prestes de Paula atuava no PT de São Paulo e, assim como os outros cinco presos, tinha sua militância petista publicamente reconhecida – no PCBR era, sigilosamente, comandante militar. Quase três meses após o assalto de Salvador, em junho, Prestes foi preso numa chácara nos arredores de Goiânia, onde vivia escondido com ajuda de companheiros.

## FOTOGRAFIA 2



Foto do acervo pessoal de Teresa Notari, viúva de Prestes de Paula. Após a captura de Prestes (sentado à direita, com cigarro na mão), em junho de 1986 no estado de Goiás, o grupo voltou a se reunir.

Com a evolução das investigações, as polícias chegaram ao nome de duas mulheres, Suzana Braga e Regina Affonso de Carvalho – potencialmente cúmplices, cogitaram. Ambas hospedaram os autores do assalto durante o período em que ficaram em Salvador. Prestes de Paula, Jari e Cícero, ficaram com Suzana; José Wellington, Telson e Marcos, com Regina. Em comum entre as duas, havia o nome de Renato Affonso de Carvalho – a primeira era sua então namorada; a segunda, sua ex-esposa. Renato integrou o mesmo PCBR de Prestes de Paula em sua primeira formação, anos antes – e os policiais sabiam disso. Em 1986, também atuava no

PT baiano. Após a descoberta pela polícia dos apartamentos em que ficaram os assaltantes, seu nome foi adicionado às investigações.

Assim, apurando a rede de apoio ao assalto mais os sucessivos depoimentos dos presos, a polícia chegou ao PCBR. A militância dos presos nessa organização, que se abrigava no PT como uma tendência, não foi declarada quando capturados, ainda que fosse aos interesses imediatos e de longo prazo dessa sigla que o assalto atendesse – por isso escondê-la.<sup>16</sup> Foram necessários alguns dias no cárcere para que o mais abalado entre eles, Jari, a reconhecesse. Contudo, antes que a sigla PCBR despontasse como maior motivador da ação (para as polícias, para os jornais e para os leitores), um agravante veio à tona.

CACHOEIRA, ABRIL DE 1985

Antes que a relação do grupo com o PCBR fosse descoberta, chegou à imprensa uma informação que agravou a situação dos detidos. Um possível algo-mais entre aqueles assaltantes ganhou mais respaldo com a ampla divulgação de suas fotos tiradas na DFR e publicadas em todo o país. Entre aqueles que acompanharam a imprensa (podia ser em jornais, revistas ou TV; na esfera nacional ou estadual), houve um cuja atenção foi especialmente despertada. Antonio Carlos Valença, gerente do Banco do Brasil na cidade de Cachoeira (localizada no Recôncavo da Bahia), próxima uns cento e vinte quilômetros de Salvador, achou que os conhecia – em outros trajes, é verdade. Ao revê-los, o gerente Valença recobrou à memória momentos de tensão pelos quais passara havia um ano, quando sua agência fora assaltada. Decidiu dividir a angústia e o que sabia com o órgão competente. “A polícia baiana já tinha desistido de encontrar os ladrões há vários meses, mas no último fim de semana, o gerente Valença só precisou abrir os jornais para reconhecê-los”, publicou *Veja*.<sup>17</sup>

Em abril de 1985, portanto havia precisamente um ano, Valença foi acordado em sua casa, antes das sete horas, por homens que se diziam policiais federais em investigação. A vítima abriu a porta e os convidou a entrar. Dentro de casa o assalto foi anunciado, “fiquem calmos, queremos valores pois somos da Falange Vermelha e queremos soltar nosso pessoal”, disse um deles.<sup>18</sup> Logo chegaram mais dois homens. E, desta vez, como se vê, novamente teriam preferido passar por bandidos comuns. Um ano depois, ao depor na Furtos e Roubos

---

<sup>16</sup> Depoimento, 16/4/86. Processo, v. 1, fls. 104.

<sup>17</sup> *Veja*, 23/4/86.

<sup>18</sup> Depoimento de Antonio Carlos Ramos Valença, 16/5/86. Processo v. 1, fls. 89.

(em seguida também à Federal), foi informado do nomes de todos. Os reconheceu e contou à polícia que sua família foi mantida em casa com Cícero e Telson, enquanto Jari e José Wellington seguiram com ele rumo à agência, a poucos metros dali. Antes que partissem, foi preciso aguardar: os assaltantes queriam ir para a agência no horário habitual do gerente, sem precipitação, para não levantar suspeitas. Assim, ficaram todos por mais de duas horas na casa.

Passado o tempo, caminharam para o banco Valença, José Wellington e Jari. Por sugestão de José Wellington, acertaram que para manter o máximo de discrição eles seriam apresentados como fiscais do Banco Central caso houvesse necessidade.<sup>19</sup> No trajeto até o banco, vizinho de alguns passos da residência, Valença pôde reconhecer um homem que falou ao ouvido de José Wellington e tinha características iguais às de Prestes de Paula: estatura mediana, cabelos grisalhos e um pouco gordo – o mesmo homem da foto emprestada pela PF, confirmou o gerente em depoimento. Sem maiores percalços, mas com picos de tensão, retiraram de lá uma quantia de aproximados cento e oitenta milhões de cruzeiros. Antes de deixar o local, fizeram ameaças para que ninguém desse o alarme, pois havia reféns e também outros cúmplices pela cidade dando cobertura. Saíram e foram buscar os dois que haviam permanecido na residência. Cícero e Telson levaram consigo pequenos valores pessoais da família, afinal queriam parecer bandidos comuns: uma câmera de filmar Super-8, um videogame Atari, uma furadeira, relógios e poucas joias.<sup>20</sup> Abandonaram a cidade sem perseguição, em dois veículos, um Voyage e um Passat, levando consigo uma quantia que poderia comprar cinco unidades novas e completas do Volkswagen Voyage.<sup>21</sup> Conforme notícias da época, aquela agência sofrera o “assalto mais ousado este ano na Bahia” ou “um dos assaltos mais ousados já ocorridos no país”.<sup>22</sup>

Mesmo sem avistar viaturas policiais nos retrovisores de seu carro, o grupo quis prevenir-se lançando pela estrada grampos de metal retorcido, conhecidos como “miguelitos” ou “pés de galinha”. Com esses objetos pretendiam retirar de ação qualquer viatura que por ventura seguisse no encalço deles. Sem que essa perseguição se consumasse, para azar dos outros, os miguelitos terminaram em pneus de carros particulares. Entre as testemunhas do

---

<sup>19</sup> Entrevista com José Wellington, 15/7/2012.

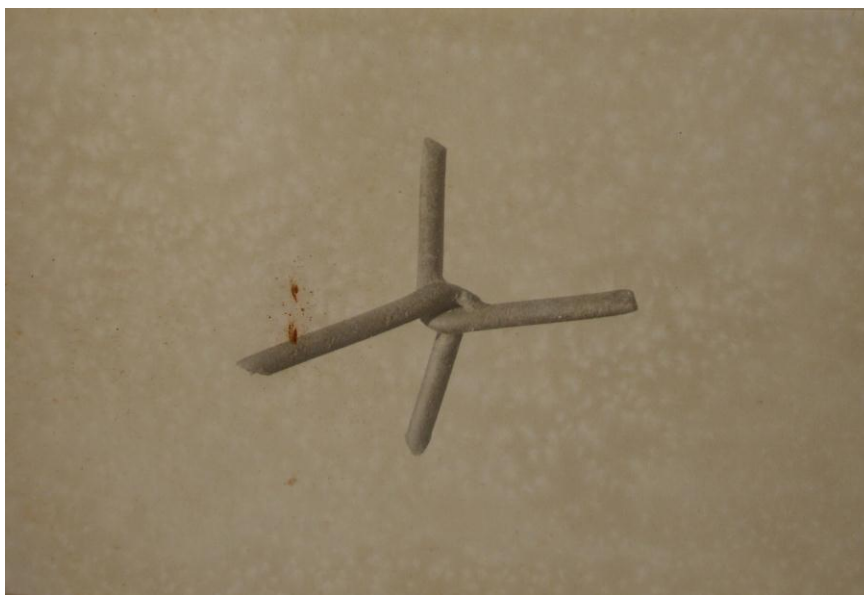
<sup>20</sup> Depoimento de Maria Monteiro Valença, esposa do gerente, 25/5/86, Processo, v. 6, fls. 783-4.

<sup>21</sup> Em São Paulo esse modelo poderia ser comprado por um valor entre trinta e trinta e cinco milhões, segundo anúncios publicados em jornais. *Folha*, 26/3/85.

<sup>22</sup> Respectivamente *Tribuna da Bahia*, ?/4/85, e *A Tarde*, 26/4/85.

assalto em Cachoeira, constava um borracheiro da cidade. Da porta de sua oficina, viu uma movimentação estranha próxima à casa do gerente e da agência. Intimidado por Prestes de Paula, preferiu recolher-se ao trabalho e não tomar parte no que se passava. No dia seguinte, atendeu a quase uma dezena de motoristas com pneus furados – todos passaram por uma estrada secundária da cidade, a mesma pela qual fugiram os assaltantes.<sup>23</sup> No Voyage que garantiria a fuga do grupo em Salvador havia uma sacola cheia desses miguelitos, que dessa vez não puderam ser utilizados.

### FOTOGRAFIA 3



Processo, v.7, fls. 513. Acompanha a legenda: “Fotografia de fura-pneu, fornecida pelo sr. Antonio Carlos Ramos Valença, quando reinquirido em 16/5/86 (...) e que segundo ele foi feita a partir de uma unidade daquela, obtida após o assalto praticado contra o Banco do Brasil daquela cidade [Cachoeira]”.

### OUTROS PLANOS E AÇÕES DO GRUPO, NA BAHIA E FORA DELA

As ações do grupo na Bahia não se limitaram às de Salvador e Cachoeira, como quiseram provar a polícia e alguns jornais sem sucesso. Depois de apurar as duas primeiras, houve tentativa de lhes atribuir um assalto a edifício residencial de classe média em Salvador. Dias antes de o grupo ser capturado na ação do Canela, um edifício fora invadido por cinco homens que saquearam, um a um, todos os seus oito apartamentos. Levaram algumas armas particulares, joias e dinheiro (cruzeiros e dólares), mas nada foi encontrado em poder dos

<sup>23</sup> Depoimento do borracheiro Gene Paixão, 16/5/86. Processo, v. 8, fls. 349.

detidos. Nem todos os moradores dos oito andares do edifício Santo Inácio – de um apartamento por andar –, quiseram registrar queixas. E, dentre os que fizeram, alguns preferiram não declarar o que perderam para os bandidos. Três das testemunhas reconheceram José Wellington e Marcos durante as investigações feitas pela Polícia Federal.<sup>24</sup> Porém, em entrevistas a essa pesquisa ambos negaram que tenham participado desse assalto em Salvador – pelo qual não foram condenados. Outra acusação foi imputada apenas a Cícero e Telson. Ambos foram levados da Bahia para Alagoas a fim de serem reconhecidos como possíveis responsáveis por assaltos acontecidos naquele estado. Curiosamente, os assaltos pelos quais eram acusados haviam acontecido quando os mesmos já estavam detidos em Salvador. Também não foram condenados por causa disso.

Contudo, na mesma entrevista em que negou participação no assalto ao edifício Santo Inácio, José Wellington revelou uma informação desconhecida pela polícia. Ele e os demais presos, à exceção de Marcos, realizaram uma outra ação armada na Bahia. Benjamim Ferreira e Renato Affonso confirmaram a versão, pois ambos se envolveram nela. Sem precisar sua data (apenas o ano: 1984), nem onde aconteceu (mas que fora nas proximidades de Camacã, interior da Bahia), revelaram a tomada dos valores transportados por um carro-pagador em uma estrada intermunicipal. Segundo José Wellington, foi “muito dinheiro”.<sup>25</sup>

Além dessa outra ação, que como a de Cachoeira foi bem-sucedida, as entrevistas revelaram que inicialmente seus planos em 1986 eram diferentes daqueles que terminaram executados. Conforme depôs José Wellington, a chegada do grupo à Salvador sucedeu a uma tentativa abortada de ação no sul do Brasil, em Blumenau.<sup>26</sup> Todo o grupo havia se reunido nessa cidade seguindo ordens da direção do PCBR, que fora informada pelos dirigentes locais da possibilidade de um “operativo” na região. Nos últimos acertos para executá-lo, os planos foram abortados devido a inúmeras fragilidades. José Wellington conta que “a informação que chegava era que a estrutura do sul do país” havia garantido os planos para a ação. Ao chegar na cidade, ele descobriu que “era uma fantasia”, amargando uma frustração e despendendo gastos que precisaram ser repostos. Por isso, continua ele, “nós viemos para a Bahia. Para não perder a viagem, a despesa e os gastos”. Na Bahia, para ele, pretendiam, entre outras reposições, reestabelecer “até a questão moral”. Não parecia ser motivo de orgulho para o

---

<sup>24</sup> Depoimentos de moradores do edifício. Processo, v. 8, fls. 132-5.

<sup>25</sup> Entrevista com José Wellington, 15/7/2012.

<sup>26</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012. Fonte usada no parágrafo seguinte.

grupo abortar uma tarefa designada pelos dirigentes de Santa Catarina e acatada pela Direção Nacional do PCBR, ainda que, conforme José Wellington, fosse uma decisão tomada a partir de impeditivos inquestionáveis de segurança. Era dispendioso e frustrante.

Abatidos e pressionados, viajaram para Salvador. Dessa vez, os planos estabeleciam a investida contra uma siderúrgica localizada no Centro Industrial de Aratu, nos arredores de Salvador. O grupo aproveitaria o começo de abril, período em que a empresa guardava muito dinheiro para pagamento de salários, para executar a ação. Havia notícias “de dentro da empresa” que muito dinheiro estava em jogo – Benjamim Ferreira, por dois anos, havia sido funcionário ali, é possível que ele fosse o fornecedor desse dado promissor para o grupo. Mas a ação, por outro lado, era insegura: junto com o dinheiro, a empresa concentrava os trabalhadores que receberiam o seu salário – quiçá dispostos a protegê-lo. José Wellington conta que a possibilidade de conflito com os operários gerou uma segunda desistência que abalou ainda mais o grupo – que, inclusive, já havia feito o levantamento dos carros usados nessa ação. Novos gastos sem retornos para os cofres do PCBR o deixaram ainda mais apressado.

Desse modo, os preparativos que desembocaram na ação contra o Banco do Brasil do Canela, de acordo com alguns dos participantes entrevistados – influenciados pelo insucesso da ação e pela passagem do tempo –, foram precipitados, fragilizando-a em alguns aspectos operacionais. Eles concordam que o tempo previsto para a permanência dos cinco homens no banco foi excedido, contribuindo para o fracasso. O motivo da permanência estendida teria sido a possibilidade de acessar o conteúdo do cofre da agência, que antes não constava nos planos do grupo. Lá dentro, José Wellington insistiu em acessá-lo ao vislumbrar um montante de dinheiro muito maior. Segundo Wellington, o dinheiro “resolveria todos nossos problemas”.<sup>27</sup> Se eram os “problemas” políticos e táticos do PCBR que o premiam para obtenção de recursos ou os investimentos sem retorno em outras ações, é evidente que o grupo precisava de dinheiro. E no caixa do PCBR o capital de giro que vinha sendo consumido não duraria o tempo de outros operativos. Além disso, o ano de 1986 avançava e trazia a certeza de eleições no país. Nelas, o Partido dos Trabalhadores pretendia se apresentar de uma forma competitiva e coerente com sua história recente. Dentro dele, algumas disputas entre suas tendências eram previstas pelo PCBR a fim de decidir como se comportaria o partido. No

---

<sup>27</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012.



PT, o PCBR precisaria se apresentar também competitivo, dispondo de capitais políticos e financeiros e um ajudava o outro. Dentro da agência, José Wellington preferiu apostar na abertura do cofre, acreditando que os benefícios financeiros levados ao PCBR valeriam os riscos. Para seu azar, e do PCBR, o contrário aconteceu.

Apressada também foi a discussão sobre qual versão o grupo apresentaria em caso de queda – tema por certo incômodo. Apenas na véspera da ação cogitaram a hipótese do fracasso (afinal, alguns deles tinham experiências bem sucedidas) e definiram um argumento para justificar a investida contra o banco. Coletivamente, o grupo acertou que justificaria o assalto em nome de uma ajuda à Nicarágua sandinista – ainda que entre eles nem todos conhecessem o destino real do dinheiro, apenas que a Direção Nacional do PCBR o administrava. A justificativa, que pode não ter convencido seu público de policiais, petistas, leitores de jornais e eleitores naquele ano, serviu ao grupo como um legitimador de sua causa, garantiu que não se tratavam de pessoas que roubaram em proveito próprio – mesmo assim mantinham seus críticos. Em entrevistas a esta pesquisa, Marcos Reale, José Wellington e a viúva de Prestes de Paula, Teresa Notari, revelaram o que antes apenas supunham. O dinheiro seria usado de forma variada pelo PCBR: nos movimentos sociais em que atuava, pelos seus militantes profissionalizados, na formação de quadros etc. Enfim, nas etapas iniciais do que o PCBR imaginava ser o caminho da revolução. Porém, Em caso de fracasso, necessitariam de um argumento socialmente legitimador. E uma suposta ajuda à Nicarágua, acreditaram, poderia servir para isso. Contudo, sem que pudessem dispor antes e ainda hoje de algumas informações, um dirigente envolvido na ação garante que esse argumento poderia não ser tão falacioso assim, reivindicando as medidas de segurança da direção do PCBR.<sup>28</sup> Para Renato Affonso, a Nicarágua (ou outros países onde o grupo tinha conexões) poderia ser, sim, um destino daqueles dividendos obtidos em ações armadas.

#### QUESTÕES E ABORDAGENS

Este trabalho pretende examinar as estratégias controversas do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário durante a década de 1980 a partir de suas ações armadas vinculadas ao marxismo-leninismo em plena a conjuntura de redemocratização brasileira. Um pequeno grupo de militantes, seguindo ordens da direção do partido, recorria às armas com finalidades políticas e financeiras em prol do PCBR, enquanto participavam, ao mesmo tempo, de maneira

---

<sup>28</sup> Entrevista com Renato Affonso, em 29/1/2013.

ativa do Partido dos Trabalhadores, no qual desenvolviam outra linha de atuação política. Desse modo, o trabalho pretende apresentar como se interligam as siglas PCBR e PT antes e depois da descoberta de ações que o primeiro desenvolvia secretamente. Para isso, conta em primeira hora com o processo produzido em 1986 contra os acusados nas Justiças Militar e Comum, acumulando os resultados de investigações realizadas na Bahia e fora dela, pelas polícias Civil e Federal.<sup>29</sup>

O processo acumula mais de três mil folhas, onde estão coligidos documentos pessoais e partidários, cartas, fotografias e outros papéis encontrados pelo trabalho policial, além de pareceres e peças jurídicas redigidas pela acusação e defesa dos acusados. A análise dessa documentação, e de mais outras fontes, como entrevistas realizadas com alguns dos envolvidos no caso, permite compreender o evento soteropolitano – bastante conhecido dentro da história do Partido dos Trabalhadores – para além do folclore com o qual está matizado. Costumeiramente explicado, e reduzido, a partir de uma condenação bastante teleológica, na qual a sua frustração pela polícia bastaria para explicar o quanto ele possuía de anacrônico e equivocado, o assalto chegou a ser considerado uma provocação forjada contra o Partido dos Trabalhadores – tamanhos eram os riscos que ele poderia trazer para o partido. Os militantes que se envolveram nele não eram jovens tresloucados e insensatos, ao contrário disso, acreditavam na validade de sua ação e preferiram correr os riscos que ela lhes impunha. Eles pertenciam a uma organização que tinham um projeto para o PT, o considerava exequível e pretendia colocá-lo em prática. Para isso, precisava de meios para financiar seus planos.

Esta pesquisa contribui também para aprofundar o conhecimento que se tem sobre a motivação daquelas ações. As práticas militaristas do PCBR foram de imediato explicadas como continuidades indevidas da experiência armada da esquerda nas décadas anteriores, que já estavam superadas. Essa compreensão consolidou o argumento apresentado pelos militantes quando se viram diante da polícia. Um argumento cuja solidez é questionada por esta pesquisa. Dentro do Partido dos Trabalhadores, o argumento de ajuda à Nicarágua foi combatido devido aos meios ilegais escolhidos, mas não chegou a ser questionado publicamente. Na historiografia sobre as esquerdas, Marcelo Ridenti, em *O fantasma da revolução brasileira*, consolidou a condenação à repetição indevida, pautado em um princípio

---

<sup>29</sup> Após a descoberta do assalto realizado em Cachoeira, em 1985, surgiu outro processo contra os presos, separado do que julgava o crime de 1986. Esta pesquisa dispõe apenas do processo de 1986.

marxista.<sup>30</sup> Outras tentativas de compreendê-lo, elaboradas em um tempo próximo ao assalto, se aproximam mais de uma defesa sobre o comprometimento do PT no caso, como um artigo de Marilena Chaui.<sup>31</sup> Seja em tentativas de classificá-lo de alguma maneira no campo da história, seja em lembranças diversas entre militantes da esquerda, esse episódio permanece sem que suas razões sejam profundamente compreendidas. Um sintoma interessante disso é que a maior parte das referências encontradas ao longo dessa pesquisa sobre a ação fracassada de Salvador omitem a que ocorreu em Cachoeira, bem sucedida e esquecida.

Ao longo do primeiro capítulo, a partir da documentação apreendida entre os presos, depoimentos e entrevistas, serão apresentados traços de sua militância e de sua vida pessoal que se dividia, na década de 1980, entre o PT, a CUT e o PCBR. A leitura de cartas apreendidas pela Polícia Federal na casa de Prestes de Paula, bem como outras arquivadas com sua família e cedidas a essa pesquisa, tiveram uma função reveladora para este trabalho. Tais correspondências revelam aspectos de sua vida privada, na qual a militância política não deixou de influenciar, e posturas que não assumiriam em documentos de circulação ampla ou mesmo sigilosa. Revelam detalhes de alguns dos envolvidos na ação de Salvador pensavam sobre o PT, a CUT e o PCBR. Revelam, por último, pormenores sobre a personalidade desses personagens que não deixam de compor um quadro interessante sobre o evento estudado.

O segundo capítulo, trata do trabalho de investigação policial após a prisão dos envolvidos e dos debates jurídicos que aquela captura promoveu. Para isso contribuem as peças de acusação e defesa acumuladas no processo, que trazem aspectos da acalorada contenda judicial iniciada após a captura dos militantes. Durante os primeiros meses que seguiram ao evento, duas instâncias se envolveram no processo: a Justiça Militar, interessada em condená-los com respaldo na Lei de Segurança Nacional (LSN), e a Justiça Comum, entendendo que aquele era um crime compreendido pela legislação penal brasileira. Tal debate, que durante algum tempo foi candente, expõe a dificuldade em categorizar o crime como político ou comum em um período em que, social e juridicamente, a ditadura civil-militar ainda era bastante lembrada. O capítulo apresenta as estratégias de defesa dos presos em seu julgamento na esfera social, à qual eles sempre se mantiveram bastante atentos.

---

<sup>30</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993, pp. .

<sup>31</sup> CHAUI, Marilena. “PT “leve e suave”?”. In.: SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 43-101.

Por fim, no último capítulo, são apresentados os efeitos do assalto que se estenderam sobre o Partido dos Trabalhadores, fundado no início da década de 1980 como uma confluência entre diversos segmentos sociais e organizações de esquerda. Desde antes de 1986 o PT dera início a discussões acerca do papel das tendências organizadas que existiam em seu interior, algumas com atuação independente de suas diretrizes, atuando como partidos dentro os partidos – segundo jargão da época, eram os militantes que vestiam “duas camisas”. Acirrando este processo de discussão interna, o assalto frustrado na Bahia, sem dúvida, levou parte desse debate também para fora do PT, com novas nuances. À porta do banco, os militantes capturados anunciaram a sua militância no PT, não no PCBR. Socialmente, o Partido dos Trabalhadores precisou responder às vinculações que uma iniciativa de violência como aquela trazia para ele e, internamente, precisou rever sua afinação com as tendências. Em meio ao alarme que tomou a imprensa durante a cobertura do evento, o PT não mediu esforços para condenar aquele tipo de comportamento entre seus militantes, protegendo-se. O partido foi firme, a expulsão dos presos em Salvador foi logo anunciada. Porém, à medida que o tempo passou, o partido arrefeceu sua crítica e os vínculos pessoais restabeleceram, em parte, as relações entre os presos e o partido. De início, a direção do PT mostrou-se temerosa quanto aos efeitos daquele evento, mas, em seguida, percebendo que o partido não saíra desastrosamente prejudicado, passou a tratar sem pressa da sua relação com as tendências que abrigava.

Neste último capítulo, uma atenção especial foi dedicada às descobertas policiais na residência de Antonio Prestes de Paula, em São Paulo. Seus papéis abundantes revelam traços do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário que não eram manifestados em outros documentos do partido. Revelam também características de um militante cuja atuação política nunca foi marcada por sua produção intelectual. O teor de tais papéis ilustram, ademais, as relações que este militante previa para o Partido dos Trabalhadores e a organização que, sem dúvida, mais acreditou: o PCBR.

O ano de 1986 amadurecia a superação histórica da recém-terminada Ditadura Civil-Militar que se estendera pelas duas décadas anteriores (1964-1985). Entre os resquícios que ela deixara e que precisavam ser superados havia, de um lado, a mencionada LSN, a Lei de Greve e os decretos-leis – o dito “entulho autoritário” –, e, de outro, a experiência armada de parte das esquerdas – classificado também como “terrorismo”. No cenário político partidário do país, mais espaços estavam abertos e novos personagens pretendiam ocupá-los. O PT que

se formou durante a transição entre a ditadura e o regime democrático pretendia se constituir como uma nova força política das classes trabalhadoras. A notícia daquele assalto com alegado fim político causava espanto, trazia com ele receios de “terror urbano” ou reaparição da luta armada. Entre aqueles que tiveram notícias dele pelos jornais ou pela televisão o medo e a condenação foram maior que a simpatia pela causa.

Eric Hobsbawm, ao abordar o tema das “regras da violência”, explica que o emprego da força física apenas é socialmente aceito “na medida em que não há outros métodos disponíveis ou eficazes”.<sup>32</sup> Prossegue argumentando que “algumas formas nominalmente políticas de violência (como os sequestros e alguns atentados a bomba neo-anarquistas) são igualmente irracionais, já que na maior parte dos casos seu efeito político é insignificante ou, o que é mais comum, contraproducente”. A existência promissora do Partido dos Trabalhadores no Brasil, a partir da década de 1980, tornou inaceitável uma ação como aquela realizada pelo PCBR na Bahia. Mesmo fora do PT, que estava atingido pelo assalto, aquele tipo de ação era veementemente condenada. E não era preciso ser um reacionário para condená-la quando havia um consenso na sociedade em favor do desarmamento, fosse dos militares no poder, fosse das esquerdas em sua resistência armada. Por isso os envolvidos no assalto foram bastante condenados – nas páginas de jornal, na Justiça e, não menos, pelo PT.

Os próprios presos, incontornavelmente convencidos pela sua prisão de que estavam errados, trataram de reconhecê-lo tão logo puderam. Mas antes disso, acreditavam, com paixão e razão, com idealismo e certeza doutrinária científica, que aquele tipo de ação era justo, necessário e revolucionário. Não eram alienados na teoria política – conheciam o marxismo-leninismo –, não desconheciam a existência do PT – trabalhavam para mantê-lo e manter-se nele –, não desconheciam os problemas do passado armado da esquerda brasileira – alguns dos envolvidos participaram dessa história, por isso não lhes faltava coragem e conhecimento para pegar em armas – para eles era um novo momento. Mas discordavam das propostas políticas que vinham se consolidando dentro do Partido dos Trabalhadores em torno da tendência Articulação. Por sua escolha, que não foi inconsciente, imatura ou pueril, pagaram um preço alto.

Para os novos e velhos militantes que participaram do assalto de Salvador (bem como dos outros, que noticiados ou não, foram sendo esquecidos, por petistas e historiadores), uma

---

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003, p. 212-3.

ação contra um banco era um meio rápido de obtenção daquilo que o PCBR e o PT – e todos os outros partidos – sabiam ser indispensável à política, seja ela legal ou clandestina: recursos financeiros. O assalto de 1986 não é um exemplo de idealismo e imaturidade de quem não compreendia a conjuntura que os cercava. É, sim, um exemplo de pragmatismo e pressa. Para seus executores, sua atitude de pegar em armas não precisava se transformar num ato político e público (cuidaram, inclusive, para se fazer passar por bandidos comuns e perigosos), conforme antes fizeram outras organizações. Mas os seus dividendos sim, e secretamente, pois não era para o PT nem a repressão a furtos e roubos saberem de sua finalidade. Frustrados, seu estandarte político se modificou.

Publicamente, quando dispuseram de ocasião, os envolvidos no assalto se retrataram – sobre outros, que não tiveram participação comprovada, se protegeram ou alegaram desconhecimento. Em maio de 1992, depois de cumprir seis anos de prisão – metade da pena que lhe foi atribuída –, Prestes de Paula aproveitou o espaço que tinha na revista *Brasil Revolucionário* para apresentar sua versão do assalto.<sup>35</sup> Na revista, que contou em seu conselho editorial com petistas de diversas tendências (Luís Eduardo Greenhalgh, Paulo Skromov, Bruno Maranhão, Jorge Almeida), além de intelectuais como Jacob Gorender e Florestan Fernandes, as siglas PT e PCBR estavam reaproximadas – o segundo identificado como a tendência Brasil Socialista. Arrepentido, Prestes já não reafirmou que o assalto pretendeu levantar recursos para a Nicarágua, e sim que alguns companheiros “resolveram confiscar fundos para ajudar na organização dos movimentos sociais nos quais militavam”. “Foi para isso que tentaram expropriar o Banco do Brasil”, revelou. Neste momento, Prestes tentava ter sua participação no assalto descartada pela Justiça, alegando que estava sendo julgado pelo seu passado. Contudo, Prestes compunha na prisão um coletivo de presos políticos – todos eles se esforçaram para conquistar esse reconhecimento – e, mesmo que tentasse alegar sua inocência, não deixou de falar na primeira pessoa do plural, se juntando aos demais.

O velho militante, falando por todos, declarou repetidas vezes o arrependimento do grupo. Para ele, a tentativa de assalto “se deu numa conjuntura imprópria”, quando “cometemos um erro de avaliação política”, analisou. Mas acrescentou um contraponto. Contou que “em muitos núcleos e diretórios espalhados pelo país”, já dispendo de liberdade

---

<sup>35</sup> Revista *Brasil Revolucionário*, ano III, nº 10, maio/junho/julho 1992. Fonte usada no parágrafo seguinte. Acervo particular cedido por Carlos Henrique Metidieri Menegozzo.

condicional ele sabia disso, uma frase “estava na boca” de muitos militantes: “o assalto foi um erro porque não deu certo”. Seja ele autor ou ouvinte da frase, ela era endossada por Prestes de Paula porque “retrata bem essa confusão” – que não foi diminuta. Mesmo depois do insucesso da ação, Prestes não escondia que, não fosse seu fracasso, ela não teria sido tão errada assim. Decerto, continuaria em segredo como as anteriores. Certa ou errada, própria ou imprópria, foi o fracasso da ação em Salvador que a condenou, conforme alegou ele. Possivelmente, de acordo com seus planos revolucionários de curto, médio e longo prazo, se aquela ação alcançasse êxito, e rendesse uma boa soma aos cofres do PCBR, ela não teria sido a última – aparentemente foi. Assim, Prestes demonstra que sua crença na necessidade de um grupo de vanguarda dentro do Partido dos Trabalhadores, que garantisse os fundos da dianteira, não arrefecera. Mas reconhecia sua inviabilidade forçada.

Em sua entrevista, Prestes de Paula demonstra que continuava a entender aquela ação como objetivamente correta e aceitável – apenas circunstancialmente, porque frustrada e descoberta, tornara-se equivocada. Para ele, não era “menos verdadeiro que do ponto de vista ideológico, a nossa atitude em Salvador não negou os interesses fundamentais das classes trabalhadoras”. Impedidos de militar da forma pela qual terminaram presos, aqueles militantes do PCBR, em nome de quem Prestes falava, se viram obrigados a acatar os rumos que a Justiça e o PT lhes guardaram. Pelo código penal brasileiro, terminaram na Casa de Detenção de Salvador; de acordo com o PT, precisaram concordar que as armas políticas empunhadas pelo partido não serviam para expropriações ou assaltos. Sua prisão serviu como exemplo: era preciso que as tendências de fato aceitassem as regras de convivência interna.

Bruno Maranhão, o principal dirigente do PCBR, presente na organização desde sua fundação, em 1968, e membro-dirigente também do PT, pensava semelhante a Prestes de Paula. Em entrevista a uma publicação que pretendia contar a história do Partido dos Trabalhadores na década de 1990 (quando ambos integravam o conselho editorial da *Brasil Revolucionário*), ele explicou seu ponto de vista: “sempre achamos que não existem saídas pacíficas para os impasses estruturais da sociedade brasileira (...) a resposta dos trabalhadores e marginalizados sociais será a violência justa. O PT deve estar preparado para esse momento”.<sup>34</sup> Durante muito tempo, Maranhão seguiu acreditando na “violência justa” e, por contraditório que possa parecer, também na existência do PT como um representante dos

---

<sup>34</sup> HARNECKER, Marta. *O sonho era possível. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo, Casa América Livre, 1994, p. 150.

marginalizados sociais. Socialmente, seu conceito de “violência justa” não atraía muitos adeptos. Mesmo assim, certamente influenciado por questões de ordem prática, Maranhão sempre cuidou de esclarecer que desconhecia os planos do assalto em Salvador. Muitos anos depois, quando seu nome reapareceu na imprensa nacional vinculado a uma invasão ao Congresso junto com trabalhadores sem-terra, Maranhão falou à revista *Piauí*, que publicou uma breve trajetória sua. O assalto foi lembrado: “em pleno governo civil, militantes do PCBR tentaram assaltar uma agência do Banco do Brasil, em Salvador, e foram presos”. Maranhão era dirigente do partido e incontornavelmente o conhecia – garantem os entrevistados. Conforme apurou a revista, “até hoje ele nega que soubesse da ação”.<sup>35</sup>

Mesmo indicada como “justa” – e, vale notar, com residual presença da classe trabalhadora e dos marginalizados –, ela precisava ser tratada com comedimento, pois Bruno Maranhão sabia que sua unanimidade era inexistente. Depois do assalto, o PCBR continuou existindo como tendência dentro do PT. Porém, enfraquecida e não mais praticante de ações como as que realizou na Bahia (se houve mais, ainda é somente especulação). Mesmo que esse tipo de violência continuasse “justa” para seus dirigentes e alguns de seus militantes, na prática, elas se tornaram reconhecidamente contraproducentes, como explicou Hobsbawm. Sem que fosse essa a vontade de alguns do grupo – como sugeriu Prestes de Paula –, foi necessário abandonar as armas, mas não o PT, no qual, mesmo que haja vozes para discordar, os militantes do PCBR sempre apostaram algumas de suas fichas.

Contudo, havia pelo menos um ponto uma concordância entre o PT e o PCBR na década de 1980. Um Boletim Nacional (BN) do PT registrou: “devemos tratar as finanças como uma questão política cuja importância é fundamental ao desenvolvimento do PT e cada petista deve ter consciência disto”. Era preciso colocar em prática “o carnê, as cobranças, as carteiras de identificação e outras formas aprovadas pelo PT”. A tesouraria pedia que a direção do partido confeccionasse uma “Cartilha de finanças”, na qual “deverá constar todas as questões de finanças (...) as questões legais, toda a legislação vigente, bem como a Lei Orgânica dos Partidos e o Regimento e Estatuto do PT sobre as finanças”.<sup>36</sup> Em março de 1986, o partido se preocupava com a sua contabilidade e com a conscientização de sua base sobre ela, não perdia

---

<sup>35</sup> Revista *Piauí*, nº 11, agosto/2007. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-11/poder-da-esquerda/conciliacao-de-classes>. Acessado em 8/11/2012.

<sup>36</sup> Boletim Nacional do PT, março/1986. Acervo CSBH, FPA.



de vista a legislação vigente – a comum, como pode ser percebido, não a LSN. Era preciso arrecadar, mas com atenção às questões legais.

Antes de o BN anunciar esse tipo de preocupação, o diretório do PT de Londrina apontou para as mesmas necessidades. (No Paraná, o PCBR era bem estabelecido e de Londrina partiram para a Bahia Jari e Marcos). Um informe daquela tesouraria avisava que seria necessário um empenho coletivo para “ajudar na arrecadação financeira”. E concluía: “a questão financeira é uma questão política”.<sup>37</sup> Os projetos políticos que o Partido dos Trabalhadores abrigava – fossem revolucionários ou institucionais – demandavam recursos. Os do PCBR não menos. A forma como o PT, em sua esfera nacional, e os grupos internos que ele abrigava escolheram para obtê-los, foram muitas: carnês, venda de agendas, campanhas de filiação. O partido e seus grupos internos também se abasteceram em sindicatos e movimentos sociais que controlavam recursos próprios. Além de doações de instituições internacionais e algumas entidades religiosas. Mas, como o PCBR comprovou, havia alguns recursos que não precisavam ser contabilizados.

O PCBR, diferente do PT, apostava nas ações armadas para conquistar recursos, arriscando-se perante a lei. Prestes de Paula, por exemplo, reconhecia isto. Escreveu num rascunho: “este tipo de campanha, até o fim do ano, vai provocar grandes baixas em nosso núcleo organizado (prisões e enquadramentos na LSN de alguns)”.<sup>38</sup> Ele previa a possibilidade de “quedas”, mas os ganhos eram inspiradores e sua causa – estavam certos – era justa. Como se verá neste trabalho, para o PT e para o PCBR, a questão financeira era, indubitavelmente, uma questão política, mesmo que o encaminhamento que as duas siglas deram a ela fossem bastante diferentes.

---

<sup>37</sup> Informativo da tesouraria do PT/Londrina. Processo, v. 7, fls. 443.

<sup>38</sup> Informe, ?/2/85. Processo, v.7, fls. 411.

## CAPÍTULO 1

### O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO: DE “VANGUARDA” À TENDÊNCIA

#### A PRIMEIRA FORMAÇÃO

Duas semanas após o assalto de Salvador, a revista *Veja* explorou uma outra ação armada, ocorrida no interior da Bahia, no Recôncavo, um ano antes. Com o anúncio de que “o grupo de seis militantes (...) não agia em nome do Partido dos Trabalhadores nem mandaria o dinheiro para Nicarágua – mas para a caixa de uma pequena organização clandestina” a revista divulgou que havia sido “o revólver do PCBR” o algo-mais acionador dos assaltos – agora sabidamente no plural.<sup>39</sup> Também o *Correio da Bahia* dirigiu-se a ele, noticiando que fora a “gangue do PCBR reconhecida em novo assalto na cidade” – desta feita a um edifício residencial.<sup>40</sup> Com isso a sigla PCBR reapareceu em destaque na imprensa, sem que com isso o PT deixasse de ser vinculado ao grupo dos cinco presos.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, também chamado apenas BR, foi fundado como dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em abril de 1968. Antes do racha, alguns daqueles que seriam seus fundadores (Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, entre outros) já demonstravam descontentamento com a linha política adotada pelo Partidão, destacadamente nas análises sobre os acontecimentos ligados ao Golpe de 1964. Daí que o principal motivo que levou à fundação do PCBR, constituindo sua maior distinção com o PCB, é a defesa do confronto armado contra a ditadura. Não é coincidência que a diferença que as siglas PCB e PCBR trazem seja o adjetivo “revolucionário”.<sup>41</sup>

No fim de 1968 o BR precisou lidar com o isolamento social causado pelo AI-5 e pela clandestinidade em que ele o aprofundou. Na prática, o PCBR se aproximou de uma atuação política militarizada e urbana, à distância das fábricas e do campo – o que não constava em seus planos. Segundo Marco Aurélio Garcia, seu Comitê Central (CC) ainda pretendia “fazer do PCBR uma organização „político-militar” superando a dicotomia frequente destes dois

---

<sup>39</sup> *Veja*, 23/4/86.

<sup>40</sup> *Correio da Bahia*, 24/4/86.

<sup>41</sup> Para a formação do PCBR ver GARCIA, Marco Aurélio. “O PCBR: da formação à tentação militarista”. *Em Tempo*, ano III, nº 93, dezembro/1979; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 6ª edição revista e ampliada, São Paulo, Ática, 2003; CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

elementos nas organizações revolucionárias”.<sup>42</sup> Contudo, o partido entrou em uma “maré militarista”, que o invadiu “como de resto quase toda esquerda brasileira naquele período”, induzindo-o a passos rápidos à luta armada. Considerado em atraso na prática dessas ações, seus dirigentes militares chegaram anunciar à militância um assalto a banco antes mesmo de sua execução, contrariando medidas primordiais de segurança.

Segundo Garcia, foram os militantes do nordeste os maiores defensores “de acelerar o ritmo desta passagem” à luta armada. Nesta região, o PCBR possuía uma base significativa, propensa ao militarismo e com força dentro do partido, como demonstra também a dissertação de Renato Della Vecchia. Ainda com Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender à frente da sigla, um grupo de “jovens nordestinos”, vanguardados por Bruno Maranhão, defendia “uma maior ofensiva na questão militar”.<sup>43</sup> (Coincidentemente, no PCBR reorganizado em 1986, já como tendência do Partido dos Trabalhadores, os nordestinos demonstraram ter bastante influência).

O partido ingressou na década de 1970 distante do povo e em ritmo apressado de implantação da luta armada – conforme seus planos. E ao passo que boa parte de seus quadros se dispersava entre prisões e cemitérios, o grupo prosseguiu em suas intenções armadas. O BR terminou inserido em uma lógica segundo a qual as ações que deveriam ser revolucionárias se prestaram mais à finalidade de garantir a sobrevivência da organização e de seus militantes. Daí em diante, o partido apostou cada vez mais no poder das armas. Em outra análise de Garcia, indica-se que a matriz política do PCBR havia mudado. “A organização havia paulatinamente abandonado toda uma fértil reflexão realizada em seus primeiros momentos” e aderido de vez ao militarismo. Nesse PCBR um bom quadro era aquele que atirasse bem ou fosse um bom motorista em eventuais perseguições ou fugas. Ainda nos anos setenta, abalado por diversas quedas, o comando do partido recuou à Bahia e ali refez sua direção nacional.<sup>44</sup> Nessa composição estavam Bruno Maranhão, Suzana Maranhão, Getúlio Oliveira Cabral, Fernando da Fonseca e Antônio Prestes de Paula. Mais do que antes, o partido passou a defender a luta armada imediata.

---

<sup>42</sup> GARCIA. *Op. cit.* Fonte usada no parágrafo seguinte.

<sup>43</sup> DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Dissertação, PPGH/UFRGS, 2005, p 125.

<sup>44</sup> GARCIA, Marco Aurélio. “O PCBR na agonia do militarismo”. *Em Tempo*, ano III, nº 94, dezembro/1979.

Para Jacob Gorender, escrevendo já como ex-dirigente, na Bahia, a direção do PCBR tinha uma intenção: “o objetivo eram as ações expropriatórias”.<sup>45</sup> De acordo com a dissertação de Sandra Silva, o PCBR foi “a organização que efetivamente realizou ações armadas em Salvador”.<sup>46</sup> Ao mesmo tempo, outras organizações pretenderam manter a cidade como uma área segura para recuo de militantes procurados no sudeste. Com a direção nacional do PCBR em Salvador, contudo, a decisão de fazer essas ações – que estava sendo debatida sem unanimidade – foi devida à necessidade de levantar fundos para o sustento dos dirigentes. Mas não foi apenas por essa necessidade imediata. A mesma dissertação apresenta um depoimento de Paulo Pontes, membro do PCBR de Pernambuco deslocado à Bahia, em que ele diz, “esse pessoal que estava aqui [na Bahia] era mais militarista, eles chegavam e diziam: a grande propaganda é se fazer uma ação armada de expropriação de banco”. E fizeram-na em maio de 1970 contra o Banco da Bahia no bairro da Liberdade, sem o sucesso esperado. Portanto, havia na Bahia militantes mais dispostos à realização de ações armadas, em contraponto com aqueles que assim não pensavam. Renato Affonso de Carvalho era um dos militantes baianos favorável às armas e essa característica pode tê-lo tornado mais próximo do ex-sargento Prestes de Paula.

A repressão, no entanto, assediou o grupo. Novas quedas aconteceram e o PCBR fragmentou-se de vez, não apenas na Bahia. Sua existência como partido político independente – e sempre clandestino – foi bastante curta, assim como a de outras tantas siglas que defenderam a luta armada entre os anos de 1960 e 1970. Na análise de um historiador que viveu esse período como militante, Daniel Aarão Reis F<sup>o</sup>, em todas as experiências comunistas “existe um denominador comum: os comunistas vivem a iminência da revolução e isto não tem, em princípio, *nenhuma relação com a marcha dos acontecimentos*” [grifo no original].<sup>47</sup> A revolução que deveria brotar da ação do PCBR e de outras “vanguardas”, os “pequenos motores” que deveriam mobilizá-la, não chegou a acontecer. Quase todas as organizações terminaram desbaratadas pela repressão do Estado. Na sequência dos acontecimentos das décadas de 1960/70, a revolução terminou faltando ao encontro – ou ao “ponto” – em que essas vanguardas ansiosamente aguardavam. A repressão, no entanto, compareceu pontual e firme.

---

<sup>45</sup> GORENDER. *Op. cit.* p. 204.

<sup>46</sup> SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Dissertação, PPGH/UFBA, 2004, p. 107-14. Fonte usada ao longo do parágrafo.

<sup>47</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 185.

De fato, entre 1971 e 72 o PCBR sofreu duros revezes. Alguns de seus últimos militantes conseguiram sair do Brasil se reencontrar na França e no Chile para programar o retorno ao Brasil. Renato Della Vechia afirma em sua dissertação que Prestes de Paula era o mais militarista entre todos e viajou entre os dois países articulando essa proposta, que logo esmoreceu.<sup>48</sup> De acordo com um dos fundadores do PCBR, Apolônio de Carvalho, o que restava da agremiação em 1973 eram “pequenas equipes de sobreviventes”.<sup>49</sup> Em setembro desse ano caíram seus últimos combatentes, encerrando temporariamente sua ligeira existência – não obstante algumas tentativas individuais de reconstrução. – do mesmo modo que outras organizações de esquerda armada, conforme análise de Emir Sader, até o fim da década esses militantes estariam dispersos “pela prisão, morte, exílio e desmoralização”.<sup>50</sup>

#### O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DENTRO DO PARTIDO DE MASSAS

Na década de 1980, o PCBR que reapareceu como tendência do PT havia se transformado – a diferença entre um e outro BR era tênue, mas existia. Na agremiação de volta à cena, a concepção sobre o partido de vanguarda e o papel que ele desempenharia rumo à revolução brasileira se assemelhava à de antes. A maior transformação – que não se originou de dentro para fora, ao contrário disso – foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores e a relação que o PCBR estabeleceria com ele. Conforme será apresentado nesse capítulo, os integrantes do PCBR envolvidos no assalto de Salvador participaram desde cedo da construção do PT, trabalhando, acreditando e torcendo por seu sucesso. Simultaneamente, porém, acreditavam na necessidade de uma vanguarda que garantisse o PT em caso de uma crise institucional ou, superando-o, no momento em que as circunstâncias para a revolução brasileira se revelassem. Ambas as siglas eram importantes, cada uma com seu papel.

Um documento de apresentação do PCBR, de circulação entre a militância do PT, talvez fora dela também, foi encontrado em um dos apartamentos usados pelo grupo em Salvador. São as *Teses sobre a construção do partido revolucionário*.<sup>51</sup> O documento não é extenso,

---

<sup>48</sup> DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Dissertação, PPGH/UFRGS, 2005, p. 107.

<sup>49</sup> Entrevista de Apolônio de Carvalho em HARNECKER, Marta. *O sonho era possível. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo, Mepla/Casa América Livre, 1994, p. 148; ver também CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997, p. 214.

<sup>50</sup> SADER, Emir. “O que é que está escrito na estrela?”. In.: SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 156.

<sup>51</sup> Documento “Teses sobre a construção do partido revolucionário”, s/d. Processo, v. 7, fls. 497-500. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

apenas quatro páginas, seu texto é objetivo e apresenta o PCBR como um partido marxista-leninista e revolucionário. Confeccionado com critérios de segurança, não há referência direta à sigla (apresentada sempre pela sua primeira letra ou palavra: “P...” ou “Partido...”), ainda que não seja difícil deduzi-la. São dez teses ao todo. Na terceira tese, o documento menciona a importância da CUT e do PT para a existência o partido revolucionário. Esses dois instrumentos, além de garantir a independência dos trabalhadores, combatem os “partidos que se autoproclamam vanguarda de proletariado brasileiro – caso do PCB e do PCdoB”, ambos chamados de colaboracionistas e à reboque da burguesia. Para o BR,

“a construção do PT como partido de luta e de massas, atuando no campo legal, e a CUT, como organização independente e autônoma dos trabalhadores, são tarefas políticas que servem à Revolução e à própria construção do Partido Revolucionário”.

Dentro do PT e da CUT, o PCBR agia como um embrião à espera do seu desenvolvimento e das condições que lhe garantiriam autonomia política – e tinha pressa. Em outra tese o tom é de pretensa autocrítica ao “vanguardismo” e ao “dogmatismo”. Diferente do “vanguardismo tradicional” da experiência passada – garante o documento –, da qual o povo se manteve distante, era hora de vanguardas se organizarem e emergirem do próprio movimento de massas, junto com as “vanguardas marxistas em processo autocrítico”. O PCBR demarcava uma posição: “somos um partido que se reivindica do marxismo-leninismo, mas combate o dogmatismo”. Nisso o PT era um aliado importante, pois para combater o dogmatismo eram necessários debates e discussões, e até “um fórum dos comunistas revolucionários” – os militantes do PCBR tentavam trazer para o PT aqueles outros que por ventura pudessem se aproximar do PCB e do PCdoB.

Com a fundação do Partido dos Trabalhadores, o PCBR encontrou um espaço legal para suas atividades. Assim, confluía para o PT transformado em tendência interna e seus militantes contribuíram também para a consolidação desse partido legal. O Partido dos Trabalhadores se comprometera com a possibilidade de aceitar tendências organizadas dentro dele ainda antes de sua fundação. Na carta de princípios que lançou em 1979, garantiu que respeitaria “o direito à fração e às tendências”. Em acréscimo ressaltou que as inscrições dos militantes seriam individuais. Ou seja, o partido reconhecia a existência de grupos específicos em seu interior, desde que institucionalmente submetidos à estrutura partidária petista. O BR,

no entanto, foi um grupo que desde antes do assalto fracassado estava em desalinho com o Partido dos Trabalhadores.<sup>52</sup>

A existência de organizações dentro de partidos legais não foi uma particularidade petista. Antes dele, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) possuiu algumas tendências até que uma reforma política do presidente Figueiredo (1979-85) estabeleceu novas regras para organização de partidos, que não mais se restringiram aos dois existentes, ARENA e MDB. Militantes ligados ao PCB, ao PCdoB, ao MR-8, bem como ao PTB, encontravam ambiente legal para sua política dentro do MDB – mas, como ressalta Cláudio Gurgel, “não sem concessões e conflitos”.<sup>53</sup> Essa simbiótica afinção na qual as duas partes envolvidas se beneficiavam (partido legal e organização interna) era uma opção duplamente interessante porque ao mesmo tempo fortalecia o partido com mais filiados e garantia a atividade de grupos legalmente impedidos de se organizar. Segundo Gurgel, no PT, as tendências exerceram importante papel, contribuindo com “a experiência, os contatos e relações de influência, compromisso ideológico”. E em alguns casos “a formação teórica dos principais quadros destas organizações tiveram grande importância para a construção do PT”. Dentro do PT, elas tiveram outra função: atraíam para o partido militantes que porventura pudessem se aproximar do PCB ou PCdoB – falsos representantes dos trabalhadores, como insinua o documento do PCBR *Teses sobre a construção do partido revolucionário*.

Na base formadora do PT havia algumas organizações simpáticas ao marxismo-leninismo, em paralelo a sindicalistas, intelectuais e progressistas da Igreja católica – e o marxismo-leninismo não seduzia apenas os revolucionários. Organizações como o Partido Revolucionário Comunista (PRC), o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) e o próprio PCBR traziam em seu nome o adjetivo revolucionário e por isso eram classificados como marxista-leninistas. O PCBR, que em especial se autodenominava marxista-leninista, encontrara no PT um ambiente seguro para suas atividades nem sempre clandestinas, mas sempre com vistas na revolução, que, a seu ver, não poderia ser postergada. Desde meados da década de 1970, algumas dessas organizações, frustradas em seus planos revolucionários e armados, passaram a se dedicar a atividades sociais e políticas mais próximas das “massas”,

---

<sup>52</sup> Carta de Princípios do PT, 1º/5/1979. Disponível em <http://www.pt.org.br/arquivos/cartadeprincipios.pdf>, acessado em 4/4/2012.

<sup>53</sup> GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro, Papagaio, 1989, p. 86-7.

conforme aponta Eder Sader.<sup>54</sup> Segundo ele, essas organizações, sem deixar de acreditar na importância de um partido de vanguarda e em estratégias revolucionárias, “atuavam sobre aquilo que lhes parecia, de qualquer modo, como condições indispensáveis para a continuidade da luta”, trocando Lênin por Paulo Freire. Assim, alguns militantes passaram a integrar, por exemplo, grupos de alfabetização e educação popular, casos em que para Sader “a demanda era grande e a atividade – legal e aparentemente inocente – poderia ser bem desempenhada por estudantes avulsos [ou] por militantes organizados”. Outros se aproximaram das massas a partir de suas especialidades profissionais: médicos atendendo em comunidades pobres, advogados trabalhando para sindicatos, etc.

A análise de Sader serve, em parte, para o PCBR dos anos 1980. As atividades políticas e profissionais – também a vida pessoal – dos envolvidos nos assaltos da Bahia sinalizam isso. Alguns deles eram profissionalizados, ou seja, trabalhavam e se sustentavam exclusivamente no PCBR; enquanto outros possuíam atividades remuneradas paralelas – essa variação indica o papel de cada um deles na estrutura e na hierarquia do partido. Nem todos possuíam ligação com o PCBR desde sua primeira formação, afinal alguns eram muito jovens para isso (em 1970, por exemplo, Cícero tinha quinze anos e Marcos, seis), apenas Prestes de Paula e Renato Affonso o compunham desde a primeira formação. Os demais ingressaram nele em sua fase de reorganização, a partir de finais da década de 1970, em paralelo à construção do PT, no qual se abrigava o PCBR como uma tendência. A atividade que cada um deles desempenhava no PCBR, seja na sua atuação legal, seja nas tarefas mais clandestinas, era diferenciada e todos desempenhavam funções próximas a movimentos sociais (entre organizações populares, sindicais ou estudantis). Contudo, para os militantes do PCBR essa aproximação não significou a superação da crença na necessidade de organizar uma vanguarda política e armada.

O PCBR dos anos 1980, aproveitando os espaços políticos reabertos, se aproximou do povo. Mas, em vez de trocar Lênin por Paulo Freire, o PCBR, que se anunciava autocrítico com relação à experiência vanguardista anterior, acreditou ter encontrado a conjuntura ideal para formação da vanguarda que pretendia compor: com participação e apoio popular, não apenas por dirigentes. E como é típico em organizações desse tipo, o cálculo acerca da oportunidade da luta armada e da iminência da revolução, prevê a proximidade de sua

---

<sup>54</sup> SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 167-78.



eclosão. Segundo suas *Teses sobre a construção do partido revolucionário*, esta seria o resultado de duas acumulações, “a das vanguardas marxistas, em processo autocrítico do vanguardismo e do dogmatismo, e a das vanguardas organizadas emergentes do movimento de massas”.<sup>55</sup> Com os novos espaços abertos, o grupo explorou e desenvolveu uma relação com diversos setores sociais e com o Partido dos Trabalhadores. Como explicou Bruno Maranhão, dentro do PT criticavam “uma corrente que carregava componentes socialdemocratas” e lutavam para fazer dele um partido revolucionário, com “intervenção direta na luta de classes”.<sup>56</sup> E para isso, agindo fora dele, era preciso conseguir recursos.

O grupo de fogo preso em Salvador conhecia Lênin e Paulo Freire. As atividades legais de cada um (como militantes do PT, funcionários de sindicatos, membros de associações populares, etc.) serviam como meio de garantir a inserção deles entre as massas, entre o povo, e, em alguns casos, também como meio de garantir seu sustento pessoal. Lênin e Paulo Freire eram lidos e discutidos, mas o primeiro era a principal referência. A seguir serão apresentados aspectos pessoais e políticos dos militantes do PCBR envolvidos nos assaltos da Bahia, que ainda não haviam realizado a troca mencionada por Sader. Em consequência da desigualdade de fontes disponíveis sobre cada um deles, o grupo receberá, incontornavelmente, tratamento desigual nas próximas páginas, o que não reflete o nível de participação de cada um deles na estrutura partidária do PCBR, mas a oferta de fontes diferenciada.

#### OS MILITANTES DO PCBR PRESOS NA BAHIA: PRESTES DE PAULA

Em seu primeiro depoimento à Polícia Federal de Goiás, Prestes de Paula revelou inúmeros detalhes de sua militância. Falou bastante e depois precisou rever algumas de suas declarações – quando sua estratégia de defesa se modificou. Recompôs sua chegada a São Paulo e disse que em 1983 se aproximou do movimento dos desempregados “pois sentia que ali (...) iria aprender de estruturação e organização de movimento”. Recém-chegado à cidade e possivelmente sem muitos meios de se aproximar daquele grupo, Prestes reconheceu que houve um componente especial para sua incorporação: “em face do seu passado como ex-militante do PCBR, exilado em Paris (...) conseguiu angariar simpatia com muitos participantes daquele movimento”. À PF, Prestes disse que se filiou ao PT apenas quando já era uma

---

<sup>55</sup> Documento “Teses sobre a construção do partido revolucionário”, s/d. Processo, v. 7, fls. 497.

<sup>56</sup> HARNECKER, Marta. *O sonho era possível. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo, Mepla/Casa América Livre, 1994, p. 149.

liderança entre os desempregados. Não disse, porém, que do PCBR nunca deixara de ser – e é provável que a polícia o soubesse.<sup>57</sup>

Mesmo durante o período em que esteve exilado em Paris, a polícia brasileira mantinha vigilância sobre ele. Um informe confidencial produzido pela PF em novembro de 1980 conta a história de uma Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), criada em 1975 com participação de inúmeros comunistas do Cone Sul. Era um grupo de fomento à luta armada no qual, segundo o relatório, se integrava, entre outras siglas, o fragmentado PCBR de Apolônio de Carvalho e Prestes de Paula (no documento, o nome do ex-sargento aparece destacado em vermelho). O informe parece dar muita credibilidade ao grupo, que tinha um “potencial econômico” de 60 milhões de dólares, embaixadas em diversos países da Europa e América Latina, além de traficar armas entre o Novo e o Velho Mundo.<sup>58</sup> Portanto a polícia sabia – ou especulava – sobre a contínua participação de Prestes em projetos de luta armada.

Em 1980, Prestes de Paula retornou ao Brasil por Recife. Anistiado, mas não de todas as acusações, segundo ele registrou em entrevista.<sup>59</sup> Seu plano inicial era seguir para o Rio de Janeiro, mas temendo que ali houvesse maior presença policial, preferiu pousar em Pernambuco e se estabeleceu temporariamente nesse estado. Por certo, também contava ali com amizade e suporte do influente Bruno Maranhão, que tinha retornado ao Brasil um ano antes, também anistiado – ambos haviam morado juntos durante o exílio na França. Prestes de Paula viveu pouco tempo em Pernambuco, mas a curta estadia ali lhe rendeu relações fortes. Além de trabalhar em um projeto de periódico do PT (também do PCBR), concebido por Maranhão, iniciou um relacionamento afetivo com Teresa Notari, que trabalhava no mesmo projeto e era vinte e um anos mais nova que ele. Não demorou a que a relação se consolidasse, com o PCBR sempre entre os dois – primeiramente, aproximando-os. Em Pernambuco, ele também conheceu e consolidou fortes laços de amizade com José Wellington, militante clandestino do PCBR e também do PT. Enquanto seus antigos companheiros da Aeronáutica negociavam um apoio ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, Prestes preferiu o Partido dos Trabalhadores, onde Bruno Maranhão, Teresa Notari, José Wellington e o PCBR estavam. Novas e antigas gerações do BR se reorganizaram numa tendência revolucionária no interior do PT.

---

<sup>57</sup> Depoimento, 26/6/86. Processo, v. 6, fls. 690.

<sup>58</sup> Informe. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), DEOPS, 50 E 33 3421.

<sup>59</sup> Entrevista de Prestes de Paula, em 4/8/2001, concedida a Muniz Ferreira e Sandra Silva, gentilmente cedida por Sandra Silva.

A relação entre Prestes de Paula e Teresa Notari representou não apenas uma convergência de gerações de militantes: desenvolveu-se no plano afetivo também. Quando Prestes regressou ao Brasil na década de 1980, já conhecia Teresa – pelo menos ela se lembrava disso. O contato não foi intenso, mas ela o registrou na memória e em entrevista:

“eu tinha conhecido o velho Prestes quando eu era uma menina. Um pouco mais que adolescente, no início da minha juventude. O Velho estava clandestino em Olinda e eu participava de uma comunidade ecumênica e o Velho ficou na casa de um companheiro que era do lado da comunidade. E eu conheci o Velho numa ciranda. Ele era um homem muito sedutor realmente. Ele me encantou já ali. E foi assim, uma passagem muito rápida, até porque ele não podia se expor”.<sup>60</sup>

Então, Teresa afirma que ainda não o conhecia, “só fiquei sabendo da história dele quando a Polícia Federal invadiu a casa desse companheiro e o Velho conseguiu fuga”. Mas, aparentemente, o contato rarefeito foi o suficiente para o encantamento. Após o retorno dos primeiros anistiados ao Brasil, na transição entre as décadas de 1970 e 1980, Teresa já possuía militância à esquerda, ligada a trabalhadores do setor de energia e, conta ela, “a gente começou um movimento de receber os nossos bravos companheiros que estavam fora do país”. Ao retornar, Prestes encontrou Teresa em processo de separação do seu primeiro casamento – ele já estava, na prática, separado. Prestes tinha cinco filhos, que moravam com a mãe, sua ex-mulher, no Rio de Janeiro; Teresa tinha dois, que viviam com ela.<sup>61</sup> O reencontro aproximou Teresa de seu ideal de militância e abriu-lhe o peito para uma paixão. Segundo ela,

“quando o Velho desce em Recife houve um encantamento muito forte. Aquele reencontro com ele que era um ideal de militância na minha cabeça – porque eu fiquei durante muito tempo achando que ele estava morto – (...) foi uma coisa tão forte que terminou a gente namorando”.

À paixão em Recife, seguiu-se a efetivação da relação. Porém, pouco tempo depois, os dois se separaram sem que esta distância fosse uma decisão do casal (ou de um dos cônjuges), que vivia um ardor pleno conforme comprovam suas cartas apreendidas pela polícia. Já em 1981 ele mudou-se para São Paulo, uma decisão profissional – sugerem alguns indícios. Ele e Teresa sustentaram a relação apesar dos problemas causados pela distância, contudo. Mantiveram vivos os planos de reencontro com uma correspondência assídua, lidas e relidas

---

<sup>60</sup> Entrevista com Teresa Notari, 23/5/2012. Fonte usada nos parágrafos seguintes. Sobre a sua alusão a uma “comunidade ecumênica” ser um tanto

<sup>61</sup> Para a informação sobre os filhos de Prestes de Paula ver Auto de Interrogatório. Processo, v. 6, fls. 677.

segundo registrou a mulher. Em uma delas, Teresa contou ao amado que passava o dia olhar seus retratos “na tentativa de fazer com que nossa separação seja menos dolorosa”.<sup>62</sup>

Nessa mesma carta, Teresa transmitiu coordenadas de Bruno Maranhão sobre a vida de Prestes de Paula em São Paulo. Bruno era amigo dos dois (carinhosamente chamado por Teresa de “Gordo”) e resolveu mandar recado ao companheiro através de Teresa:

“ele acha que teu círculo de amizade não deve ficar restrito à colônia nordestina. Diz que debes ter um relacionamento mais amplo, lembrando ainda a importância de um aprofundamento na amizade com Lula, visto teres tido uma boa relação com ele quando esteve aqui [Recife]. Não é interessante, contudo, entrar em discussão sobre o jornal, já que o Rubens [Lemos] e o Gordo estão tratando dessa questão”.

Aparentemente, Prestes de Paula não estava em São Paulo por vontade sua apenas. Ali executava tarefas de interesse do PCBR, no PT e em movimentos sociais. Bruno Maranhão e Rubens Lemos, eram militantes (e dirigentes) do Partido dos Trabalhadores e também da cúpula do PCBR, do Comitê Central precisamente, enquanto Prestes era seu comandante militar. Este, ao chegar a São Paulo, tratou de se aproximar de movimentos populares, em especial do movimento dos desempregados, como foi visto, e também de Lula – entre suas tarefas, não constava um convencimento político e editorial de Lula, isso caberia a dois outros dirigentes, bastava a aproximação. Enquanto isso, Lemos e Maranhão tratariam com o líder petista – sem que Prestes o perdesse de mira – questões sobre a edição de um jornal chamado *O Povão*. O jornal possuía duas razões: se dispunha a ser um veículo de divulgação do Partido dos Trabalhadores, mas editado pelo PCBR – o que conferia influência à sigla.

E pelo visto Prestes foi bem sucedido: na campanha que Lula disputou ao governo de São Paulo, em 1982, Prestes era um dos responsáveis pela sua segurança.<sup>63</sup> E o projeto de editar *O Povão* também se consolidou, tendo Lula entre os membros de seu conselho editorial, como declarou anos depois Bruno Maranhão.<sup>64</sup> Maranhão descreve o que pretendia ao sugerir a edição d’*O Povão* a Lula:

“nosso compromisso com Lula foi que na medida em que o PT tivesse um jornal de massas fecharíamos *O Povão*. Com o lançamento do primeiro jornal do PT (...) fechamos *O Povão* e nos integramos a esta iniciativa petista em 1982”.

---

<sup>62</sup> Carta de Teresa Notari para Prestes, 15/11/81. Processo, v. 7, fls. 463.

<sup>63</sup> *Folha*, 23/4/86.

<sup>64</sup> HARNECKER, Marta. *O sonho era possível. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo, Mepla/Casa América Livre, 1994, p. 150.

Com Prestes de Paula em São Paulo, próximo de Lula e do movimento dos desempregados (seu ambiente de militância legal), o PCBR garantiu uma entrada no movimento de massas. Outro ingresso foi garantido pela publicação de *O Povão*. Em ambos percebe-se a intenção do PCBR de atuar dentro do PT, se fortalecendo e ganhando espaço. E o velho Prestes de Paula exerceu papel importante. É muito provável que ele estivesse em São Paulo exclusivamente a serviço do BR. E sua mudança para o sudeste pode sugerir que o PCBR fosse uma prioridade para o ex-sargento, vindo em segundo lugar sua vida pessoal. Ele e Teresa, contudo, pareciam viver felizes, com alegações constantes de saudades e planos de reencontro. Não demorou muito e Teresa deixou Pernambuco rumo a São Paulo com seus dois filhos, Sérgio, de 13 anos, e Marcelo, de onze. Em 1983, estabeleceu de vez a vida em família com Prestes e os meninos.<sup>65</sup>

Juntos novamente, Prestes de Paula deu continuidade às suas atividades políticas enquanto Teresa Notari tornou-se funcionária da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Prestes não possuía outra atividade profissional além de sua militância, era, no jargão de seu meio, um quadro profissionalizado no PCBR – o que reforça a ideia de que em São Paulo ele estivesse em missão pela sigla. E Teresa conta que “pela idade, ele não conseguiu emprego formal. Eu, na realidade, era o provedor da família. Isso de uma forma muito discutida, muito tranquila, sem nenhum problema”. Ao lado de Prestes, em São Paulo, a mulher atendia não só à vontade do coração de ambos (claramente expressa nas cartas que trocavam), também contribuía para o sustento da família – que antes estava distante e fragmentada. E o ex-sargento Prestes, mesmo não sendo o arrimo da família, era bastante exigente com o cotidiano familiar, sobretudo no aspecto ideológico, mas não apenas; como se verá. Em São Paulo, onde passou a viver e onde reside ainda hoje, Teresa Notari lembrou com olhos marejados: “aqui a gente foi muito feliz”.

O filho mais velho de Teresa, Sérgio, relembra detalhes da convivência com Prestes, ou tio Paulo, como se habituou a chamá-lo.<sup>66</sup> O começo da relação não foi fácil. Além de ser o novo namorado da mãe, recém-divorciada para desgosto do filho, tinha que habituar-se ao “sistema dele”. Sérgio conta que Prestes era muito exigente com os horários de dormir, porque costumava dormir e acordar bastante cedo. “Ele se importava muito com isso”, e por consequência, narra Sérgio, “definia isso como uma norma para família”. “Eu me atraitava

---

<sup>65</sup> Entrevista com Teresa Notari, 23/5/2012. Fonte usada no parágrafo seguinte.

<sup>66</sup> Entrevista com Sérgio Notari, 24/5/2012. Fonte usada no parágrafo seguinte.

muito com esse negócio”, lembra. Houve uma vez em que Prestes e ele tiveram um conflito mais intenso, quando o Velho interferiu numa briga entre os irmãos, castigando Sérgio. Trancado no quarto de onde não podia sair, Sérgio iniciou um quebra-quebra “virado na peste”, batendo no que podia. Bastante irritado com a indisciplina do jovem, que não cedia aos seus comandos, Prestes, num arroubo, esmurrou um armário e por pouco não acertou também o enteado. O susto foi o suficiente para acalmar o garoto e atrair Teresa para o conflito. Os adultos conversaram no quarto, sem que o jovem presenciasse a discussão. Seu conteúdo Sérgio só descobriu algum tempo depois, mas não deve ter demorado a sentir seus efeitos. O evento mereceu atenção em uma carta que o Velho lhe escreveu anos mais tarde:

“depois daquele incidente (...) por uma razão absolutamente fútil eu perdi o controle emocional e para não golpear-te, golpeei o armário. Essa explosão de violência incontida da minha parte te feriu e mais ainda a tua mãe, ali quase que rompíamos a relação”.<sup>67</sup>

Arrependido e ultimado pela esposa, Prestes de Paula retornou ao quarto e desculpou-se com o menino, lembra-se Sérgio. Em particular, desculpou-se com sua mulher e mãe de Sérgio. Teresa admirava demais seu homem e companheiro, amava-o, mas a educação de seus filhos estava subordinada aos princípios dela. E, ante aquele excesso, ela se impôs. Na carta, Prestes lembrara: “esse incidente acabou por marcar profundamente a nós dois e consolidou definitivamente a nossa relação de pai-filho”. Por trás dessa relação – não foi preciso registrar –, havia uma mãe de pulso firme.

Entre conflitos naturais de uma relação de mãe, pai e filhos, Sérgio não se esqueceu que Prestes também “sabia cativar”, “era um excelente cozinheiro”. O passado mineiro do tio Paulo chegava à mesa da família em formato de pão de queijo, que ele fazia todo final de semana, “irmanamente divididos na família”, cativando o gosto do jovem. Mas a sedução de Prestes com as especiarias mineiras não fugia às regras de disciplina e de divisão familiar do trabalho, como exemplifica Sérgio. Certa feita era a vez de Marcelo, o caçula de Teresa (então com 11 anos), sair à compra de ingredientes para os pãezinhos, e, conta Sérgio, “meu irmão disse que estava com preguiça e não ia”. O Velho satisfez-se sem debates e disse que iria ele mesmo à rua. Com a fornada pronta, Marcelo ficou sem a sua cota semanal de pãezinhos de queijo. “Não foi comprar, não cumpriu com sua tarefa”, definiu o tio Paulo, “não vai comer”. Disciplinador e exigente era o velho sargento também dentro de casa.

---

<sup>67</sup> Carta de Prestes de Paula para Sérgio Notari, 30/5/91. Acervo pessoal de Sérgio Notari.

Para Sérgio, “nesse processo todo, a gente foi se consolidando como família”. “No meio de tudo isso”, associa ele, “havia a militância de meus pais” – do velho Prestes e de Têca, como chama carinhoso sua mãe. Mas até a prisão de Prestes em Salvador, a militância do casal não era um problema – e, no caso de Teresa, ela se manifestava como dupla jornada: trabalho profissional e trabalho político. Quando Prestes se envolveu com os desempregados de São Paulo, continua Sérgio, “eu vi o Velho se ausentar mais, mas nada que afetasse a dinâmica familiar”. Quase todas as noites Prestes dormiu no acampamento organizado no Parque do Ibirapuera e ali recebia visita dos enteados e da mulher. A família conciliava sua ausência. Após sua queda em 1986, os pães de queijo que algumas vezes atraíram também as crianças vizinhas ao apartamento da família, com permissão de seus pais, deixaram de uni-la e socializá-la. E, primeiro foragido, depois preso, Prestes também se afastou de casa em caráter definitivo. Após a divulgação de seu nome como um cúmplice do assalto em Salvador, Sérgio se recorda do afastamento de alguns amiguinhos – o primeiro impacto promovido pelo assalto em sua vida.

Da prisão na Bahia, algum tempo depois, Prestes escreveu para Sérgio, agora chamado de “meu filho”.<sup>68</sup> Entre as tarefas que o próprio Prestes se atribuía, como reponsabilidades do posto de pai e dirigente familiar que ele se ocupava, constava a formação do jovem Sérgio. Preocupado com a forma com que o garoto lidava com realidade difícil de sua prisão, aconselhou: “é preciso viver bem a tua adolescência”, para não deixar lacunas em sua “personalidade adulta” – Prestes temia o amadurecimento forçado e precoce do adolescente. “Pois tudo o que não vivemos na infância, ou na adolescência, iremos viver de maneira deslocada durante a fase adulta”, explicou. Prestes mostrou-se inteirado e interessado na militância que Sérgio principiara. “Isso é bom”, elogiou Prestes, mas uma boa militância tem de ser “equilibrada”, advertiu. Recomendou que o jovem não se desvinculasse dos movimentos sociais, pois “um conhecimento apenas livresco e um discurso apumado, mas sem experiência na prática social, não quer dizer muita coisa”. Deu o exemplo de si: “quando eu estava aí em São Paulo, filiado ao PT, eu tinha também uma prática ligada aos desempregados e à luta dos favelados”. Prestes reforçava com Sérgio aquilo que para ele deviam ser as primeiras lições de um militante, sem deixar de, aos poucos, apresentar lições revolucionárias.

---

<sup>68</sup> Carta de Prestes de Paula para Sérgio Notari, 6/10/87. Acervo pessoal de Sérgio Notari. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

A carta tinha um nítido tom professoral, sem arrogância. Prestes definiu o bom militante político: “é aquele que além de compreender a realidade social” precisa ser “capaz de intervir nela e mudá-la”. Da cela onde estava, Prestes já não tinha como manter sua prática social atualizada, restavam os conselhos ao “filhão”. Prosseguiu com seus ensinamentos:

“uma cultura política apenas discursiva e livresca, desligada da prática social, ou o inverso disso, uma prática desligada de uma orientação política correta, não forma o militante político, pelo contrário, apenas o deforma (...) o militante político é acima de tudo um dirigente. Ele consegue ver a essência das coisas além da sua superficialidade”.

O modelo ideal de militância apresentado por Prestes ao “filhão” Sérgio – do qual o sargento era tipo exemplar – oferece um prelúdio de seu conceito de vanguarda, que precisa ser formada por quem enxerga mais adiante. Didático, deu exemplos: quando o militante “olha para um soldado espancando um trabalhador, ele deve ver além de um homem violento batendo em outro homem, ele deve ver que por trás daquela violência existe os interesses das classes dominantes”. Explicou, como um dirigente que vê além dos outros, que o soldado era o representante, “muitas vezes cego e inconsciente”, do estado burguês, um alienado. Se Sérgio não enxergasse isso, não poderia ser um militante do movimento social, “quanto mais um militante revolucionário”. E para Prestes de Paula, atento à diferença estratégica dessa dupla militância, social e revolucionária, a segunda era certamente imprescindível. Com o exemplo do soldado “cego”, Prestes reiterou que um bom militante “vê as coisas que os que não têm consciência política não poderão ver”. Mas garantiu que o soldado violento, apesar de sua privação, não era isento de responsabilidade (a ser cobrada oportunamente após a Revolução ou, se necessário, num assalto a banco). “E, conforme o caso, ele será punido com muito rigor”, sentenciou.

Prestes anunciou seus planos para o retorno à família, que esperava ser breve. “Quero te ensinar muitas coisas e aprender outras contigo”, escreveu garantindo que não era demagogia. Seguiu dizendo,

“todo homem de uma geração mais velha pensa em passar para a mais nova as suas experiências (até aí tudo certo) mas, o que pensa a maioria das pessoas é [que] nada tem a aprender com as gerações mais novas (ledo engano). Chegar diante de um jovem e querer que ele engula tudo o que os mais velhos têm a dizer é tão estúpido e ignorante que deve ser absolutamente combatido. E o conflito entre as gerações? Eles existem? Claro que sim”.



É difícil precisar se Prestes pensava mesmo, como escreveu para o jovem enteado, sobre diferenças de gerações e uma mútua aprendizagem. Em seu cotidiano familiar é possível que não, afinal parecia inflexível com o horário de dormir dos mais jovens – que deveriam seguir o seu exemplo. Mas em sua militância política, talvez. Ao retornar ao Brasil, Prestes precisou lidar com uma nova geração do PCBR: com Teresa, José Wellington, Jari, Telson, Cícero e Marcos – vivendo um ambiente político que já não era clandestino, entre *pontos* e aparelhos, e tampouco se aproximava da rigidez de um quartel. O ex-sargento e veterano militante do PCBR gozava de muito respeito entre essa nova militância (fora do PCBR também, no PT e no movimento dos desempregados de São Paulo). Provavelmente Prestes de Paula se permitiu entender os novos militantes que tinha diante de si. Contudo, o conceito de militante que ele transmitia, pouco deve ter mudado – e, nesse ponto, não deveria haver muito debate.

#### FOTOGRAFIA 4



Foto do acervo pessoal de Teresa Notari. Na fotografia aparecem Lula, à esquerda, e na outra extremidade, à direita, o ex-sargento Antonio Prestes de Paula, de perfil e com olhos sobre o candidato ao governo de São Paulo em 1982. De acordo com recomendações do dirigente Bruno Maranhão, Prestes deveria “aprofundar” a amizade com Lula, iniciada em Pernambuco.

O ano de 1983 teve uma significativa importância para Prestes e sua família. Pessoalmente e em primeira hora, pelo seu reencontro, politicamente e *a posteriori*, esse foi o ano em que as relações entre o PT e suas tendências começaram a ser revistas – o que trouxe consequências domésticas para a vida do casal, como sugere uma carta de Prestes à esposa em 1986. Em março desse ano – portanto às vésperas da ação em Salvador –, Prestes estava em

casa com os dois enteados que dormiam – eram três horas da madrugada –, enquanto Teresa estava longe, talvez a trabalho.<sup>69</sup> Prestes resolveu escrever à sua companheira porque se via “magoado e tenso”, pensando no futuro da relação, que para ele já não era a mesma. Desta vez já não há espaço para declarações de amor. “Existem certamente algumas contradições entre nós dois que tendem a agravar”, escreveu. “Uma das grandes contradições da nossa vida, hoje é, sem dúvida, o teu relacionamento com a CUT”. O problema, em princípio, não era a relação “político-profissional” de Teresa com a entidade, “pois ambos admitimos o grande papel da CUT no processo de luta de classes no Brasil”. Para Prestes – um militante em tempo integral do PCBR –, o problema residia na dupla militância de Teresa na CUT e no BR, que não acontecia na mesma intensidade de antes. Concluiu ele: “a contradição com a CUT não está dentro dela, mas dentro de ti”.

Prestes lista sua decepção: “em primeiro lugar, porque dilui a olhos vistos o teu compromisso com a *O*.”. Ou seja, o compromisso de Teresa com o PCBR já não era o mesmo e ele poderia até “enumerar vários exemplos”. (Uma pena, para esta pesquisa, que não o tenha feito) Em segundo lugar, Prestes decepcionou-se mais como chefe de família do que como militante, reclamando da ausência de Teresa em casa – a trabalho, não havia dúvidas. “Em terceiro lugar, deixastes cair de vez o PT e teus planos de militância no sindicato de tua categoria não passaram de palavras ao vento”. As queixas de Prestes à esposa sugerem que a primeira falta de Teresa era no BR, depois como companheira, por último no PT e num sindicato que não foi mencionado. Portanto, era essa a hierarquia estabelecida por Prestes. E, se Teresa estava abandonando o BR, isto era mesmo um problema. Seria interessante se ele tivesse enumerado, como disse que poderia fazer, as atividades que Teresa deixava de cumprir no PCBR, assim maiores detalhes sobre esse cotidiano político e familiar estariam disponíveis.

O que Prestes cobrava de Teresa era uma extensão daquilo que, depois de preso, explicaria ao enteado – que por ser muito jovem, ainda não era exigido por isso, apenas iniciado. Um militante de uma vanguarda não pode esquecer que suas virtudes (enxergar mais e melhor do que os outros – espancador ou espancado – era uma delas) não pode prescindir da própria vanguarda, da constante atividade nela, pois é essa participação que abastece tais virtudes. Um ambiente típico dos grupamentos de vanguarda das duas décadas anteriores. Segundo Alfredo Sirkis, por exemplo, em 1969, na sua organização, a VAR-Palmares, ele

---

<sup>69</sup> Carta de Prestes de Paula para Teresa Notari, em ?/3/86. Processo, v. 7, fls. 392. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

participava de quatro reuniões por dia, “em discussões intermináveis”.<sup>70</sup> Daniel Aarão Reis F<sup>o</sup> explica essa relação. Para ele, “o saber e o poder de cada militante são dádivas do Partido e da vida partidária” – da qual Teresa Notari se distanciava aos olhos do marido. “Por maiores que sejam suas capacidades”, continua Reis F<sup>o</sup>,

“o militante nunca deverá esquecer duas coisas: suas prerrogativas e conhecimentos jamais se igualarão às prerrogativas e conhecimentos do Partido e, em segundo lugar, foi sua inserção no Partido que tornou possível adquirir o que possui”.<sup>71</sup>

Por isso Teresa deveria ser cumpridora de suas obrigações no PCBR: ler documentos, participar de discussões, organizar encontros, etc. E a Prestes de Paula, militante tarimbado, dirigente militar e marido diligente, caberia o papel de cobrar à esposa suas responsabilidades, em sua casa não poderia faltar o exemplo. As cobranças de Prestes podem não dar a dimensão das ausências de Teresa no PCBR – é possível que sequer existissem –, mas expõem o grau das exigências do marido para com a esposa, do dirigente para com a militante. Com isso, Prestes de Paula e o PCBR, nos anos 1980, ainda demonstravam traços característicos de sua primeira formação – quiçá universal às vanguardas leninistas revolucionárias. Reis F<sup>o</sup> aponta esse traço. Massacrado com tarefas, o militante,

“por mais que se esforce nunca estará à altura dos revolucionários arquétipos (leque de virtudes); nem em condições de adquirir as qualidades dos chefes (celebração da autoridade). Assim, em todas as dimensões da vida, o militante estará sempre em dívida, e esta não para de crescer, como bola de neve, tornando-se, ao longo do tempo, insuscetível de pagamento”.<sup>72</sup>

A carta de Prestes trouxe, ademais, uma comparação para confrontar Teresa – um outro militante antigo do PCBR, um exemplo. Prestes trouxe ao papel algumas diferenças que ela tinha com Benjamim Ferreira, piloto do segundo carro que garantiu fuga a Prestes em Salvador e que em instante algum foi incriminado. “Toda a tua crítica contra o Benjamim”, redigiu ele, “apesar de justa, se exagera porque ele representa o teu oposto em relação à CUT”. Era o que pensava sobre Benjamim ou apenas queria convencer a esposa disto: “ele simplesmente caga solenemente para ela. No entanto, tua atitude tem uma componente extremamente inconsequente, pois tu não te criticas e resistes à crítica” – e a autocrítica sempre devia acompanhar um bom militante. O Velho concluiu dizendo que o compromisso

---

<sup>70</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 14ª edição, Rio de Janeiro, Record, 1998, p. 172.

<sup>71</sup> REIS F<sup>o</sup>, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 119.

<sup>72</sup> REIS F<sup>o</sup>, Daniel Aarão. *Idem*, p. 121.

de Teresa com “a Organização” terminava sendo “no mesmo nível do Benjamim em relação à CUT”. Para ele, Teresa ignorava solenemente o PCBR, afetando a relação doméstica do casal – Benjamim, que segundo Prestes priorizava o BR, se tornara exemplar. “E isso é tanto mais grave porque tens a consciência da importância desse instrumento revolucionário, sem o qual a CUT não terá a menor consequência estratégica”, explicou à esposa. A conclusão da carta possui tom definitivo e revelador.

“Chegou o momento em que temos que discutir isso a fundo para ver se acertamos nossos ponteiros, pois para mim isso é de capital importância, já que cheguei a um ponto de não mais aceitar que isso continue assim. É um momento difícil, para mim, ter que colocar isso neste nível. Não se trata de um ultimato, estou apenas colocando uma condição para mim fundamental (...) Só quero deixar claro que este problema tem muito peso na nossa relação daqui para frente. Teu marido”.

Fora dos trilhos da revolução, o casamento, assim como a CUT, arriscava a ser algo tático, sem repercussão estratégica. Nos planos do ex-sargento Prestes, o PCBR e a revolução assumiam a máxima importância. A carta transparece isso em vários momentos, em contraste com um documento do PCBR que lista como uma de suas bandeiras a luta para que os sindicatos não sejam “correias de transmissão do Partido, para que seja conquistada e mantida a autonomia da estrutura sindical”.<sup>73</sup> Em segundo plano, para Prestes, estava seu casamento, o PT e a CUT – não necessariamente nessa ordem. Ainda que os documentos do PCBR afirmem a importância da CUT, o comandante militar do partido acreditava que sem o PCBR ela pouco servia. E queria convencer a esposa disso.

É possível que a dedicação de Prestes ao PCBR estivesse num crescente, em especial pela montagem de ações armadas. Afinal, três delas aconteceram entre 1984 e 1986 na Bahia: carro pagador no interior, agência bancária em Cachoeira e depois o fiasco na capital. E ele poderia estar antecipando que as demandas do BR continuariam crescentes – em sua frente de massas e na clandestina. Se a dedicação de um militante a uma vanguarda costumava ser elevada, como apontou Reis F<sup>o</sup>, não é acaso que Prestes tenha escrito essa carta dias antes de partir para a ação em Salvador. Sua última antes de ser preso.

Pelo desenrolar dos acontecimentos, não foi possível descobrir o que imaginava Prestes de Paula para o futuro de seu casamento e do PCBR, mas sua pressão caseira funcionou. Teresa passou a se dedicar muito mais intensamente – ou exclusivamente – ao

---

<sup>73</sup> Documento “Teses sobre a construção do partido revolucionário”. Processo, v.7, fls. 498.

marido e, por extensão, ao BR. Pouco tempo depois da ação frustrada em Salvador, já conhecendo as queixas do companheiro, Teresa mudou-se com os filhos para a nova cidade, onde Prestes estava preso, abandonando o trabalho na CUT – talvez também a militância – para estar próxima a ele.

#### FOTOGRAFIA 5

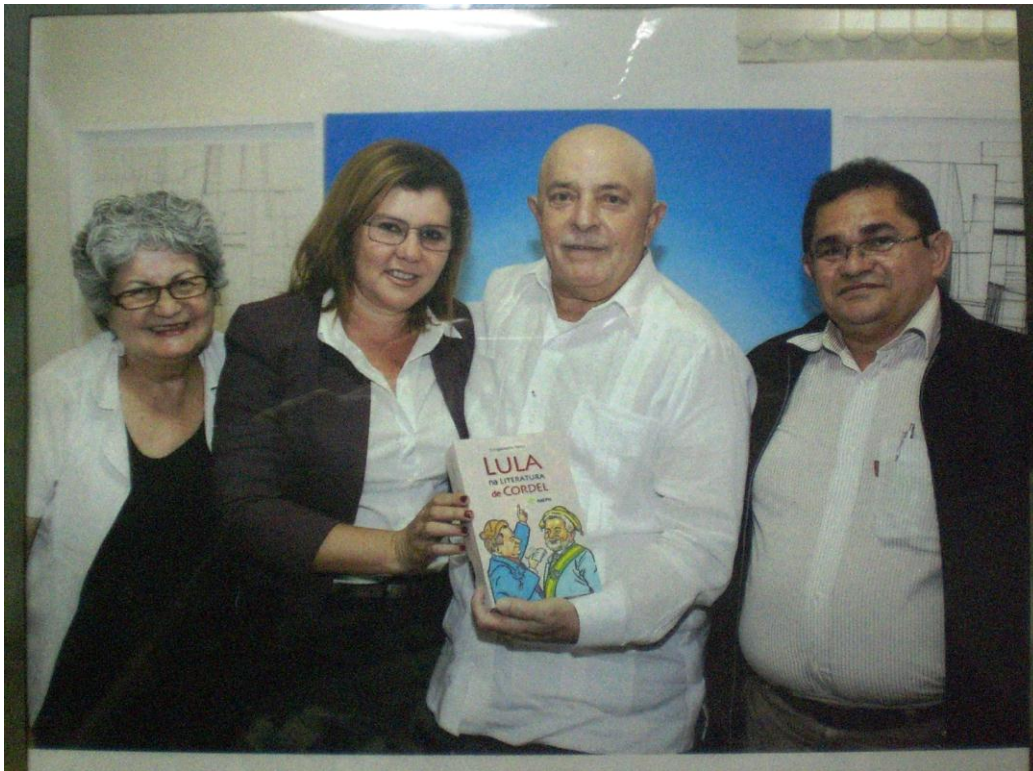


Foto do acervo pessoal de Teresa Notari. Na fotografia, encontrada à cabeceira da mesa em que atualmente trabalha, Teresa Notari é a primeira à esquerda.

#### OS MILITANTES DO PCBR PRESOS NA BAHIA: JOSÉ WELLINGTON

Um dos amigos que Prestes de Paula fez em seu retorno ao Brasil, José Wellington Pinto Diógenes, já era militante do PCBR quando o ex-sargento desembarcou em Recife. Conforme ele registrou em entrevista, “quando Prestes chegou eu já era uma pessoa bem engajada dentro do PCBR”.<sup>74</sup> A aproximação de Wellington com a sigla aconteceu ainda na década de 1970. Um ex-militante do BR, Luís Alves, saiu da prisão com intenção de reorganizá-lo após as quedas da primeira metade daquela década, independentemente de

<sup>74</sup> Entrevista com José Wellington, 15/7/2012. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

Prestes de Paula e Maranhão estarem fora do Brasil. Foi ele quem apresentou as ideias do grupo para José Wellington, sem mostrar os documentos, que “eram ilegais”, mas explicando em que consistiam – “eu me lembro bem que foi no governo Geisel”, recorda-se. A partir de então ele incorporou a militância clandestina do PCBR à sua vida: iniciou um curso de direito, se envolveu com grupos culturais de circo e teatro populares, passou a escrever em um jornal legal, a *Gazeta do Oeste*, contratado como analista político.<sup>75</sup> Essas atividades serviam à sua militância no PCBR para mantê-lo próximo de setores que interessavam à revolução: dos estudantes universitários e dos trabalhadores, para quem ele encenava peças teatrais com temáticas sociais. Contudo, um evento de caráter pessoal interferiu na sua militância.

José Wellington se envolveu em um crime de morte em Mossoró, onde residia. Matou um homem a tiros e, mesmo inocentado pela Justiça por reagir em legítima defesa, precisou deixar a cidade temendo represálias – “ele era um dirigente político da direita aqui”, explicou. O conflito surgiu porque o homem era acusado de ter estuprado a própria filha e José Wellington o denunciou em sua página da *Gazeta*. Wellington terminou sendo agredido em público pelo acusado (“ele deu na minha cara”), o que estendeu a querela. O revide do jornalista veio à bala, dias depois, também em público e na porta de *A Gazeta do Oeste*. A Justiça o absolveu, mas suas atividades no jornal e no PCBR de Mossoró foram comprometidas. Por isso o partido o deslocou para Pernambuco e sua militância não foi interrompida, apenas mudou de endereço. De acordo com o próprio José Wellington, esse evento contou como um qualificador à sua posição dentro do PCBR: dado pelo militarismo do grupo, ele passou a ser um quadro mais valorizado, destemido, afinal já tinha “matado um”. Em legítima defesa, claro.

Em Pernambuco ele morou na zona rural, vivendo próximo a canaviais, à sombra do PCBR e trabalhando na construção do Partido dos Trabalhadores, que então tinha início. Sua atuação em grupos culturais funcionou como vínculo com operários das usinas próximas. “Eu fiz minha militância lá, organizando o PCBR. Recrutamos algumas pessoas para fazer treinamento (...) com armas, com tudo”, e durante muito tempo, quase uma década, ele viveu “como profissional da organização”, se dedicando exclusivamente ao PCBR:

“Eu parei de estudar, não trabalhava, eu tinha um aparelho da organização, carro da organização. Vivi esse período todo, todo, sob a orientação do PCBR, sendo um militante

---

<sup>75</sup> Carteira de identificação de José Wellington em *A Gazeta do Oeste*. Processo, v. 2, fls. 466.

abnegado, um militante que não tinha nenhuma atividade, nem afetiva, que não fosse ligada ao PCBR”.

De acordo com os critérios do PCBR à época, um militante como José Wellington era bastante destacado. Um dos documentos do partido menciona a necessidade de recrutar “os melhores lutadores da classe operária e do povo, os mais firmes, mais conscientes e abnegados, cujas qualidades se revelem na própria luta”.<sup>76</sup> E José Wellington parecia atender a esses critérios, tanto que ocupava importante posto, seja nas ações ditas militares, seja nas tarefas da frente de massas. Conforme ele sustenta em entrevista, seu nome em Pernambuco era “muito forte dentro do Partido dos Trabalhadores”. Conta mais: “eu era conhecido. Eu era aceito em todos os núcleos de todas as organizações porque eu era uma pessoa que tinha muita dinâmica de teatro. Eu fazia teatro de bonecos, eu atuava dentro do movimento sindical, eu fazia reuniões de base”.<sup>77</sup>

Dentro do PCBR também destacou-se. Hoje, José Wellington demonstra orgulho de ter estado próximo, e à altura, de nomes como Prestes de Paula e Theodomiro dos Santos, bem como de outros militantes antigos do PCBR. Ele fez parte dos esquemas de segurança montados pelo PCBR para receber Prestes, em 1980, e Theodomiro, em 1985, ambos chegados da França em Recife. José Wellington sabia se tratar de nomes importantes para a história do PCBR – envoltos, certamente, em heroica memória. Fazer parte do grupo que, além de recepcionar, garantiu a segurança dos dois, colocava Wellington em um local de destaque e respeito no grupo – ele se reconhece assim. A recepção de Theodomiro exigiu mais de José Wellington, pois na chegada de Prestes houve apenas alguma tensão na espera de seu desembarque. Na outra, segundo ele conta, foi necessário que atravessasse um carro na pista do aeroporto de Recife para o transporte do exilado, cercado por muitas pessoas – assediadores, repórteres ou agentes. Ele se recorda de ter até aparecido em fotos de jornais que cobriram o episódio.

Um episódio associado à história de Theodomiro Romeiro dos Santos merece referência. Em agosto de 1979, Theodomiro fugira da prisão onde estava, em Salvador, temeroso de não ser contemplado pelo projeto de anistia que seria apreciado pelo Congresso naqueles dias. Theodomiro e o PCBR receavam que a anistia prometida não o incluísse: no início da década, ele fora condenado à morte – pena convertida, mais adiante, em prisão

---

<sup>76</sup> Documento “Teses sobre a construção do partido revolucionário”, s/d. Processo, v. 7, fls. 497-500.

<sup>77</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012. Fonte usada no parágrafo seguinte.

perpétua.<sup>78</sup> De Salvador até à Nunciatura Católica, em Brasília, de onde barganhou sua saída do Brasil, Theodomiro foi escoltado por um esquema de segurança montado pelo PCBR. Um esquema que incluiu sua fuga da penitenciária, viagens pelo interior da Bahia, hospedagens em fazendas e conventos providenciados pela rede de relações do PCBR. Quase dois meses após ter deixado Salvador, Theodomiro chegou ao Distrito Federal. Renato Affonso de Carvalho esteve à frente da operação durante a maior parte do tempo; seu irmão Marco Antônio e Bruno Maranhão o substituíram; por fim cuidaram da fuga os deputados Francisco Pinto e Airton Soares (ambos no MDB).

A fuga de Theodomiro foi bastante ousada e exigiu muito do PCBR – que não era grande, como informa Emiliano José em seu texto. Nele, o BR é descrito como “muito pequeno”, “com uma estrutura mínima” para garantir sucesso da operação, na Bahia e, para piorar, suas forças “minguavam”.<sup>79</sup> E em relação aos caminhos da fuga, Theodomiro e PCBR divergiram. O militante resgatado pretendia deixar o país logo que possível. A direção do partido, especialmente Bruno Maranhão, pretendia pedir asilo para Theodomiro em alguma embaixada e transformar sua fuga em um ato político contra o regime. Diante do impasse, Maranhão – sem querer baixar um centralismo que enquadrasse Theodomiro –, o convenceu com a promessa de que ele seria resgatado pelo PCBR de qualquer embaixada se não conseguisse deixar o país até o fim do ano. Sem que a promessa precisasse ser quebrada – sem dúvida era inexequível – e após muita negociação, Theodomiro deixou o Brasil em dezembro de 1979.

O episódio da fuga de Theodomiro Romeiro dos Santos apresenta o dilema que acompanhou PCBR durante a década seguinte. Em fins da década de 1970, o partido ainda pretendia se firmar a partir de uma organização militar – ou simplesmente armada. Emiliano José descreve que durante a viagem Salvador/Brasília, o PCBR sempre utilizou dois carros – um como batedor – e muitas armas. Aqueles militantes pretendiam garantir a segurança do foragido caso houvesse encontro com agentes policiais. O episódio repercutiu na imprensa nacional, ativou os órgãos de segurança e poderia trazer para o PCBR atenção – também repressão – indesejável. Sob o argumento de proteger-lhe a vida, posta em risco pela permanência solitária na cadeia e longe da anistia, o PCBR levou Theodomiro para longe do

---

<sup>78</sup> Para a fuga de Theodomiro dos Santos ver JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças de um mar cinzento*. São Paulo, Casa Amarela, v. 2, 2004, pp. 19-53. O mesmo texto foi publicado em *Caros Amigos*, nº 1, 1997.

<sup>79</sup> JOSÉ, Emiliano. *Idem*, pp. 38-9.



cárcere. Contudo, ainda pretendia torná-lo um fato político, conforme o gosto de Maranhão – assim o troféu assumia, para além de suas hostes, uma parcela de sua ousadia e força paramilitar.

No encontro em que discutiram os rumos de sua fuga, Theodomiro Romeiro e Bruno Maranhão falaram, entre outros assuntos, não só de PCBR, mas também de um partido dos trabalhadores. Conforme descreve Emiliano José, Theodomiro passou muito tempo isolado na prisão e “sabia pouco das posições do BR”. Mesmo assim, “o Partido dos Trabalhadores entrou em pauta. O BR estava discutindo como comportar-se ante a novidade”.<sup>80</sup> O Partido dos Trabalhadores que estava sendo projetado em 1979, era vislumbrado pela militância do PCBR e, alguma parcela das suas intenções, estava sendo debatida naquele apressado encontro. Após seis anos de exílio, em 1985, Theodomiro retornou ao país. Já tinha dois filhos: Bruno e Fernando Augusto (nomes em homenagem a Bruno Maranhão e Fernando Augusto “Sandália” da Fonseca, ex-militante do PCBR morto em 1972).

Em seu retorno, já no aeroporto, quem estava próximo para recebê-lo e assegurá-lo era José Wellington – orgulhoso disto. Após a prisão de Wellington, em 1986, Theodomiro se pronunciou sobre sua relação com ele. Disse ser “uma pessoa muito conhecida no PT de Pernambuco”, que cuidava da animação de comícios. Mas defendeu-se acrescentando que com ele teve apenas “contatos rápidos, nada especial” – não era momento de comprometer-se. Theodomiro afastou-se do PCBR: “sou agora um militante do PT, partido cujas ideias e cuja prática defendo”. E garantiu: “tenho milhões de testemunhas que podem comprovar minha presença no Recife, no dia do crime”, havia “mais de quatro meses” que não ia à Salvador.<sup>81</sup>

A relação entre José Wellington e Prestes de Paula, após o encontro em Recife, desenvolveu-se de outra maneira – a de ambos com o PCBR também. Assim como acontecera com Teresa Notari, foi um encontro de gerações da organização. A chegada de Prestes em Recife, em 1980, encontrou o PCBR em uma nova fase. “Foi quando nós discutimos dentro do PCBR, da Direção Nacional do PCBR, (...) que nós seríamos a organização que teria que construir o Partido dos Trabalhadores”, garante hoje José Wellington. Então, o PCBR já tinha uma posição clara de seu lugar dentro do PT – um lugar de proeminência, a vanguarda clandestina de um partido de massas, legal.

---

<sup>80</sup> JOSÉ, Emiliano. *Idem*, p. 42

<sup>81</sup> *Correio da Bahia*, 21/4/85.

A polícia encontrou em posse dos militantes presos em Salvador, justamente com o grupo encabeçado por Wellington (ele, Telson e Marcos, no apartamento de Regina Affonso), um documento que registra a doutrina do PCBR na primeira metade da década de 1980. Eram suas *Teses sobre a construção do partido revolucionário* – documento de circulação clandestina, lido apenas por poucos, cuidadosamente selecionados.<sup>82</sup> Nele ficava clara a importância do partido de vanguarda dentro do PT. Uma vanguarda, explica, “que congregue em suas fileiras os militantes mais destacados da classe operária, guiadas pela teoria revolucionária”. Só ela poderia “conduzir a luta política do proletariado em todos os níveis, inclusive no campo militar”. O PT e a CUT, sacramenta uma das teses, “servem à Revolução e à própria construção do Partido Revolucionário”.

Assim, as atividades de José Wellington passaram a se desenvolver, simultaneamente, em nome do PT e do PCBR, sem que um pudesse prescindir do outro, mas cada um com papéis específicos. Segundo ele, sua principal tarefa era “filiar o maior número de camponeses e operários dentro do PT”. Para o Partido dos Trabalhadores, Wellington buscou assinaturas e filiações; para o PCBR era preciso algo mais. “Nós começamos a construir o Partido dos Trabalhadores numa concepção de partido de luta e de massas, e nós, por dentro, construindo um fio condutor revolucionário”, explicou. O que ele tinha em vista – em argumentos de hoje –, era impedir a repetição do “erro” que atribuía ao PCB em 1964, “que não preparou as massas nem os próprios quadros do partido para a hora de um confronto”. Assim, o Partido dos Trabalhadores serviria para a preparação das “massas”, o PCBR para a formação dos “quadros”. E entre esses, uma pequena “elite” que mostrasse propensão e condição para pegar em armas, sejam quais fossem os critérios. Enquanto esteve em Pernambuco, ele soube de ações de expropriação que aconteceram ali, sem que tivesse participado ou delas tenha tomado particular conhecimento.

Mesmo com a saída de Prestes de Paula de Pernambuco, logo depois de Teresa ter partido também, José Wellington manteve contato com o casal amigo. Escreveu cartas que tratavam de assuntos pessoais, bem como de temas envolvendo a militância dos três. Tão logo Prestes se foi, uma charge fez Wellington se lembrar do companheiro, chamado às vezes de Paulo. Remeteu a São Paulo um rápido bilhete no verso do papel que continha a charge. Começou com humor solene, “papai abençoe-me”. Declarou saudade, sentiria falta das

---

<sup>82</sup> Documento “Teses sobre a construção do partido revolucionário”, s/d. Processo, v. 7, fls. 497-500.

mágicas e dos “caldinhos” que Prestes fazia, também “dos bate-papos e das cachaças” – a dona do barzinho vizinho ao *Povão* também sentia falta dessas últimas. Depois reclamou a presença de Prestes em Pernambuco, “pra morar ou a passeio” – embora entendesse que ainda não era a hora, “papai, é muito cedo para exigir seu regresso” –, e declarou sua admiração por Prestes: “tenho uma admiração muito profunda por você, pois sempre vi em ti um velho muito macho”. É certo que foge à qualquer ironia de Wellington a admiração que o passado do ex-sargento Prestes de Paula causava nas gerações mais jovens.<sup>83</sup>

Tempos depois, sem perder o humor mas com algumas obrigações a cumprir, tornou a escrever, quando o casal já estava junto em São Paulo. A intenção era cobrar de Teresa endereços e nomes de “todas as entidades sindicais e democráticas que você tem em mãos” e pudessem ajudá-lo com contribuições financeiras para “nossa campanha sindical”.<sup>84</sup> Explicou, “pois sem isto o nosso trabalho continua andando de muletas. Temos que acabar com esse meio de locomoção”. José Wellington descreve Recife com uma “Veneza de fome, desemprego, incerteza”. Em contraste com esse cenário “existe o Partido dos Trabalhadores legalizado (...) com a nossa convenção oficial marcada para o dia 2 de agosto, significando mais um tijolinho de suor e sacrifício na construção deste templo político que abrigará todas as classes trabalhadoras”. Desde a saída de Prestes de Pernambuco, o PT crescera ali – também em todo o país. E o PCBR poderia seguir no mesmo crescente. José Wellington, que havia trabalhado na legalização e no crescimento do PT (e do PCBR por dentro), torcia – poeticamente – para que essas classes passassem “um dia pelo túnel da liberdade iluminado por sua estrela solitária”. Mas para isso, como ele tornou claro, era preciso livrar-se das muletas.

Houve por fim espaço para os assuntos pessoais. Quis saber de Teresa: “e você, Magrela, sempre dinâmica e sorridente? Espero que sim, apesar de São Paulo”. E “falando em São Paulo”, perguntou, “como vai o Paulo, o Maluf não! O velho da rola de açúcar. Cada vez mais charmoso e subversivo? Espero que sim. Diga a ele que continue conspirando. Esta é a maior virtude do homem”. Ao despedir-se lembrou de todos, mandou “um abraço saudoso e companheiro” em Teresa, também “um abraço e um beijo” para seus dois filhos “se não estiverem barbados, pois o meu machismo bem nordestino detesta este tipo de

---

<sup>83</sup> Bilhete de José Wellington para Prestes de Paula, 24/7/81. Processo, v. 7, fls. 412.

<sup>84</sup> Carta de José Wellington para Teresa Notari, 4/7/84. Processo, v. 7, fls. 414. Fonte usada no parágrafo seguinte.

vanguardismo”, e por último “um beijo na bunda do velho Paulo” – cujas nádegas beijadas escaparam ao seu machismo conservador. Entre os três, como se vê, havia amizade e íntima relação. Mesmo assim – ou justamente devido a essa proximidade –, após a prisão me 1986, Wellington foi um dos últimos a reconhecer aos policiais sua aproximação com Prestes de Paula, o que logo tornou-se insustentável.

Em 1984, José Wellington era um militante empenhado no fortalecimento do PT em Pernambuco e isso era público. Não esquecia, contudo, sua militância no PCBR, que se mantinha mais resguardada. Pouco tempo depois de escrever a correspondência supracitada, ele e Prestes passaram a ter mais contatos devido às ações armadas que juntos fizeram. Os dois eram os responsáveis militares durante as ações em que participaram: Prestes era o comandante geral, responsável pelo planejamento tático da ação, José Wellington comandava sua execução, o “operativo” como ele mesmo chama.

#### FOTOGRAFIA 6



Processo, v. 7, fls. 412. Na mesma charge em que brinca com a “macheza” do amigo Prestes de Paula, José Wellington alega saudade e admiração pelo companheiro. Juntos, os dois seriam responsáveis pela organização militar das ações.

A trajetória de Marcos foi diferente da de José Wellington e de Prestes de Paula. Marcos Reale Lemos possuía um vínculo antes de tudo familiar com o BR. Seu pai, Rubens Lemos, era militante antigo, destacou-se no PCBR no período em que Prestes e Bruno Maranhão estavam fora do país, articulando seu possível retorno no início dos anos 1970. Segundo Renato Della Vecchia, Prestes era um nome bastante procurado pela repressão e Rubens se dispôs a voltar ao Brasil (estavam no Chile), substituindo e representando o companheiro. Terminou preso e bastante torturado.<sup>85</sup> Nos anos 1980, Rubens era membro do PT e também compunha a direção nacional do PCBR. Em 1982, disputou as eleições para governador em seu estado, Rio Grande do Norte. A primeira militância de Marcos, seguindo um dos caminhos do pai, foi no Partido dos Trabalhadores de Londrina, para onde havia se mudado ainda criança, sem que ambos perdessem o vínculo.

Foi Rubens quem intermediou o contato de Marcos com o PT, acionando um companheiro seu do Paraná – companheiro do PT e do PCBR. De acordo com Marcos, ele se aproximou do Partido dos Trabalhadores para logo depois ingressar no PCBR, “dentro do partido mesmo, o pessoal chamou (...) para ter umas reuniões mais específicas. Aí eu gostei da ideia”.<sup>86</sup> O jovem Marcos já estava seduzido pela clandestinidade que o PCBR representava mesmo antes de entrar nele: “eu era doido para ser chamado”. Os critérios para o convite eram, segundo ele, “o ativismo, a vontade de participar, de militar. E eles observavam o jeito de quem pregava a luta armada mesmo, a derrubada do regime através das armas e não através do voto, que com voto não se derruba regime nenhum”. Dentro do PCBR, Marcos não demorou a participar de ações armadas – para o que deve ter contribuído a influência de seu pai ou o seu afã revolucionário, afinal ele mesmo contou que para isso não participou de treinamento algum – diferente de José Wellington. Antes de ser preso em 1986, Marcos trabalhava numa empresa de produtos ortopédicos, além de cursar Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina. Não era um militante profissional do PCBR. Em relação aos demais, parece ter sido o menos experiente do ponto de vista militar para a ação de Salvador – mas não era um neófito.

---

<sup>85</sup> DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Dissertação, PPGH/UFRGS, 2005, p 183-5.

<sup>86</sup> Entrevista com Marcos Reale, 1/9/2012.

Sua primeira ação parece ter sido controversa, como sugerem duas fontes. Entre as apreensões policiais, consta uma carta codificada, assinada por “Markos”. Seu conteúdo registra, entre outras coisas, um evento ocorrido no Paraná – e a polícia descobriu isso. José Wellington, em entrevista, fez uma alusão ao que parece o mesmo evento abordado na carta. Também em entrevista, Marcos ajudou na sua decodificação e acrescentou detalhes que a polícia não chegou a decifrar – e apenas de passagem sugeriu esse outro evento.

A leitura da carta, que está manuscrita, permite presumir que ao contrário do que pode inicialmente parecer, o “Markos” que a assina não é Marcos Lemos. Trata-se de Prestes de Paula, dono de uma caligrafia inconfundível, que preferiu usar um codinome e outras proteções – não obstante ser entregue com sua própria pena. Nela, Prestes assume uma postura de mediador diante dos conflitos no PCBR do Paraná, mesmo que ali existissem “dois assistentes de Cecília [Comitê Central] e uma direção estadual constituída”. Sem querer cometer alguma ingerência, só queria contribuir “na solução dos problemas”, registrou que chegou às suas mãos uma queixa escrita do comitê paranaense e um pedido de parecer.<sup>87</sup> Explicou porque achava que ele foi consultado,

“o empenho dos companheiros em me entregar uma cópia [da queixa] se prende, a meu ver, ao fato de [eu] ter com um deles uma sólida relação pessoal e política e [ele] ter sido recrutado pela região aí com o meu aval. E, por outro lado, ser a minha casa a referência em Serpa [São Paulo] de quase todas as regiões quando passam por aqui”.

O cuidado em codificar o local de onde escrevia (“Serpa”) era desnecessário desde o começo da carta, que anunciava no cabeçalho “São Paulo, 22 de outubro de 1985”. Pelo visto a casa de Prestes em São Paulo era um ponto de encontro e decisões do PCBR. E o Velho, mesmo sendo um dirigente militar, tinha influência em questões políticas – devido ao histórico de sargento e militante experiente, que lhe garantiam prestígio. Pessoalmente, pelo que indicam suas palavras, Prestes de Paula conseguia também costurar “sólida relação” com as diferentes gerações com que lidava – uma característica sua que ele afirmou em carta ao enteado Sérgio. Apesar de alguns deslizes nos critérios de segurança pretendidos na carta, outros códigos foram usados por ele, alguns a polícia decifrou.

O conflito que mereceu sua apreciação era um possível apoio que o PCBR – “a nossa Empresa”, como se referia ele – “vem dando ao candidato do PMDB nas eleições municipais de Patrícia [Paraná]”. Tal informação chegara a São Paulo “depois de um seminário da CUT

---

<sup>87</sup> Carta de Prestes de Paula para o comitê estadual do PCBR de Londrina, 22/10/85. Processo, v. 7, fls. 392.

nacional”, em que “diante de delegados de todo o país, o candidato do PT em Patrícia fez a mesma denúncia”. Prestes se mostrou incomodado por não ter sido informado sobre a questão durante um encontro anterior do PCBR no Paraná e estava “desarmado para respondê-la politicamente face a certos setores do PT com os quais mantemos uma articulação” – foi publicamente surpreendido. Ou seja, nas disputas internas do PT, entre suas tendências – terreno em que o PCBR pretendia se fortalecer –, tal notícia chegara como um indigesto incômodo. Por isso ele solicitou “um informe detalhado a respeito”. Não deixou de fustigar os dirigentes locais por sua inoperância e porque existia ali “um grau de desconfiança na direção regional”. Concluiu com votos pela resolução do problema e pelo sucesso da unificação do PCBR no Paraná.

A leitura que a polícia fez da carta, a levou a entender que a presença do PCBR era notável no Paraná. Afinal, “Markos”, seu autor, havia registrado que ali havia dois membros do Comitê Central e “uma direção estadual constituída”. Pelos critérios do PCBR, ele era mesmo bem firmado naquele estado. Tamanha militância – e diversa em gênero – produziu alguns conflitos internos. Na carta há referência sobre um certo “Caso Romeu”, sem aprofundamento – o mesmo tema é encontrado em um papel com afazeres apreendido na casa de Prestes de Paula.<sup>88</sup> A polícia não prestou atenção nisso e Marcos, em entrevista, pôde recordar do que se tratava. Seu pai, Rubens (codinome Romeu), havia demonstrado interesse por uma companheira sem correspondência da parte dela – no que foi mal interpretado e condenado. Por isso alguns companheiros chegaram a pedir o seu afastamento do comando do PCBR local.<sup>89</sup> Prestes recebeu a queixa e relatou em um “relatório das OB’s [organizações de base]” para tomar providências: “foi encaminhado pedido de substituição do Assistente Político ao Comitê Central em virtude do ocorrido com o companheiro Romeu”. Rubens não foi afastado e um possível apoio ao PMDB preocupou mais Prestes do que as abordagens do companheiro sobre uma companheira.

Contudo, ao reler a carta anos depois, Marcos revelou mais um detalhe que estava por trás dela. Em entrevista, ele registrou – com discrição –, que o conflito maior entre os dirigentes estaduais e o Comitê Central do PCBR originou-se por conta de uma ação armada que ele e mais outros companheiros executaram no Paraná. A ação foi bem sucedida e eles teriam remetido o seu resultado para São Paulo, aparentemente para Prestes de Paula. José

---

<sup>88</sup> Documento “Relatório das OB’s”, 2/10/85. Processo, v. 7, fls. 435.

<sup>89</sup> Entrevista com Marcos Reale, 1/9/2012.

Wellington lembra-se de um episódio que pode ser o mesmo, apenas contado de outra forma. Sobre o passado armado dos companheiros de Londrina ele afirmou: “pelo menos uma ação eu sei que eles fizeram”. A “ação” consistiu, de acordo com José Wellington, em “assaltar uma chácara de um pastor americano porque o pastor andava com muito dinheiro na chácara (...) pelo menos três deles participaram”. Wellington recorda que Marcos, Telson e Jari se envolveram nesta “ação”, sobre a qual quase nada está dito. Diferente de José Wellington, que recebeu treinamento com armas – segundo ele era “treinamento militar” –, Marcos conta que nunca recebeu preparação alguma para as ações armadas de que viria a participar. “Era na mão grande” afirmou. É possível que uma ação como essa – que não ataca nenhum ícone capitalista, como um banco, por exemplo – servisse para fins de treinamento além da obtenção de algum dinheiro, ligeiros testes. Tal ação parece ter sido condenada pela direção do PCBR paranaense. Prestes não registrou sua opinião.

#### OUTROS MILITANTES DO PCBR ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DA BAHIA

Conforme já foi anunciado, esta pesquisa conta com um acervo de fontes que revela de forma desigual cada um dos personagens envolvidos na militância do PCBR baiano e nacional. Por isso, é necessário apresentá-los de maneira diferenciada. A seguir serão melhor conhecidos outros cinco envolvidos nas ações da Bahia: Jari José, Telson Crescêncio, Cícero Araújo, Renato Affonso e Benjamim Ferreira.

Alguns lances do passado político Jari foram esclarecidos no seu primeiro depoimento à Polícia Federal de Salvador, em 1986, quando ele revelou que já havia sido preso antes. Depois de ter seu nome verdadeiro descoberto, Jari José Evangelista, ele revelou que já havia sido preso pela Operação Bandeirante (OBAN).<sup>90</sup> Confirmando suas declarações, seu nome consta entre os presos do II Exército em São Paulo no período informado por ele.<sup>91</sup> Em outubro de 1970, ele foi capturado, junto com outro companheiro, por agentes do DOI (Destacamento de Operações de Informações), devido ao seu envolvimento em “atividades subversivas”. Jari e o companheiro eram, segundo os registros de sua prisão, integrantes da Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

---

<sup>90</sup> Depoimento de Jari, 16/4/86. Processo, v. 1, fls. 104-8.

<sup>91</sup> Grade de presos do II Exército/SP, 10/10/1970. Arquivo Público do Estado de São Paulo (ApeSP), 50 Z 9 15857.



Jari havia concluído o ensino secundário em São Paulo, ao mesmo tempo trabalhava em um banco daquele estado. Era ligado ao sindicato da categoria quando foi convidado a ingressar numa “União Operária”, mais tarde veio a saber que na realidade a União Operária “pertencia à VAR-Palmares”. Militante do setor operário da organização, Jari desenvolvia atividades de suporte a companheiros clandestinos. Participou da montagem de uma banca de jornal nas proximidades da Estação da Luz, que serviria como fachada para militantes da VAR realizarem *pontos*. Também ajudou na compra de um sítio para futuro treinamento e abrigo de guerrilheiros, repassando informações. O caminho percorrido por ele na VAR respeitou os cuidados da esquerda clandestina na época: aos poucos foi sendo apresentado a companheiros, conhecendo o mínimo possível da organização.

Entre setembro e outubro de 1970, algumas quedas em sequência levaram Jari à cadeia. Aparentemente, a polícia chegou a esses militantes a partir da banca de jornal sita na Estação da Luz.<sup>92</sup> De acordo com o depoimento de outros presos, Jari possuía dois codinomes: “Chinês” e “Juarez”. Um deles reconheceu Jari como alguém que passara por sua casa propondo discussão de um livro de Mao Tsé-tung – a fim de recrutá-lo.<sup>93</sup> Entre seus contatos estava o baiano Carlos Sarno, autor da peça *Aventuras e desventuras de um estudante*, preso um mês antes dele. E, conforme a lista de presos do II Exército durante o início de outubro – que pode conter falsidades –, Jari esteve preso com Eduardo Leite, o Bacuri, um dos militantes mais procurados da época, assassinado naqueles dias.<sup>94</sup> E Jari ou teve sorte, ou não foi considerado tão perigoso – o que não deixou de, afortunadamente, servir-lhe –, pois logo depois foi solto.

Antes de ser preso, ele frequentava um curso noturno oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e trabalhava como vendedor de peças para tratores. Segundo seu prontuário policial, mesmo empregado “recebeu, também, dinheiro da organização para sua subsistência” – o que ele próprio declarou. Mesmo sendo um militante de vida não clandestina e com alguma renda, Jari precisou de auxílio financeiro da VAR-Palmares. Mas fez questão de garantir: “nunca participou de reuniões e nem mesmo ações”. Em

---

<sup>92</sup> Depoimentos de Jari, entre 2/10 e 7/10/1970. Apesp, 50 Z 9 18496-18501. Fontes usadas nos parágrafos seguintes.

<sup>93</sup> Depoimento de Altamirando Santos, 6/10/1970. Apesp, 50 Z 9 15844.

<sup>94</sup> Para a prisão de Eduardo Leite, ver *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007, pp. 138-40; Ver também GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002, pp. 300-2.

1986 ele registrou à PF que ficou preso por quarenta dias e que depois não manteve atuação política até o surgimento do PT na década de 1980. Nesse período ele tornou a se aproximar do Sindicato dos Bancários local e, como *Veja* divulgou inclusive publicando uma foto sua, participara de ocupações de terra no Paraná.<sup>95</sup>

É possível que sua participação na VAR-Palmares não fosse, de fato, além das suas declarações, caso contrário ele não teria sido solto em tão pouco tempo. Sua participação no grupo pareceu mais a de um mensageiro. Contudo, de acordo com José Wellington, esse passado de Jari contou a seu favor no PCBR dos anos 1980. Quando ele se reuniu com o grupo que participou das ações na Bahia, contou, “que veio o pessoal de Londrina (...) esse pessoal foi vendido pra mim como sendo verdadeiras águias. Que Jari era o grande homem da VPR” (Vanguarda Popular Revolucionária).<sup>96</sup> José Wellington, confuso com as siglas VPR e VAR-Palmares ou revelando outra militância de Jari, não deixou de registrar que, fosse qual fosse a organização, esse passado era exagerado. Para Wellington, os informes prenunciadores de grandeza que ele recebia – e acreditava então – sobre a dimensão do PCBR e suas perspectivas eram exagerados. O recrutamento de Jari para o PCBR nos anos 1980 é um exemplo do quanto o traço militarista do grupo supervalorizou – e às vezes idealizou – o passado de seus militantes para apostar, arriscando-se bastante, no seu futuro revolucionário.

Sem muitas informações disponíveis, é possível supor que Cícero fosse um quadro, em parte, semelhante a José Wellington. Cícero Araújo era morador de Pedra, uma pequena cidade do interior de Pernambuco, e era um trabalhador braçal com pouca instrução. Segundo informações dos entrevistados, a incorporação de Cícero ao grupo deu-se por intermédio de Bruno Maranhão, que o conhecia pelo seu envolvimento em ocupações de terras naquele estado. Como Maranhão – seu padrinho no grupo – era petista e dirigente do PCBR, imagino que Cícero, após ingressar no BR, participou simultaneamente das duas frentes, sem poder especificar qual foi a primeira ou qual ele considerava mais importante. Ele era conhecido popularmente por Cicinho do PT, como reconheceram todas as suas testemunhas de defesa – ao todo cinco. Algumas delas sabiam que ele havia sido candidato a prefeito anteriormente, outras não. E a candidatura mereceu registro de Cícero à polícia: sua candidatura recebeu

---

<sup>95</sup> *Veja*, 23/4/86.

<sup>96</sup> Entrevista com José Wellington, 15/7/2012. A história da VPR e da VAR-Palmares possui confluências e em alguns momentos se confunde, como pode ter acontecido com José Wellington, de modo que não é possível asseverar a militância de Jari em uma das organizações ou em ambas. Para maiores esclarecimentos sobre as duas organizações ver GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 6ª edição revista e ampliada, São Paulo, Ática, 2003, pp.138-152.

apoio de nomes como Humberto Costa, Luiz Aureliano e Bruno Maranhão, “todos se fizeram presentes em Pedra”, depôs ele, “para prestigiar sua campanha”. Porém, “terminada a eleição”, só alcançou “dezenove votos”, quantificou ele próprio.<sup>97</sup> Aquelas que estiveram mais próximas a ele, disseram que em sua militância nunca apontou para ações armadas. No PCBR ele tinha participado do mesmo treinamento ao qual se submeteu José Wellington, que se lembra de ter estado com Cícero. Aparentemente ele era um quadro de poucas formulações ditas teóricas – para isso concorrem as entrevistas – e tentava manter sua militância no PCBR protegida por algum sigilo. No PT ela era pública, mas com resultados eleitorais também discretos.

Sobre Telson José Crescêncio estão acessíveis poucas fontes. Além de seus depoimentos à polícia e das entrevistas com outros militantes, poucos dados estão disponíveis no que se refere à sua vida antes da prisão. Em 1986 ele foi um dos presos menos requisitados para depoimentos. Em comparação com os demais, ele foi o que menos falou às polícias Civil e Federal. Concedeu poucos depoimentos e também não se estendeu na sua exposição – isso lhe rendeu alguns elogios sobre sua retidão nas entrevistas realizadas com José Wellington, Renato Affonso e Benjamim Ferreira – orgulhosos por comportamento “exemplar”. Renato Affonso contou que Telson não possuía muita experiência em ações armadas, mas que era uma pessoa “de absoluta confiança”, que tinha “o caráter muito bem talhado para este tipo de confronto”, descobriu ele após o insucesso de 1986.<sup>98</sup>

Mais dois outros nomes aparecem diretamente envolvidos na ação de Salvador. Um chegou a ser descoberto e investigado, o outro nunca. E foi Jari que revelou à polícia o envolvimento de um deles, dizendo tratar-se de Renato José Affonso de Carvalho “o homem de apoio para o grupo”.<sup>99</sup> Depois de Jari revelar sua participação, outros detalhes sobre o envolvimento de Renato apareceram em outros depoimentos – depois de mais algum tempo tais versões foram revistas pelos presos e se consolidou a versão de que Renato não participou em momento algum. As entrevistas realizadas para esta pesquisa dão conta do envolvimento de Renato, que parecia ser um militante influente do PCBR, talvez de sua direção – algo que ele mesmo não confirmou, mas que outros entrevistados garantiram. No final dos anos 1960, com menos de vinte anos, ele iniciou sua militância político-partidária no PCBR. Renato

---

<sup>97</sup> Depoimento, 17/4/86. Processo, v. 1, fls. 109-10.

<sup>98</sup> Entrevista com Renato Affonso, 5/4/2010.

<sup>99</sup> Depoimento, 29/4/86. Processo, v. 1, fls. 175-8.

nasceu na classe média soteropolitana, filho de um procurador de Justiça, e em 1968 estudava Direito na UFBA – foi quando ingressou no PCBR.<sup>100</sup>

À sua militância inicial no movimento estudantil, como um elemento de suporte aos companheiros clandestinos, seguiu a aproximação com setor militar do BR. Segundo registrou em entrevista, essa aproximação surgiu por comungar de duas das propostas asseguradas nos documentos do partido e entre seus militantes: a defesa da luta armada como único caminho para derrubar a ditadura e a importância de um partido político para isso – um partido de vanguarda. Quando a Direção Nacional do partido esteve na Bahia, em 1970, Renato deu suporte a seus membros. Terminou preso. Na década de 1980, integrou-se ao PT baiano desde sua formação. E não se afastou do PCBR.

Logo que seu nome apareceu nos depoimentos – e nas páginas de jornal, como o “sétimo elemento” do grupo –, Renato foi intimado pela Polícia Federal. Apresentou-se acompanhado de advogados (João de Melo e Cruz e Ronilda Noblat), mas não escapou de ser detido. Ficou preventivamente preso por trinta dias na Polícia Federal, mas não muito contrariado. “Eu desejei ficar preso”, conforme registrou, “eu precisava ordenar a linha dos militantes presos. Era preciso unificar o discurso, era preciso preencher certas lacunas para que os efeitos não fossem mais catastróficos”.<sup>101</sup> De fato, após sua prisão, os depoimentos se tornaram mais unificados e o seu envolvimento, mais aquilo que ele poderia revelar à polícia, foi pauta tratada com os demais. José Wellington, por exemplo, negara conhecer Renato Affonso, com intenção de protegê-lo, até que esse foi preso. Nas dependências da PF os dois foram acareados e José Wellington apresentou nova versão – previamente estabelecida com o companheiro. A partir de então, afirmara conhecer Renato porque sua esposa Ivana era amiga de Regina, ex-mulher do primeiro. Isso motivou a ajuda que recebeu, pois alegou ao amigo que estaria em Salvador para rever Ivana. E como Renato desconhecia os planos para o assalto, ajudou José Wellington amistosamente. Era essa a nova versão.

O interrogatório policial pretendia apurar a relação de ambos no Partido dos Trabalhadores. Ambos alegaram que por ventura tivessem se visto em algum encontro do partido, mas nada que fosse digno de lembrança – pois, entre os dois só deveriam ser revelados laços pessoais. E foi Renato que orientou essa versão. “Pode perguntar a ele”,

---

<sup>100</sup> Entrevista com Renato Affonso, 5/4/2010. Fonte usada no parágrafo seguinte.

<sup>101</sup> Entrevista com Renato Affonso, 5/4/2010.

contou José Wellington, “ele jogou um papelzinho (...) ele tinha que dizer a mim qual o nível de depoimento que eu devia dar. Aí eu fui, até constrangido, mas fui”. Constrangido diante dos policiais, para quem até então ele se mostrara certo de sua história, José Wellington consolidou nova versão que protegia, de comum acordo, o amigo Renato e o PCBR. Para Wellington, que tentava manter uma postura firme diante da polícia, rever um depoimento podia ser constrangedor, mas sua prioridade era agir da maneira que julgasse leal à sua organização e aos amigos que tinha nela. A amizade entre ele e Renato, a despeito da queda de um e da inocência conquistada pelo outro, nunca fora abalada, ao contrário. Quando foi preso, a companheira de Wellington, Ivana, estava grávida e mais adiante soube que se tratava de um menino. O nome que o garoto recebeu era o mesmo do padrinho escolhido pelo casal: Renato. As boas relações que Renato Affonso construiu no PCBR lhe renderam outra homenagem semelhante. Benjamim Ferreira também batizou um filho seu com o nome do companheiro. Se Renato conseguiu construir, em conjunto com o grupo, uma versão que o inocentava da ação, entre eles se manteve também um vínculo pessoal firme. Renato teve sua inocência alegada pelo grupo e depois aceita pela Justiça. A fragilidade que o PCBR apresentou diante da investida policial que pesou sobre ele após o fracassado assalto em 1986 – fragilidade que lhe acometeu também em suas relações internas no Partido dos Trabalhadores –, não pode ser percebida nos vínculos pessoais desenvolvidos dentro do grupo, estes sim, muito mais sólidos.

O último dos nomes diretamente relacionados à ação de Salvador foi o de Benjamim Ferreira – que aparentemente nunca chegou a ser descoberto pelas investigações policiais. Benjamim José Ferreira Souza nasceu e viveu até a adolescência no interior da Bahia.<sup>102</sup> Quando do Golpe de 64, já havia prestado o Tiro de Guerra e se considerava um nacionalista – tinha dezenove anos e deixou o Exército com a patente de cabo. Viajou para a capital Salvador a fim de completar os estudos na Escola de Engenharia-Eletromecânica – simultaneamente trabalhou em fábricas como a Reseg, Cesmél, Bosch. Então deu início a uma militância política e já se posicionava claramente contra o regime ditatorial. Por causa dessa atuação, Benjamim recebeu um convite para ingressar na Ação Popular (AP) e aceitou.

---

<sup>102</sup> As informações apresentadas sobre a vida de Benjamim Ferreira estão disponíveis em JORDAN, Alex; GITEL, Murilo. *Codínome Baixo – Comunista, brasileiro, revolucionário*. Salvador, Centro Universitário Jorge Amado, 2009. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

A convergência de Benjamim à AP se explicava a partir de uma antiga proximidade sua com a Igreja Católica, representada pelo lado materno, e com princípios marxistas, personificado no pai. Aos onze anos de idade o garoto anunciou aos pais que gostaria de ser padre e entrar para o seminário. Com medo de que ele “virasse para o outro lado”, seu pai, que antes o obrigava a brincar separado das meninas, se desagradou, mas não foi o suficiente para impedi-lo. Sua mãe, bastante católica, satisfez-se com a ideia e por três anos ele foi educado por padres na cidade de Senhor do Bonfim. Aos quatorze anos, Benjamim deixou o seminário, em situação oposta: enquanto o pai alegou compreensão à sua vontade, sua mãe chorou. Em seguida, o jovem foi transferido para o Colégio Marista na mesma cidade, com muito sacrifício familiar, e prosseguiu sua formação influenciado por padres. A partir de então gozou de mais espaço, inclusive para participar de movimento estudantil e ensaiar reivindicações políticas. Anos depois, já como operário, carregava na bagagem influências de sua formação católica.

Quando deu início à sua militância clandestina na AP, já conhecia nomes ligados ao PCBR (como Paulo Pontes e Theodomiro dos Santos), mas não consolidou uma relação com o grupo. Apenas em 1974 isso aconteceu, quando ele pretendia sair da AP para uma organização “que tivesse participando da luta armada”, desejava ele.<sup>103</sup> Antes de romper com a Ação Popular, Benjamim foi preso e se aproximou de militantes do PCBR. Solto, Benjamim conviveu com Renato Affonso, responsável por aproximá-lo de vez do BR. No início dos anos 1980, Benjamim participou da legalização do Partido dos Trabalhadores como membro também do PCBR.

Sua ficha produzida pelo SNI é robusta em informações e mostra que Benjamim sempre esteve próximo de entidades sindicais, como militante, dirigente ou funcionário. De acordo com ela, Benjamim foi:

“diretor do Sindicato dos Eletricitários da Bahia; secretário de Educação e Divulgação do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia; diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia; membro da Direção Estadual da Articulação Nacional de Apoio dos Movimentos Populares e Sindicais (Ananpos); membro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores da Bahia; funcionário da Eletro-siderúrgica da Bahia (Sibra) e funcionário da Fábrica Soel”.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> Entrevista com Benjamim Ferreira, 11/9/2012.

<sup>104</sup> Ficha do SNI de Benjamim Ferreira, expedida em 9/6/2005. Acervo pessoal. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

Por sua militância no Partido dos Trabalhadores, Benjamim chegou a ser preso, em março de 1980, “quando encontrava-se pichando os muros do Hospital Santo Antônio, em Salvador, com as seguintes inscrições: *PT contra exploração, PT contra patrões, PT sindicato livre, PT voto nulo, PT contra custo de vida*”. Em novembro do mesmo ano foi detido durante um ato público promovido pelo partido. Entre 1981 e 1982, trabalhou na fábrica Usibra, sem deixar de militar. Certa vez “foi surpreendido pelo superior de vigilância (...) quando promovia, juntamente com outros, manifestações políticas nas imediações da portaria”, conhecia o SNI. No segundo semestre de 1982 recebeu algumas punições por conta de faltas, primeiro advertências, em seguida suspensões. Em setembro foi demitido por justa causa por conta de suas recorrentes ausências – comparadas à sua agitação dentro da fábrica que ele promovia, suas faltas deviam causar apenas os menores incômodos à direção.

Depois da demissão, Benjamim se dedicou de vez à militância. Em novembro disputou dupla jornada eleitoral: integrou a chapa vitoriosa na campanha pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos (ele era o secretário de Educação e Cultura), noutra candidatou-se a deputado federal pelo PT, quando foi o terceiro mais votado do partido, com 4.391 votos – atrás de Jorge Almeida (6.814) e José Sérgio Gabrielli (5.711). Na mesma eleição, Renato Affonso disputou uma vaga para a Assembleia Legislativa da Bahia, alcançando 194 votos.<sup>105</sup>

A ficha ainda informa que Benjamim atuou ativamente na Central Única dos Trabalhadores. Segundo suas informações, ele foi: “membro efetivo da direção da CUT da Bahia; membro da direção nacional da CUT na Bahia; secretário de Política Sindical da CUT/BA”. Benjamim participou da Central em suas esferas nacional e estadual – muito para alguém que, talvez, “cagava solenemente” para ela, conforme acreditava Prestes de Paula. Em entrevista, Benjamim se mostrou bastante respeitoso com o que o PCBR representou em sua vida, e não pareceu desprezar a CUT ou o PT. Nos anos 1980 Benjamim se ocupava na frente de massas do PT e da CUT; contudo, protegido pelo codinome “Mário”, ele executava algumas tarefas clandestinas do PCBR. Entre elas, ações de agitação e propaganda e outras, armadas. Benjamim lista como obrigatoriedade a toda organização de esquerda a manutenção de três frentes simultâneas de atuação. “Uma totalmente clandestina, uma semiclandestina e a outra aberta, fazendo a política institucional, seja no sindicato, seja no governo, no Exército, na Marinha, na Aeronáutica”, mas, garante ele, todas possuem o mesmo grau de importância.

---

<sup>105</sup> Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos, Brasília, 1988, v. 14, tomo I, pp. 63 e 67.

\*\*\*

Assim como acontecia entre os demais grupos organizados dentro do Partido dos Trabalhadores, fossem revolucionários ou não, seus militantes reconheciam a importância de sua atuação entre os movimentos sociais. Os militantes do PCBR se empenharam para se estabelecer no movimento estudantil, em sindicatos, entre trabalhadores rurais, etc. Contudo, vestiam sempre “duas camisas”: uma oficial e pública, quase sempre a do PT (poderia ser de um sindicato específico ou da CUT, por exemplo); a outra, mais escondida, era a do PCBR. De acordo com alguns documentos dessa organização e entrevistas de seus militantes, o PCBR possuía, resumidamente, duas intenções no PT: uma era ser o seu braço armada, outra era aproveitar sua inserção social para difundir princípios revolucionários, criando um momento de ruptura popular, quando o partido revolucionário – o PCBR – assumiria a vanguarda da revolução. Desse modo, segundo visão do PCBR, ele e o PT não deveriam haver disputas.



## CAPÍTULO 2

### INVESTIGAÇÕES POLICIAIS, ACUSAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE DEFESA: OS PRESOS JULGADOS NA JUSTIÇA E FORA DELA

Após a captura dos primeiros cinco presos, as investigações começaram. A Polícia Civil principiou investigando o assalto e seu entorno (possíveis cúmplices, como chegaram a Salvador e onde se abrigaram, etc.). Em seus papéis nada encontraram contra aqueles detentos, pois seus antecedentes não acrescentaram informação alguma – sobretudo o de Jari, que havia se apresentado com nome falso.<sup>106</sup> Como sabemos, tão logo apurou-se uma possível conotação política do evento, e diante das variadas origens dos presos, a polícia baiana requisitou ajuda da PF, por dispor “de maiores recursos no que pese a intercâmbios interestaduais mais imediatos”.<sup>107</sup> Simultânea e, às vezes, conjuntamente, levantando e trocando informações, ambas as polícias trabalharam no caso dias a fio. Após o período de inquérito (quando seus agentes recolheram provas, tomaram depoimentos e concluíram as investigações), defenderam caminhos diferentes para o processo. A Civil sugeriu o prosseguimento na esfera da Justiça Comum, a PF, na Militar – o que deu origem a uma situação juridicamente incomum.

Na fase de investigações, os presos contaram com ajuda imediata do advogado baiano Rui Paterson, ex-militante político que chegou ao caso acionado por laços de amizade que mantinha com militantes do PCBR. Também com Ivana Feldman, esposa de José Wellington e advogada. Renato Affonso levou ao caso dois advogados, Ronilda Noblat, que tinha experiência em defender presos políticos na década anterior, e João de Mello e Cruz, que atendeu a um pedido seu. Nesse momento inicial, a tarefa dos advogados era garantir o respeito aos presos e a alguns direitos seus (reivindicar visitas de familiares, acompanhá-los durante depoimentos, garantir sua integridade física, etc.). Sem uma acusação formalizada à Justiça, ainda não era hora de os advogados definirem argumentos em sua defesa. Em maio, chegou ao caso Fernando Santana, logo constituído como advogado de todos, à exceção de Renato Affonso, que permaneceu com Noblat. Fernando Santana foi quem os acompanhou pela maior parte do tempo.

---

<sup>106</sup> Antecedentes criminais dos presos. Processo, v. 1, fls. 118-21.

<sup>107</sup> Relatório. Processo, v. 1, fls. 131.

Nesse capítulo, serão apresentadas as primeiras investigações feitas pelas polícias Civil e Federal e o que elas encontraram nas residências dos presos e naquelas em que eles se abrigaram em Salvador. Em seguida, como o Ministério Público Estadual e também o Federal formularam sua acusação, originando um conflito acerca da competência jurídica sobre o caso, opondo a Justiça Militar à Justiça Comum. Também será abordado o procedimento da defesa montada por Fernando Santana, com ajuda dos presos.

#### AS PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES EM SALVADOR

No mesmo dia do assalto, 11 de abril, pouco antes de ele ter início ou talvez durante seu transcurso, a Delegacia de Furtos e Roubos (DFR) de Salvador, que pertencia à Polícia Civil, registrou o primeiro acontecimento ligado a ele. Um homem compareceu bem cedo para registrar o roubo de seu carro na noite anterior – um Voyage. Pouco antes das 22:00 horas, Dan Viegas estava com sua noiva no estacionamento do shopping Boulevard 161 quando foi abordado por dois homens, ambos armados. Atendidos em tudo que exigiram (carro, relógios e joias), deixaram o local. A vítima pôde reconhecer apenas que um aparentava “feições nordestinas”.<sup>108</sup> Viegas chegou e saiu da DFR e por pouco não os reviu pessoalmente. Os cinco chegaram ali pouco antes do meio dia, quando ele já estava em casa e pôde vê-los no noticiário do almoço.<sup>109</sup> Meses depois, foi intimado para um novo depoimento, quando então confirmou maiores detalhes. Reconheceu aqueles que tinham tomado seu carro: o nordestino José Wellington e Jari. Em seu Voyage Prestes de Paula escapou do cerco policial.

Já pela tarde adentro, Wilson Ramos, outra vítima, registrou queixa por ter seu carro tomado de assalto também na noite anterior. Contudo, ao chegar na DFR pôde identificá-lo estacionado no pátio – tratava-se de um segundo Voyage. Como os cinco assaltantes já estavam detidos nas dependências da delegacia, deu-se também o seu reconhecimento. Ramos se preparava para fazer compras em um supermercado, quando foi abordado por Marcos e Cícero. Os dois armados levaram apenas o veículo; dessa vez não tomaram relógios e pertences. Esse foi o Voyage que levou os cinco ao banco e que nele escapariam se a ação tivesse dado certo.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> Boletim de ocorrência, 11/4/86. Processo, v. 1, fls. 44.

<sup>109</sup> Depoimento, em 20/10/86. Processo, v. 2, fls. 450.

<sup>110</sup> Depoimento, em 11/4/86. Processo, v. 1, fls. 42.

Em ações menores como essas, geralmente, pretendiam passar por assaltantes comuns – os objetos de menor valor, como relógios e joias, segundo José Wellington, eram entregues junto com o dinheiro retirado dos bancos à Direção Nacional do PCBR, para que ela decidisse o fim do material.<sup>111</sup> Entre aqueles que estavam em Salvador, não participaram diretamente do levantamento dos carros Telson e Prestes de Paula – o que influenciou na diferenciação de suas sentenças ao fim do processo. Para os outros quatro (José Wellington, Jari, Marcos e Cícero) esses assaltos renderam mais algum tempo na pena. Renato Affonso teve uma participação secundária nessas ações preparatórias, guiando os companheiros pela cidade.

Além de descobrir a procedência dos veículos usados pelos assaltantes, a polícia precisou investigar o local em que o grupo se abrigara para realizar a operação. Então, a Polícia Civil já não trabalhou sozinha, mas recebendo a ajuda da Federal que oficialmente não ingressara ainda no caso. Os primeiros depoimentos dos presos desencadearam investigações na Bahia e também fora dela. Fora dela trabalhou apenas a PF, sem respeito pleno aos trâmites legais. Ao longo do processo existem referências a apreensões feitas na casa dos presos e nos apartamentos onde se hospedaram em Salvador. Nem sempre é possível localizar nos autos o registro oficial dessas apreensões ou o mandado que as ordenou. Os presos registraram queixas de familiares e amigos que teriam sido maltratados durante essas investigações e o advogado Fernando Santana as repetiu.<sup>112</sup>

Acompanhando de perto o trabalho das polícias, estavam muitos jornalistas. Jornais e revistas transmitiam as descobertas que os agentes apuravam. Durante essa primeira fase da cobertura, os jornalistas não foram responsáveis por revelar nada além do trabalho feito pelos policiais, apenas exploravam-no, quase sempre com sensacionalismo e depreciações. José Wellington Pinto Diógenes, por exemplo, que havia cometido um crime em sua cidade natal, em uma das páginas periódico *A Tarde* foi apresentado assim: “Diógenes já matou em Mossoró”. Na mesma página, Telson Crescêncio, que “foi um dos fundadores do PT de Santa Catarina”, perdera a sua liderança. “Telson está desempregado desde 1982”, narrava o jornal, “e anda bebendo muito e, por isso, chegou a ser admoestado por Luís Inácio Lula da Silva, que o conheceu em 1979”.<sup>113</sup> Em outra, do conservador *Correio da Bahia*, a vinculação entre

---

<sup>111</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012.

<sup>112</sup> Entrevista com Fernando Santana, 6/9/2012.

<sup>113</sup> *A Tarde*, 14/4/86.

o assalto e o PT era reafirmada como uma equação de resultado matemático: “Subversão e terror nos assaltos: PT”.<sup>114</sup>

Um ponto de partida para a polícia e para a imprensa foi uma importante informação dada por Marcos, Telson e José Wellington logo que chegaram na DFR.<sup>115</sup> Os três “abriram” em conjunto o local em que se hospedaram. Haviam ficado na residência de Regina Affonso de Carvalho, ex-esposa de Renato. Regina, em sua defesa, alegou à polícia que conhecia José Wellington porque ele era namorado de sua amiga Ivana Feldmann, e foi ele quem havia feito o pedido de hospedagem, por motivos pessoais. Os outros dois, revelou, conhecera dias antes, quando abriu as portas de sua casa, ouvindo que por estarem de férias acompanhavam José Wellington. Todos eram militantes do PT e esse devia ser o maior vínculo entre eles, segundo Regina à polícia. Devido ao seu grande volume de trabalho conviveram pouco, tendo saído juntos apenas uma vez para um almoço de domingo.<sup>116</sup>

Os depoimentos de Regina e de seus três hóspedes possuem entrosamento. No dia do assalto, Regina alegou não estar em casa e que pouco sabia da rotina dos três, e os três garantiram o mesmo. Disse que desde a noite anterior esteve na casa de um professor da UFBA, o filósofo Ubirajara Rebouças, trabalhando na “transcrição de um livro denominado *Livre arbítrio*”. Foi Rebouças quem teria lhe dado a notícia das prisões, quando se reencontraram em casa para o almoço – Regina teria pernoitado na residência do professor. Depois viu no noticiário do meio-dia a imagem de seus hóspedes, o que a “levou a entrar em pânico”.

Na DFR, os três revelaram onde foram acolhidos, trataram logo de garantir que Regina nada sabia dos seus planos – bem como “não ser do conhecimento de qualquer que seja o membro do partido [PT] os atos ora praticados, que são fatos isolados”, garantiu Telson.<sup>117</sup> A essa altura, o PT se tornara um alvo certo de investigações (na imprensa já recebia alguns petardos) e com a revelação do nome de Regina Affonso, não só o PT foi vinculado ao assalto.

---

<sup>114</sup> *Correio da Bahia*, 17/4/86.

<sup>115</sup> Depoimentos dos três presos citados, em 11/4/86. Processo, v. 1, fls. 14, 17 e 22-3, respectivamente.

<sup>116</sup> Depoimento de Regina, em 15/4/86. Processo, v.1, fls. 69-70. Fonte usada no parágrafo seguinte.

<sup>117</sup> Depoimento de Telson. Processo, v.1, fls. 22.

“Secretária do PMDB milita no PT”, noticiou o *Correio da Bahia* no dia em que Regina fora intimada a depor.<sup>118</sup>

Regina Affonso devia ser muito ocupada. Além de funcionária da Assembleia Legislativa da Bahia, assessorando o deputado Luiz Humberto (PMDB), o que lhe deixava “bastante atarefada”, contou à polícia que ainda lhe consumiam as “constantes reuniões na sede do Partido dos Trabalhadores”. Regina também era da direção regional do PT e assumiu isso à polícia sem pruridos. Por outro lado, negou participar de qualquer organização ligada ao PT ou independente dele. E que não tinha nenhuma participação “no ato de loucura praticado” contra o banco, classificou ela. Que era também dirigente do PCBR, preferiu omitir diante da autoridade policial. O mesmo fez quanto ao convívio anterior que tinha com alguns dos presos, nesse caso criou a versão que o foram as qualidades turísticas de Salvador que os atraiu à cidade. Regina não depôs apenas à Civil, foi intimada também pela PF, onde sustentou a mesma versão – sempre em sintonia com o que disseram os presos.

A sua residência não possui registro de apreensão, embora outros documentos do processo e a cobertura jornalística garantam essa varredura, que aconteceu no mesmo dia do assalto. Às pressas, o mais provável é que a busca tenha dispensado qualquer respaldo legal – no que seria apenas a primeira. No apartamento foram coletados alguns papéis avulsos e jornais do PT e da CUT. Não há registros que a Civil tenha investigado o apartamento, mas posteriormente a PF informa ter sido encontrado ali o documento clandestino do PCBR *Teses sobre a construção do partido revolucionário*. Na imprensa, todavia, houve espaço para os achados do apartamento – sem que esse documento seja citado. Segundo o *Correio da Bahia* ali foram encontrados “três livros revolucionários”.<sup>119</sup> O *Correio* que teve acesso aos livros encontrados ali, não se preocupou com as ideias subversivas visíveis nas *Teses* do PCBR, que fala em revolução, luta armada e a implantação da ditadura do proletariado.

O mesmo *Correio da Bahia* que divulgou os livros revolucionários que os militantes presos liam (deixando de lado o documento partidário, que era importante para a militância do PCBR), aproveitou para estender os efeitos do assalto ao PMDB, explorando a vinculação de

---

<sup>118</sup> *Correio da Bahia*, 15/4/86.

<sup>119</sup> *Correio da Bahia*, 12/4/86. Os livros encontrados no apartamento foram: [\*Terrorismo em África: Quem o Fomenta?\*](#) (de E. País de Carvalho) e *Um passo em frente, dois passos atrás* (de Lênin), ambos para leitura de Marcos, adquiridos quando esteve em uma palestra de Eduardo Suplicy, segundo declarou à polícia; e um terceiro, *Dez dias que abalaram o mundo* (de John Reed), trazido de Santa Catarina por Telson. Para o reconhecimento da posse dos livros ver Processo, v. 1, fls. 145 e 149.

Regina com a sigla. Desde a descoberta de seu nome, o jornal vinculou como pôde esse partido ao assalto – sem que a polícia e outros veículos de imprensa o acompanhassem. Em uma de suas manchetes estampou com cargas de exagero: “radicais do PMDB deram apoio logístico no assalto ao BB”.<sup>120</sup> Como na Bahia o candidato do PMDB ao governo, nas eleições desse ano de 1986, se projetava com muitas vantagens sobre os demais, o jornal – propriedade do ministro Antonio Carlos Magalhães (membro do Partido da Frente Liberal, PFL) não deixou de atacar o partido mais forte nas urnas.

Ao término das investigações policiais Regina não foi acusada de ser cúmplice dos presos nem pela DFR nem pela PF. E os vínculos que ela possuía com eles foram compreendidos como consequência da militância de todos no Partido dos Trabalhadores. Assim, nem o PCBR apareceu associado ao seu nome, como em verdade o era, nem o PMDB, como tentou o *Correio da Bahia*. Regina garantira-se.

O restante do grupo, Jari e Cícero (mais Prestes de Paula ainda foragido) preferiu não revelar o local em que se hospedou – diferente de José Wellington, Telson e Marcos. Na primeira declaração que registrou na DFR, Jari disse que havia chegado a Salvador na quarta-feira (dois dias antes do assalto), encontrara-se com os companheiros no bairro de Amaralina, onde “perambulou até o momento do assalto”.<sup>121</sup> Cícero inventou que chegou à cidade na manhã da quinta-feira anterior ao assalto e que teria dormido no Voyage arranjado por José Wellington – safou-se, escondendo onde ficou, e transferiu responsabilidades para o companheiro, quando ele participara do levantamento de um dos carros.<sup>122</sup> O comportamento de Cícero e Jari tem outro ponto em comum: ambos tentaram se identificar com nomes falsos. Cícero tentou passar por Ícaro, mas viu-se desmentido pelos documentos verdadeiros que possuía consigo. Jari disse ser José Fernandes, aproveitando para alterar ainda o seu local de origem (disse ser cearense) e ser dez anos mais jovem (Jari deu a mesma data de seu nascimento, alterando apenas o ano de 1946 para 1956). Certamente, a intenção dos dois era criar versões fáceis de serem memorizadas para poderem sustentá-las adiante – um cuidado que não devia ser apenas pessoal e sim uma recomendação cautelar do PCBR. Jari conseguiu se fazer acreditar por mais tempo, mas Cícero não.

---

<sup>120</sup> *Correio da Bahia*, 21/4/86.

<sup>121</sup> Depoimento, 11/4/86. Processo, v. 1, fls. 24.

<sup>122</sup> Depoimento, 11/4/86. Processo, v. 1, fls. 20.

Dias depois, ferido e levado à sede da Polícia Federal, Jari revelou a informação sobre o verdadeiro local em que se hospedou – depois os cinco reclamaram que naquela delegacia sofreram torturas psicológicas e físicas, o que pode ter influenciado o novo comportamento de Jari. Este disse ter ficado em um apartamento em Brotas, junto com Cícero e Prestes de Paula (ainda apresentado pelo codinome Vítor).<sup>123</sup> Mesmo não tendo falado muita coisa, a polícia em seguida chegou a um novo nome, logo intimado.

Tratava-se de Suzana Braga, locatária do apartamento, bancária e então namorada de Renato Affonso. Suzana o mantinha vazio desde que passara a morar com Renato e ele “estava servindo ultimamente mais para guarda dos seus pertences do que como residência”.<sup>124</sup> Sabendo disso, contou ela, mais ou menos uma semana antes do assalto, Renato pediu emprestadas as chaves para abrigar uns amigos que passariam dias em Salvador, sem que ela soubesse maiores detalhes. Depois que o assalto virou notícia, Renato lhe informou que um dos assaltantes era hóspede seu. Então, Suzana “ficou aguardando o desenrolar dos acontecimentos”.

Suzana Braga já não depôs às duas delegacias, foi apenas na PF – a quem coube vasculhar seu apartamento. Deixou claro que não possuía nenhum tipo de militância política e que sua relação com Renato transcorria independente disso. Sequer chegou a ver quem estava no apartamento porque todo o contato foi intermediado pelo namorado. Respondeu por livros encontrados ali, quase todos presentes de Renato e alguns com dedicatórias apaixonadas, mas garantiu que “não os leu”. Entre eles *Porque Theodomiro fugiu*, de Fernando Escariz.<sup>125</sup> Mais outros folhetos petistas – coletados também em outros locais – e que ela reconheceu como de Renato. Entre eles *A Ruptura Popular, 3º Encontro Regional do Partido dos Trabalhadores, Sucessão Estadual e A situação nacional e a construção do Partido dos Trabalhadores*.

Suzana possuía uma filmadora tipo Super-8 semelhante àquela que o grupo havia levado da casa do gerente em Cachoeira, o que chamou atenção da polícia – apenas coincidência. Ali também encontraram uma calça manchada de sangue cuja propriedade nunca foi desvendada, mas que nos primeiros dias de investigação ocuparam bastante a polícia, certamente cogitando a possibilidade de alguém ferido e em fuga ter passado por ali –

---

<sup>123</sup> Depoimento, 16/4/86. Processo, v. 1, fls. 104-8.

<sup>124</sup> Depoimento, 8/5/86. Processo, v. 8, fls. 261-3. Depoimento usado nos parágrafos seguintes.

<sup>125</sup> Autos da apreensão. Processo, v. 5, fls. 53. Fonte usada no parágrafo seguinte. A conta de telefone é vista no v. 7, fls. 459.

ou talvez de ser de uma possível vítima daquele grupo de fogo. As contas telefônicas sugeriam que o apartamento não era tão desabitado: entre outras, constava uma ligação para São Paulo e o uso do serviço de despertador no mês de março. Além disso, a grande quantidade de sacos com etiquetas bancárias pareceu suspeita: quase quarenta deles com identificações de bancos diversos. Banco do Brasil, Itaú, Bamerindus, Banorte, Banerj, etc. Os sacos não foram coligidos no processo, apenas a sua descrição, que diz “sacos com os dizeres impressos”. Assim não sabemos se eram sacos do próprio banco ou etiquetados por outra pessoa com aquele nome – o que poderia sugerir uma codificação. A justificativa de Suzana para eles estarem ali era a de que ela levava algumas sobras de seu trabalho (era funcionária do Banco do Brasil) “para uso doméstico”.

Merece análise a forma como as investigações policiais atingiram os nomes de Regina e Suzana. Não só porque as duas tivessem em comum o envolvimento afetivo com Renato Affonso, uma no passado, outra naquele momento. Mas pela decisão dos presos em revelar ou esconder o local em que se hospedaram – quando inicialmente todos estavam sob o mesmo tratamento policial. Portanto, se José Wellington, Marcos e Telson revelaram a hospedagem na casa de Regina Affonso, enquanto Cícero e Jari esconderam o apartamento de Suzana, é porque havia diferentes orientações para os dois grupos.

Inicialmente, a divisão atendia a necessidades preventivas. Juntos, os seis homens corriam mais riscos: uma eventual queda podia ser definitiva e ainda poderiam chamar mais atenção. De modo que divididos estavam mais bem protegidos. A organização dos dois grupos nos apartamentos respeitou um critério hierárquico: cada um possuía dois militantes menos experientes e um dirigente militar (neste posto estavam Prestes de Paula com uma parte do grupo e José Wellington com a outra). Prestes era o mais experiente entre todos os demais nesse aspecto. Além de sua passagem pela Aeronáutica, participou e comandou outras ações semelhantes no período da Ditadura, quando habituou-se à clandestinidade também. Em 1986 ele era o comandante militar nacional do PCBR. José Wellington, muito mais jovem, alcançara o posto de dirigente militar por apresentar disposição para esse tipo de ação. Segundo o próprio registrou em entrevista, sua frieza contava a seu favor em momentos de tensão.<sup>126</sup> Ademais, já tinha “matado um”. Sob orientação deles ficaram dois outros militantes e, conforme as entrevistas realizadas durante essa pesquisa apontam, tal divisão pode ter

---

<sup>126</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012.



respeitado menos os critérios políticos e partidários do que os pessoais, ficando Cícero e Jari com Prestes; Telson e Marcos com José Wellington.

Enquanto o grupo de Wellington entendeu que não haveria problemas em revelar o local onde se hospedou; ao outro, sob comando do ex-sargento Prestes, coube esconder tudo quanto fosse possível, inclusive sua identidade, como fizeram Cícero e Jari. É provável que isso tenha acontecido por duas razões. A primeira é que Regina e Suzana possuíam diferentes níveis de comprometimento e ciência sobre os planos dos hóspedes. Suzana desconhecia as intenções que os trouxeram à Salvador, Regina não. Por estranho que pareça, anunciar que Regina emprestou a sua casa, antes de a polícia descobrir por outros meios, era uma maneira de garantir mais credibilidade à versão de que ela nada sabia, uma defesa prévia, afinal, ao reconhecimento seguiram todas as garantias de que ela de nada sabia. E, em conformidade com o anúncio dos presos, ela tinha até um álibi – professor da Universidade Federal da Bahia. A Suzana bastou alegar que nada sabia para ter seu nome desvinculado do assalto. Além disso, havia entre Regina e José Wellington um vínculo pessoal que podia ser, como o foi, usado em favor da mulher: sua amiga Ivana era casada com José Wellington, e esse era o motivador da hospedagem.

Suzana não tinha militância política, legal ou clandestina, nem em seu passado nem no período do assalto. Por sua vez, Regina era militante do PT sem disfarces e secretária de deputado estadual peemedebista, além da sua relação com o PCBR – que conseguiu ser escondida da polícia até o fim das investigações. Por isso ela não teve a mesma facilidade para escapar às investigações, o que devia ser previsto pelo grupo, que defendeu-se e defendeu-a. Atacada na imprensa, seu envolvimento não foi logo descartado pela polícia como atesta o relatório produzido na Furtos e Roubos. Regina Affonso foi inocentada pelos presos, garantiu nada saber, apresentou álibi (o professor com quem ela teria varado a noite trabalhando chegou a ser intimado para confirmar a história), “muito embora”, afirmou o relatório, “tenhamos as nossas dúvidas quanto ao conhecimento de Regina sobre os planos da quadrilha (...) isto porque existe entre tais pessoas laços político-partidários em comum, fatos que estão sendo investigados”.<sup>127</sup> Regina Affonso sabia da ação em Salvador e precisou se proteger bem. Para Suzana Braga, escapar de uma acusação era mais fácil, simplesmente porque ela não sabia dos planos de ação do PCBR.

---

<sup>127</sup> Relatório. Processo, v. 1, fls. 131.

Outra razão para a diferença de comportamento entre os cinco presos é que Prestes de Paula precisou ganhar tempo em sua fuga e, caso fosse recorrer ao apartamento de Suzana, este precisaria estar resguardado. Por isso Jari e Cícero tentaram sustentar inicialmente uma versão fantasiosa – que funcionou pelo tempo necessário ao dirigente. De acordo com a operacionalidade que previam para o assalto, o dinheiro retirado do banco ficaria sob a guarda do comandante Prestes. Assim como aconteceu um ano antes, em Cachoeira (bem como em outras ações não descobertas), Prestes se responsabilizava por entregar o dinheiro recolhido à administração da Direção Nacional do BR – a instância revolucionária responsável pela sua gestão. O emprego desse dinheiro fugia ao conhecimento do restante do grupo, distante dele por questões de segurança e hierarquia, ambas vitais àquele PCBR.<sup>128</sup> Isso poderia justificar tanto sacos identificados (ou codificados) no apartamento de Suzana. De modo que proteger o local onde ficaram e o nome da proprietária era uma maneira também de dar tempo à fuga de Prestes, que não foi encontrado junto com os demais. E que, se passou pelo apartamento, dispensou os sacos.

Os critérios utilizados pela Direção do PCBR na montagem da ação de Salvador e das antecedentes esclarecem traços de sua organização. O cancelamento dos planos do grupo em Blumenau sugere que os dirigentes dali não foram capazes de convencer aquele grupo de fogo a entrar em ação – mesmo que tivessem mobilizado o grupo até ali, alegando condições para ela. Por isso, é possível entender que uma célula do PCBR, disposta a entrar em ação, poderia se negar a obedecer uma ordem estabelecida pela direção, mas não sem conflitos. Esse desfecho pouco lucrativo, sem dúvida, apressou a montagem de novos planos que deveriam ser mais consistentes e exequíveis. Então os dirigentes baianos, entre os quais estava Renato Affonso, providenciaram uma segunda opção. De acordo com ele, realizar uma ação de banco na Bahia era tarefa fácil, como “tomar doce de criança” – pelo menos assim estava parecendo até 1986.<sup>129</sup> Depois de capturado, o grupo apresentou o mesmo argumento em seus depoimentos à Polícia Civil. Como a tarefa era considerada fácil – ou por falta de outras possibilidades – foi preciso recorrer a nomes ligados direta ou indiretamente à cúpula do PCBR para abrigar o grupo de fogo em Salvador. Uma opção que se provou arriscada. Além disso, José Wellington conta que na ação de Cachoeira (1985), eles recorreram a uma fazenda cujo dono, suspeita ele, possuía laços de amizade com Renato Affonso ou poderia ser uma

---

<sup>128</sup> Os entrevistados José Wellington, Marcos e Benjamim disseram que o dinheiro de suas ações era remetido, por um caminho que apenas Prestes de Paula conhecia, para a Direção Nacional do PCBR.

<sup>129</sup> Entrevista com Renato Affonso, 5/4/2010.

propriedade de sua família.<sup>130</sup> Por isso o PCBR não devia contar com muitos militantes em suas fileiras, caso contrário, seus dirigentes de cúpula poderiam ser mantidos no comando estratégico das ações, deixando de se envolver em arriscadas ações de rua. O nome de Renato não custou a ser descoberto, bem como o de duas mulheres ligadas a ele. Mesmo com fragilidades nesse setor de cobertura, a ação contra o Banco do Brasil de Salvador não foi descartada – ou porque os dirigentes baianos eram capazes de convencer o grupo ou porque estavam premidos pelas outras frustrações.

Com a maior das frustrações vividas pelo PCBR à porta do banco em Salvador, o partido expôs não apenas aquilo que pretendia manter clandestino – seus planos revolucionários e a forma de obter recursos para sua sobrevivência –, mas também uma rede de nomes e relações que o sustentavam. Os principais prejudicados foram aqueles que investiram contra o banco, que terminaram presos e processados. Seus dirigentes locais terminaram a salvo – outros envolvidos, como Benjamim Ferreira e Regina Affonso, não sofreram com processos na Justiça. Entre os prejudicados constava também o Partido dos Trabalhadores. Por excesso de otimismo ou de irresponsabilidade, os militantes do PCBR desrespeitaram algumas regras às quais deviam estar submetidos. Uma de caráter operacional para uma ação armada (como padronização das versões apresentadas à polícia, proteção de nomes da rede de apoio à ação, etc.). Outras dizem respeito às relações que o PCBR, grupo responsável pela execução do assalto em Salvador, mantinha com o Partido dos Trabalhadores, sigla legalizada que o abrigava. E com seu fracasso levaram a um impasse as dificuldades sobre as quais estava sustentada a manutenção de um grupo clandestino marxista-leninista em um partido legal e de massas. Frustrados, chamaram atenção da polícia e da sociedade para sua existência – sem conquistar apoios. Para o Partido dos Trabalhadores, foi a oportunidade do acerto de contas.

#### AS DILIGÊNCIAS FORA DA BAHIA

Após as primeiras investigações e buscas em Salvador, elas prosseguiram fora do estado a cargo da Polícia Federal. O processo reuni os autos de apreensões e buscas realizadas nas casas de Jari (em Londrina, PR) e Prestes de Paula (em São Paulo, capital). Faltam as de Cícero (em Pedra, PE) e Marcos (também em Londrina), onde pouquíssimo material foi

---

<sup>130</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012. Segundo Renato Affonso, para justificar a presença daqueles homens nas cercanias de Cachoeira, ele improvisou uma recepção na casa de um irmão seu que desconhecia as intenções do grupo, aparentando uma festa para amigos. Entrevista com Renato Affonso, 29/1/2013.

encontrado. Nas casas de Telson (em Criciúma, SC) e José Wellington (em Serra Talhada, PE) aparentemente não houve achados e também não é possível saber, por meio do processo em tela, se foram investigadas. A seguir, será apresentado o resultado dessas ações policiais, primeiro naquelas residências que deixaram mais informações registradas no processo.

O assalto aconteceu numa sexta-feira, e por volta das onze horas da manhã de 16 de abril, a quarta-feira seguinte, os federais chegaram ao cômodo em que Jari morava.<sup>131</sup> Havia ali um único folheto do PT e outro do MR-8, grupo ligado ao PMDB, afora alguns sinais de que ele viajava bastante, às vezes de ônibus, às vezes de avião, bastante a São Paulo. Também uma carteira da União Nacional dos Estudantes (UNE), provavelmente falsa, pois Jari concluiu o secundário em 1974, havia algum tempo, portanto, e não passara por nenhum curso universitário.<sup>132</sup> Encontraram papéis avulsos, com telefones e nomes, entre eles o de Rosana Bond, namorada de Marcos, e o de Esron Maria de Oliveira, reconhecido por ele como militante do PCBR. Conforme consta nos autos daquela busca, a polícia teve sua atenção despertada por “uma folha de papel manuscrita à caneta” contendo “nomes de pessoas, endereços, inclusive da Nicarágua, entre outros escritos, datada de 16/10/84”, juntamente com o seu nome. Havia ainda um recibo de doação ao Comitê de Solidariedade aos Pobres da América Latina e Caribe, no valor de dezesseis mil cruzeiros, endossado por uma empresa gráfica, em novembro de 1984. Indícios como esses serviram ao trabalho da PF, interessada em verificar as relações entre os presos, o PCBR e a Nicarágua sandinista. Além disso, papéis que pela data estavam com Jari havia dois anos, ou eram importantes ou denunciavam seu desleixo para com a organização (e, quem sabe, limpeza) do ambiente.

Outros papéis não despertaram atenção nem ganharam relevância durante as investigações, mas são interessantes por tratar de aspectos financeiros de sua vida. Em março de 1985 Jari recebeu uma ordem de pagamento no valor de cem mil cruzeiros. O documento não permite inferir maiores conclusões, a não ser que a ordem partiu de Cachoeiro do Itapemirim (ES), cidade onde aparentemente o PCBR não possuía vínculos. Porém, não era muito dinheiro. Nessa época o valor estimado para o salário mínimo era três vezes maior que a quantia endereçada a Jari.<sup>133</sup> Considerando que no mês seguinte, em Cachoeira (BA), o PCBR

---

<sup>131</sup> Autos de apreensão e busca da Polícia Federal. Processo, v. 8, fls. 81-3. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

<sup>132</sup> “Boletim Individual de vida progressa”, redigido pela Polícia Federal. Processo, v. 8, fls. 196.

<sup>133</sup> Valores do salário mínimo encontrados em <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>, acessado em 1º/2/2012.

arrecadou um montante de cento e oitenta milhões de cruzeiros, ela se torna ainda mais acanhada. Nas entrevistas realizadas com Benjamim Ferreira e José Wellington, ambos informaram que possuíam militância profissional no PCBR. Ou seja, contavam com um sustento mínimo garantido pela organização. Benjamim contou que quando esteve profissionalizado no PCBR (em alguns momentos ele possuiu empregos paralelos) recebia valor próximo do salário mínimo. Disse também que Prestes de Paula era um militante profissional – nesse caso, um dirigente. As fontes produzidas pelo processo mais as entrevistas realizadas durante essa pesquisa, sugerem que Jari também provia seu sustento pessoal com sua militância (no PT e no Sindicato dos Bancários, mas principalmente no PCBR), afinal ele não tinha atividade remunerada.<sup>134</sup> Uma quantia como a que recebera do Espírito Santo (cem mil cruzeiros) poderia servir para o sustento temporário de Jari ou se destinava a prover alguma função desempenhada por ele, uma viagem, talvez.

Jari levava vida modesta. Não é mentira que ele vendesse “roupas importadas do Paraguai” para conseguir mais algum dinheiro porque estava desempregado. Como muitos outros membros das classes populares da época, Jari trabalhava como sacoleiro. Teresa Notari, esposa de Prestes, relatou à PF que ele exercia essa atividade.<sup>135</sup> Vender roupas lhe garantia algum dinheiro ao mesmo tempo em que representava uma atividade socialmente reconhecida. Ao mesmo tempo, propiciava a oportunidade do trânsito, da mobilidade. Outro manuscrito encontrado no cômodo que alugara havia mais ou menos um ano detalha bastante as suas tarefas de militante e o seu cotidiano de rendas enxutas.<sup>136</sup> Nele havia funções que Jari deveria desempenhar na sua atividade não-clandestina – umas marcadas como feitas, outras não. Eram muitas e cheias de detalhes. Havia um pagamento em cheque destinado à militante petista Clara Charf, do Diretório de São Paulo, também viúva de Carlos Marighella. Para ela, constava um pedido de material “de divulgação e venda, talvez livros, pôsteres, broches da Associação José Martí”. O remetente do bilhete insistia para que Jari providenciasse “mais broches para venda”, porém com uma ressalva: “fome no Ceará *não*, pelamordedeus!” [destaque e grafia de acordo com o original]. Mais outra: “ver também se ela pode trazer algum filme sobre Cuba, El Salvador ou Nicarágua”. Por fim seu interlocutor pedia “logo que tiver resposta me ligue a cobrar”. Isso tudo em outubro de 1984 – e o manuscrito (em papel

---

<sup>134</sup> Entrevistas com Benjamim Ferreira, 11/9/2012, e com José Wellington, 17/7/2012.

<sup>135</sup> Para citação do depoimento de Teresa Notari ver Processo, v. 8, fls. 82. Em entrevista para esta pesquisa Teresa fez alguns acréscimos ao seu depoimento à PF. Entrevista, 23/5/2012.

<sup>136</sup> Bilhete. Processo, v. 7, fls. 433.

velho de rascunho) ainda pôde ser encontrado no cômodo que habitava havia quase dois anos em abril de 1986. Portanto Jari administrava pouco dinheiro em sua vida privada ao mesmo tempo em que desempenhava funções nas quais ele era necessário e também escasso.

O rascunho desimportante talvez fosse reflexo do que, com certeza, os agentes federais não deviam encontrar ali após. Quando chegaram ao local em que Jari morava, contataram os proprietários, padrasto e enteado, que atenderam os policiais.<sup>137</sup> O mais velho contou que nunca soube que Jari “tivesse algum tipo de trabalho”, mas que mantinha ligações com o Sindicato dos Bancários e com o PT. Disse que Jari “costumava acordar por volta das onze horas da manhã e retornava sempre de madrugada” e que viajava muito. Havia quinze dias que não o via, mas, diferente do habitual, desta feita Jari fez questão de anunciar o destino de sua viagem: partira rumo a Santos (SP) – forjando um possível álibi, seguramente. O quarto era pouco frequentado por seus amigos, apenas de um barbudo, seu companheiro do sindicato, era visto por ali.

Os proprietários contaram mais à polícia. No dia anterior, por volta das duas da tarde, o mesmo barbudo que se habituaram a ver mais outro homem desconhecido chegaram num Fusca ao apartamento. Os homens pediram ao enteado que lhes desse acesso ao quarto do amigo porque “precisavam localizar uns documentos, com urgência”. Entraram e pediram para ficar a sós, abririam algumas gavetas e uns tantos sacos soltos. “Estava uma bagunça”, acusou um dos visitantes – e não devia ser exagero. O padrasto disse que barbudo e desconhecido estavam nervosos. Ficaram ali por uns vinte minutos – tudo contra sua vontade, asseverou. E que “ao saírem carregavam um envelope branco cheio de papéis que haviam retirado do local”. Aos dois foi apresentado recorte de jornal com foto de uma reunião do Sindicato dos Bancários de Londrina. Puderam reconhecer o barbudo que esteve no quarto: chamava-se Homero Bovolín, diretor da entidade. Segundo a PF, tratava-se de “figura já conhecida por esta Divisão”. Em seguida, os federais remeteram para a Bahia as apreensões e cópias dos depoimentos tomados.

Não é possível precisar o que foi subtraído da moradia de Jari, mas apenas o que eles deixaram para a polícia, julgando sem importância ou não encontrado em meio à desorganização do quarto. O mais provável é que eles tenham eliminado dali os principais

---

<sup>137</sup> Depoimentos de José Luz (enteado) e Marques Sobrinho (padrasto), 16/4/86. Processo, v. 8, fls. 79 e 80, respectivamente. Fontes usadas nos parágrafos seguintes.

vestígios de vínculo entre uma legenda que pregava a execução de ações armadas de outras organizações políticas com atuação legal: como o sindicato dos bancários de Londrina – onde Homero Bovolin atuava, sob vigilância policial – e do Partido dos Trabalhadores. No nível que cabia a Jari, que não era elevado, os mui reservados planos táticos e estratégicos de uma agremiação clandestina e revolucionária também podem ter sido retirados dali. Podem ter eliminado ainda pistas que associassem outros nomes ao preso Jari. Estar próximo a um sindicato deveria ser uma tarefa que Jari recebeu do PCBR, pois a legenda não perdia de vista essas outras frentes políticas. E Bovolin, se não era também militante do PCBR, pelo menos sabia da militância de Jari. Por isso passou em sua casa logo que pôde para proteger o companheiro ou a si – ou a ambos.

No ano seguinte, em fevereiro de 1987, quando Jari e os demais presos respondiam apenas em uma instância jurídica pelo seu crime, Homero Bovolin foi intimado a depor em Londrina – além dele, mais outras doze pessoas.<sup>138</sup> Com a PF afastada do caso, seu depoimento foi simples. Disse conhecer Marcos, “da universidade”, e Jari, “do meio bancário”. Segundo ele, Jari “era muito amigo do presidente do sindicato, mas não era bancário”. E que sempre o via “vendendo roupa”.<sup>139</sup> As demais testemunhas, segundo afirmaram, os conheciam do PT. Sabiam que Marcos era estudante e tinha outra atividade remunerada, que Jari apenas possuía ligação com os bancários – mas que ambos eram boas pessoas.

---

<sup>138</sup> Intimação, 5/2/87. Processo, v. 3, fls. 765.

<sup>139</sup> Depoimento, 9/3/87. Processo, v. 3, fls. 769.



Detalhe do recorte da *Folha de Londrina*, 24/4/85, usado pela Polícia Federal para o reconhecimento do sindicalista Homero Bovolin, que aparece indicado por uma seta na foto, Processo, v.8, fls. 84. Segundo a PF, antes de Jari ser preso por sua participação no assalto em Salvador, Bovolin era “figura já conhecida por esta Divisão”. Além de Bovolin, outro componente não identificado da mesa aparece destacado.

Sucessão semelhante de acontecimentos se deu dias depois, 22 de abril, na casa de Antonio Prestes de Paula. Prestes morava no bairro da Liberdade, São Paulo, com sua mulher Teresa Notari. Moravam ali como inquilinos desde março de 1983. De acordo com uma comparação entre o contrato de aluguel e uma declaração de Prestes quando preso, o casal era vítima da inflação galopante que minava os rendimentos das classes menos endinheiradas daquela década. O casal entrou no apartamento pagando cinquenta mil cruzeiros, metade de um salário mínimo, e o contrato do aluguel previa aumentos semestrais regulares.<sup>140</sup> Em 1986,

<sup>140</sup> Contrato de aluguel. Processo, v. 7, fls. 455-6. Para valores do salário mínimo, ver <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>, acessado em 1/2/2012.



Prestes contou à polícia que pagavam mil e oitocentos cruzados mensais, correspondentes a pouco mais que dois salários mínimos na nova moeda.<sup>141</sup>

Ao chegar ao apartamento do casal, por volta das onze horas da manhã, os policiais encontraram apenas a empregada da família, a baiana Nilza. Depois de acompanhar as buscas pelo apartamento (o quarto de empregada transformado por Prestes em escritório foi o mais proveitoso para o trabalho policial), ela depôs na Superintendência da PF. Disse que “seu patrão não possui nenhuma atividade profissional, apenas se dedicando a pequenos afazeres domésticos” e que Prestes “gastava bastante tempo a escrever na máquina”.<sup>142</sup> Sua patroa, por outro lado, trabalhava fora e passava todo dia ausente da casa. Sabia também que o casal militava no PT e que reuniões mensais aconteciam ali. Quando retornava ao trabalho às segundas-feiras, “percebia pelas pontas de cigarros” e pela “desorganização instalada” que muita gente estivera no apartamento – nos finais de semana em que se empregava detidamente na política, o zelo de Prestes com seus pequenos afazeres domésticos caíam para segundo plano. Nilza não via o patrão havia algum tempo.

O material encontrado pela polícia no escritório de Prestes revela que, pelo menos em parte, Nilza disse o que sabia. Conforme o registro da busca e uma foto divulgada do seu resultado em jornal, os federais recolheram farto material no apartamento. Muitos textos datilografados por Prestes, além de inúmeros papéis, cartazes e jornais do PT e da CUT. Também fotos e cartas pessoais que atestavam os vínculos entre Prestes, Teresa e José Wellington. Mais duas máquinas de escrever de onde a polícia devia esperar bons achados, mas que pouco informaram às investigações: apenas transcrições irrelevantes. Nem tudo que foi encontrado continua acessível no processo.<sup>143</sup>

No dia seguinte, sem ser intimada, Teresa Notari fez questão de comparecer também à PF. Inclusive exigiu que isso constasse em seu depoimento: estava ali “sob livre e espontânea vontade”. O depoimento parece bastante elaborado, consciente de si. Sobre o marido, não sabia informar seu paradeiro, “estando inclusive muito preocupada”. Não o via há quase um mês e achava “que o mesmo não teria participado do assalto”, temia pela sua segurança, pela

---

<sup>141</sup> Documento “Boletim de vida progressa” (Polícia Federal). Processo, v. 6, fls. 762.

<sup>142</sup> Depoimento de Nilza dos Santos, em 22/4/86. Processo, v. 5, fls. 132.

<sup>143</sup> Autos de apreensão. Processo, v. 8, fls. 148-50. Para a perícia realizada nas máquinas, ver Processo, v. 6, fls. 790-3.

sua vida e só acreditaria em seu envolvimento se ouvisse a confirmação do próprio Prestes.<sup>144</sup> Criou a sua versão.

#### FOTOGRAFIA 8



A *Folha de S. Paulo* registrou a apreensão policial feita na casa de Prestes de Paula. Nem todos os achados retirados do apartamento de Prestes e Teresa se encontram registrados e anexos ao processo. *Folha*, 25/4/86. Arquivo Ana Lagoa, acessível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/db/pesquisaRecortes.asp>.

Contudo, o que a PF não chegou a saber – talvez suspeitasse – é que Prestes havia passado em casa durante sua fuga. Após escapar ao cerco repressivo que se abateu contra o assalto armado ao Banco do Brasil, Prestes deixou a Bahia e teve tempo de ir a São Paulo. E houve sim um encontro entre o casal, quando Teresa se colocou a par do que havia acontecido em Salvador. Prestes dividiu com a companheira os lances que permitiram sua fuga e reconheceu um detalhe presente nas primeiras referências à sua participação: levava consigo uma escopeta. “Ele me contou isso”, garantiu ela em entrevista quase trinta anos depois. Ao perceber a aproximação das viaturas policiais, “se identificou como policial e disse que estava

<sup>144</sup> Depoimento de Teresa Notari, em 23/4/86. Processo, v. 5, fls. 141-2.

havendo um assalto”, recontou Teresa. O ex-sargento, disse ter dissimulado ordens como se fosse policial à paisana, entrou no carro e partiu dali, como comandante que encerra seu trabalho. Segundo Teresa,

“quando ele veio pra cá e tudo mais, que a gente se encontrou, eu fiz todas as perguntas que eu precisava fazer. Até pra poder saber como é que eu podia trabalhar as informações. Eu ia ficar sem ter informação? Eu tinha que ter todas as informações. E aí ele me contou”.<sup>145</sup>

A versão que Prestes de Paula usou para fugir remonta a duas características de sua história pessoal. Em primeiro plano ele recorre ao seu passado de militar e, em simultâneo, ao seu presente de dirigente revolucionário, que reconhecem hierarquias e sabem como funciona a repressão, que sabem dar ordens com voz de comando e executa seu papel durante uma ação com vigor. Dificilmente, um homem armado com uma escopeta calibre 12 passaria por viaturas e agentes policiais à porta de um banco assaltado sem ser, pelo menos, inquerido de algum modo – e foi o que Prestes conseguiu com muita ousadia, segundo deixou registrado com a esposa, quando em fuga. Em segundo plano, Prestes se mostra audacioso em momentos de tensão: em sua história, ele fugiu não só de penitenciárias – pela porta da frente –, como também escapou quase ileso de cercos em que alguns companheiros foram capturados e mortos.<sup>146</sup>

A versão narrada por Prestes à esposa depois seria repetida aos companheiros de cela, com alguns acréscimos – e ele já devia saber que isso seria necessário. A encenação de policial assertivo e audaz diante da aproximação policial serviu para justificar o sucesso de sua fuga, mas não apresentava o motivo de não ter cumprido uma das suas tarefas fora da agência. Além de cronometrar a duração do assalto, Prestes deveria conter qualquer contingente policial que tentasse atrapalhar os planos do grupo – essa era a razão de ele portar uma arma de grosso calibre. Desta maneira, ele precisava também apresentar um motivo para não ter dado combate aos policiais que cercaram a agência. Segundo Prestes de Paula deixou registrado com seus companheiros, a chegada da polícia foi estranhamente rápida e silenciosa, quando ele se deu conta, o conflito tornou-se incogitável. Ele e Benjamim Ferreira eram poucos diante dos braços e armas da polícia. E, o principal, suas armas falharam – portanto,

---

<sup>145</sup> Entrevista com Teresa Notari, 23/5/2012.

<sup>146</sup> Em FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais. Presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação de mestrado defendida no PPGH/UFF, 2005, podemos ver os relatos de algumas fugas de Prestes de Paula consideradas audaciosas. Para isso, ver também TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento. Os segredos dos porões da ditadura*. 5ª edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, Record, 2005.

contraditoriamente, teria havido uma tentativa frustrada de usá-las. Sua versão coincide com a de Benjamim Ferreira, a quem cabia o volante do carro de Prestes e também responder à bala uma possível aproximação policial. Para ele, Prestes precisou disfarçar-se porque a aproximação policial foi quase imperceptível, chegaram com sirenes fechadas. Ademais, Benjamim garante que sua arma falhou por duas vezes, primeiro em sua mão e, em seguida, também na de Prestes.<sup>147</sup>

Para explicar sua fuga, mais uma vez, Prestes de Paula tinha uma história de ousadia para contar. Mas por não ter usado sua escopeta, alguns de seus companheiros não imaginam uma justificativa plausível – entre eles José Wellington. Esse debate rendeu muito na prisão, gerando atrito entre alguns deles. Entre o grupo, que já estava recomposto com a prisão de Prestes, floresceu a ideia de que a ação sofreu com vazamento de informações ou, o que era pior, com a delação de alguém. Após alguns planos modificados e abortados reiteradas vezes – uma ação no sul do país, em seguida outra contra uma indústria na região metropolitana de Salvador – a confiança do coletivo já estava abalada. Após o fracasso dessa última, seu moral declinou de vez.

Mas durante o encontro com Teresa, na residência do casal, essa ainda não era a maior preocupação de ambos. Ela aproveitou para disfarçá-lo, pintando seus cabelos.<sup>148</sup> Em junho, quando capturado em Goiás, Prestes reconheceu ter passado em sua casa para “apanhar algumas roupas”.<sup>149</sup> Diferente da apreensão feita na casa de Jari, a Federal paulista não teve conhecimento de que Prestes passara por ali para recolher papéis comprometedores. Se não ele, a própria Teresa o fez. No apartamento do casal foi encontrado apenas o que eles quiseram que fosse – ou aquilo que julgaram sem importância. Mesmo assim, essa foi a maior apreensão realizada entre os presos. O PCBR soube defender-se melhor do que atacar uma agência bancária.

A polícia se deteve na atenção ao contrato de aluguel do apartamento, pois trazia a assinatura do fiador Cândido Pinto de Melo, identificado como “antigo militante do PCBR”, e sobre um caderno com gastos em viagens para congressos do PT.<sup>150</sup> Prestes de Paula, assim

---

<sup>147</sup> Entrevista com Benjamim Ferreira, 11/9/2012.

<sup>148</sup> Entrevista com Sérgio Notari, enteado de Prestes, 24/5/2012.

<sup>149</sup> Depoimento de Prestes de Paula, 26/6/86. Processo, vol. 6, fls. 689-94.

<sup>150</sup> Para o contrato de aluguel, ver Relatório da Polícia Federal. Processo, v. 7, fls. 583. Para a referência ao caderno, ver Processo, v. 8, fls. 148. Uma referência interessante que não pode ser encontrada no processo são as

como seu quase homônimo, Luís Carlos Prestes, tinha o hábito aparente de guardar cópias de correspondências trocadas, muitos manuscritos e anotações – para satisfação não apenas da polícia. Inclusive documentos da atuação legal do PCBR. Entre eles o texto *Ruptura Popular*, assinado Edival Passos (BA), Vitorio Sorotiuk (PR), Augusto de Franco (GO) e Bruno Maranhão (PE).

Há ainda um registro a ser feito sobre materiais apreendidos com Prestes de Paula. Benjamim Ferreira, Marcos, Renato Affonso e José Wellington registraram nas entrevistas uma queixa unânime sobre o comportamento “liberal” – palavra de Benjamim – “do velho Prestes”. Na chácara em que ele foi capturado em Goiás, havia muitos documentos do PCBR além de espelhos para confecção de documentos falsos. Um descuido de Prestes, consideraram os entrevistados. No entanto, apesar da unanimidade entre eles, o processo não traz referência a essa documentação sigilosa apreendida em Goiás. Traz, por outro lado, um ofício remetido pela PF de Brasília para a baiana que zelosamente entendeu “por oportuna” a anexação de recortes de “jornais que publicaram artigos e entrevistas do citado elemento”, em que constam alguns anexos.<sup>151</sup>

O recorte do *Jornal do Brasil* enviado para a Bahia informa que quando Prestes foi preso estava acompanhado por Rino Leônidas (que não tinha militância no PCBR nem envolvimento em ações armadas) e com eles não havia “armas nem documentos importantes”.<sup>152</sup> Parece improvável que os mesmos agentes que cuidaram de anexar ao ofício jornais que nada acrescentaram ao que eles já haviam descoberto tenham negligenciado documentos de uma organização à qual o mesmo ofício se refere como “clandestina” – e que, se possuíam o caráter sigiloso mencionado pelos entrevistados, deviam ser comprometedores. Portanto é estranho que todos os entrevistados tenham registrado essa informação e a polícia, não. Àquela altura das investigações – na Bahia, a PF já lavrara seu relatório sobre o assalto e, mesmo antes de sua captura, Prestes fora indiciado – tais documentos, se existiram, podem ter perdido sua importância como peça acusatória e tenham abastecido os arquivos de outro órgão.

---

cópias das ata de fundação, dos estatutos, eleição e posse da diretoria da Associação Treze de Junho, presidida por Antonio Prestes de Paula, criada em dezembro de 1984. Como a instituição leva no nome a data de nascimento do seu presidente, seria interessante conhecer os termos de sua fundação, ao que tudo indica, concebida pelo próprio Prestes.

<sup>151</sup> Ofício. Processo, v. 6, fls. 772.

<sup>152</sup> *Jornal do Brasil*, 25/6/86. Processo, v. 6, fls. 773.

A ficha de Benjamim Ferreira produzida pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI), outro órgão envolvido nas investigações sobre o PCBR, comprova que o grupo continuou a ser investigado durante algum tempo depois do assalto em Salvador. Até 1989 a participação de Benjamim no BR era acompanhada de perto. O maior detalhe é que nessa ficha ele aparece como alguém que “participou ativamente de um assalto à agência do Banco do Brasil no campus da UFBA, no entanto conseguiu fugir do cerco policial”.<sup>153</sup> Pelo indicado, ao SNI convergiram mais informações do que às polícias Civil e Federal, talvez garantidas pelos papéis de Prestes, por infiltrados ou por agentes já poucos interessados em incriminar o grupo. Se Benjamin foi descoberto como membro ativo no assalto de 1986 – e de fato o foi – sem nunca ter sido indiciado pela polícia, é possível considerar que a partir de dado instantâneo das investigações (Prestes foi preso em junho), a polícia já não precisasse se preocupar tanto em incriminar aqueles cuja responsabilidade no assalto e militância no PCBR eram reconhecidas. Ou que outras investigações tenham prosseguido para além do trabalho policial.

Em outras residências houve apreensões menos expressivas. Na de Cícero “telefones úteis” de militantes e diretórios do PT – o nome de Bruno Maranhão encimava a lista.<sup>154</sup> Na de Marcos, apenas documentos que abordam a atividade regular do PCBR como tendência. Marcos contou em entrevista que ele mantinha alguns papéis enterrados – os mais clandestinos –, e que quando foi preso, um jornalista, certamente sugerindo confiança, se dispôs a ajudá-lo,

“na Furtos e Roubos (...) um jornalista em *off* pra mim: Você precisa de alguma coisa? Que avise a alguém lá? Eu falei: Você pode fazer isso? Ele: Posso. Eu disse: Avisa a Rosana Bond, que é sua colega jornalista, diga o que aconteceu se você puder ligar pra ela. Porque ainda não tinha vazado (...) Aí [Rosana] correu pra limpar o principal, ou seja, os documentos da organização”.<sup>155</sup>

Por isso quase nada foi encontrado na residência de Marcos. Há, porém, documentos encontrados pela polícia sem especificação sobre seu portador. Um merece atenção. Trata-se de informe contábil do PT de Londrina – o que sugere que estivesse com Marcos ou Jari e por não abordar nada sigiloso foi mantido em suas residências. Relata que em julho de 1985 o diretório local lançara uma campanha para arrecadação financeira para os três meses

---

<sup>153</sup> Ficha de registro do SNI de Benjamim Ferreira, expedida em 9/6/2005. Acervo pessoal.

<sup>154</sup> Processo, v. 7, fls. 466.

<sup>155</sup> Entrevista com Marcos, 1º/9/2012.

seguintes, já que “sem dinheiro é impossível fazer política”, dizia.<sup>156</sup> Apresenta o cálculo mensal de despesas com sua sede (contas de água, luz e telefone), com material de escritório, com o salário de um funcionário meio expediente, mais uma contribuição ao diretório (PR). Também gastariam com a confecção de boletins para panfletagens em “porta de fábricas” (aproximadamente quatrocentos mil cruzeiros). No total, enfim, precisavam de um milhão e trezentos mil cruzeiros por mês. Para arrecadar tal quantia, seus militantes distribuiriam carnês de pagamento mensal, com valores diversos (entre pouco menos de cinco mil até vinte mil cruzeiros). Em acréscimo, “propõe ainda, criar uma comissão para cuidar de promoções, tais como bailes, rifas, bolão, etc.”. Terminava com uma crítica aos seus membros:

“Na gestão anterior foram confeccionados e distribuídos 250 carnês de contribuição mensal. Mais de 120 carnês foram perdidos pelos companheiros que os adquiriram. Hoje temos apenas 76 carnês comprometidos e desses, 31 estão em atraso. Será necessário que todos se empenhem no sentido de pagar a mensalidade e ajudar na arrecadação financeira. A questão financeira é uma questão política”.

Marcos era um dos companheiros de Londrina que não havia perdido seu carnê, conforme descobriu a polícia em sua casa. Contribuía mensalmente com dois mil cruzeiros. E até sua prisão em abril de 1986, estava com ele em dia.<sup>157</sup> Mas o documento da tesouraria do PT de Londrina mostra que sem dinheiro não se fazia política e, sabia o PCBR, tampouco “a” revolução. O dinheiro que o BR conseguiu em Cachoeira (BA), cento e oitenta milhões de cruzeiros, sustentaria durante um ano inteiro doze diretórios como o de Londrina. Portanto, esse tipo de ação – quando atendia aos planos de seus executores – levantava ao PCBR bons dividendos. Essa comparação ajuda a dimensionar quanto ações armadas de assalto a banco rendiam ao PCBR e o quanto ele podia se fortalecer, dentro e fora do PT, com uma caixa dessas.

#### O CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA: DISPUTA PELO JULGAMENTO

Pouco tempo depois do assalto as polícias Civil e Federal concluíram seus relatórios e emitiram seus pareceres sobre o caso. Pareceres divergentes, estes. O da Delegacia de Furtos e Roubos foi mais econômico, apenas três laudas, enquanto o da PF encerrou com quase quarenta páginas. Atento apenas à consecução do assalto, o relatório da Civil apontou para conclusões que o classificaram como crime comum, sem preocupar-se com sua conotação

---

<sup>156</sup> Informativo da tesouraria do PT/Londrina. Processo, v. 7, fls. 443.

<sup>157</sup> Carnê do Partido dos Trabalhadores de Marcos. Processo, v. 7, fls. 390.

política. A sigla PCBR não mereceu uma única menção. O delegado explicou que diante de um prazo tão curto para as investigações – apenas dez dias – não poderia sustentar outro crime “senão o previsto na nossa legislação penal em vigor”.<sup>158</sup> Entendeu que caberia à Federal responder sobre o caráter do crime. O delegado dirigiu-se assim ao juiz da 7ª Vara Crime de Salvador,

“especula-se bastante sobre os possíveis envolvimento dos indiciados em (...) crime contra a Segurança Nacional, embora não descartemos tal hipótese, consideramos ainda muito prematuras tais conclusões, mesmo porque, tais apurações já ficaram a cargo da Polícia e Justiça Federais, *data vênia*, cujos órgãos é que estão autorizados a emitir qualquer juízo de valor”.

O relatório da DFR concluiu com uma sugestão: se o referido juiz entendesse diferente, que encaminhasse o processo para o “destino que julgar adequado”. Em suas laudas, não apareceu acusação contra Renato Affonso, nem contra Suzana Braga e Regina Affonso, tampouco contra Prestes de Paula. Também não fez referência ao assalto de Cachoeira – que já ocupara o noticiário antes de o relatório ser concluído. Após sua lavra, foram encerradas as investigações na DFR de Salvador. Logo em seguida, os presos foram encaminhados de lá para a carceragem da PF, onde ficaram aproximadamente um mês, enquanto o caso era investigado pelos federais. Antes dessa transferência, agora oficial, os presos haviam passado, ao arrepio da lei, por aquelas celas e salas.

---

<sup>158</sup> Relatório da Polícia Civil, 22/4/86. Processo, v. 1, fls. 129-31.



## FOTOGRAFIA 9



Foto do acervo pessoal de Teresa Notari. Em frente ao prédio da Auditoria da Aeronáutica, o grupo posou para foto. No primeiro plano, da direita para esquerda: Jari [de perfil], José Wellington e sua esposa Ivana Felldmann, Marcelo Notari, o advogado Fernando Santana e Cícero. Ao fundo, da esquerda para direita: Sérgio Notari, Marcos, Maria Helena Affonso de Carvalho [encoberta pelo jovem Marcelo] e seu filho Renato Affonso.

Dias depois, o Ministério Público estadual (MP) se pronunciou sobre o relatório e instaurou sua denúncia (poderia não fazê-lo se o considerasse improcedente, mas não foi o caso). Baseado nos depoimentos dos presos, o MP indiciou todos como coautores da ação, ou seja, sem reconhecer uma liderança entre eles (nos depoimentos que deram à polícia, foi uma preocupação igualmente constante entre os presos garantir que não havia líder ou idealizador no grupo). Terminaram enquadrados nos crimes de roubo e formação de quadrilha. Quatro deles, menos Telson, tiveram o agravante de terem roubado os veículos de suporte à ação e Jari recebeu uma acusação a mais pela tentativa de falsear sua identidade. O MP, em acréscimo ao parecer da DFR – o que consta em suas prerrogativas – decidiu acrescentar o nome de Prestes de Paula entre os acusados, entendendo que ele “coordenou o assalto,

distribuindo as tarefas e (...) armas”.<sup>159</sup> Assim, com a acusação formalizada, o processo começou sua tramitação por um dos foros que iria percorrer.

Simultaneamente, outro caminho era traçado. Em 22 de maio foi a vez de a Polícia Federal lavrar o seu relatório (portanto com mais tempo que a Civil, mas sem deixar de reclamar da “exiguidade de tempo para trabalho tão extenso”).<sup>160</sup> Para a PF era claro que o PCBR era “uma organização de esquerda radical, cuja linha de atuação sempre se pautou pela violência para alcançar o poder”. Isso, sustenta o relatório, se revelava em seus documentos apreendidos que “pregam a derrubada do regime vigente, por meio de luta armada, sendo esta fase atual”, sinalizou. Em tom de alerta, dizia mais,

“o estágio ora vivido pela organização é de expansão e para tal acobertou-se com o manto de um partido legal, o PT, de onde (...) emanavam suas doutrinas e ensinamentos, através do recrutamento e aliciamento de militantes de outras organizações”.

Para chegar a tais conclusões, o relatório descreveu com certa minúcia a documentação do PCBR – sem ter atacado o PT –, principalmente com base nas apreensões das residências de Prestes de Paula e Jari. Dedicou atenção aos seguintes temas: associação entre a legenda PCBR e qualquer tipo de radicalismo; o nível de penetração que a legenda tinha em setores sociais, como o estudantil e o operário; possíveis vínculos entre os presos e a Nicarágua, como faziam suspeitar alguns papéis que Jari tinha em casa. O relatório concluiu que o dinheiro roubado sustentaria o subversivo PCBR e que as ações de Salvador e Cachoeira foram ações de caráter político e clandestinas. Portanto o argumento de ajuda à Nicarágua não convenceria a PF. Por isso, concluía o relatório, atentaram contra a Lei de Segurança Nacional. Para a Polícia Federal, os meios utilizados por organizações de esquerda, clandestinas ou não, para obter seus recursos financeiros era uma questão de ordem política – e policial em alguns casos.

Houve ainda a tentativa de imputar-lhes o assalto ao edifício Santo Inácio, em Salvador – quando disto eram inocentes. O relatório da PF, diferente das conclusões da Civil, indiciou Renato Affonso e Prestes de Paula como cúmplices, deixando de lado Suzana e Regina. Ao fim, enquadrou os sete presos em dois artigos da LSN, um pela manutenção de grupo clandestino de natureza armada e outro pelo roubo cujo destino era essa organização. Com isso, os presos foram transferidos para a Casa de Detenção da Bahia, em sua custódia até

---

<sup>159</sup> Denúncia do Ministério Público, 29/4/86. Processo, v. 1, fls. 2-7.

<sup>160</sup> Relatório da Polícia Federal, 22/5/86. Processo, v. 7, fls. 556-94. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

o julgamento. Mesmo que o alvo das investigações concluídas pela PF fosse o PCBR, o PT não deixou de ser vinculado à ação. Um dos jornais que anunciou o encerramento das investigações pela Federal e a transferência dos presos estampou: “na Detenção, petistas que roubaram BB”.<sup>161</sup> A essa altura os presos já haviam pedido desfiliação do partido e o próprio PT prometera sua expulsão, mas na imprensa ainda eram petistas.

Em junho, o Ministério Público Militar (MPM) endossou o trabalho da Polícia Federal, mostrando-se atento à finalidade do assalto. Para ele, os militantes do PCBR haviam se inconformado “com os rumos políticos do país (...) visando a implantação de regime diverso e a tomada do poder”.<sup>162</sup> Em alguma medida, acertava, conforme manuscritos encontrados residência de Prestes de Paula sugerem.<sup>163</sup> Assim, o MPM consolidou o encaminhamento do processo em outro rumo: a Justiça Militar. Foi formada uma Auditoria na Aeronáutica para processar os cinco presos, mais Prestes de Paula (ainda foragido) e Renato Affonso (que após ficar alguns dias detido na PF, foi liberado para responder em liberdade). Em acréscimo, o MPM decidiu acusá-los do assalto ao edifício Santo Inácio.<sup>164</sup>

Do ponto de vista jurídico essa situação era bastante inusitada. Afinal, pelo mesmo crime, eles estavam respondendo em duas esferas distintas, com acusações igualmente distintas. Em uma esfera respondiam por crime contra o patrimônio, em outra por crime contra a segurança nacional. E as duas esferas, sem demonstrar interesse em declinar da sua competência, disputaram a autoridade para proceder com o julgamento do caso, ambas entendendo-se habilitadas para isso. O conflito precisou ser levado até instância superior, o Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Um impasse como esse, quando dois foros distintos e de primeiro grau declaram autoridade para julgar um crime, é chamado de Conflito Positivo de Competência. Sua resolução requer análise de uma instância superior (de segundo grau), onde os rumos do processo são decididos por um colegiado de juízes e não mais por um juiz singular. Sua resolução apresentava horizontes diversos aos presos. Se julgados pela LSN, teriam certamente um processo mais célere, porém com penas mais longas e menos possibilidades de benefícios. Considerando que fosse aplicada a pena máxima nesse caso, mais possíveis qualificadores,

---

<sup>161</sup> *A Tarde*, 24/5/86.

<sup>162</sup> Denúncia do Ministério Público Militar, em 6/6/86. Processo, v. 4, fls. 1032-40.

<sup>163</sup> A referida documentação, será melhor abordada no terceiro capítulo.

<sup>164</sup> Processo, v. 7, fls. 607.

eles cumpririam vinte oito anos de prisão. Por outro lado, se fossem julgados pela lei comum, o processo poderia ser mais moroso e trazer penas mais brandas, com privilégios previstos por bom comportamento, por exemplo – a maior pena possível nesse caso prevê vinte anos de detenção. Do ponto de vista penal, era mais interessante aos presos se manterem no âmbito da lei comum, submetidos a condenações mais curtas. Porém, socialmente, agradava mais o julgamento como criminosos políticos. No foro social, onde também estavam sendo investigados pela imprensa e julgados pelos leitores, o preso político desfruta de vantagens subjetivas: são criminosos cujo crime tem como finalidade uma causa, que mesmo que controversa, os distingue do bandido comum – aquele cujo crime satisfaz interesses pessoais.

Enquanto o conflito jurídico não se resolveu, o advogado de defesa não se pronunciou sobre sua preferência. Não interessava assumir escolhas sobre o foro do processo quando o seu destino era incerto. Afinal as estratégias usadas pela defesa não seriam as mesmas diante de um juízo civil ou de um militar. Em entrevista, o advogado Fernando Santana considerou o duplo caminho do processo e suas perspectivas diante do conflito.<sup>165</sup> Caso fossem julgados pela Auditoria da Aeronáutica, o papel da defesa seria provar que o assalto não pretendia derrubar o governo nem feria as instituições do país – era um ato tresloucado de jovens idealistas e inconsequentes. Caso seguissem na 7ª Vara, tentaria reduzir as penas aplicadas, reivindicando os bons antecedentes dos presos e mais outras filigranas processuais do Direito criminal.

A defesa precisou lidar com as contradições que o conflito lhe impunha – assim como os presos. O advogado Santana considera que “naquele momento, admitir a criminalidade política era condenação certa, absoluta, porque ninguém lograva com facilidade absolvição na Justiça Militar” – e a acusação da PF apostava que os presos queriam derrubar o regime e não ajudar a Nicarágua. Responder segundo a LSN era um risco grande. O advogado poderia argumentar idealismo dos assaltantes em prol da Nicarágua, mas uma corte militar costumava ser menos receptiva aos advogados. Portanto, se o argumento da defesa não fosse acatado por ela, o que parecia provável, o desfecho do julgamento seria muito pior para os acusados, submetidos a penas mais extensas e rígidas. Se o processo seguisse sob as vistas dos militares, a defesa precisaria sustentar que o crime não possuía motivação política prejudicial à segurança nacional – o que, diante da repercussão que o assalto alcançou e do que a polícia

---

<sup>165</sup> Entrevista com Fernando Santana, 6/9/2012. Fonte usada no parágrafo seguinte.

descobriu (e como compreendeu tais descobertas), seria improvável. O foro comum poderia oferecer mais vantagens ao trabalho da defesa, mas nele seria perdido o argumento – socialmente legitimador – da motivação política, “que dava um estandarte à conduta dos acusados”, afirmou o advogado. No juízo comum, o caráter político contaria em favor dos presos; no militar, contra eles. Por isso Santana não se comprometeu com nenhum dos caminhos. De início, assistiu ao conflito e pediu solução.

Enquanto o futuro do processo era incerto, a Auditoria militar propôs que Cícero, Jari, Marcos, Telson e José Wellington, ficassem na Casa de Detenção, mas “recolhidos em ala separada daquelas onde se encontram os presos comuns” – o que em princípio poderia não significar uma vantagem, mas uma distinção.<sup>166</sup> Fazendo a parte que lhe cabia, o advogado limitou-se a advertir a 7ª Vara: “cuide logo de averiguar a definição de sua própria competência (...) pois há quem reclame a atuação concorrente da justiça penal militar”.<sup>167</sup> Também anexou ao processo inúmeras cartas de recomendação sobre todos eles (mais de vinte ao todo), a fim de prová-los como “socialmente úteis”.

O conflito judicial seguiu por mais alguns meses sem solução e com muita disputa. Ainda que a Auditoria Militar e a 7ª Vara Crime não pudessem ser classificadas como instâncias de níveis diferentes, com autoridade de uma sobre outra, a juíza militar Iara Alcântara Dani era imperiosa ao remeter reiterados ofícios à 7ª Vara, pedindo que essa declinasse de sua competência e lhe enviasse os autos do processo.<sup>168</sup> O juiz responsável pela 7ª Vara, Walter Barbosa, fez lembrar que quando se trata de conflito positivo, a competência de uma das partes “não pode ser declarada por nenhum dos juízes” que “se julga competente”. Barbosa concluiu com “a simples recusa em declinar (...) a competência solicitada”, pois a vontade da Auditoria “não resolve a questão”.<sup>169</sup> Os promotores estaduais e militares também participaram da controversa polêmica, cada um defendendo sua instância como a competente – e com isso discutiam o caráter do crime. O MP da Bahia entendia que ajudar um país estrangeiro ou pretender estudar nele, em qualquer país do mundo, “não é conduta proibida na legislação brasileira. Roubar, ainda que para este fim, é comportamento ajustável [no] código

---

<sup>166</sup> Parecer da Auditoria sobre o Conflito de Competência, em 27/5/86. Processo, v. 4, fls. 1136.

<sup>167</sup> Peça de defesa, 4/6/86. Processo, v. 1, fls. 238-44.

<sup>168</sup> Ofício, 9/6/86. Processo, v. 4, fls. 283.

<sup>169</sup> Processo, v. 1, fls. 288-9.

penal”.<sup>170</sup> O Ministério Público Federal (MPF), divergiu.<sup>171</sup> Para o órgão, não se tratava de costumeiro assalto contra estabelecimento de crédito, “mas ação planejada e executada em nome de ideais políticos”. Para o MPF, o caso deveria seguir na Justiça castrense. Porém, seu parecer sobre o caso havia perdido a razão.

Sem que percebesse, o conflito chegara ao fim. Em agosto, a Auditoria da Aeronáutica – por estranho que possa parecer – renunciou à competência sobre o caso, encerrando unilateralmente o conflito.<sup>172</sup> Sem alegar motivo, alienou de suas prerrogativas, antes plenamente pretextadas. No mesmo dia o comunicado seguiu para o fórum de Salvador por telegrama, com a identificação manuscrita no cabeçalho: “proc. do PT”. Mesmo dando baixa na Justiça Militar, o assalto não perdia seu caráter político.<sup>173</sup> Sem perceber a maneira abrupta e pelo visto surpreendente com que a Auditoria abandonou o caso, inadvertidamente, o MPF registrou seu parecer de dez laudas sobre o conflito um mês após a Auditoria ter-se afastado. Nelas sustentou que os assaltos da Bahia (Salvador e Cachoeira) tinham “como objetivo principal a desestabilização do governo, através da chamada ruptura popular, para a instalação no Brasil da ditadura do proletariado”.<sup>174</sup> Sua fundamentação principal foi a denúncia da Auditoria, à qual endossara, para em seguida precisar se desculpar. Dias depois o promotor que o assinou, publicou escusas e deixou o caso, certamente contrariado.

O afastamento da Auditoria é controverso. É possível atribuí-lo a uma hipótese: à futura possibilidade de anistia para presos políticos condenados por uma Lei de Segurança Nacional incompatível com a democracia que se construía – e que os defensores da LSN advogavam defender. A LSN vigente em 1986 não era a mesma do período da ditadura, desde 1983 uma alteração significativa em seu texto havia sido aprovada pelo presidente João Figueiredo (1979-1985), abrandando-a.<sup>175</sup> Nem por isso ela deixava de ser um assunto polêmico, envolvendo aqueles que queriam sua eliminação e aqueles que queriam sua manutenção, um debate que opunha juristas de renome, como Hélio Bicudo (contra a LSN) e

---

<sup>170</sup> Ofício, 30/6/86. Processo, v. 6, fls. 754 e seguintes.

<sup>171</sup> Parecer do MPF, 24/9/86. Processo, v. 4, fls. 1147-57.

<sup>172</sup> Ofício, 13/8/86. Processo, v. 1, fls. 333. Sem maiores explicações, a Auditoria anunciou que “tal decisão foi lastreada com base no art. 147 do CPPM [*Código de Processo Penal Militar*]” e que “se não há juízes em dissidência, o presente conflito não pode ser conhecido por inexistente”.

<sup>173</sup> Processo, v. 2, fls. 538.

<sup>174</sup> Parecer do MPF, 24/9/86. Processo, v. 4, fls. 1154.

<sup>175</sup> Para aprofundamento sobre a Lei de Segurança Nacional ver BICUDO, Hélio. *Lei de Segurança Nacional – leitura crítica*. São Paulo, Edições Paulinas, 1986.

Miguel Reale Jr. (a favor de sua existência).<sup>176</sup> De todo modo, causava estranheza social aquele tipo de julgamento político quando a LSN sofria críticas por ser um resquício da ditadura civil-militar – socialmente, se os presos da Bahia fossem incriminados conforme a LSN, a acusação poderia ter sua validade questionada mais adiante se a LSN fosse revista pela Constituição que estava por ser elaborada, pode ter ponderado o MPF. Ou seja, o tempo poderia contar em favor dos militantes. E o julgamento desses presos de classificação difícil (políticos ou comuns) precisou considerar em todo seu trajeto as instâncias jurídicas e sociais que poderiam sentenciá-los – pelos presos e seus advogados ou pelos juízes interessados em vê-los condenados.

Por isso, percebendo que uma condenação definida por ela seria mais frágil, a Auditoria preferiu – bastante contrariada – que o caso seguisse com a Justiça Comum. Em entrevista a esta pesquisa, a juíza militar responsável pelo caso, Iara Alcântara Dani, demonstrou que guardou consigo na memória apenas a parte conclusiva do conflito. Segundo ela, a Auditoria não se demorou no caso por rapidamente ter compreendido que não havia caráter político naquele assalto. Também garantiu que o processo desenvolveu-se puramente sob considerações técnicas e jurídicas, que tramitou por aquela esfera sem que sua apreciação tenha sofrido com qualquer tipo de pressão política ou social.<sup>177</sup> Após seu afastamento, nove meses foram necessários para que a Auditoria remetesse à 7ª Vara a parte dos autos que lhe cabia, o que aconteceu apenas em maio de 1987. Eram quatro volumes com apreensões, resultados de investigações, depoimentos, etc.<sup>178</sup> A esta altura, a defesa já havia consolidado sua estratégia.

Todo o debate policial e jurídico sobre as ações do PCBR na Bahia, que alcançou as altas esferas do Judiciário brasileiro, afora a imprensa em todo o país, é suficiente para já caracterizar aquele crime como político. Se não pelas suas razões (houve quem não as considere), no mínimo, por suas consequências ressonantes. A classificação se torna difícil pelo período de transição em que ocorreu o assalto. A despeito do que pode parecer, em 1986, a LSN era requisitada no país.<sup>179</sup> Aos poucos, os critérios de crime político criado pelo regime

---

<sup>176</sup> *IstoÉ*, 23/4/86.

<sup>177</sup> Entrevista com Iara Alcântara Dani (por telefone), 22/1/2013.

<sup>178</sup> Processo, v.4, fls. 1175.

<sup>179</sup> Dias antes do assalto, o dirigente sindical ligado à CUT Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, havia sido condenado por uma Auditoria Militar de acordo com a LSN por difamação ao presidente, *Folha*, 8/4/86.

ditatorial estavam sendo abandonados – mas não por completo.<sup>180</sup> Por outro lado, socialmente, alguns crimes não poderiam mas ser compreendidos como tal. Foi difícil para a Justiça encontrar uma tipificação para o crime.

Para os militantes que executaram aquela ação em 1986, mais as outras bem sucedidas anos antes, elas eram, sem dúvida, ações políticas. Pois, o resultado alcançado com elas não se destinava ao abastecimento de suas necessidades particulares e sim a uma organização na qual devotavam grande credibilidade, o PCBR. Por isso apresentavam contornos ideológicos (a crença no fortalecimento de uma revolução) e pragmáticos (a obtenção imediata de recursos para seu financiamento). Segundo demonstrou o debate entre os juízes envolvidos no processo, as finanças de uma organização política, clandestina ou não, também era uma questão de caráter político – fosse para fazer revolução, para derrubar o regime, para apoiar a Nicarágua ou para abastecer os cofres do PCBR. Em especial, quando a obtenção de recursos provinha de ações ilegais, fosse a legalidade da LSN ou da legislação comum. Portanto, a despeito dos rumos definidos para aquele processo, o foro comum, seu caráter e seus efeitos políticos continuaram asseverados.

#### PRESOS POLÍTICOS DA NOVA REPÚBLICA: JULGADOS NA JUSTIÇA COMUM

A definição do caráter do assalto possuiu dois campos de julgamento. O primeiro se definiu na Justiça e tratou da apreciação sobre qual a lei indicada para julgar os criminosos. O segundo se constituiu na esfera social e não foi menos controverso que o primeiro. Logo que tomou conhecimento do afastamento da Auditoria Militar, o advogado Fernando Santana assumiu uma clara e firme posição. Astuto, não tornou letra morta o parecer inócuo do MPF favorável à aplicação da LSN. Segundo palavras da defesa, o parecer veio a tornar tanto mais evidente e notória sua motivação, reconhecida também por aquela instância.<sup>181</sup> Daí por diante a defesa passou a sustentar que o crime era político, e que assim deviam ser julgados os presos de Salvador, ainda mal compreendidos por seu ato.

Juridicamente, defendeu que a denúncia feita pelo MP estadual tinha falhas técnicas – e estava certo. Além de propor que fossem condenados pelo crime de assalto à mão armada e pelo de formação de quadrilha, o texto do MP não distinguia o nível de participação de cada

---

<sup>180</sup> O mesmo tema aparece bem discutido em HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. 4ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 2010, pp. 203-12.

<sup>181</sup> Peça de defesa, 14/10/86. Processo, v. 4, fls. 1239-45. Fonte usada nos parágrafos seguintes.



acusado e enquadrava todos como coautores. Porém considerava o crime de assalto como qualificado – o que aumentava a pena – porque participaram dele mais de uma pessoa, todos armados. Se o assalto é qualificado por participarem dele mais de uma pessoa, não seria possível acusá-los por formação de quadrilha – ou seriam penalizados duas vezes pelo mesmo fato. O argumento da defesa foi acatado e alguns anos puderam ser reduzidos da pena final.

Socialmente, defendeu que as penas eram incompatíveis com sua condição de réus políticos e também primários – pois nunca ficou comprovado que não fossem primários. Alegou que o MP agira influenciado “pelo estrépito do sensacionalismo” e premido por um rançoso pretexto de segurança nacional. Definitivamente, o advogado Fernando Santana estava interessado em defendê-los não apenas diante da Justiça, mas também perante a sociedade. E, para tanto, torná-los presos políticos era imprescindível. Por isso, uma reportagem de jornal foi anexada ao processo um dia antes de Santana protocolar sua peça assumindo o caráter político do assalto. A *Tribuna da Bahia* publicou reportagem com o título “Presos políticos se dizem arrependidos”, divulgada além dos foros jurídicos, aberta ao público.<sup>182</sup> Não seria surpresa se o jornalista que a assinou estivesse atendendo a um convite de alguém interessado na defesa dos presos.

Seu texto possui um tom bastante mais ameno se comparado àqueles de meses antes. A reportagem afirma que “todo alarde, alimentado durante meses, está agora quase esquecido”. Notícia que os cinco, logo após sua prisão, renunciaram ao PT, pedindo desfiliação – como forma de garantir a inocência do partido – mas que isso não fora antes publicado. Nela, Prestes de Paula compara a postura do governo Sarney à de Getúlio Vargas quando “inventou” o Plano Cohen. “Quiseram desgastar a imagem do partido, utilizando o fato para vender a imagem do PT radical”, disse o ex-sargento, omitindo que nem a imprensa nem o governo haviam, tal como acontecera com o falacioso Plano Cohen, “inventado” o assalto, mas foram surpreendidos por ele. Mas naquele momento era hora de aproveitar o espaço que tinham para defender-se. E atacar também. Para Prestes de Paula, a “vontade do governo em golpear o PT e a CUT não surtiu efeito duradouro, pois o povo continua se organizando”. José Wellington argumentou parecido com ele, tentando defender a si e ao PT. “Agora que já alcançaram o objetivo e deixaram só o bagaço da laranja querem retirar a LSN e nos considerar assaltantes comuns como se a questão fosse apenas formal e não de conteúdo”,

---

<sup>182</sup> *Tribuna da Bahia*, 13/10/86. Processo, v.2, fls. 462. Fonte usada no parágrafo seguinte.

reafirmando que pretendiam levantar fundo em prol da Nicarágua. Mais uma vez, longe da Auditoria, foi interessante e seguro reivindicar a condição de presos políticos. E se atingiram o PT com os assaltos e o ignoraram em alguns de seus planos revolucionários, agora o defendiam.

A reportagem confirma o argumento que os presos e seu advogado sustentaram não só à Justiça, mas também à sociedade. O grupo era ingênuo e idealista (lê-se: “os seis militantes nunca imaginavam criar tal reboiço no Brasil por causa de uma ideia surgida num barzinho”). Também estavam arrependidos e autocriticados (“hoje eles apelariam para as formas pacíficas”). Conta ainda que Marcos sofreu pressão por parte de investigadores do SNI e inventou o nome Vítor, como sendo o sexto elemento do grupo. E, contribuindo com os argumentos da defesa, garante: “esse Vítor, que não apareceu em momento algum do fato real, foi logo identificado pela polícia como Antonio Prestes de Paula”. Depois de Prestes ser preso em Goiás e confessar sua participação, resolveu alegar inocência e até o fim do processo defendeu isso – no que foi ajudado pela *Tribuna da Bahia*. O grupo também insistiu em inocentar Renato e Regina Affonso (Suzana Braga já dispensava qualquer defesa). E o principal: a reportagem não menciona em momento algum o assalto de Cachoeira, quando os seis já respondiam, em outro processo, por esta ação – para a qual uma ajuda à Nicarágua nunca foi pretextada. Esse outro assalto, bem-sucedido, não precisava ser lembrado, pois juridicamente ele trilhou outro caminho: esteve sempre na esfera do crime comum. Social e politicamente, podia ser olvidado.

Seis meses após a ação de Salvador – mas ainda antes das eleições de novembro –, não foi apenas a Justiça Militar que deixou de julgá-los, a imprensa também. Se inicialmente os seis foram bastante expostos em jornais e revistas, em seguida passaram a receber menos destaque. Depois que o caso arrefeceu na imprensa, o processo também passou a transcorrer com alguma morosidade. Muitas testemunhas foram intimadas a depor – convocadas pela defesa e às vezes ouvidas mais de uma vez pela Justiça. Ao todo foram quase setenta depoimentos, concentrados na Bahia mas também tomados em outros estados, como Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, Ceará, no Distrito Federal – a última delas foi ouvida em abril de 1987. Outro fator de lentidão foi a constituição de um novo advogado por Prestes de Paula em setembro de 1986, levando a novas arguições pelo advogado, outros pedidos de vistas do processo, mais a infrutífera tentativa de inocentar o ex-sargento.

Na Justiça Comum, os presos prosseguiram em sua disputa pelo reconhecimento que queriam socialmente. Fora da cadeia, eles contaram com o Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos da Nova República, formado por parentes, amigos e simpatizantes. Segundo uma integrante, ele tinha ramificações na Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>183</sup> Uma das funções do Comitê era arrecadar fundos para custear os advogados dos presos. Uma carta divulgada por ele, solicitava “com máxima urgência” a importância apurada com a venda de um bônus. Os honorários dos advogados estavam atrasados e, além disso, o processo gerava custos com notas precatórias cujo pagamento cabia aos réus. Segundo a carta, “pelo número de precatórias expedidas não ficará barato e caso não sejam pagas, o processo não é julgado”. Ao fim, disponibilizou duas contas bancárias para depósitos – curiosamente, nenhuma delas no Banco do Brasil.<sup>184</sup>

Com atuação fora do âmbito judicial e econômico, o Comitê protestou contra a morosidade do processo e irregularidades na manutenção da prisão dos militantes, reclamando sempre sua condição de presos políticos e pedindo por sua liberdade.<sup>185</sup> Os presos também se empenharam nessa batalha e lançaram mais de uma vez manifestos públicos, replicados pelo Comitê. Um de seus manifestos foi lido em encontro público onde estiveram presentes vereadores e deputados, representantes de conselhos de direitos humanos e do movimento negro, inúmeras associações de moradores, representantes de partidos diversos (PMDB, PCdoB, PT), etc.<sup>186</sup> Os presos anunciaram sua autocrítica: “como militantes do movimento popular”, forçadamente afastados de suas bases, “sentimos a necessidade de reafirmar que nossa tentativa de assalto foi um erro político, mesmo levando em conta o sentimento de solidariedade que nos animou. Erro que trouxe embaraço para o PT e para as forças populares e democráticas”.<sup>187</sup> E explicaram em que consistia sua luta desde a captura: “entendemos que a nossa luta na prisão e nos tribunais não é algo separado do contexto mais geral da luta do povo brasileiro contra repressão e a política econômica do de um Estado a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros”. Atacaram o governo do presidente José Sarney:

---

<sup>183</sup> *Diário Popular*, 4/8/87.

<sup>184</sup> Carta assinada por Ivana Feldmann, esposa de José Wellington, em nome do Comitê, em 9/7/87. Acervo pessoal de José Wellington.

<sup>185</sup> Manifesto do comitê, 24/4/87. Acervo pessoal de José Wellington.

<sup>186</sup> Lista de presença do encontro, de 25/8/87. Acervo pessoal de José Wellington.

<sup>187</sup> Documento “Manifesto às Forças Populares e Democráticas”, em 2/6/87. Acervo pessoal de José Wellington. Fonte usada no parágrafo seguinte.

“o tratamento arbitrário e hipócrita que o governo vem dando ao nosso caso é apenas uma faceta de seu caráter autoritário e antipopular. Existe um nexos entre a ação repressiva do governo contra nós e aquela que ele utiliza para conter o avanço das lutas populares, onde sem nenhum constrangimento exhibe o esquema militar que vem tutelando o regime de transição”.

Presos e sentenciados, afastados das bases sociais nas quais militavam e com o PCBR enfraquecido e desmoralizado pelo assalto, os militantes se dedicaram a atacar abertamente a Nova República – se negaram fazer isso ao assaltar o banco, agora o faziam abertamente. Denunciaram que mesmo com o governo os classificando como criminosos comuns – o Ministro da Justiça, Paulo Brossard anunciara isso –, seus familiares e amigos eram investigados, com correspondências violadas e telefones grampeados. Na disputa pelo reconhecimento que almejavam, e pleiteando também anistia, passaram a atacar o governo brasileiro. Salvo a possibilidade de alguma ingerência entre os Poderes, que era apenas especulação manifestada pelos presos, esqueceram-se que estavam sendo julgados pelo Judiciário, longe do Executivo. Fora dele, eram julgados apenas na esfera social. No afã de se apresentarem como vítimas da Nova República, que organizara uma “farsa” contra eles, precisavam romper não somente com os muros da Casa de Detenção da Bahia onde estavam isolados, mas também com o princípio da tripartição dos poderes.

#### FOTOGRAFIA 10



Fotografia de acervo pessoal de José Wellington, tem sua data identificada em 25/8/87. Registra uma reunião do Comitê de Solidariedade aos Presos da Nova República em Salvador. Ao centro, sob o homem que fala ao microfone, está sentado Rubens Lemos, pai de Marcos.

Em outubro de 1987, ainda sem conhecer sua sentença, os presos entraram em uma greve de fome. Sua principal pauta de reivindicação era pela celeridade no processo (quando o atraso no pagamento das precatórias poderia influenciar nisso). No dia oito daquele mês a greve tinha apenas quatro dias de iniciada e os presos aproveitaram o ensejo dos vinte anos da morte de Che Guevara para anunciar que encheriam a sua barriga apenas com ideologia.<sup>188</sup> No décimo dia de greve, três deles já estavam excessivamente debilitados, mesmo assim resistiram por vinte e um dias consecutivos.<sup>189</sup> Com danos físicos notórios, calcularam um saldo positivo ao fim da greve. O sacrifício foi recompensado com espaço na imprensa baiana por dias seguidos, onde puderam defender sua condição de presos políticos mal compreendidos. Internamente, contudo, a memória de alguns integrantes do grupo sobre aqueles dias registra conflitos. José Wellington acusa um de seus companheiros de furar a greve e trair as decisões coletivas.<sup>190</sup> Renato Affonso, mesmo de fora da cadeia, se mantinha próximo e influente sobre o grupo. Ele conta que as discussões que levaram à greve de fome apresentavam ideias bastante dissonantes. Uns queriam, por exemplo, acelerar o processo, desejando logo uma sentença, enquanto Renato ponderava que diante da repercussão do crime era mais apropriado esperar o assunto ser esquecido, o tempo contava a seu favor, tentava explicar.<sup>191</sup> As diferenças do grupo afloraram durante a convivência na prisão.

#### FOTOGRAFIA 11



<sup>188</sup> *Tribuna da Bahia*, 9/10/87.

<sup>189</sup> Parecer médico, 13/10/87. Processo, v. 4, fls. 1234.

<sup>190</sup> Entrevista com José Wellington, em 15/7/2012.

<sup>191</sup> Entrevista com Renato Affonso, em 5/4/2010.

Recorte do jornal *Tribuna da Bahia*, em 9/10/87. Registra os primeiros dias da greve de fome iniciada pelo grupo em outubro de 1986. A foto foi retirada em um dos casebres da área do presídio, onde os detentos, comuns e políticos, se dedicavam ao trabalho comunitário.

Um ano e seis meses depois de terem se frustrado à porta do Banco do Brasil, aqueles militantes tiveram enfim sua sentença anunciada pela Justiça, quando o processo já acumulara mais de mil folhas, divididas em quatro volumes. Durante o período relativamente curto em que ele foi julgado pela Auditoria militar, vê-se o quanto a Polícia Federal e a Justiça Militar foram mais meticulosas em seus trabalhos: em seis meses de trabalho acumularam um volume de folhas superior àquele produzido pela Justiça Comum em um ano e seis meses: mais de mil e quinhentas, divididas igualmente em quatro volumes.

A sentença não foi igual para todos. José Wellington, Jari, Marcos e Cícero foram apenados com treze anos e dez meses de reclusão, mais o pagamento de uma multa no valor de vinte e um mil cruzeiros. Prestes de Paula e Telson, com sete anos e dez meses, mais doze mil cruzeiros de multa.<sup>192</sup> A sentença não considerou o assalto na cidade de Cachoeira, pelo qual eles respondiam em outro processo. Em meados da década de 1990, eles retornaram à liberdade sem que a Justiça tenha comprovado sua participação nesse primeiro assalto, que aparenta ter sido arquivado sem uma sentença final – é o que especula o advogado Fernando Santana, que desconhece como ele foi encerrado.<sup>193</sup>

Após a definição da sentença, havia pouco a fazer. Os militantes perderam o espaço que tinham na imprensa e suas aparições ali tornaram-se rarefeitas. Individualmente, tentaram benefícios que certamente os ajudou a resistir à vida na prisão. A partir de 1987, três deles conseguiram liberação da Justiça para estudar fora do presídio. Marcos ingressou no curso de Filosofia, José Wellington em Direito (para mais adiante especializar-se na área criminal) e Telson frequentou curso técnico de soldador oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os demais se dedicaram ao artesanato dentro da prisão. A divisão entre aqueles que alcançaram o direito de estudar e os que permaneceram em caráter permanente na detenção se assemelhou à divisão do grupo nos apartamentos em Salvador: José Wellington, Marcos e Telson de um lado; Prestes de Paula, Cícero e Jari, de outro. Além da afinidade pessoal entre alguns, essa organização interna poderia ser influenciada por diferenças mais significativas entre os membros daquele grupo.

---

<sup>192</sup> Sentença, 27/10/87. Processo, v. 4, fls. 1254-78

<sup>193</sup> Entrevista com Fernando Santana, em 6/9/2012.

## FOTOGRAFIA 12



Foto do acervo pessoal de Teresa Notari. Registra o cotidiano dos presos na área externa do presídio. Deitado na rede, aparece José Wellington. Deitados ao fundo, Rubens Lemos e Marcos, pai e filho. Sentado na cadeira, alguém identificado como um padre, cujo nome escapou à pesquisa. Deitado sozinho, Telson. No primeiro plano, o casal Teresa Notari e Prestes de Paula. De acordo com a memória de Teresa, a foto foi retirada durante a greve de fome.

Na década de 1990 um pequeno documentário foi realizado com os presos.<sup>194</sup> Introduzido por *Soy louco por ti America*, de Caetano Veloso e Capinam, uma trilha sonora que canta uma loucura pela América Latina, Marcos foi recolado à frente da agência onde foi preso para recontar sua versão, agora não mais para agentes policiais. Vestindo uma camisa da CUT, sua presença ali, a caráter, sugeria reconciliação. Primeiro registrou demonstrações de coragem e capacidade do grupo, conscientes de como deviam se comportar naquele momento de tensão, sem perder o controle da situação. À porta do banco, segundo Marcos, a imprensa era amiga, salvaguardando a vida dos assaltantes; em seguida, se tornou inimiga, deturpando declarações dos presos. Em uma reportagem de TV, o grupo teria sido superestimado. Tinham armas “de uso exclusivo do Exército”, de acordo com um repórter, em demonstração de sua alta capacidade de fogo e periculosidade. Em outro depoimento diante da câmera, José Wellington sustentou que o grupo era incapaz (tinham armas velhas e poucas balas) e inexperiente (“não tinham experiência de tiro, experiência militar alguma”). Contou que,

---

<sup>194</sup> Documentário *Comunicação: um meio ou um fim?*, de Helena Feitosa, s/d. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eXuvb4DS6Rs>. Fonte usada no parágrafo seguinte.

“para se ter uma ideia”, sua pistola era “da Primeira Guerra Mundial, de 1918”. A relíquia, todavia, não perdera seu poder de fogo, conforme acusou o laudo da perícia técnica – assim como todas as demais em poder do grupo, algumas acionadas, inclusive.<sup>195</sup> Marcos, à sua maneira, apostou na caracterização do grupo como ingênuo e idealista. “Eu contava com apenas vinte e dois anos”, disse demonstrando sua juventude presumidamente imatura. Reputou suas duas grandes influências na vida, àqueles que o estimularam a perseguir seu ideal revolucionário: “Rubens Lemos, meu pai, que foi preso político na década de 1970, e Ernesto Che Guevara”.

No filme, a antiga militante comunista Ana Montenegro, então funcionária da OAB baiana (onde convivia com o carismático estudante de Direito José Wellington), desejou: “um dia vai-se escrever sobre esses homens”, a seu ver já não eram mais meninos, “para recuperá-los, para mostrá-los não como a mídia os mostra, mas como eles eram verdadeiramente”. Eles haviam amadurecido e era preciso também avançar na compreensão sobre o que fizeram. Novamente ao som de *Soy louco por ti America*, foram apresentadas cenas da captura dos presos e de sua reabilitação em andamento, distinguindo os dois de sua vida. José Wellington aparece com pompa e autoridade garantidas pela toga que o vestia como advogado em um tribunal (cena parecida fora publicada na *Veja*, noticiando a participação do preso político em júris e o seu compromisso ético: não defenderia “acusados de estupro, tráfico de drogas e latrocínio”, o que, esclareceu Wellington, “seria contra os meus princípios” – ladrões comuns não teriam oportunidade com ele).<sup>196</sup> Marcos fora apresentado como pai zeloso e satisfeito com seu filho recém nascido. O rosto quase imberbe do jovem de vinte dois anos criara barba fechada de quem se aproximava dos trinta. Telson se tornara um atencioso professor de Desenho Geométrico para turma de crianças – que não aparentavam medo do “tio”. Como queria mostrar o filme, não eram e, principalmente, nunca foram perigosos terroristas. Revolucionários, talvez.

A ausência de três deles (Prestes de Paula, Cícero e Jari) do roteiro chama atenção. Dentre aquilo que apurou a pesquisa, houve pelo menos um conflito maior desarmonizando o grupo – durante a prisão e, mais adiante, em suas memórias. Entre eles vicejou uma teoria sobre a possibilidade de o grupo ter padecido à porta do banco por conta de alguma infiltração ou delação. Entre os que estiveram presos, José Wellington e Marcos, por exemplo, essa

---

<sup>195</sup> Laudos da polícia técnica. Processo, v. 1, fls. 295-305.

<sup>196</sup> *Veja*, 18/2/92.



possibilidade é, ainda hoje, bastante forte; Renato Affonso, que passou rapidamente pela polícia, e Benjamim Ferreira, que sequer fora acusado, descartam aquilo que consideram conjectura. Os entrevistados José Wellington e Marcos acusam que outros companheiros vacilaram durante a passagem do grupo pela Polícia Federal, onde torturas psicológicas e extenuação física foram usadas contra eles. Há, segundo eles, quem cedeu às promessas de regalias por fraqueza e descomprometimento ideológico. Prestes de Paula, cujo passado militar era de conhecimento público, foi alvo de dúvidas. Segundo José Wellington, durante um período ele foi afastado das decisões e deliberações do coletivo por medida de segurança. O mesmo José Wellington não deixa de ser acusado pelo fracasso do grupo. Sobre ele não pesaram acusações de delação, mas de que teria sido ganancioso. Ao perceber que no cofre da agência havia muito dinheiro, insistiu em acessá-lo e, mesmo não conseguindo, atrasou o tempo previsto para o transcurso da ação. Isso teria motivado uma aproximação de Prestes de Paula à porta da agência para apurar o andamento do operativo, afastando-se do seu posto inicial.

Não é de causar estranheza que a vida no cárcere, monótona e depressiva, seja terreno fértil para especulações que pudessem explicar o insucesso do grupo. Renato Affonso e Benjamim Ferreira, que sabiam bem o que era a vida na prisão e que desta feita não estavam nela, acreditam que essas sejam disputas naturais do cárcere. Fosse por traição ou incompetência, puro azar ou um inferno astral, o grupo frustrou-se, dividiu-se e formulou versões. Como os conflitos não foram poucos e a idealizadora do filme era namorada de um dos presos, sua produção pode não ter concedido espaço igual a todos os seus personagens. Para o caso específico da ausência de Prestes de Paula tinha outra justificativa. Havia algum tempo que ele negava seu envolvimento nos assaltos à Justiça, logo não seria coerente apresentá-lo entre os demais quando recursos eram mantidos por seus advogados requerendo a inocência do Velho. Uma última explicação plausível é que Prestes, Cícero e Jari não gozavam dos benefícios do regime semiaberto garantido aos que estudavam fora da prisão, o que pode tê-los impedido de gravar seus depoimentos. Se esse não foi impeditivo de caráter pragmático, a falta de estudos os impediu de outro modo. Por não estudarem e não possuírem uma vida extramuros, se assemelhando aos presos comuns, a presença dos três não ajudaria na consolidação do grupo ante a sociedade como criminosos políticos. Por uma dessas razões – ou outras que escapam à pesquisa – podem ter sido preteridos no filme. Na escolha de quem

ficava com quem e em qual apartamento para o assalto em Salvador, o perfil do alinhamento interno do grupo já poderia estar parcialmente definido.

A estratégia de defesa apresentada no documentário, com certeza, não a representa os planos revolucionários do PCBR para aquele assalto. A ingenuidade e o idealismo seus militantes, sugeridas pelo vídeo, podem tê-los encorajado para a ação e tê-los feito superestimar a preparação militar mediana que o PCBR lhes oferecia para tanto, mas era a certeza que tinham na importância de conseguir fundos para a sigla que os motivava. Não era a idealização do passado armado da esquerda que os motivou àquilo. O grupo entendia muito bem a conjuntura que estavam vivendo e sabia que precisava de dinheiro, se não para fazer a revolução imediata, mais ainda para se fortalecer no espaço que lhe garantia força política: o Partido dos Trabalhadores. E sem dinheiro isso não era possível. A defesa que seus advogados apresentaram à Justiça (reafirmando reiteradas vezes que o dinheiro era para a Nicarágua) encobriu a história por trás do assalto. A defesa que eles apresentaram à sociedade, não foi mais reveladora. Ambas, cada uma a seu modo, representam interesses do grupo na busca por sua inocência e pela legitimação de seu ato. Juntas e cotejadas com uma pesquisa histórica pormenorizada, elas se complementam na busca pela compreensão do assalto em Salvador.

### CAPÍTULO 3

#### ILEGAL, IMORAL E ILEGÍTIMA: EFEITOS DO ASSALTO NO PT E ESTRATÉGIAS DO PCBR

A dupla militância dos presos não demorou a ser descoberta assim como o seu envolvimento em outros assaltos a banco. Ao passo que a polícia investigava o seu passado – recente ou distante –, o Partido dos Trabalhadores também precisou responder às acusações que lhe foram dirigidas; afinal, era nele que militavam os presos, conforme fizeram questão de anunciar. A um partido de projeção nacional, legalizado e com ambições para as eleições daquele ano, não interessava vincular sua legenda a furtos de mão armada e a grupos considerados radicais. Contudo, a relação entre o assalto de Salvador e o PT não pode ser facilmente resumida às declarações dos presos quando capturados (“somos todos petistas”), tampouco pelas manchetes e reportagens jornalísticas que, inspiradas pela revelação do grupo, exploraram o vínculo partidário. A motivação daquele assalto atendia, como está exposto nos capítulos anteriores, aos interesses do PCBR, que abrigava-se no PT. Neste capítulo, serão apresentadas as reações do Partido dos Trabalhadores ao assalto e as relações que o PCBR construía dentro dele.

#### O TEMOR DE UMA LUTA ARMADA REVIVIDA NO BRASIL

Dias antes de o assalto na Bahia ocupar as manchetes de todo o país – e, descrito com a pena de alguns jornalistas, reviver assustadoramente a luta armada de anos antes –, Marilena Chaui registrou na *Folha de S. Paulo* seu susto ao saber da grande repercussão de uma fala de Lula. Seu texto tinha um título sugestivo e provocador, “A luta armada no Brasil”. Lula havia admitido a implantação de uma luta armada no Brasil caso seu partido alcançasse a presidência do país pela vontade popular, registrada nas urnas, e fosse impedido de assumir por um pretense golpe de Estado. Editada, a declaração do líder do PT assumiu enormes proporções. Para Chaui tratava-se de uma dupla especulação, uma do petista, outra de quem o entrevistara. Em seu texto, ela dizia não encontrar razão para o grande espalhafato alcançado por uma declaração hipotética quando uma luta armada era assistida cotidianamente no país: índios e sem-terra eram vítimas de grileiros, etc. Segundo ela, essa luta armada se mantinha “oculta nos subterrâneos do Brasil” – subterrânea porque não alcançava o mesmo espaço na imprensa que a declaração de Lula. Para Chaui, ambas tinham uma conotação política, mas apenas uma, a que envolvia o PT, era tratada assim. Tal constatação a fez perguntar “o que é política, no Brasil?”. Segundo seu texto, aqui, os dominantes resolviam seus problemas na

esfera política, enquanto os dominados tinham os seus problemas contidos com repressão policial. Chauí acreditava que, longe de qualquer perspectiva de luta armada com fins políticos, e também para superar aquela violência real e cotidiana, o Partido dos Trabalhadores se constituía numa via de acesso dos dominados à política partidária.<sup>197</sup>

Naqueles dias, e ao longo da década de 1980, uma alusão à luta armada (fosse a declaração de Lula, fosse o texto de Marilena Chauí, fosse um assalto a banco) repercutia socialmente. Assombrava os contemporâneos mesmo que apenas como polêmicas passadas, como críticas a algo que ainda devia ser superado. Uma referência à luta armada recobrava o carácter controverso que o termo tem na história recente do país – aquece o anti-esquerdismo; exige reflexão e ponderação de parte das esquerdas, enquanto radicaliza outras; provoca o leitor comum: atrai a todos. Por isso, é de se supor que muitas das ideias que o assalto na Bahia despertou não andavam tão esquecidas assim. Estavam presentes ora na sua superação a partir de meados dos anos 1970, ora na sua reaparição em alguns grupos de esquerda, entre eles o PCBR. Ainda era o momento de exorcizar definitivamente a possibilidade de relação entre armas e política no Brasil.

Ensejando alguma coincidência, o artigo de Chauí terminou, para esclarecer o leitor do jornal que suas reflexões não estavam encerradas, com o aviso de “Continua”. Contudo, o que em princípio ela supunha prosseguir não chegou a ser impresso na folha paulistana. Na segunda-feira seguinte, 14 de abril, com o mesmo título, “A luta armada no Brasil (2)”, continuou no tema conforme prometido, mas com outro conteúdo, inesperado e inédito. Agora, sem outra opção, falava diretamente do evento soteropolitano, sem espaço para figurações, duplos sentidos ou conjecturas.<sup>198</sup> Nesse segundo artigo, a filósofa começou com incredulidade (“não pode ser, tem que ser um engano”); depois veio a cólera (“imbecis, que sejam sumariamente expulsos!”); em seguida se entregou ao humor (“a culpa é da Marilena”). A intenção do texto era dissociar aquele tipo de ação – bem mais próxima de uma luta armada revolucionária do que a supracitada especulação de Lula – do Partido dos Trabalhadores. Para ela, o partido saía duplamente prejudicado com aquele evento, “tanto pelas provocações que visam manter as camadas populares fora da política, quanto pelas organizações de esquerda que julgam desnecessária a política porque já possuem a chave da história”.

---

<sup>197</sup> CHAUI, Marilena. “A luta armada no Brasil”, em *Folha*, 7/4/86.

<sup>198</sup> CHAUI, Marilena, “A luta armada no Brasil (2)”, em *Folha*, 14/4/86. Fonte usada no parágrafo seguinte.

Quando seu texto foi redigido, vale lembrar, o PCBR ainda não estava associado ao assalto, mas ela já propunha discutir sem medo uma questão que se tornou premente: a presença no PT, escreveu, “de organizações políticas cujas concepções são alheias às suas, quando não contrárias”. Em defesa do PT, Chaui evitou atacar diretamente as siglas que se abrigavam no partido como tendências e, por vezes, seguidamente se comportavam como partido. Se a reconhecia ou suspeitava do envolvimento do PCBR no caso, evitou nominá-lo. (Àquela altura, é possível que a vinculação do PCBR com o assalto já fosse considerada entre os petistas, pois quem primeiro o relacionou à investida contra o banco foi uma deputada do partido, Irma Passoni (PT/SP).<sup>199</sup> Sem dispor de informações precisas sobre o que acontecera em Salvador (nos dias seguintes ao assalto, ninguém que acompanhasse apenas o noticiário dispunha), mas precisando responder às especulações de jornalistas, de leitores e eleitores (era ano de dupla jornada eleitoral, para governos estaduais e congresso nacional), Marilena Chaui garantiu que o PT “irá deslindar os fatos” e “esclarecer a opinião pública”. Mas para ela já era clara sua vinculação a ações de luta armada.

O diretor-geral da PF, Romeu Tuma, que devia conhecer bem as siglas de organizações armadas das décadas anteriores, garantiu que se comprovado o envolvimento de organizações clandestinas “como o PRC, o PCBR ou outra qualquer que defenda a luta armada” ele se enquadra na LSN.<sup>200</sup> Logo que soube do assalto em Salvador, ele apressou uma investigação nos arquivos da PF. Em seguida, sabendo que havia outro assalto anterior, disse: “esses acontecimentos provam que não se pode nem se deve destruir arquivos de crimes ou problemas políticos”.<sup>201</sup> Era o que pensava na década de 1980 o antigo chefe do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) – é provável que Tuma, assim como outros responsáveis pela repressão durante a ditadura, não tenha demorado muito com essa opinião.

O acontecimento que apresentou a esquerda de armas em punho para todo o país sugeriu inevitavelmente a vinculação com as décadas anteriores; os planos do PCBR, não. Nas suas já mencionadas “Teses”, há o registro de que as condições, objetivas ou subjetivas, para a implantação da luta armada não estavam dadas, com o acréscimo de que era “necessário

---

<sup>199</sup> *Folha*, 15/4/86.

<sup>200</sup> *Correio da Bahia*, 17/4/86.

<sup>201</sup> *Veja*, 23/4/86

preparar-se com antecedência” para esperar as condições favoráveis.<sup>202</sup> Tal expectativa, acompanhada de uma preparação, aconteceria com seu fortalecimento dentro do PT e de movimentos sociais, evitando se indispor diretamente com o regime e seu aparato policial e jurídico, mas abastecendo-se em suas instituições financeiras. O PCBR não pretendia organizar uma luta armada concreta e imediata com suas ações, mas a descoberta dos assaltos ameaçou o PT e amedrontou leitores. Antes do insucesso de 1986, o efeito era oposto: seu discurso em favor da luta armada atraía militantes. Se poucos deles se aventuraram em ações armadas (não muitos eram considerados aptos para tanto), o número daqueles que se seduziam pela promessa de luta armada era maior. Também dirigentes, militantes ou simpatizantes, pertencentes a agrupamentos diversos, vibravam com essa necessidade de preparo para uma guerra ainda não deflagrada ou declarada. Demais leitores igualmente poderiam se interessar, duvidar ou investigar – caso fosse, por exemplo, um policial que apanhasse as “Teses” do PCBR.

Jari, por exemplo, logo que foi capturado contou aos policiais federais aquilo que eles não deviam duvidar: o dinheiro subtraído do Banco do Brasil serviria para reestruturação do PCBR. Explicou mais: “todo partido de orientação marxista-leninista visa a derrubada do governo legalmente constituído para implantação no Brasil da ditadura do proletariado, através da luta armada”.<sup>203</sup> Não era essa a intenção do PCBR com os assaltos (pelo menos não em primeira hora), mas certamente foi o que motivou Jari a participar deles – a sensação de ser um revolucionário e contribuir para a revolução era um estimulante, por certo. Meses depois, recuperado do tiro que alvejara seu braço e tendo conversado com os outros companheiros, entre eles o dirigente Renato Affonso, Jari reviu sua declaração. Garantiu que a PF mentia ao concluir sua acusação de que o grupo pretendia “usar de violência para alterar a ordem política ou social”.<sup>204</sup> Talvez apenas não cadeia Jari tenha tido a oportunidade de conhecer os planos revolucionários do seu PCBR ou então tinha em vista a sua estratégia de defesa ante as Justiças – nesse momento eram a Militar e Comum ainda – ao rever seu depoimento.

Em entrevista, um dos envolvidos nas ações da Bahia, Marcos Reale, mencionou que o ativismo em prol da luta armada era um critério valorizado para ingressar no PCBR, ao menos

---

<sup>202</sup> Documento “Teses” sobre a construção do partido revolucionário”, s/d. Processo, v. 7, fls. 499.

<sup>203</sup> Depoimento de Jari, em 16/4/86. Processo, v. 1, fls. 107.

<sup>204</sup> Depoimento de Jari, em 20/6/86. Processo, v. 6, fls. 657.

com ele parece ter sido assim – e era a proposta que o “empolgava”.<sup>205</sup> Outro deles, José Wellington, descreveu “uma certa pompa” alegada pelos militantes do PCBR entre os demais grupos do PT devido a seu militarismo e seu anunciado vigor para fazer revolução de armas em punho. Contou também que um dos argumentos que ouviu para justificar os assaltos, era a necessidade de o PCBR acumular forças para uma conjuntura revolucionária que se avizinhava.<sup>206</sup> Porém, no curto prazo, como alertaram as “Teses”, não havia espaço para implementação de uma luta armada. Era preciso, pois, criar as condições para que ela despontasse. Isso exigia do PCBR influência no Partido dos Trabalhadores, na Central Única dos Trabalhadores e nos movimentos sociais.

No calendário do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário havia duas marcações, portanto: uma distante (a revolução), outra bem mais próxima e imediata (sua convocatória no movimento social, na CUT e no PT). Para ambas era necessário, primeiro, recursos que as abastecessem; segundo, entrosamento e presença nos movimentos sociais da militância do BR; terceiro, sua capacitação e coragem para pegar em armas. O PCBR entendia sua disposição para pegar em armas como um atrativo para possíveis recrutados, depois testados nelas (entre os participantes no assalto de 1986, Marcos estava sendo testado), e na mesma medida um modo de obtenção de recursos.<sup>207</sup> Tinha um efeito moral e outro prático. Se a revolução não estava tão próxima no calendário, a sua iminência era constantemente aludida para estimular e abastecer sua militância.

Um texto de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira aponta alguns impasses do PT na década de 1980. Impasses que se repetiam no PCBR. Entre eles constavam as finanças. Demonstram que não era possível insistir nos argumentos genuínos de não realizar campanhas milionárias, não possuir fontes abundantes de recursos, etc. As verbas de seus parlamentares não eram suficientes para sustentar um partido que pretendia crescer eleitoralmente e aumentar o número de seus militantes e filiados. Era necessário, segundo os autores, elaborar “novas formas de angariar fundos dos filiados e outras saídas para este crônico problema”. Concluíram: “um partido que pretende assumir o poder com os trabalhadores não pode

---

<sup>205</sup> Entrevista com Marcos Reale, 1º/9/2012.

<sup>206</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012.

<sup>207</sup> Para Marcos estar sendo testado, entrevista com Renato Affonso, 5/4/2010.

continuar vivendo das vendas de estrelinhas, adesivos e agendas”.<sup>208</sup> O PCBR, cuja capacidade de arrecadação era inferior à do PT, também amargava tal necessidade.

Entre os militantes ligados ao assalto na Bahia, surgem alguns esclarecimentos sobre a utilização do dinheiro arrecadado nas ações. Teresa Notari é categórica ao afirmar o objetivo que ela conhecia para o assalto em 1986: “eles queriam dinheiro para financiar ação política”, afirma. Mas fez questão de contextualizar. De acordo com ela, diferente de hoje em dia, quando “toda e qualquer organização que tenha sua estrutura jurídica organizada” consegue recurso para financiar seu trabalho social, naquele momento era muito difícil conseguir recursos. Então, esclarece ela, “o objetivo daquela ação, com o romantismo que cada um tinha (...) era ter recurso para financiar projetos que viessem a favorecer algumas iniciativas populares”.<sup>209</sup> Para Marcos, havia vários caminhos para obter recursos. Os legais, como venda de jornais, por exemplo, e o caminho clandestino, que eram as ações de expropriação.<sup>210</sup> O segundo tipo, sem dúvidas, muito mais lucrativo.

Os investigadores policiais encontraram durante as diligências nas casas dos presos um talão de passagens aéreas para dezenove pessoas, do Rio de Janeiro para Salvador, em julho de 1985. Entre os passageiros estavam Prestes de Paula, Teresa Notari e Jari, mais alguns outros que podem ser identificados como dirigentes do PCBR.<sup>211</sup> Nas apreensões também foi encontrado o primeiro número do jornal *O Comunista Revolucionário*, apresentado desde seu cabeçalho como uma publicação do Comitê Central do PCBR. Seu edital esclarece que foi editado em outubro de 1985, após o Congresso Mário Alves, possivelmente realizado na Bahia, em julho. Entre as principais definições do congresso, havia os planos para “uma imprensa partidária”, com circulação bimestral. As ações contra instituições financeiras poderiam financiar não só a circulação do jornal como também os planos que o impresso do comitê anunciava em tom vermelho.

José Wellington, que participou das três ações feitas na Bahia (as agências bancárias em Cachoeira e Salvador mais o carro pagador), conta que “todo esse dinheiro era para a construção do Partido dos Trabalhadores e do movimento sindical”, sob a gestão do PCBR.

---

<sup>208</sup> GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Octaviano. *Pra que PT? Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Cortez, 1989, p. 258.

<sup>209</sup> Entrevista com Teresa Notari, 23/5/2012.

<sup>210</sup> Entrevista com Marcos Reale, 1/9/2012.

<sup>211</sup> Talão com passagens aéreas, ?/7/85. Processo, v. 7, fls. 391.



Segundo ele, os fundos serviam para o grupo “concorrer dentro do PT”. Funcionavam como um cartão de visita entre os “grupos que a gente tentava seduzir”, narra Wellington. Como ele era um militante bastante ativo em Pernambuco, em 1986 preferia não mais participar de ações armadas pelos riscos que sua presença nelas traria para o PT e para o PCBR – para ele também, é possível –, “mas eu defendia que continuasse fazendo porque a gente precisava de dinheiro para o movimento”.<sup>212</sup>

Dois outros militantes, com cargos na direção do BR, apontam outros possíveis investimentos do grupo. Benjamim Ferreira, dirigente na Bahia, assinala o interesse que alguns membros do PCBR, vestidos também com a camisa legal do PT, tinham interesse em levantar fundos para suas campanhas (para o Legislativo ou para o Executivo, por exemplo; mas podia ser também em sindicatos) por meio de assaltos, sem que houvesse algum pudor em contrário. Para ele, exemplos disso aconteceram no Paraná e na Bahia, onde o BR era forte e podia garantir tal respaldo a seus integrantes.<sup>213</sup> Renato Affonso, dirigente nacional, aventa outras justificativas para os assaltos, sem os aproximar efetivamente de uma contestação contra o regime.<sup>214</sup> Em 1985, o PCBR organizou um congresso no interior da Bahia com dinheiro de ações armadas, confirmou Renato (é bastante plausível que os dezenove militantes que viajaram de avião entre o Rio de Janeiro e Salvador, acompanhados por Prestes em julho de 1985, fossem financiados pela ação de Cachoeira, bem sucedida em abril daquele ano). Para além das suas necessidades estruturais, com as quais concordam os demais militantes, Renato revela outro destino para os investimentos do PCBR: a militância internacionalista do partido.

Essa característica esteve presente no grupo desde sua fundação, em fins da década de 1960, conforme aponta Jacob Gorender, e, segundo Renato, se mantinha aquecida na década de 1980 pelas relações construídas por militantes da sigla durante seu exílio europeu.<sup>215</sup> Ele cita, especialmente, relações com grupos de esquerda América do Sul, de países como El Salvador, Nicarágua, Uruguai, Argentina, etc. No Uruguai, Renato aponta uma contribuição fundamental do PCBR para os Tupamaros – um grupo cujas atividades se aproximavam muito mais de uma luta armada do que as do PCBR no Brasil. “Não fosse a nossa estrutura no Brasil, os

---

<sup>212</sup> Entrevista com José Wellington, 12/7/2012.

<sup>213</sup> Entrevista com Benjamim Ferreira, 11/9/2012.

<sup>214</sup> Entrevista com Renato Affonso, 29/1/2013.

<sup>215</sup> Para o PCBR nos anos 1960 ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª edição revista e ampliada, São Paulo, Ática, 2003, pp. 113-4.

Tupamaros não teriam se reconstruído no prazo em que eles conseguiram se reconstruir”, descreve. Acrescenta vínculos com o movimento Todos Pela Pátria na Argentina, que segundo ele era um movimento de postura mais agressiva, de confronto com forças políticas remanescentes no pós-ditadura naquele país.<sup>216</sup> Nas ações do Todos Pela Pátria, contudo, “havia um discurso aberto para a sociedade, uma convocação à sociedade para uma ação de justiça social para aqueles setores que queriam se esconder nas malhas da democracia liberal”, diferencia Renato. “No nosso caso, não”, explica, “era uma ação fechada”. Na Bahia, as ações do PCBR transcorriam sem fins políticos aparentes. Circunstancialmente aterrorizados, bancários e vigilantes, clientes dos bancos, etc., não deveriam tomar conhecimento das intenções que cercavam aquelas ações armadas. Renato Affonso segue explicando,

“não eram ações de propaganda armada, não era um ação voltada para a contestação da ordem burguesa, não tinha esse caráter. Era uma ação interna de levantamento de fundos para a realização de objetivos partidários. Esses objetivos iam desde a realização de um congresso (...) como ações de solidariedade internacional, financiar a presença dos companheiros tupamaros que estavam aqui em aparelhos construídos por nós e mantidos por nós”.

O depoimento de Renato Affonso revela detalhes importantes sobre o PCBR. Para algumas das relações que ele aponta, a polícia já deveria estar atenta. No início da década, o Departamento de Ordem Política e Social paulista, o DOPS, registrou intenções de uma Junta de Coordenação Revolucionária, envolvendo, entre outros grupos, o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), na Argentina, os Tupamaros e o PCBR, que mantinham planos de ações conjuntas inclusive no Brasil. O mesmo documento traz o nome de Apolônio de Carvalho e Antonio Prestes de Paula entre os investigados.<sup>217</sup>

O que mais interessa apontar na fala de Renato, bem como entre os demais entrevistados, é a revelação que suas análises promovem sobre as intenções do PCBR com os assaltos. Sem intenções públicas de primeira hora (como em sequestros de embaixadores ou em ataques a quartéis), os assaltos pretendiam levantar recursos para uma organização de esquerda que era revolucionária, mas não financiaria sublevação pública e de armas na mão. As ações do PCBR na Bahia sugerem uma reflexão sobre os meios utilizados pelas organizações de esquerda, clandestinas ou não, para obterem recursos que financiassem suas

---

<sup>216</sup> A ditadura militar argentina durou sete anos, entre 1976 e 1983.

<sup>217</sup> Informe, 11/11/1980, Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), DEOPS, 50 E 33 3421.

atividades, subterrâneas ou não. Longe de cogitar ações armadas, o PT se preocupava com isso. O PCBR, premido por sua clandestinidade e por seu calendário muito mais apertado que o de partidos dispostos ao longo caminho institucional e democrático, apostou numa via rápida e rentável, mas perigosa. A polícia também estava atenta a isso, principalmente a Federal e os órgãos de inteligência.

Para Marcos, durante a década de 1980, o PCBR estava em quase todo o país, dentro e fora do PT, em sindicatos, no movimento estudantil, entre grupos rurais, etc. E ele conclui que para isso, “são necessários recursos financeiros, porque ninguém vive de brisa. Você não faz movimento sem ter dinheiro, sem ter como se locomover, como se alimentar, como se hospedar”.<sup>218</sup> Mesmo que seu prognóstico sobre as dimensões do PCBR seja dilatado – e parece ser –, sua militância precisava de mais do que brisa. No caso da hospedagem, como mostrou a rede montada pelo PCBR durante a ação frustrada em 1986, era possível economizar e dispor de locações providenciadas no próprio grupo. Deslocamentos e sustento de militantes, organização de congressos, manutenção de algum grupo de fogo, etc., requeriam recursos.

A julgar pelos nomes envolvidos nas ações da Bahia, esse grupo pequeno revela um traço diferenciado de outras organizações da esquerda brasileira naquele período. Era comum partidos ou organizações independentes disputarem o comando de sindicatos e associações de trabalhadores que administravam recursos próprios para, com isso, poder executar seu planejamento estratégico, dispondo de algum capital financeiro e humano oferecido por essas entidades. Durante essa pesquisa, entre aqueles envolvidos nas ações armadas na Bahia, nunca foi identificada a presença do PCBR na direção de alguma instituição nesses moldes. Jari não era um militante do alto escalão do Sindicato dos Bancários de Londrina, sequer era bancário, e a militância de Marcos acontecia no movimento estudantil daquela cidade. Nos dois casos o dinheiro é escasso, e somente uma mínima estrutura poder ser vislumbrada. Cícero era um homem envolvido com atividades informais e entre grupos de trabalhadores do campo, afastado de recursos significativos. Telson possuía um emprego numa gráfica que certamente só abastecia seu sustento e, na mais otimista das hipóteses, o permitia recorrer a suas dependências para pequenas impressões. Algo que mesmo sugerindo alguma simplicidade, de acordo com um relatório das OB's (Organizações de Base do PCBR) no Paraná, poderia exigir

---

<sup>218</sup> Entrevista com Marcos Reale, 1º/9/2012.

entrosamento de seus militantes naquele estado e não era garantido. A decisão de imprimir um texto era condicionada: “provavelmente será impresso em Londrina com a participação do pessoal da Or”.<sup>219</sup> As atividades oficiais de José Wellington também não levavam recursos aos cofres do PCBR, as de Prestes de Paula tampouco.

Benjamim Ferreira, dirigente na CUT baiana, e Regina Affonso, que tinha acesso inclusive ao PMDB, no qual assessorava um deputado estadual, podem ser considerados exceções entre os nomes vinculados às ações da Bahia – avaliando as informações que esta pesquisa dispõe. Mesmo assim é improvável que tais acessos garantissem recursos diretos ou indiretos ao PCBR. Ambos ocupavam diferentes níveis na hierarquia na sigla, mas poderiam amealhar outros tipos de benefícios, não financeiros. De toda sorte, o enraizamento que o PCBR alcançara na Bahia não se repetia em todo país, de modo que, se nesse estado havia como usufruir de outras estruturas e recursos, seus custos em nível nacional eram bem maiores que as suas entradas.

Para além de vínculos institucionais, esta pesquisa se deparou com nomes que ofereciam bons dividendos ao PCBR. Bruno Maranhão e Renato Affonso dispunham de uma eficiente rede pessoal a serviço de sua organização. Os entrevistados José Wellington, Marcos e Benjamim são unânimes quando se referem aos benefícios que Bruno Maranhão levava ao partido, desde a entrada de armas no país e disponibilização de fazendas para treinamentos com elas, a viagens e hospedagem em locais que ele poderia custear ou providenciar entre amigos mais chegados e endinheirados. Renato Affonso demonstrou que podia fazer o mesmo pelo BR.<sup>220</sup> Um de seus irmãos, sem ter vínculo com suas predileções políticas, emprestou – sem saber – um sítio que serviu ao grupo para a ação de Cachoeira em 1985. Nele José Wellington, Cícero, Prestes de Paula, entre outros, passaram algum tempo, alegando serem apenas amigos de Renato em viagem. Comeram churrasco e aproveitaram para um breve levantamento da cidade. Outro irmão seu, este componente regular do PCBR, Marcos Affonso, era alto funcionário da multinacional Baker e estendia seus privilégios ao partido em que também acreditava. Na ação feita nas proximidades de Camacã, contra um carro pagador, Renato conta que Marcos viajou sob a proteção que o álibi lhe garantia e financiado por ele. Usou de um avião pago pela empresa na ida e na volta com total segurança. Em Búzios (RJ), onde morava, “Marquinhos” – como todos os entrevistados o chamam – oferecia total suporte

---

<sup>219</sup> Relatório das OB's, 7/10/85. Processo, v. 7, fls. 435.

<sup>220</sup> Entrevista com Renato Affonso, 29/1/2013.

ao PCBR. Segundo Renato, o PCBR recorria com frequência à Baker, via Marquinhos, para impressão de documentos, entre outros serviços. No entanto, nem toda a militância do PCBR poderia recorrer a incentivos financeiros próprios para a organização. Bruno, Renato e Marcos eram exceções.

Por isso o PCBR necessitou recorrer a outros meios. Após usufruir dos valores levantados nas ações contra bancos, ou de boas relações internas – que não eram igualmente lucrativas –, José Wellington conta que era difícil justificar os recursos. “A gente simulava um livro de ouro. A nossa dificuldade era como conseguir tanta gente assinando. Assinava com a mão direita, com a mão esquerda, pra fazer aquele livro”.<sup>221</sup> Eram os recursos não contabilizados do PCBR. Lincoln Secco, ao historiar o PT, lembrou que “é evidente que ninguém pode ser inocente e esquecer que os partidos brasileiros usam o „caixa 2” e que recebem contribuições não contabilizadas num montante significativo”.<sup>222</sup> Sem proporcionar ganhos financeiros particulares a seus militantes, o PCBR também mantinha seu “caixa 2” e com ele, é possível chamar assim, executava uma lavagem positiva dos recursos acumulados pelo capitalismo, na visão dos seus militantes.

É inegável que o BR precisava de recursos financeiros para custear sua estrutura e executar os planos de sua direção e que não era fácil consegui-los. O ano de 1983, por exemplo, marcou o PCBR com dificuldades, do ponto de vista político e também do pessoal, conforme a análise das correspondências do casal Prestes de Paula e Teresa Notari, apresentadas no capítulo anterior, comprovou. O surgimento da Articulação dos 113 se indispôs com os planos do PCBR no PT. A partir de então, ele disputaria espaço e capital políticos com um grupo que se apresentava forte e provido também de capitais monetários. Segundo alguns dos entrevistados (José Wellington, Marcos e Benjamim), a criação da nova tendência teria apressado as ações de levantamento de fundos. Moacir Gadotti e Octaviano Pereira enfatizam uma característica importante na definição de uma tendência interna no PT. Segundo eles,

“são tendências não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do

---

<sup>221</sup> Entrevista com José Wellington, 15/7/2012.

<sup>222</sup> SECCO, Lincoln. *História do PT (1979-2010)*. Cotia, Ateliê Editorial, 2011, p. 106.

PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes próprias de recursos e fóruns de decisão”.<sup>223</sup>

Portanto, além de suas tratativas políticas, uma tendência poderia ser reconhecida por sua capacidade de captar e gerir recursos financeiros. E desde a fundação do PT, ocorriam disputas e tensões entre alguns de seus grupos internos. Uma publicação de Gilney Viana, contendo reproduções de documentos do partido que remontam ao desenvolvimento da Articulação, demonstra que elas existiam desde 1981.<sup>224</sup> A queixa exposta em um dos documentos era contra a “intervenção de grupos organizados „de fora“ com intensões de hegemonizar e dirigir o PT”.<sup>225</sup> Em outro trecho garante que o PT “jamais pediu atestado ideológico para os que o procuram, na medida em que aceitem explicitamente, o seu programa e estatutos”, tampouco negociara a entrada desses grupos no partido. O documento pregava respeito pela luta que eles encamparam contra a ditadura, mas acusou: “é preciso assinalar que a intervenção organizada desses grupos dentro do PT tem trazido problemas que comprometem a proposta do PT como partido aberto e de massa”. O problema era, portanto, não com a formação de tendências internas ao partido, mas contra os que pretendiam se organizar como partidos dentro do PT. O PCBR, garantem os entrevistados por esta pesquisa, não se identificava com essa classificação, mas era assim percebido por outros militantes do PT.

Em 1983, a Articulação foi proposta com a finalidade de preparar o Partido dos Trabalhadores para ocupar os espaços institucionais do Estado. O PT deveria estar internamente organizado para concorrer e vencer eleições. Sem abrir mão das bases sociais do partido, seu manifesto de fundação demonstra a intenção de combater as “posições que (...) tentam diluí-lo numa frente oposicionista liberal”, como o PMDB, que tinha uma atuação predominantemente institucional, ou que “se deixam seduzir por uma proposta „socialista“ sem trabalhadores”, caso do PDT. A Articulação também combatia grupos que “se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se autoneia representante da classe trabalhadora”.<sup>226</sup> Ao seu fim, apresentou cento e treze assinaturas e, com o passar do tempo,

---

<sup>223</sup> GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Octaviano. *Pra que PT? Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Cortez, 1989, p. 144.

<sup>224</sup> VIANA, Gilney Amorim. *A revolta dos bagrinhos*. Belo Horizonte, Segrac, 1991.

<sup>225</sup> Documento “As falsas tendências e o PT de massa”, ?/1/81. In.: VIANA, op. cit., p. 101.

<sup>226</sup> “Documento dos 113”, 2/6/83. In.: VIANA, op. cit., p. 121-2.

outros signatários se juntaram em apoio. Mas também houve quem se incomodasse. Entre eles, um dos envolvidos nas ações da Bahia: Prestes de Paula.

Dois meses depois de a Articulação ter oficializado sua organização, certamente do quarto de empregada que usava como escritório, Prestes redigiu uma carta endereçada aos companheiros da Articulação, esclarecendo: “da qual faço parte”.<sup>227</sup> Não é possível confirmar seu envio, mas o tom de desabafo é conclusivo acerca do que ela representava para o comandante militar do PCBR, tinha suas divergências e convergências com a tendência. Logo que anunciadas as propostas da Articulação, para Prestes, “ela pareceu ser (...) o melhor caminho para a retomada da construção do PT dentro de sua visão original”. Quanto à proposta de tornar o PT democrático, dando poder deliberativo aos núcleos de base, a “única garantia real de uma participação efetiva das bases no processo decisório”, defendia ele: “me filio totalmente”. No entanto, criticou a forma verticalizada como a Articulação se estabeleceu, uma “opção pouco política e bastante administrativa”.

Na visão de Prestes, ao mesmo tempo que a Articulação definia seu campo de atuação no PT, excluía dele as organizações de esquerda. Era essa sua maior crítica ao grupo. Assim, prosseguiu,

“o manifesto marca também o momento em que aparece com maior nitidez a contradição entres suas formulações políticas e a estreiteza com que encaramos a luta interna com outras forças, que são tão partido como nós. A visão seletiva, estreita e sectária na luta política com outras forças divergentes não é sinal de força política, mas de falta de confiança em suas posições e medo de perder espaço para o adversário político”.

Por mais de uma vez o missivista usou a primeira pessoa para falar da Articulação, como se fosse membro dela – o que não pode ser confirmado por esta pesquisa. Prestes demonstrou seu incômodo nas relações que ela estabelecia com os demais grupos de esquerda no PT, de um deles Prestes poderia falar, sem dúvidas, em primeira pessoa.<sup>228</sup> Para outros militantes entrevistados, além de incomodar o PCBR, o surgimento da Articulação o obrigou a buscar seu fortalecimento. José Wellington vincula tal fato à necessidade de recorrer aos

---

<sup>227</sup> Carta “Aos companheiros da Articulação dos 113”, 10/8/83. Processo, v. 7, fls. 530-2. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

<sup>228</sup> Em entrevista a Alexandre Fortes, em 24/1/2007, Jorge Almeida contou que o PCBR havia sido convidado a integrar inicialmente a Articulação. Entrevista cedida a esta pesquisa por Alexandre Fortes.

assaltos para levantar recursos.<sup>229</sup> As duas camisas, uma do PT e outra do PCBR, usadas por ele e outros companheiros eram vestidas sem constrangimentos até a Articulação ser organizada. O partido proposto por ela não admitiria organizações de esquerda que ansiavam pela maturação de conflitos diretos entre as classes como uma forma de criar as condições para um processo revolucionário. Na visão de José Wellington isso era um problema.

Enquanto a Articulação preparava o PT para ser um partido de base popular com atuação institucional, o PCBR preparava-o para o momento da ruptura popular, quando as classes trabalhadoras romperiam com uma institucionalidade visando assumir o controle do Estado. “Nessa luta intestina, foi que o PCBR definiu que para que a gente pudesse construir o PT (...) tinha que ter estrutura porque a gente estava sendo engolido”, explica José Wellington. “Só que nós fomos engolidos por essa máquina chamada Articulação, que deve ter pegado dinheiro de alguns países da socialdemocracia, não sei, porque era muito dinheiro”, especula. Há exagero na estimativa que Wellington faz do poderio econômico da Articulação, certamente estimulado pela história dela e do Partido dos Trabalhadores nas décadas seguintes, mas não está de todo errado. A Articulação, que tinha em seu entorno o grupo de sindicalistas do PT e militantes ligados à Igreja católica, se munia da estrutura desses grupos pelo país – uma penetração que faltava ao PCBR. Contando com esse apoio era mais fácil se aproximar de simpatizantes, aumentar sua rede de influência, organizar encontros, providenciar hospedagens, imprimir documentos, enfim, ampliar seu capital político.

O mesmo José Wellington exemplifica que “enquanto a gente fazia uma vaquinha com cinquenta militantes para poder encher o tanque de um carro por um dia (...) eles [da Articulação] chegavam de avião”. No plano material, o PCBR conseguiu com os assaltos algumas vantagens, transportou, por exemplo, seus militantes de avião pelo país. Politicamente, depois de 1986, o caminho foi contrário. Depois que a militância dos militantes presos na Bahia foi associada às duas siglas, PT e PCBR, a revista *Veja* vislumbrou prejuízos para o Partido dos Trabalhadores. No entanto, não deixou de reparar que a sigla responsável por ela era outra. De acordo com reportagem sua,

---

<sup>229</sup> Entrevista com José Wellington, 15/7/2012. Fonte usada nos parágrafos seguintes.



“a partir de agora a polícia pode jogar no caminho do PT um estoque de pregos retorcidos, semelhantes àqueles utilizados pelo PCBR no momento em que pretendia escapar à perseguição da polícia”.<sup>230</sup>

Atenta aos miguelitos deixados pelo PCBR em sua fuga da cidade de Cachoeira, *Veja* os imaginou no caminho do PT, partido do qual o assalto de Salvador não havia sido desvinculado. Os petistas também se preocuparam com possíveis miguelitos em seu caminho, por isso precisaram defender-se. Sem o dinheiro que queriam, aqueles militantes do PCBR se viram duplamente prejudicados, material e politicamente. Mesmo assim, José Wellington esclareceu que o PCBR nunca deixou de acreditar na viabilidade do PT. “Sem citar nomes”, explica, “todas as outras organizações que atuavam em Pernambuco pensavam o Partidos dos Trabalhadores como sendo uma frente de esquerda e que a função delas dentro do PT era recrutar todo mundo para organização deles, porque o PT não era um partido revolucionário”. Segundo ele, o BR era diferente, “a gente entendia que o PT era uma alavanca de construção do movimento autônomo para os trabalhadores”. Dentro dessa dupla construção, o PCBR recrutou muita gente no PT, sem pretender esvaziar o partido, de acordo com Wellington. Segundo Renato Affonso e Antonio Prestes de Paula, recuperando uma discussão da época, era a opção por vestir duas camisas, sem prescindir de qualquer uma delas.

#### O PARTIDO DOS TRABALHADORES: ASSALTADO POR UMA DESAGRADÁVEL SURPRESA

Internamente, o tema da luta armada, bem como outros considerados “radicalismos”, ocupava e opunha militantes do PT. Avelino Ganzer, sindicalista ligado a trabalhadores rurais, recorda de uma conferência de militantes da CUT e do PT em participou como relator de um texto final que apresentaria o resultado do encontro. Muitas discussões levaram a um consenso e, na hora de ele fazer sua leitura, seguiu o conselho de um companheiro para que suprimisse um trecho do documento. Depois de anunciar o texto editado, assustou-se: “tinha um grupo enorme, que estava com pedras (...) o pessoal querendo me matar (...) Eu não pude mais ir ao plenário”. O trecho omitido, segundo se lembra, “era uma coisa muito radical”. Não falava em luta armada, mas que usaria de todas as ferramentas necessárias (...) até se fosse necessário o sacrifício de vidas”.<sup>231</sup> O grupo que assustou Ganzer, não devia ser tão grande como o susto o fez pensar, mas teve sustentação suficiente para garantir, seguindo os trâmites do encontro, o registro de suas ideias nas resoluções finais. Mesmo sendo radicais, não

---

<sup>230</sup> *Veja*, 23/4/86.

<sup>231</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, FORTES, Alexandre (orgs.). *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, v. 1, p. 170.

abordaram diretamente o termo “luta armada”, sabendo dos riscos que ele implicava socialmente e, não menos, para a polícia. Mas o grupo fazia barulho no partido.

Inevitavelmente vinculado ao assalto de Salvador, o PT esteve por algum tempo nas manchetes de jornais de todo o país, dando continuidade à polêmica criada pela declaração de Lula sobre o tema que já incomodava alguns petistas e que desde o assalto de Salvador não podia ser suprimido da imprensa. A revista *IstoÉ* percebia a continuidade entre tal declaração e o assalto:

“Há poucos meses, o próprio presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva, já se via envolvido nesta explosiva questão, ao dar entrevista a um matutino paulistano. Pinçada no meio de uma reportagem, a manchete da entrevista garantia que Lula defendia a luta armada”.<sup>232</sup>

Em editorial a *Folha de S. Paulo* ponderou o “episódio ridículo”. Para o jornal, o PT, “como um todo”, deveria ser dissociado “da ação insensata e aventureira de um punhado de militantes”, mas, “sem dúvida”, aquele era “um dos partidos que abrigam maior número de extremistas, e onde o clima de exacerbação ideológica atinge maior temperatura”. Era preciso que o partido revisse os radicais que abrigava.<sup>233</sup> Dias depois, o jornal editou um apanhado com os editoriais de outros impressos de circulação nacional.

O *Jornal do Brasil* não acusara surpresa ante a notícia, que, de acordo com seus pressupostos, trouxe à tona algo provável desde que o PT “decidiu manter aberto o seu guarda-chuva sobre as cabeças de uma dúzia de grupos e grupúsculos de extrema esquerda”. O *Jornal da Tarde*, antes de Prestes de Paula ser descoberto, defendeu que “os cinco infelizes (...) jamais teriam embarcado nesta maluquice se (...) não tivessem sido intoxicados pela doutrinação do partido a que pertencem, na qual se inclui, sim, senhor, a luta armada”. Segundo o *Estado de S. Paulo* – comprovando a propriedade das reflexões de Marilena Chaui sobre a entrevista de Lula –, o evento descortinara o PT e suas organizações subversivas, pois desde que Lula advogara “a tomada do poder por via insurrecional, por que não a tomariam a sério esses militantes?”. Com maior ou menor grau de contundência no ataque ao partido que,

---

<sup>232</sup> *IstoÉ*, 23/4/86.

<sup>233</sup> *Folha*, 13/4/86.

sem dúvidas, saíra ferido do noticiário, esses jornais exigiam uma postura clara contra os radicais.<sup>234</sup>

O jornalista Hélio Fernandes, em matéria que depois seria reproduzida em um Boletim Nacional do PT, garantiu: “vi todos os noticiários de televisão sobre o assunto; ouvi vários noticiários de estações de rádio; li quase todos os jornais das principais cidades”, e todos, garantiu, “sem exceção, procuram jogar „nas costas“ da direção nacional do PT a culpa desse assalto”.<sup>235</sup> Não é o que verifica essa pesquisa, registrando a ressalva que seu acervo de fontes é mais módico do que aquele à disposição de Hélio Fernandes. Nos tempos da ditadura, historiou Fernandes, “o terrorismo dos terroristas ainda poderia ser considerado uma forma de defesa”, mas só se justificava, “entre os mais esclarecidos”, devido ao fato de “governos ditatoriais não terem deixado saída para ninguém”. Ele não perdia de vista a baixa aceitação social de ações como aquela que chamava de terroristas, para ele, sem dúvidas, contraproducentes. E concluiu: “praticar atos de terrorismo em plena caminhada Democrática [maiusculo no original], seria mais do que irresponsabilidade, seria mais do que burrice, seria uma verdadeira insensatez”. Como exemplificaram os textos de Marilena Chaui sobre o tema da luta armada no Brasil, as décadas anteriores pesavam sobre os olhos de quem analisou o assalto de Salvador. O texto de Hélio Fernandes se preocupou tanto em rechaçar qualquer perigo terrorista vindo da esquerda, que se esqueceu de que a ação de Salvador não tinha pretensões terroristas, mas, pelo visto, terminou aterrorizando não apenas os clientes que estavam dentro da agência.

Na Bahia, houve ataque mais implacável. O conservador *Correio da Bahia*, propriedade da família do então ministro Antonio Carlos Magalhães, apressou-se em classificar o grupo de modo pejorativo e vinculado ao PT. Nas primeiras vezes em que apareceram naquelas páginas, os presos receberam um tratamento de “ladrões contumazes, afeitos a esse tipo de roubo” (isto quando o assalto de Cachoeira ainda não havia sido vinculado ao de Salvador e tais palavras eram apenas especulação).<sup>236</sup> Dias depois, junto à foto dos primeiros cinco detidos, se lê uma reportagem em que são chamados de “terroristas do PT” e seus vínculos partidários bem traçados e apresentados ao público. Mais adiante, sob uma foto deles, aparece o epíteto

---

<sup>234</sup> *Idem*, 16/4/86.

<sup>235</sup> Boletim Nacional do PT, maio/1986. Acervo CSBH, FPA.

<sup>236</sup> *Correio da Bahia*, 12/4/86.

marcante: “a gangue do PT”.<sup>237</sup> Com acusações crescentes, que se ampliavam à medida que novas descobertas surgiam, o jornal passou a noticiar que o assalto era “parte de um plano de ação radical” e um caso claro de terror urbano, típico das décadas anteriores.<sup>238</sup> O jornal *A Tarde*, enquanto ainda pouco se sabia sobre os presos, foi mais ponderado, noticiando: “assaltantes de banco se dizem do PT”.<sup>239</sup> Fosse qual fosse o tratamento atribuído ao PT, o partido estava em tela.

#### FOTOGRAFIA 13



Recorte do jornal *Folha da Tarde* 2/5/86. A imagem ilustra o constrangimento que atingiu o PT após o assalto.

Personalidades políticas do período dedicaram atenção e comentários ao caso, acentuando as consequências políticas daquele assalto – ainda que algumas tivessem a intenção de negar tal caráter. No domingo seguinte ao assalto, 13 de abril, o presidente José Sarney emitiu declaração oficial a fim de evitar, segundo ele próprio, estardalhaço. Entendeu que o maior prejudicado com isso tinha sido o próprio PT e se limitou a censurar o assalto sem

---

<sup>237</sup> *Idem*, 14/4/86.

<sup>238</sup> *Idem*, 17/4/86.

<sup>239</sup> *A Tarde*, 12/4/86.

muitos adjetivos. Passadas algumas semanas, manteve sua postura inicial de cautela e, quando questionado sobre os rumos daquele julgamento, se colocou contra a aplicação da LSN.<sup>240</sup> Contudo, o alto escalão do Executivo não se apresentou de maneira uniforme. Responsável pela pasta da Justiça, Paulo Brossard disse estar preocupado com uma possível “intranquilidade” gerada pelo assalto, pois ele revelara a existência de “grupos interessados em desestabilizar a democracia” – quando a manutenção da democracia era uma bandeira universal, desfraldada por todos os partidos políticos do período. Entendia também que o assalto fora “um mero pretexto para a marginalidade”, por esse motivo prometeu que a Polícia Federal não se intrometeria nas investigações. Fossem criminosos políticos ou meros marginais, ao se anunciarem petistas aqueles homens atentaram contra a democracia na visão do ministro. Pouco depois, Brossard viu-se publicamente traído – ou intimamente satisfeito – com o ingresso da PF no caso. O chefe do gabinete civil da presidência, Marco Maciel, evitou pronunciamentos porque, avisou, “não seria correto dar uma declaração sem conhecer a fundo as razões que levaram os militantes do PT a cometer tal delito”. Mas acreditava tratar-se de crime comum.

Oficialmente, o Planalto queria o caso examinado pela polícia comum. Contudo, dos bastidores do Executivo é provável que tenham surgido outras ordens, afinal, o SNI se dedicou ao caso desde suas primeiras notícias, sob ordens do general e ministro Ivan Mendes.<sup>241</sup> O ministro Mendes divergia de seus pares. Para o general, a LSN era “o único instrumento legal disponível, pois do contrário o governo fica desarmado”. Outros nomes ligados ao governo, Pimenta da Veiga (PMDB/MG) e Celso Barros (PFL/PI) – ambos civis –, se posicionaram contra a LSN.<sup>242</sup> O assalto inspirou divergências no alto escalão do governo, entre civis e militares.

Franco Montoro, governador de São Paulo, entendeu que o assalto representara “uma regressão de um período de violência que o país não aceita”. Ficou “estarecido” e pediu esclarecimentos ao PT. Doutel de Andrade, presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT) estava “absolutamente seguro que a direção do PT” saberia explicar convincentemente” o acontecido. Influente empresário e, na época, aspirante à presidência da República, Antonio Ermírio de Moraes, defendeu que nenhuma culpa cabia ao PT. “Que responsabilidade tem o PT se um de seus homens assalta um banco?”, questionou, “isto pode acontecer até com homens

---

<sup>240</sup> Para primeira declaração do presidente José Sarney e de seus ministros ver *Folha*, 13/4/86, fonte usada nos parágrafos seguintes. Para a opinião do presidente acerca da aplicação da LSN ver *O Globo*, 25/4/86.

<sup>241</sup> *Veja*, 16/4/86.

<sup>242</sup> *O Globo*, 25/4/86.

da Votorantim”. Por outro lado, caberia ao PT expulsá-los porque “não foram dignos do partido ao qual estão filiados”.<sup>243</sup> Senador pelo Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), considerou “profundamente lamentável” o acontecido, que era injustificável. Mas isentou o PT: “tiro qualquer responsabilidade do PT nisso”, pois “esse foi um episódio isolado que vai matar qualquer tentativa de outra ação semelhante”.<sup>244</sup> Paulo Maluf, candidato pelo Partido Democrático Social (PDS) ao governo de São Paulo, disse que este era “o mais lamentável episódio da política brasileira”. Tal lamentação se justificava para ele porque o assalto “lembra o período 1968-70, quando os assaltantes diziam que não assaltavam bancos, mas expropriavam, e não matavam os vigilantes, mas os justificavam”.<sup>245</sup>

João Herrman (PMDB), parlamentar representante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, acusou: “a culpa é da CIA”. “Qualquer um pode ver que os americanos estão por trás disto”. E acusou o PT por um flanco pouco explorado fora das disputas internas do partido: “hoje o PT é o partido mais ligado à direita”. Outros defenderam a participação da CIA, como o deputado Fernando Santana, do PCB baiano, e a petista Irma Passoni. Porém, quem primeiro cogitou a possibilidade de participação da CIA não foi nenhum parlamentar ou político brasileiro.<sup>246</sup>

Em meio à confusão gerada pelas primeiras notícias após o assalto, a embaixadora da Nicarágua, Maria Mercedes Salgado, disse que mesmo sem provas poderia desconfiar “seriamente” de que a CIA fosse a sua mentora intelectual. Para ela, apenas a agência americana poderia realizar “esta espécie de trama”, que noticiava atentados e assaltos terroristas pelo mundo afora. Algo que reforçaria a intenção do então presidente dos EUA, Ronald Reagan, aumentar as verbas contra os sandinistas na Nicarágua. De resto, a embaixadora disse que seu governo não respeitava os petistas envolvidos no assalto, pois “não aceitamos o terrorismo”. Ainda assim cogitou alguma solidariedade humana aos presos.<sup>247</sup> Dias depois, um deputado do PFL fez lembrar que o presidente Reagan havia acusado a Nicarágua de abrigar e treinar guerrilheiros revolucionários em seu território, inclusive alguns brasileiros “para agiram posteriormente no Brasil”, segundo ele. “Podemos deduzir que”, concluiu, “de fato, havia e há fundamento nas declarações do presidente dos Estados

---

<sup>243</sup> *Folha*, 14/4/86

<sup>244</sup> *Folha*, 15/4/86.

<sup>245</sup> *Idem*, 13/4/86

<sup>246</sup> *Idem*, 13/4/86

<sup>247</sup> *Idem*, 13/4/86.

Unidos”.<sup>248</sup> Especulações sobre o envolvimento da CIA por trás do assalto, consideradas dentro e fora do PT, revelam o quanto ele teve de inusitado. As dúvidas e consequências que ele promoveu eram muitas e polêmicas. Além disso, o momento histórico pelo qual passava a Nicarágua naquele período (entre as décadas de 1970 e 1980), promovia algumas reações diferentes. Se por um lado despertou solidariedade e humanismo em alguns; noutros reanimou a crença na capacidade de fazer a revolução com a partir das armas. Igualmente, reacendeu entre outros setores de população o medo de uma insurreição no Brasil.

Dois bispos católicos se manifestaram, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para Dom Mauro Morelli as notícias divulgadas sofriam uma “tentativa de manipulação” pela imprensa. Com isso, entendia, o povo nicaraguense se tornava o alvo e acabava prejudicado porque “favorece a política imperialista e desumana dos Estados Unidos”. Dom Mauro abominou que alguém pudesse atribuir ao PT “a insensatez de um caminho que não conduz a nada”. Para ele, a vinculação do fato ao partido prejudicava toda a sociedade civil brasileira e sua ordem institucional democrática.<sup>249</sup> Dom Aloísio Lorscheider, cardeal-arcebispo de Fortaleza, considerou a associação entre o assalto e o PT “uma besteira”. Em seu entendimento, “seria o mesmo que, amanhã, se jornalistas ou padres assaltassem um banco, dizer que os sindicatos dos jornalistas e a Igreja estariam incentivando esse tipo de coisa”.<sup>250</sup>

Para o velho Luís Carlos Prestes, o assalto foi, “na melhor das hipóteses, uma loucura de jovens que tinham a motivação simpática de ajudar o governo da Nicarágua, mas que recorreram a um método equivocado”. Prestes explicou, a seu ver, que um assalto a banco “constitui em método revolucionário, apenas em situação revolucionária”, algo que ele não identificava naquele período. Para ele, os militantes de Salvador pareciam recorrer aos mesmos métodos condenáveis que alguns grupos de esquerda buscaram na década de 1970.<sup>251</sup>

Alguns leitores registaram sua opinião na imprensa, demonstrando diversidade na compreensão do evento. Um deles reclamou das várias vertentes, “algumas subterrâneas”, que o partido conjugava em desalinho com seu discurso, que não se aproximava nem da socialdemocracia europeia nem mais dos cubanos. Outro, que esclareceu ser “democrata,

---

<sup>248</sup> *Idem*, 15/4/86.

<sup>249</sup> *Folha*, 13/4/86.

<sup>250</sup> *Idem*, 14/4/86.

<sup>251</sup> *Idem*, 13/4/86

idealista, cristão e luto por uma sociedade justa, por isso faço parte do PT”, preferiu criticar a *Folha* por sentenciar o PT como assaltante do banco, “não se pode generalizar fatos isolados de um partido sério, coerente e honesto”.<sup>252</sup> Houve quem considerasse “ridícula a ação”, discordando da propaganda antipetista de “certos setores da política e da burguesia”. Para outro leitor, o partido induzira o assalto mesmo sem dar a ordem e, entendia ele, “a culpa é a mesma”.<sup>253</sup> Entre leitores, como se vê, também não houve consenso.

É possível perceber que na maioria dos comentários citados, o tom de condenação se dirigiu mais aos presos que ao PT. E o tom não foi excessivo diante do extraordinário que o assalto significou. Porém, esses comentários públicos podem não revelar o comprometimento imediato que o assalto levou ao Partido dos Trabalhadores, sabendo disso o PT amedrontou-se. No âmbito sigiloso, das investigações policiais e articulações políticas, o PT poderia estar ainda mais vigiado e atingido. No privado, entre os eleitores daquele ano de 1986, um revés não anunciado poderia acometer o partido nas urnas. Por isso, publicamente, a condenação ao assalto pelos petistas, que em verdade era sua defesa, não foi nada companheira.

A deputada federal Irma Passoni, em defesa do partido, foi a primeira a anunciar que os presos eram militantes do PCBR e que o grupo defendia a luta armada. Na tribuna da Câmara, Passoni leu nota em nome do partido em que dizia estranhar que a polícia tenha “deixado escapar o sexto assaltante, justamente o que armou tudo”, – sabia ela – antes mesmo de Prestes de Paula ter seu nome revelado pelos presos ou descoberto pelos agentes policiais.<sup>254</sup> Ante a notícia inusitada, Passoni pareceu a mais ofensiva, e bem informada, entre os petistas. Nos bastidores do partido, é bastante provável que não fosse difícil associar alguns nomes do PCBR, bem como suas práticas “secretas”, àquele tipo de ação. Mas nem todos petistas revelaram tudo que podiam, era hora de selecionar aquilo que poderia se tornar público. Não por acaso, o argumento de ajuda à Nicarágua assumiu uma credibilidade entre os petistas da qual é possível duvidar.

Lula, então presidente do partido, foi taxativo, “se algum imbecil quis assaltar um banco pensando em ajudar, se enganou e só prejudicou a Nicarágua” – além do PT, claro.<sup>255</sup> Tão logo o nome de Prestes de Paula foi vinculado ao assalto (após os resultados das

---

<sup>252</sup> *Folha*, 16/4/86.

<sup>253</sup> *Veja*, 30/4/86.

<sup>254</sup> *Folha*, 15/4/86.

<sup>255</sup> *Idem*, 12/4/86.



investigações policiais chegarem à imprensa), Lula precisou explicar uma aproximação com ele. Após a *Folha de S. Paulo* noticiar que o ex-sargento fez parte da sua equipe de segurança na campanha de 1982, ele viu mais uma vez o PT confrontado pela rede que aproximava os militantes presos ao restante do partido, da base à direção. Lula declarou “que o pessoal encarregado de sua segurança variava muito de comício para comício”, mas que se lembrava da presença de Prestes “em algumas ocasiões”.<sup>256</sup> Mas desde cedo cogitara a possibilidade de o PT estar sofrendo com infiltrações ou provocações: lembrou o caso do cabo Anselmo e da “Maça Dourada”, uma agente policial infiltrada no movimento estudantil, além de uma descoberta sobre infiltração entre os metalúrgicos de São Bernardo.<sup>257</sup> O assédio sobre o PT se insinuava de modo ameaçador e sua direção precisou agir rápido.

O secretário-geral do partido se manteve rigoroso: “o PT pode suportar qualquer divergência de opinião, mas ladrão não dá”, esclareceu Francisco Weffort. Para ele, um partido que possuía em torno de 300 mil filiados não tinha condições de assegurar o que passava por tantas cabeças, “uma coisa é tomar medida disciplinar contra ações, outra é tomar contra ideias”. Portanto, ele reconhecia que um debate entre tendências bastante distintas acontecia no PT, nele o marxismo-leninismo poderia ser anunciado e defendido como um princípio que poderia levar ao socialismo. Não admitia, todavia, que ações vinculáveis a ele fossem programadas. Mesmo discordando do assalto, Weffort não queria uma “caça às bruxas” no partido, por isso repreendeu a deputada Irma Passoni, afinal, fronteiras entre a militância petista e as tendências que o partido guardava sob sua estrela eram difíceis de ser demarcadas. Ainda cabia considerar a possibilidade de ser apenas um roubo comum, “fantasiado de motivos políticos na hora em que a polícia bateu”, conjecturou Weffort. “Podem ter sido três ou quatro desempregados em miséria crônica que tiveram essa ideia idiota”, disse o secretário desqualificando os envolvidos.<sup>258</sup> Lula e Weffort prometeram para a segunda-feira uma reunião de cúpula onde a expulsão dos presos seria analisada – o que para eles era certeza. E também o melhor a ser feito.

A Direção Nacional (DN) foi rigorosa na condenação pública, mas internamente respeitou os trâmites do partido. Na segunda, 14 de abril, à tarde, a expulsão dos militantes presos foi prometida por Lula, “no máximo, se tudo der errado, até a convenção nacional”,

---

<sup>256</sup> Recorte da *Folha*, 23/4/86, guardado no Arquivo Ana Lagoa, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

<sup>257</sup> *Folha*, 15/4/86.

<sup>258</sup> *Idem*, 13/4/86. Para declarações de Weffort, ver também *IstoÉ*, 23/4/86.

prevista para o começo de junho – se tudo desse certo, para o mais breve possível. A DN se reuniu para tornar público que uma comissão de ética seria criada para avaliar o caso, com os reiterados votos pela expulsão dos envolvidos. Além de Lula, estavam ali também Apolônio de Carvalho (ex-PCBR), o jurista Hélio Bicudo (que havia pouco tempo publicara um livro criticando a permanência da LSN no país) e o deputado federal José Genoíno (cujo nome a imprensa vinculou ao PRC e, erroneamente, ao PCBR). Para Weffort, outro presente, a tramitação desse processo seguiria passos razoáveis: seria aberto um processo disciplinar, permitindo a defesa dos acusados. Como em qualquer outro partido legal, “não há rito sumário de expulsão”, mas que “do ponto de vista político (...) já estão fora”. Naquele momento era importante separar o PT dos assaltantes presos, por isso tornar pública a expulsão antes de efetiva-la.<sup>259</sup>

Em nota, a comissão condenou com veemência o assalto, prometeu recolher informações dentro do partido e iniciar o processo expulsão dos presos – não descartou a possibilidade de ser uma provocação contra o PT, partido eleitoralmente promissor naquele ano. A cúpula do PT agiu com rigor, defenestrando os envolvidos, mas sem perder o respeito pelas suas próprias normas internas. Um leitor da *Folha de S. Paulo* reclamou desgostoso: “o mínimo que se pode prometer é um expurgo (...) e não garantir aos autores de futuros assaltos um processo disciplinar com toda a segurança de uma comissão de ética”.<sup>260</sup> Querendo punição, ele cobrava do PT uma postura extrema e imediata. Também houve quem ironizasse: “mudam os assaltantes, mas o Banco do Brasil continua sendo o alvo predileto dos ladrões”.<sup>261</sup> E, em 1986, o PCBR era reincidente contra o banco estatal.

Outros petistas de São Paulo se pronunciaram. Eduardo Suplicy, candidato ao governo do estado em 1986, se preocupou com a imagem do partido e também com a sua, candidato que era ao governo daquele estado. Argumentou que era uma ação isolada de quem “ou agiu sem pensar nas consequências do que estavam fazendo ou isso não passa de uma provocação de pessoas contrárias à atuação do PT”. Luís Eduardo Greenhalgh, dirigente do PT, em coletiva à imprensa não descartou a possibilidade de armação, de ataque contra o partido. “O PT, por ser contra a proposta de pacto social que o governo da Nova República está lançando à opinião pública, vai sofrer perseguições políticas e policiais”, imaginou. Atento à campanha

---

<sup>259</sup> *Folha*, 15/4/86.

<sup>260</sup> *Idem*, 16/4/86.

<sup>261</sup> *Idem*, 13/4/86

de Suplicy, insistiu: “quanto mais o Eduardo Suplicy (...) subir nas pesquisas de opinião pública, mais o PT vai sofrer cerco”. Queria que a população separasse o PT dos assaltantes presos: “se eles são do PT, eles eram do PT”.<sup>262</sup> Greenhalgh pensava como Lula e Weffort.

José Dirceu, secretário-geral do PT paulista, em vez de supor perseguições, mencionou discretamente a questão que considerava importante – já estava atento a ela desde antes. Aos primeiros comentários ventilados na imprensa sobre a dupla militância dos presos de Salvador, Dirceu ultimou que era a “hora da verdade”. O PT precisava rediscutir sua posição em relação aos partidos clandestinos que o integravam. Aproveitou o episódio para intimar que “ou os grupos internos do partido acatam o processo do PT, sua orientação e métodos, ou peçam legalização, ou sejam clandestinos”.

Do PT de Pernambuco (onde militavam José Wellington e Cícero) partiu uma postura diferente. Seu presidente, Bruno Maranhão, assumiu a contratação de advogados para os presos em nome do PT local.<sup>263</sup> Para logo depois ser desdido pelo presidente nacional do partido. De olho nas leis internas do PT, Lula garantiu que a ajuda ensaiada por Maranhão “já estava desfeita”. Segundo Lula, o dirigente havia tomado tal decisão à revelia de seu diretório e a executiva partidária não aprovou. Sabedor da rica condição de filho de usineiros herdada por Maranhão, Lula definiu: “Bruno poderá contratar advogado para eles enquanto cidadão, mas enquanto presidente do partido terá que acatar nossas decisões”.<sup>264</sup>

Da Bahia, Jorge Almeida, presidente do diretório estadual, dizia-se incerto sobre o que aconteceu e, segundo a *Folha*, “mostrou-se totalmente atrasado em relação às ocorrências”.<sup>265</sup> O baiano não estava atrasado e ganhou tempo. No PT da Bahia estavam filiados dois nomes vinculados ao assalto, Regina e Renato Affonso, conhecidos de Almeida, e os jornalistas que o procuraram certamente esperavam sua condenação ao assalto, no que eram acompanhados por outros petistas. Neste momento, não apresentou repreensões nem hipóteses. Mesmo que, na Bahia, o PCBR de Regina e Renato fosse o maior rival do Movimento Comunista Revolucionário (MCR) de Almeida, onde disputavam a direção do Partido dos Trabalhadores, “Macarrão”, como é conhecido, preferiu não explorar o evento contra seus rivais de dentro do

---

<sup>262</sup> *Idem*, 13/4/86. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

<sup>263</sup> *Folha*, 13/4/86.

<sup>264</sup> *Idem*, 15/4/86.

<sup>265</sup> *Idem*, 15/4/86

PT.<sup>266</sup> Isso lhe rendeu bons frutos semeados na memória dos envolvidos na ação. José Wellington e Teresa Notari não se esqueceram de seu apoio e Benjamim Ferreira recorda e elogia sua “boa postura”.<sup>267</sup>

O diretório de Santa Catarina (onde Telson era filiado), por sua vez, seguiu a linha paulista: pediu a cabeça dos presos. Em nota divulgada ao público, divulgou que o evento prejudicou o partido e seu presidente estadual, Eurides Mescolotto, previu que o episódio “proporciona uma arma que certamente será usada pelos outros partidos contra o PT”.<sup>268</sup> Mescolotto propôs discussão sobre o espaço das organizações de esquerda dentro do PT e atacou Telson, que havia meses perdera espaço no partido, estava desempregado e andava “bebendo muito”, tanto que fora admoestado por Lula.<sup>269</sup> No Ceará, o dirigente Gilvan Rocha saiu à cata das trezentas fichas de filiação do diretório do Crato, cidade interiorana, a fim de negar o que disseram reportagens sobre ali haver registros do filiado “José Fernandes”. Os jornais davam esse como o nome de um dos presos e o apresentavam como militante da cidade. “Após exame detalhado”, constatou Rocha provavelmente aliviado, não havia ninguém com o nome. “Realmente”, concluiu, “trata-se de uma pessoa que pretendia confundir a opinião pública, dizendo-se petista para denegrir a imagem do partido”.<sup>270</sup> O dito acusado “José Fernandes” jamais seria encontrado entre as fichas analisadas porque realmente quis isso: confundir a opinião pública. Mas não só: primeiro a da polícia, também dos repórteres e, na sequência, dos petistas. Essas foram as informações falsas anunciadas por Jari na delegacia. Não se chamava José Fernandes, nem era do Crato – petista, sim; do PCBR demorou alguns dias para revelar.

Depois do assalto, muitos flancos poderiam se abrir contra o Partido dos Trabalhadores, exposto a julgamento público. Ainda no final de abril, o deputado petebista Bension Coslovsky ameaçou oficializar um pedido na Justiça Eleitoral para o cancelamento registro partidário do PT. O deputado não recorreu apenas à vinculação do PT ao assalto da

---

<sup>266</sup> Entrevistas com Jorge Almeida, em 16/4/2013

<sup>267</sup> Entrevistas realizadas com Teresa Notari, em 23/5/2012, José Wellington, em 15/7/2012, e Benjamim Ferreira, em 11/9/2012.

<sup>268</sup> *Jornal de Santa Catarina*, 15/4/86.

<sup>269</sup> *A Tarde*, 14/4/86.

<sup>270</sup> Para as informações falsas declaradas por Jari Processo, v. 1, fls. 46. O preso aproveitou também para deixar de assinar os primeiros depoimentos que concedeu alegando impossibilidade por conta do ferimento que trazia no braço, assim também não precisaria assinar seu nome falso. Para a fala do petista cearense, ver *A Tarde*, 14/4/86.

Bahia para justificar seu pleito, incluindo acusação de envolvimento da cúpula petista na manutenção de trabalhadores em cárcere privado durante uma greve e a participação de outro militante do partido em saques no Rio Grande do Sul.<sup>271</sup> O deputado Bension possuía uma atuação política na qual se acercava nos movimentos populares, se envolveu, por exemplo, entre a população desapropriada da região de Jabaquara (SP), onde cerca de duas mil famílias foram desalojadas de suas casas para a construção de um novo terminal rodoviário e do metrô na região.<sup>272</sup> Se o PT concorria com a militância do deputado entre os movimentos populares, o assalto poderia ser utilizado ao gosto do petebista. Dias depois de a *Folha* anunciar suas intenções, muros de São Paulo amanheceram com pichações “caluniosas e amedrontadoras” contra Bension, segundo o próprio, “para forçá-lo a interromper representações de caráter político feitas por ele”.<sup>273</sup> Seu pedido não alcançara maiores consequências.

Enquanto não havia uma sentença oficial do PT contra os assaltantes (o parecer da comissão que os julgaria deveria ser conhecido apenas em meados de maio), o partido temeu prejuízos de uma investigação policial. Enquanto isso, sua direção cogitou intervir no diretório de Pernambuco, presidido por Bruno Maranhão. Tratava-se de uma medida preventiva, “antes que o delegado Romeu Tuma a faça”, brincavam alguns petistas.<sup>274</sup> A intervenção, apesar de cogitada, não chegou a acontecer. Tanto a possibilidade de ter seu registro cassado pela Justiça Eleitoral, conforme quis o deputado petebista, quanto a de ser investigado pela Polícia Federal, eram preocupações legítimas para o Partido dos Trabalhadores. Ainda que nenhuma ameaça mais concreta contra o PT tenha partido da polícia, da Justiça e do governo, o partido precisou se defender atento ao pior dos prejuízos que poderia acumular: a rejeição nas urnas. E alguns sinais disso se anunciaram.

Segundo o jornalista Paulo Markun, após o PT ter certeza de que o assalto não se tratava de uma armação orquestrada pela direita ou pela CIA, “o que ficou para opinião pública era que havia petistas roubando bancos”. E seu candidato ao governo de São Paulo, Eduardo Suplicy, sentiu os efeitos disso: “na primeira pesquisa eleitoral divulgada [Suplicy] já aparecia em último lugar”.<sup>275</sup> O delegado federal que trabalhou no caso garantiu que era

---

<sup>271</sup> *Folha*, 10/5/86.

<sup>272</sup> *Folha*, 20/6/86.

<sup>273</sup> *Folha*, 14/5/86.

<sup>274</sup> *Folha*, 2/5/86.

<sup>275</sup> MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe. Personagens, fatos e fabulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Objetiva, p. 213.

preciso trabalhar com cautela para não prejudicar o PT, “que é um partido legal e nada tem a ver com o assalto”, mas não foi ouvido.<sup>276</sup> A investigação policial, ao que parece, afastou o PT do assalto e poderia ter convencido a opinião pública disso, sem muito sucesso. Se a PF tomou tal cuidado, seu trabalho – confirmando o anunciado pelo seu delegado – não anexou ao processo nenhuma acusação ou suspeita que atingisse o Partido dos Trabalhadores. Sua legitimidade como partido legal também não foi questionada naquela esfera. Portanto, após o susto inicial, os danos para o PT estavam mais no campo político que no policial.

Ainda em maio, um Boletim Nacional (BN) do partido comentou o caso. O texto “Jogo sujo na Bahia”, assinado pela Secretaria de Relações Internacionais, classificou a ação como “ilegal, imoral e ilegítima”, reafirmando a total oposição ao assalto.<sup>277</sup> Afiançou ajuda à Nicarágua através de outros meios, como campanhas que garantiram o envio de remédios, alimentos, brinquedos e até um trator para o país, portanto o problema residia no meio escolhido por aqueles militantes. Não convinha ao partido questionar a veracidade do argumento alegado pelos presos após sua queda e essa crença se tornou oficial no PT. Se o havia decidido previamente que não se anunciaria no assalto, depois dele, o PT preferiu endossar a sustentação de um grupo o partido que crescia com apoio das bases e, na concepção do PCBR, não poderia dispensar um setor armado. Sem dúvida, anunciar isso à porta do banco ou mesmo depois, seria ainda mais desastroso para o partido legal em que militavam, donde o argumento de ajuda à Nicarágua surgiu como salvaguarda. Crível ou não, essa foi a versão que parece ter oficialmente se consolidado no PT e entre nomes de destaque no cenário político nacional, que não a questionaram como certamente poderiam. Irma Passoni, ao anunciar que o assalto atendia aos interesses do PCBR foi contestada por Francisco Weffort e Djalma Bom, que não queriam uma caça às bruxas levadas ao conhecimento público. À defesa do PT era mais interessante questionar o meio escolhido para proporcionar a ajuda do que cogitar que aqueles dividendos abasteceria o PCBR, que por estar dentro do PT poderia trazer maiores prejuízos ao partido. A dissertação de mestrado de Igor Santos sobre o PT baiano especula sobre a credibilidade do argumento: “muitos militantes contestam essa

---

<sup>276</sup> *Correio da Bahia*, 18/4/86.

<sup>277</sup> Boletim Nacional do PT, maio/1986. Acervo CSBH, FPA. Fonte retomada no parágrafo seguinte.

versão”.<sup>278</sup> Em entrevista a essa pesquisa, Jorge Almeida afirma a mesma dúvida.<sup>279</sup> Porém, esta dúvida não chegou a ser formulada oficialmente.

#### FOTOGRAFIA 14



#### Detalhes

Recorte do jornal *Folha de S. Paulo*, 14/4/86. Como pode ser notado na charge, o argumento de ajuda à Nicarágua como justificativa para o assalto, parece não ter sido completamente convincente.

No referido Boletim Nacional o assalto foi classificado como uma ação terrorista prejudicial ao PT e à Nicarágua sandinista. Em outra página, uma pergunta: “se os assaltantes são „militantes do PT“, o que é que o partido tem com isso? E por que (...) tão grande alarido com um fato rigorosamente policial e que não merecia mesmo sair do seu espaço policial”. Para tentar garantir sua desfiliação do episódio, o PT buscou negar o seu caráter político sem questionar o pretexto de ajuda à Nicarágua. Algo que parecia difícil de ser alcançado porque a opção de politizar o roubo antes comum declarando-se petistas foi dos militantes presos – o que não era mentira, pois também eram petistas –, não coube à polícia, nem à imprensa, nem à direita, nem à CIA. Mas o partido precisava se defender como podia.

Se em São Paulo os efeitos do assalto sobre a candidatura de Eduardo Suplicy amedrontou os petistas esperançosos no seu sucesso, na Bahia o problema era de outra monta.

<sup>278</sup> SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: origens do PT de Feira (1979-2000)*. Dissertação, Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007.

<sup>279</sup> Entrevista com Jorge Almeida, em 16/4/2013.

E o PT baiano precisou agir de outra forma. Nesse estado o PT ainda não se definira sobre como participaria das eleições daquele ano. E, sem dúvidas, o assalto agora era um aspecto a ser considerado. Em duas esferas. Uma dentro do PT, onde o PCBR assumia uma postura em favor de o partido lançar candidato próprio, enquanto outros setores preferiam o apoio ao candidato peemedebista e ministro do presidente José Sarney, Waldir Pires. Outra esfera envolvia as possíveis coligações do PT para aquele ano, que após o assalto foram reduzidas. Não demorou, por exemplo, para que o *Correio da Bahia* atacasse: “aliados de Waldir apelam para violência”.<sup>280</sup> No corpo da matéria, uma leve ironia de satisfação do jornal: “justo no momento em que o PMDB pede paz e tranquilidade no processo eleitoral, os aliados do senhor Waldir Pires partem para a violência contra a propriedade privada e contra a sociedade”. O *Correio*, enquanto pôde, associou o assalto ao PMDB de Waldir Pires, quando nenhuma coligação se firmara entre ele e o PT, mas era um período em que o peemedebista Waldir já despontara como candidato favorito nas pesquisas de opinião pública.<sup>281</sup> Se o PT não era tão promissor nas urnas quanto o PMDB, o *Correio da Bahia* não perdeu viagem.

No mesmo dia do assalto, uma coligação composta entre PFL, PDS, PTB e PDC (Partido Democrata Cristão), representando o governo, foi anunciada ao público, tendo à frente o nome de um afamado advogado baiano, dono de carreira como professor universitário e com passagens pela política, Josaphat Marinho.<sup>282</sup> A campanha se desenvolveria principalmente no confronto entre as coligações “Aliança Democrática Progressista”, com Josaphat à frente – mas sem se desvincular do nome do também ministro de Sarney, Antonio Carlos Magalhães – e “A Bahia vai Mudar”, liderada por Waldir. Enquanto militantes do PCBR atacavam a agência bancária no Canela, sem concordar com o apoio petista a Waldir, do outro lado de Salvador, no Centro de Convenções, o nome de Josaphat era firmado como oponente de Waldir ao governo do estado.

O nome de Waldir havia se fortalecido na Bahia após uma bem sucedida passagem pelo ministério da Previdência Social, aonde chegou por indicação de Tancredo Neves (sendo depois mantido por Sarney). Sincronizou seus afazeres de ministro em Brasília com a política baiana: se envolveu, em especial, nas campanhas às prefeituras do estado, tecendo laços que

---

<sup>280</sup> *Correio da Bahia*, 15/4/86.

<sup>281</sup> AEL, Fundo IBOPE, OPP, Bahia, agosto/setembro de 1985.

<sup>282</sup> FRANCO, Tasso. *O Círculo do Poder na Bahia*. Salvador, Franco Produções, 1990, p. 168. Ver também GUIMARÃES, Ary; NETO, Joviniano. *O Voto da Mudança – Eleições Bahia/86*. Salvador, EGBA, 1988, p. XIV.



iria explorar mais adiante. Aos poucos, ele soube se valer de alguns espaços abertos na política local, abriu outros e somou apoios, destacadamente do PDS baiano, que era “um jarro quebrado com cacos espalhados por todos os lados”, segundo Tasso Franco.<sup>283</sup> O partido tinha nomes que apoiavam Josaphat e outros apoiando Waldir. O PDS foi uma das portas do peemedebista rumo ao interior baiano, onde se coligou com alguns grupos conservadores. Ali, Waldir pôde laçar o seu vice, o pecuarista e empresário agrícola Nilo Coelho, também presidente da União dos Prefeitos da Bahia. Quatro anos antes, nas eleições de 1982, Nilo havia garantido, junto com Antonio Carlos Magalhães, importantes votos ao governador João Durval. Waldir também se aproximou de outras forças estaduais não menos importantes, os vianistas e juracisistas.<sup>284</sup> Também do prefeito eleito de Salvador Mário Kertész, ex-carlista agora no PMDB. A coligação costurada por Waldir se tornou ampla. E o PT dava indícios internos de não pretender apoiá-lo.

As alianças de Waldir Pires lhe garantiram força no pleito, especialmente pelo interior da Bahia. Por isso o *Correio*, porta-voz do carlismo, insistiu em atacar o PMDB, que se aparentava mais atrativo ao gosto dos eleitores do que o PT. Além de associar o assalto a Waldir Pires, o jornal explorou a notícia que Regina Affonso secretariava o parlamentar peemedebista Luiz Humberto, deputado que gozava de prestígio entre seus pares, sendo eleito repetidas vezes pela imprensa como o mais atuante deles.<sup>285</sup> Segundo o jornal, os militantes que assaltaram o banco eram “participantes também do PMDB”.<sup>286</sup> O *Correio da Bahia* previa um alto preço a ser pago pelo PMDB, especialmente entre o eleitorado do interior, “pois o povo do interior é ordeiro, respeitador da lei e, em hipótese alguma, compactuaria com ações criminosas e violentas”. Se até o PMDB baiano foi associado ao assalto, toda a defesa do Partido dos Trabalhadores não seria exagerada.

Pouco tempo depois o Partido dos Trabalhadores da Bahia decidiu que não apoiaria Waldir Pires para o governo do estado, após uma sucessão de articulações e debates internos que fogem ao alcance dessa pesquisa. Apesar de ser a vontade do PCBR local, depois do

---

<sup>283</sup> FRANCO, Tasso. *O Círculo do Poder na Bahia*. Salvador, Franco Produções, 1990, p. 168-9.

<sup>284</sup> Ambos os grupos se remetem a forças políticas originadas na primeira metade do século XX, respectivamente Luís Viana Filho e Juracy Magalhães. O primeiro é oriundo de uma antiga família da elite baiana, dona de engenhos canavieiros e fazedora de políticos, e o segundo chegou ao poder por indicação de Getúlio Vargas no pós-1930, onde se estabeleceu em seguida por méritos próprios, constituindo uma importante e duradoura força local.

<sup>285</sup> Para a escolha do deputado Luiz Humberto como mais atuante ver ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana (1889-1991)*. 2ª ed., Salvador, 1997, pp. 340 e 352.

<sup>286</sup> *Correio da Bahia*, 19/4/86.

assalto, essa deliberação pode ter sido mais uma coincidência do que uma demonstração de sua força interna (em Pernambuco, outro estado onde o PCBR se mantinha firme, o partido também não lançou candidato ao governo nem apoiou outro nome). Desde o início de 1986 algumas disputas consumiam e dividiam o PT em torno do seu apoio a um candidato de outro partido. Envolvido nelas estava o PCBR. Sua atuação dentro do PT, na elaboração dos planos para o ano eleitoral, havia sido intensa. Quando as eleições ocorreram em novembro de 1986, o PCBR já se encontrava combalido pelos efeitos do assalto e se encontrava enfraquecido dentro e fora do PT. Se os efeitos do assalto atrapalharam os planos de coligações petistas, é apenas uma possibilidade considerável, pois dentro do Partido dos Trabalhadores suas relações com o PCBR foram modificadas, com prejuízo para o segundo.

A despeito das consequências produzidas pela dupla militância dos envolvidos nos assaltos da Bahia, eram aos interesses do PCBR que eles atendiam. As acusações voltadas a outras siglas, principalmente ao PT, tiveram curta duração. Contudo, o partido aproveitou o incidente para insistir nos debates sobre sua organização interna e resolver não apenas os problemas de suas tendências, mas principalmente com aqueles grupos que se comportavam como partidos dentro dele. Conforme declarou José Dirceu à *Folha*, era a “hora da verdade”.

Portanto a existência de um grupo dentro do partido era aceitável, até mesmo aqueles que captavam recursos próprios. Mas a linha partidária precisava ser respeitada. Em um artigo publicado em 1986, pouco depois do assalto, José Dirceu e Wladimir Pomar analisaram a relação do PT e com seus grupos internos, especialmente aqueles vinculáveis ao marxismo-leninismo (ou porque se declarassem fiéis a tais princípios ou porque inspirassem tal vinculação) e que aparentavam possuir comando próprio.<sup>287</sup> Para seus autores alguns deles se auto anunciavam como “a „esquerda“ do PT”, o que classificaram como autoritário e prepotente. O Partido dos Trabalhadores vivia um momento de maturação no tocante às suas experiências eleitorais anteriores (municipais em 1982 e para a Assembleia Nacional Constituinte em 1985); e internamente precisava se organizar para isso. Os autores acreditavam que não era hora de tomar medidas executivas contra as tendências, porque “o PT ainda precisa passar por um prolongado processo democrático de definição mais completa (...) adotar programas e políticas doutrinárias, mesmo no campo da organização, seria o caminho

---

<sup>287</sup> DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. “Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT”. *Praxis*, Santa Maria (RS), CEDESC, 1986, p. 15.

mais fácil, mas também o mais estéril”.<sup>288</sup> Mas era necessário uma regulamentação sobre o papel que elas ocupariam.

De acordo com Marilena Chaui (não mais nas folhas da *Folha de S. Paulo*), a democracia que encorpava nos anos oitenta, antes e depois do assalto, precisava ser “contrária ao clientelismo, ao populismo”, mas também ao vanguardismo de alguns grupos. E não era apenas ela, a democracia, que estava ameaçada com o desvendamento da atuação clandestina e independente do PCBR dentro do PT – e fora, assaltando bancos –, mas o próprio PT. Para Chaui o debate em torno daquele “episódio obscuro de Salvador” evocava “uma tradição de pensamento e de prática cujos pressupostos precisam ser discutidos”. Assim, o Partido dos Trabalhadores arriscava-se num dilema: “oscilar entre a tradição própria das esquerdas, ou seja, o expurgo” ou “a aceitação democrática de sua presença, o que pode desfigurá-lo e destruí-lo”.<sup>289</sup> A polêmica não era nada simples. Internamente o assalto estimulou um debate sobre o papel das tendências que vinha ganhando fôlego. Externamente, mostrou que o PT apostava na democracia brasileira e que sabia cortar a própria carne se preciso.

Em junho de 1986, um encontro do partido, anunciado como “O Encontro da Unidade”, deu início ao processo de regulamentação de suas tendências e oficializou um parecer sobre o caso de Salvador.<sup>290</sup> Como partido democrático, o PT respeitava o vontade da sua maioria, assegurando, contudo, “a existência das minorias e seu direito de representação”. Mas esse direito não se estenderia a grupos que não abraçassem o programa do PT ou desrespeitassem sua disciplina. A partir daquele encontro, a regulamentação das tendências seria discutida em todas as esferas do partido, para subsidiar um texto final sobre elas – o que se dava sob influência dos “acontecimentos recentes de Salvador e seus desdobramentos sobre a vida do partido”. Um BN que publicou os resultados do encontro deixou clara a decisão em favor da expulsão dos cinco. E aconselhou mais:

“O Encontro recomenda aos filiados e candidatos do PT que não apoiem nem se associem a quaisquer candidaturas de companheiros que, por ventura, tenham alguma vinculação com os acontecimentos de Salvador”.

Os planos que o PCBR devia ter para suas disputas internas no PT pareciam desfeitos.

---

<sup>288</sup> *Idem*, pp. 34-5.

<sup>289</sup> CHAUI, Marilena. “PT “leve e suave”?”. In.: SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 55-64.

<sup>290</sup> Boletim Nacional do PT, maio/1986, Acervo CSBH, FPA.

Fora do PT também não havia muito mais a fazer. Após apagar o fogo acesso pelo PCBR, porém, o Partido dos Trabalhadores teve calma e apenas em dezembro de 1987, depois de muito discutir, publicou a sua “Regulamentação das Tendências Internas”.<sup>291</sup> De acordo com elas, a filiação dos militantes do PT eram individuais e os documentos que regiam o partido eram apenas aqueles produzidos “pelos instâncias de deliberação do partido”. O conceito de tendência interna foi estabelecido, junto com sua abrangência:

“uma Tendência Interna, portanto, é um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta regulamentação (...) os integrantes da Tendência Interna só podem ser filiados do PT e, sem exceção, submetidos única e exclusivamente às regras e deliberações partidárias, bem como às normas disciplinares e éticas previstas no Estatuto e no Regimento Interno do Partido”.

O texto, em suma, eliminou a possibilidade de manutenção dentro do PT de outros partidos, de grupos que se organizassem como tal. O que, sob a ótica de alguns setores petistas o PCBR e mais outras poucas siglas faziam. Com o assalto, a estratégia prevista pelo PCBR de se manter em três frentes de atuação política (uma legal, uma semi-clandestina e outra plenamente clandestina) foi desmontada. Nomes do grupo que tinham notórias atividades legais foram reconhecidos por sua atuação clandestina, mostrando que, na prática, tal divisão não se efetivava como queriam seus militantes. Assim, o PCBR se viu enfraquecido em mais de um espaço que pretendia ocupar. Após a regulamentação dos grupos internos do PT, ele migrou para o corrente Brasil Socialista, onde despiu-se de algumas de suas características, entre elas o militarismo. A regulamentação das tendências internas do PT, anunciadas no Encontro Nacional de 1987 foram oficializadas apenas em abril 1990, após se passarem quatro anos e muita discussão sobre o assalto.

#### ATUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO PCBR ENTRE OS DESEMPREGADOS DE SÃO PAULO.

A investigação policial iniciada após o assalto em Salvador realizou apreensões cujo conteúdo de outra maneira provavelmente teria ficado desconhecido na história do PCBR, do PT e de seus militantes. No tocante ao emprego destinado ao dinheiro obtido com os assaltos, por exemplo, os militantes se dividem em suas versões. Enquanto a maior parte dos entrevistados menciona as disputas no PT, o dirigente Renato Affonso deslinda o internacionalismo do PCBR, diminuindo a importância da primeira hipótese – para fortalecer

---

<sup>291</sup> Disponível em [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br).

sua tese, ele reivindica a limitada circulação de informações entre o grupo. Os papéis encontrados na residência de Prestes de Paula, em terceiro lugar, apresentam outra diferença interna do PCBR.

A documentação apreendida onde moravam Prestes e Teresa revela que ele, um dirigente do setor militar do PCBR, projetava rumos para a sigla muito mais radicais do que os anunciados em outros documentos de lavra da direção partidária. O radicalismo de Prestes, que poderia ser uma peculiaridade sua, sem se repetir entre a cúpula do PCBR, no mínimo lhe garantiu respeito. A partir dos papéis que o casal deixou em seu apartamento – por descuido ou por ignorar sua importância – é possível definir Prestes de Paula como um personagem do PCBR que afirma um traço de continuidade em sua história: o militarismo. Em entrevista posterior ao assalto, Prestes se reconheceu como alguém com conhecimento teórico razoável, que tinha uma “visão bem militarista do processo” e para quem Lênin é “o dono da bola”.<sup>292</sup> Seus escritos inspiraram, o deleite dos agentes federais que pretendiam encontrar um traço político em seu conteúdo (leia-se: ajustável à LSN) e se dedicaram à sua análise.

Os papéis demonstram que a revolução era parte vital dos seus planos: era desejada, com inquebrantáveis otimismo e empenho. Em papéis do PCBR ela era anunciada, com certa cautela, após um processo de acumulação, caso suas condições fossem construídas; mas para Prestes de Paula ela era iminente. Suas anotações, que não deviam circular em grandes foros, transparecem seu desejo íntimo e ardoroso ante uma revolução imediata e a crença em sua aproximação acelerada. Uma delas foi redigida a fim de ser lida em meio a outros militantes, sendo por isso mais comedida em algumas passagens. Outra parece ser um balanço exibido apenas aos camaradas mais próximos e confiáveis. As duas, contudo, chegaram igualmente às mãos da polícia.

Nas tantas horas que Prestes dedicava à datilografia, que despertaram a atenção de sua empregada Nilza – inclusive porque batia à máquina no quarto da “baiana” –, ele redigiu um texto expondo o que pensava sobre os desempregados paulistas e que, em parte, reflete sua compreensão acerca das “Teses” do PCBR. A quarta tese anunciava a necessidade da acumulação de forças entre “as vanguardas marxistas”, com a ressalva de estarem “em processo autocrítico”, e “as vanguardas organizadas emergentes do movimento de massas”.

---

<sup>292</sup> Em entrevista a Muniz Ferreira e Sandra Silva, Prestes reconhece essa sua característica presente desde as décadas anteriores.

Aos olhos de Prestes de Paula, os desempregados de São Paulo, organizados, mais a presença destacada do PCBR ali, representavam esse acúmulo. A sua visão de vanguarda, contudo, não mudara tanto assim.

Em setembro de 1983, ele esteve à frente de algumas centenas de desempregados que realizaram uma ocupação no Parque do Ibirapuera (SP). A ocupação durou quase dois meses, dando visibilidade ao clamor e à luta de trabalhadores sem serviço. Pouco depois do seu fim, em dezembro, um esperançoso Prestes de Paula redigiu sua análise.<sup>293</sup> Segundo ele, era hora de os desempregados conquistarem sua autonomia em relação ao movimento sindical, que dera partida na luta contra o desemprego. O sargento entendia que o desemprego era o “principal flagelo dos setores assalariados”, pois ameaçava quem ainda recebia salário e castigava quem já perdera o seu. Ademais, o desemprego atingia a todas as categorias profissionais e por isso também não podia ser uma luta de sindicatos específicos, cabia ser levada adiante por todos os desempregados. Prestes de Paula pretendia usar a insubordinação espontânea que identificava entre eles em nome de uma formação revolucionária “contra o regime e sua política” – quando o PCBR não previa confrontos nessa intensidade contestatória, mas devia prometê-los para um dia, mais à frente. Prestes acreditava que os sindicatos, permeados “pelas concepções pelego-reformistas”, viviam um refluxo em suas lutas desde as greves de 1980 e aprofundou-se no tema: “quando dizemos que a prática sindical tem um caráter econômico não queremos chegar ao absurdo de negar que a luta sindical é também uma luta política mas que dentro dos sindicatos a luta política não é o aspecto determinante”. Para o militante em tempo integral, sempre de olho na revolução, a luta sindical não era a mais importante (além do mais, o próprio também não era liderança do sindicalismo). O movimento dos desempregados era jovem e vivia o seu fazer-se, sem dispor de muitos exemplos e precedentes históricos; o sindical, por outro lado, “tem pelo menos um século e meio de experiências acumuladas”, que o colocava “como o mais organizado do campo operário e popular” – por isso os desempregados, também o PCBR, não podiam afastar-se dele. “Guardadas as devidas proporções”, explicou, o acampamento do Ibirapuera “representou para nós a mesma coisa que as greves de 1978, 1979 e 1980 para os setores combativos do sindicalismo brasileiro”.

---

<sup>293</sup> Documento “Movimento de luta contra o desemprego – uma proposta para discussão”, ?/12/83. Processo, v. 7, fls. 394-410. Fonte usada nas páginas seguintes.

Era hora de o movimento criar seus próprios “instrumentos organizativos” a fim de superar a dependência dos sindicatos (que, por sinal, dispunha de articulações verticais, formando intersindicais), entendia Prestes. Se a partir de sua luta os sindicalistas conquistaram o PT e a CUT, os desempregados – recorrendo a esses instrumentos estabelecidos – poderiam construir um caminho revolucionário mais imediato. Por isso era preciso ter organização própria. Mais do que opção, garantir sua autonomia em relação aos sindicatos – o que incluía as finanças – era uma necessidade. Um trecho importante do documento apresenta as “tarefas de sobrevivência do movimento”, onde são previstas hortas em terrenos públicos, campanhas de solidariedade, artesanato, bem como “doces, linguiças, pão caseiro, etc.”. Além da divisão política dos donativos e dividendos. Era pouco, mas podia ser um começo.

Entre as conquistas garantidas pelo acampamento, constam benefícios imediatos e de longo prazo. A ocupação garantiu visibilidade às reivindicações dos desempregados (“durante quarenta e quatro dias consecutivos”, satisfez-se parcialmente o autor, *Estadão* e *Folha* foram obrigados a noticiá-la, mesmo de forma “distorcida”). Eles receberam solidariedade da população (“o que revela a justeza das [suas] bandeiras”). Do governo de São Paulo conquistaram a criação um órgão para tratar do desemprego. Das igrejas e entidades religiosas surgiu uma Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego, sob a promessa de garantir uma renda igual ao salário mínimo aos chefes de família desempregados. Mas o autor sabia muito bem que essas vitórias eram parciais. Não aceitaria, pois, qualquer engodo taxado (por ele de) populista. Alertou que políticas assistencialistas e paternalistas não deviam enganar os “setores mais atrasados do movimento”.

Com o acúmulo gerado pelo acampamento, quando os desempregados eram instados a lutar por sua autonomia, alertava Prestes, “temos que reconhecer o pioneirismo dos companheiros de Cubatão”. Naquela cidade formara-se uma primeira associação paulista contra o desemprego. Porém, considerava “inegável” o papel desempenhado pelos saques realizados na cidade vizinha, Santo Amaro. A despeito do pioneirismo de Cubatão, tais saques “funcionaram como acelerador para que os setores avançados de nosso movimento investissem nas tarefas de montagem dos comitês”. O pioneirismo de Cubatão era menos importante que a iniciativa da ação percebida em Santo Amaro. Nesse movimento, ainda dividido entre “atrasados” e “avançados”, Prestes de Paula via portas abertas para o desenvolvimento de sua política supra sindical e intrapartidária, na qual o PCBR – às vezes

protegido pelas siglas PT e CUT, às vezes revelado para os militantes mais “avançados” – poderia encontrar espaço para desenvolver seu projeto particular.

Atento aos setores “mais atrasados do movimento”, Prestes de Paula classificou seus níveis de “atitudes políticas”, cada uma correspondendo a “níveis distintos de consciência”. A primeira era manifestada por aqueles militantes que pretendiam esperar pelo Estado ou pela caridade pública para sanar sua situação de miséria – de acordo com o texto, eram os apáticos, resignados, manipulados. A segunda “atitude” era exercida por militantes mais combativos, embora despolitizados, que se empenhavam em saques e ocupações de forma violenta e espontânea, “buscando garantir sua sobrevivência”, pequenos crimes legítimos mas sem consequências revolucionárias. A terceira era cumprida “pelos setores mais avançados do movimento”, que entendiam e combatiam as causas da miséria em que viviam dentro um processo histórico iniciado com o Golpe de 64.

O documento previa as relações que o movimento deveria desenvolver com o PT. A perspectiva era de relações promissoras, mas havia exigências. “O PT deve respeitar rigorosamente nossas características e as decisões definidas democraticamente por nossas instâncias orgânicas”, esclareceu o autor. Para que isso acontecesse era necessário que o PT mantivesse em sua base integrantes daquele movimento e, por outro lado, dentro do PT, eles tivessem representação – algo que o PCBR tendência poderia facilitar. Segundo o documento, o PT havia contribuído positivamente durante o período do acampamento, mas ainda faltava dentro do partido uma linha de massas bem consolidada, o que seria construído a partir da relação com os desempregados. A confluência desse movimento popular ao Partido dos Trabalhadores, explica, “só pode ser atribuída à existência de uma matriz ideológica que começa a ser forjada na militância petista”, uma consciência comungada pelos acampados e por seus líderes. Certamente Prestes de Paula via com bons olhos essa aproximação e, supunha, que tal combatividade poderia ser explorada e desenvolvida. Entre os desempregados e o PT, existia o PCBR providenciando seus espaços. Prestes de Paula apostava bastante naquele movimento e o compreendia como uma poderosa centelha revolucionária, dentro e fora do PT.

E para isso ele oferecia contrapartidas ao Partido dos Trabalhadores, conforme a própria experiência do Ibirapuera demonstrara:



“a massiva presença de militantes do PT no acampamento estabeleceu uma situação *sui generis*: ela impediu que outras forças políticas que atuam no movimento encontrassem o mínimo espaço para atuarem no Ibirapuera. Uma determinada corrente política que atua dentro do PMDB lá esteve com duas barracas nos primeiros dias (...) e acabou indo embora por desistência, pois não encontrou a menor brecha para atuar, apesar do tratamento fraterno que nós lhe dispensamos”.

O PT merecia algumas críticas, mas era o mais apropriado para garantir os trabalhadores em sua luta – por isso recebeu garantia de contribuições. O PT constituía “um fórum privilegiado para o debate das grandes questões que hoje permeiam a construção da CUT, as suas relações com o movimento popular e em particular com o nosso movimento”. Para o ex-sargento, o movimento que encabeçava era promissor e devia ser assim entendido também pelo Partido dos Trabalhadores. O PT, por sua vez, poderia aproveitar aquele ambiente para sua organização – afinal, conforme o relato de Prestes insinua, o PMDB também se manteve interessado no acampamento. Ao PT cabia uma reprimenda, “a única crítica mais séria”. Prestes de Paula queixou-se porque o partido deixou sem respostas “acusações” e “distorções” feitas ao acampamento pelo jornal *O Estado de S. Paulo* ao noticiá-lo. Para Prestes, o PT deveria ter publicado uma resposta em contrário “através de matéria paga”. Se não contavam com apoio da grande imprensa, precisavam pagar por algum espaço. E se os desempregados não podiam, o PT podia.

Para o ex-sargento, o movimento dos desempregados tinha uma característica que o tornava forte e promissor: “filho de uma crise”, compreendia ele, o movimento assume “seu caráter de confronto à ordem vigente estabelecida”. E tal caráter, do qual os saques eram apenas a expressão mais violenta, é explicado “pela facilidade com que as massas desempregadas rompem com a legalidade existente e imposta pelas classes dominantes”. Arrematou: “quando o estômago ronca de fome entram em crise os valores sociais que até hoje serviram de freio ideológico para conter o descontentamento popular”. Por isso ele acreditava tanto no potencial dos saques.

Parecia ser um potencial estopim do levante rebelde que ele esperava. Afinal, diferente dos trabalhadores assalariados e sindicalizados, que mesmo ameaçados pelo desemprego crescente na sociedade dispunham de serviço, os desempregados não se contentavam com promessas “enganadoras” de aumentos e benefícios trabalhistas ou com donativos ditos populistas. A disposição que alguns desempregados demonstraram para os saques explicava como as massas necessitadas podem se tornar subversivas – a coragem para rupturas com a

legalidade era uma característica valorizada por Prestes e pelo PCBR. Por isso o movimento, no mínimo, abasteceu o PCBR com novos ingressantes.

Para Prestes de Paula, inquestionavelmente, o movimento dos desempregados se constituía numa organização potencialmente revolucionária ou, pelo menos, onde poderiam se formar alguns revolucionários. Se os sindicalistas eram criticados por empreenderem sua luta de maneira mais “econômica” e menos “política”, mais preocupados com salários do que com revolução, os desempregados que através dos saques obtinham comida – algo tão necessário e primário quanto bons salários e condições de trabalho – eram menos criticados por ele devido ao caráter inspirador que tinham tais atitudes. Esse tipo de atitude política espontânea, porém, requeria atenção dos militantes mais maduros para que não se perdessem no imediatismo. A coragem e o empenho exigidos de militantes durante os saques poderiam, ao gosto dos revolucionários, se converter, por exemplo, em ações de questionamento à ditadura, afinal, como professa o documento, “a derrubada do regime militar é hoje o objetivo que deve ser agitado”, palavras redigidas em dezembro de 1983.

Para Prestes os saques precisavam ser explorados, em especial “pelo interesse que eles despertam nas classes dominantes e no conjunto das massas desempregadas”. Em uns eles deviam causar medo ou respeito – ambos poderiam levar repressão contra o movimento –, para outros eles serviam como exemplo. Esperava uma consequência: “só restará à burguesia a saída repressiva com sua gama de riscos”. Era essa a hora do confronto entre as classes, que exigiria do setor “mais consciente” à frente do grupo: “nosso papel enquanto setor organizado do movimento, é de oferecer alternativas organizadas (sejam quais forem), para garantir um mínimo de sobrevivência às massas desempregadas mas, principalmente, aos ativistas e militantes que se engajem na luta”.

No ano seguinte, acreditando na onda crescente que vivia o movimento, Prestes de Paula se envolveu na ocupação da sede do Serviço Nacional de Emprego (SINE), órgão ligado ao Ministério do Trabalho.<sup>294</sup> A ocupação colocou no prédio quase mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, e propunha uma longa pauta de reivindicações (passe-livre nos ônibus, distribuição de cestas básicas, etc.).<sup>295</sup> A principal delas era a abertura imediata de novos postos de trabalho. Nessa época Prestes também sugeriu um “dia nacional do saque” e foi

---

<sup>294</sup> *Folha*, s/d, Fundação Perseu Abramo (FPA), JPJ CT/01.

<sup>295</sup> *Idem*, 21/8/84. FPA, JPJ CT/01.

atacado pelo *Estado de S. Paulo* porque “até hoje não se inscreveu no SINE para arranjar um emprego”.<sup>296</sup> O jornal não sabia, mas Prestes não precisava: tinha uma mulher que provia a família com o suficiente e o que PCBR lhe garantia o custeio de suas atividades políticas.

Prestes imaginava que a ocasião não sugeria outra saída para os desempregados senão “a fuga para frente”. Eram, segundo ele, as ações mais agressivas que atraíam simpatizantes para o movimento (quebra-quebras, campanhas de não-pagamento de água e energia, etc.) e avançavam na sua estratégia de confronto. Após o SINE, ocupariam a Secretaria do Trabalho e assim por diante. Imaginava, porém, que “este tipo de campanha, até o fim do ano, vai provocar grandes baixas em nosso núcleo organizado (prisões e enquadramentos na LSN de alguns)”. E a clandestinidade era dispendiosa, exigindo o desenvolvimento de um setor logístico para garantir ações de financiamento contra bancos e carros fortes (que ele chamou de G.U. ou guerrilha urbana). Mas seus planos não prosseguiram como queria. Meses depois, em um papel com informes que foi parar nas mãos de policiais, ele registrou descontente: “sete meses de refluxo, o SINE foi em agosto do ano passado”. Desde a ocupação do SINE, em vez da crescente que pretendia, Prestes amargava o refluxo do movimento dos desempregados. Sem desistir de sua missão, conforme o mesmo papel aponta, ele continuava investindo nos desempregados.<sup>297</sup>

A leitura desses papéis fez os agentes da Polícia Federal acreditarem que “os assaltos a bancos praticados por militantes do PCBR na Bahia (...) não foram ações isoladas, mas sim o cumprimento de resoluções políticas elaboradas”, como registraram em relatório.<sup>298</sup> De fato é o que Prestes de Paula demonstrara. É provável, contudo, que o PCBR não apostasse como ele nos desempregados de São Paulo e não pretendesse um confronto imediato com o regime. Em entrevista, Renato Affonso se referiu ao movimento.<sup>299</sup> Para ele, que era um dirigente do PCBR de alegada formação teórica, desempregados não são uma categoria potencialmente ativa. São, por um lado, frágeis, devido à instabilidade material, e por outro, sem perfil social e político definido. Por isso entende o movimento dos desempregados como “um momento da conjuntura brasileira”, sem extensão histórica significativa. Porém, completa, o que ele permitiu “foi uma retomada do Prestes nas vivências das lutas sociais, um prestígio pessoal

---

<sup>296</sup> Recorte de *O Estado de São Paulo*, s/d. Processo, v. 7, fls. 515.

<sup>297</sup> Informe, ?/2/85. Processo, v.7, fls. 411.

<sup>298</sup> Relatório da Polícia Federal. Processo, v. 7, fls. 576-7.

<sup>299</sup> Entrevista com Renato Affonso, 29/1/2013.

que ele adquiriu porque ele foi uma figura muito destacada, muito devotada no movimento”. Mencionou outra vantagem: “contatos que acabaram se revertendo, depois, para a militância do PCBR”. Separados pelo tempo, diferentes registros demonstram que o sargento Prestes de Paula, na década de 1980, não pensava como Renato – ainda que ambos não tivessem perdido seus objetivos revolucionários. Para Prestes, a situação extrema de um desempregado era uma centelha revolucionária a ser explorada; para o dirigente Renato Affonso, não.

No mesmo ano que o movimento ganhara visibilidade no Ibirapuera, dentro do PT, a Articulação se formara. Portanto, enquanto Prestes investia nos desempregados, outro campo de disputa se anunciava ao PCBR. Entre 1983 e 1986 o confronto com o regime não aconteceu nas proporções que o velho militante esperava (desde 1985 o país inegavelmente retornara a um regime que não era ditatorial), por outro lado, no PT as disputas foram crescentes e o PCBR sabia que naquela frente não era possível fraquejar. Fosse para financiar a clandestinidade despertada pelo confronto entre desempregados e o regime, fosse para se fortalecer dentro do PT, o PCBR precisava de recursos – e nessa aposta o Velho não estava equivocado.

Como depuseram os envolvidos nas ações da Bahia, o PCBR precisava de recursos para se manter ativo nos movimentos sociais, o que é confirmado pela documentação redigida por Prestes. Eles também mencionam que o PCBR disputava espaço no PT e os escritos do Velho demonstram que, à frente dos desempregados, o PCBR negociava sua atuação no PT (prometendo, por exemplo, fortalecê-lo ante o PMDB). No entanto, os papéis de Prestes trazem uma diferença com relação aos planos do PCBR – ele parecia apostar e ambicionar muito mais a revolução imediata. Essa não chega a ser uma contradição entre o Velho e a direção do PCBR, ao contrário. Essa característica devia resguardar Prestes como um homem de absoluta confiança que, quando necessário, estaria apto para exercer seu papel de revolucionário.

Em retrospectiva, os entrevistados negam essa intenção, afirmando que não as tinham. É possível que Prestes de Paula, detentor de um militarismo latente, fosse um nome atípico no tocante a esse tema dentro do PCBR. O vigor revolucionário de Prestes, mais outros “vacilos” que seus companheiros lhe atribuem (como a displicência com documentos que teriam ido parar nas mãos de policiais ou a negligência à frente do banco em 1986) podem ter levantado algumas suspeitas sobre ele, afinal seus papéis e sua atuação junto aos desempregados paulistas fortaleceram a tese policial de que o PCBR possuía planos de desestabilização do regime. Em dezembro de 1986, o candidato ao governo do Rio (da aliança PT e Partido

Verde), Fernando Gabeira, concedeu uma entrevista em que foi perguntado sobre o que diria aos presos na Bahia.<sup>300</sup> Um deles era seu amigo, “eu o conheço bem”, garantiu. Gabeira Falava de Prestes de Paula, com quem conviveu durante o exílio francês e explicou,

“atribuiu-se a ele o fato de ser da polícia, de ser um provocador e tal, mas não creio, não. Ele é apenas uma pessoa teimosa, ele continua achando que o caminho é esse e eu acredito que vai continuar achando algum tempo (...) eu diria: „você é uma pessoa teimosa!“. Mas o que eu tenho a dizer a ele é que o caminho não é esse. É pessoa que admiro pessoalmente, ele não é pessoa má, apenas teimosa”.

Fernando Gabeira o achava teimoso; Prestes de Paula, certamente, se via noutros termos: revolucionário convicto. Para aqueles que, conforme indicou Gabeira, imaginaram-no como um infiltrado, o seu excesso de teimosia ou o radicalismo de seus princípios provocavam suspeitas na década de 1980. Prestes defendeu-se da acusação alegando “ter dez vezes mais potência que Anselmo para destruir a esquerda”, sugerindo que seu entrosamento era mais profundo que o do famigerado cabo delator.<sup>301</sup> Alguns anos depois, quando já cumprira boa parte de sua pena, Prestes comentou a suspeita em uma entrevista à revista *Brasil Revolucionário*. Para ele, as acusações eram tão somente uma forma de atacá-lo. Partindo de dentro ou de fora do PT, tais acusações pretendiam diminuir o valor da causa alegada pelo grupo para investir contra a agência na Bahia.<sup>302</sup>

Na mesma entrevista, ele revelou que suas expectativas sobre uma luta armada não esmoreceram. Apesar de anunciar autocríticas sobre aquela ação mal executada (“foi fruto de um erro de avaliação de nossa parte” ou “ela se deu numa conjuntura imprópria”), assumiu: “o assalto foi um erro porque não deu certo”. Se tivesse dado certo, dispensaria autocríticas e seus dividendos seriam utilizados ao gosto do PCBR – sobre os quais o Velho certamente tinha expectativas mais radicais.

Um pouco mais adiante, nos anos 1990, em seu caderno de anotações, Prestes registrava ideias que sugerem a continuidade de sua crença nos princípios que o motivaram a apostar nos desempregados na década de 1980. Diante da possibilidade de Lula se eleger presidente em 1994, criticou “o despreparo da esquerda para construir uma resposta

---

<sup>300</sup> Entrevista de Fernando Gabeira, em 22/12/86, no programa Roda-Viva/TV Cultura. Disponível em [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/248/entrevistados/fernando\\_gabeira\\_1986.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/248/entrevistados/fernando_gabeira_1986.htm), acessado em 7/6/2010.

<sup>301</sup> *Folha*, 28/6/86.

<sup>302</sup> Revista *Brasil Revolucionário*, ano III, nº 10, maio/junho/julho 1992. Acervo particular cedido por Carlos Henrique Metidieri Menegozzo. Fonte usada no parágrafo seguinte.

clandestina capaz de agir à revelia da legalidade burguesa”.<sup>303</sup> Seu militarismo também se mantinha agudo: “a organização militar do proletariado não se constrói da noite para o dia. Ela deve estar presente nos momentos decisivos da luta de classes”. Quando o PCBR já não mais existia como partido organizado no PT, era a tendência Brasil Socialista, relatou no caderno: “ao considerarmos o PT e a CUT instrumentos estratégicos da Revolução”, mas absolutamente legais, ambos “não podem assumir a tarefa de discutir a estratégia militar da Revolução”.<sup>304</sup> Para ele, as siglas eram grandes conquistas que precisavam ser ampliadas e preservadas, não devendo ser ameaçadas “por discussões públicas da estratégia militar da revolução”. Por teimosia ou convicção, Prestes de Paula mudara quase nada em sua trajetória política.

Seu envolvimento entre o movimento dos desempregados de São Paulo exemplifica a forma como encarava a presença do PCBR no movimento popular, que também parece ter mudado pouco com o tempo. O ex-sargento se aproximara daquele grupo quando já militava no PT e trabalhava pelo fortalecimento do PCBR. Recomeçara sua militância política tendo sua experiência e seu passado militar como um cartão de visita. Se no período da redemocratização brasileira alguns militantes com experiência na esquerda armada recorreram às suas habilidades profissionais para se aproximar de movimentos populares (médicos, professores, advogado, etc.) e já não tinham em vista projetos revolucionários, conforme apontou Eder Sader, o velho Prestes, ex-militar de carreira e militarista de espírito, se alistou entre os desempregados com outros propósitos.<sup>305</sup> Bastante radicais mesmo entre o PCBR, diga-se.

A crescente que Prestes de Paula identificava no movimento dos desempregados coincidiu com o cronograma das ações executadas pelo PCBR apuradas por esta pesquisa (sem que pareça possível associá-las ao movimento) e com o surgimento da Articulação no Partido dos Trabalhadores. Em julho de 1983 a Articulação foi anunciada e pouco depois ele redigiu uma carta queixando-se de como a nova tendência propunha se relacionar com as organizações à esquerda do PT. Em dezembro, ele acampou com os desempregados no Ibirapuera e registrou que o movimento deveria buscar sua autonomia, sem perder de vista

---

<sup>303</sup> Acervo Pessoal de Teresa Notari. Fonte usada ao longo do parágrafo.

<sup>304</sup> A continuidade do PCBR na tendência Brasil Socialista é questionada por alguns dos entrevistados.

<sup>305</sup> Para referência a Eder Sader, ver SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 167-78.

suas relações com o PT e a CUT. Em 1984, Prestes já tinha em mente um processo de radicalização e nesse mesmo ano o PCBR investiu contra um carro pagador na Bahia. No ano seguinte, 1985, uma nova ação contra o Banco do Brasil de Cachoeira, em abril, e um congresso do PCBR realizado em julho também na Bahia. Prestes esteve nas duas ações, afirmam José Wellington e Benjamim, e passagens aéreas encontradas em sua casa provam sua presença também no congresso. Em 1986, o grupo deixou de atuar no interior e decidiu agir em Salvador. Planos iniciais previam uma investida contra uma indústria nas cercanias da capital, mas foi preciso revê-los e a ação contra o Banco do Brasil foi montada, segundo os entrevistados, sem o tempo devido. Nesse ano, pouco antes de partir para Salvador, Prestes escreveu à sua mulher, Teresa, ultimando-a acerca de sua dedicação ao PCBR – conforme apresentado no primeiro capítulo. Definitivamente, o velho tinha planos revolucionários bastante imediatos para seu partido.

Na confluência do ano de 1983, os planos de Prestes de Paula e do PCBR se confrontaram com significativos obstáculos. Os desempregados, em quem Prestes mantinha muita atenção e se dedicava com afinco, estavam ameaçados em sua sobrevivência, enquanto o PCBR se indispunha com uma tendência concorrente no PT. O surgimento da Articulação – que tinha em Marilena Chaui, entre alguns outros, um nome de formação teórica que simplesmente emudecia, na sociedade, a elaboração teórica do BR –, foi por sua vez um intimidador aviso prévio. Desde aquele ano, o PCBR compreendeu que sua existência dentro do PT iria mudar. E, no plano imediato, fosse para fazer a revolução, fosse para sustentar relações internacionais do PCBR (como indica Renato Affonso) ou para se manter ativo no PT e nos movimentos sociais (para onde aponta essa pesquisa), os assaltos foram uma solução, pois sem dinheiro não havia como fazer política.

## CONCLUSÃO

Em *Bandidos*, Eric Hobsbawm chama atenção para uma importante diferença entre os criminosos que podem ser considerados bandidos sociais e aqueles que não podem, mesmo que diante da lei, ambos pudessem ser igualmente tratados, o primeiro tipo era abonado pela sociedade, “pela moral da gente comum”.<sup>306</sup> De acordo com Hobsbawm, “a distinção entre atos que são e que não são considerados antissociais pode variar bastante segundo o momento, o lugar e o ambiente social, mas existe em todas as sociedades”. O autor apresenta um exemplo em que assaltos a bancos eram considerados atos de justiça social, contando com a solidariedade até mesmo da polícia.<sup>307</sup>

Os assaltos realizados pelo PCBR na Bahia estavam longe de dispor de aceitação social. Como foi demonstrado, os rumos que o julgamento de seus militantes assumiu perante a lei os tornava bandidos comuns. Socialmente, eles não contaram com apoio fora de sua rede pessoal de relações (familiares, amigos, cônjuges ou namoradas, etc.). No último ambiente onde eles poderiam encontrar algum tipo de aceitação, o Partido dos Trabalhadores, ao qual politicamente fizeram questão de se vincular, eles foram igualmente reprovados pelo que fizeram. A alegada pretensão de ajudar a Nicarágua poderia até angariar alguma solidariedade, porém, os meios que escolheram para efetivá-la eram unanimemente rechaçados no Brasil da década de 1980. Por isso eles precisaram insistir bastante para alcançar o reconhecimento que lhes convinha, tanto nos tribunais pelos quais passaram, quanto no âmbito social. É possível que sua condição de presos políticos ainda hoje provoque dúvidas.

---

<sup>306</sup> HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. 4ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 2010. Ver, especialmente para esta Conclusão, seu Pós-Escrito, pp. 197-231. Citado na página 104.

<sup>307</sup> Op. cit. pp. 207-8.





Recorte do jornal *Folha de S. Paulo*, 16/4/86. Como demonstrou outra charge da *Folha*, reproduzida na página 143, pode ser notado também nesta charge que o argumento de ajuda à Nicarágua justificando o assalto gerou algum tipo de dúvida.

O argumento que os presos anunciaram sobre o destino do dinheiro arrecadado no assalto, de acordo com seus executores, foi decidido de véspera e não tinha correspondência aparente com seus objetivos verdadeiros – apenas Renato Affonso, pelo posto que ocupava no PCBR, postulou a hipótese de uma relação internacional do grupo ser abastecida com aqueles recursos. Por maiores que tenham sido as críticas sobre o meio recorrido para levantar fundos em ajuda à Nicarágua (entre quem validou o argumento), essa era a justificativa menos danosa não só para o PT, mas também para os presos. Para eles, serviria como garantia de que sua ação não pretendia atender a interesses particulares, e sim a uma causa humanitária e ideológica que na década de 1980 atraía alguma solidariedade. Para o PT, essa justificativa afastava a possibilidade de ser acusado como beneficiário. Por isso o argumento foi sustentado pelos presos e pelo Partido dos Trabalhadores.

Não é estranho, portanto, que, entre as referências encontradas a esse evento de 1986 em publicações sobre o Partido dos Trabalhadores, se perceba o silêncio generalizado que cala sobre as notícias do assalto de 1985, na cidade de Cachoeira (que foi igualmente registrado na cobertura jornalística e pelo qual os presos responderam em outro processo na Justiça). Deixar

de falar no assalto em Cachoeira era uma maneira de garantir o argumento de ajuda à Nicarágua, afinal, em 1985 aquele grupo foi bem sucedido em seus planos e não poderia comprovar, se necessário fosse, o envio de dinheiro ou militantes para o país caribenho – pelo menos nenhum dos grupo fizera tal viagem à Nicarágua. É estranho, todavia, que esses militantes nunca tenham tido acesso à uma sentença decisiva (nem inocentados nem condenados) sobre o processo do assalto de 1985. Na década de 1990, todos retornariam à liberdade sem que a Justiça tenha comprovado sua participação nesse primeiro. E mesmo o advogado Fernando Santana desconhece o término do processo. Aparentemente, prescreveu.

\*\*\*

A legitimação social buscada pelos presos após seu fracasso, em 1986, à porta do banco (parcialmente endossada pelo PT) influenciou algumas tentativas posteriores de explicá-lo. Marilena Chaui foi quem primeiro recorreu ao famoso argumento marxista acerca da repetição histórica. Porém ela escrevia na *Folha de S. Paulo*, nos dias seguintes ao assalto. Como ela, Marcelo Ridenti entendeu que o assalto de 1986 era uma indevida repetição histórica, uma reprodução intempestiva da tragédia das duas décadas anteriores de experiência armada das esquerdas brasileiras.

O prefácio do seu livro *O fantasma da revolução brasileira* apresenta o acontecido como uma reedição anacrônica de um “assalto a banco nos moldes daqueles da década de 60”, acrescentando que “o episódio revela a ausência de uma análise profunda da experiência passada, repetindo como farsa o que já foi tragédia”.<sup>308</sup> Dois deles haviam participado de ambos os momentos – caso de Renato Affonso e Prestes de Paula –, mas se estendendo em sua análise, Ridenti supôs: “outros eram bem jovens, provavelmente iludidos por uma idealização da luta passada”. E, ainda para Ridenti, em 1986 aquele grupo de “jovens” – que, já se sabe, não eram tão jovens assim – deveria perceber que repetir o “erro” de antes era encenar uma farsa. A explicação fácil, mas nem tão imediata (fora publicada quase uma década após o assalto), creditou parcialmente o que quiseram os presos: eram idealistas e inocentes, por isso cometeram um “erro”.

---

<sup>308</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo, Unesp, 1993, p. 21, citado na Introdução.

O que essa pesquisa apurou e demonstrou é que as ações do PCBR na Bahia (que precisam ser compreendidas no plural) pretendiam angariar recursos para a tática da sigla dentro do PT. Além disso, se alguma idealização pode ser atribuída a seus militantes, a juventude não era um critério distintivo entre eles. Ela pode ser atribuída a Marcos, que tinha vinte e dois anos nos dias do assalto, conforme lembrou em registro em documentário, e não menos a Prestes de Paula, que tinha sessenta e continuava apostando no potencial revolucionário dos desempregados paulistas, como datilografou em inúmeros papéis.

Marcos carregava com ele um ideal revolucionário, herdada de seu pai e atribuída, não menos, ao exemplo de Che Guevara. Prestes de Paula, um senhor de sessenta anos, poderia receber a mesma classificação. Portanto não se trata apenas de jovens sonhadores e com pouco conhecimento do marxismo – que deveria lhe apontar o erro. Este trabalho demonstra que eles reconheciam a experiência passada e reconheciam também que vender broches, bônus, assinaturas de revistas, etc. não bastava para garantir impressão de documentos, realização congressos, manutenção de militantes profissionalizados, etc. Era preciso mais e eles buscariam isso nos bancos sem peias autocríticas – sobretudo se fossem bem sucedidos. Especialmente porque as ações eram para acontecer mascaradas como assaltos comuns e assim aterrorizavam apenas os atingidos e ameaçados diretamente. Em resumo: sem dinheiro não haveria nem política nem revolução. Por isso Prestes de Paula reconheceu que o assalto fora um erro porque dera errado. Ao discurso revolucionário vanguardista do PCBR, atrativo para novos militantes, que recrutava “os mais firmes, mais conscientes e abnegados”, se somava a necessidade de conquistar recursos para abastecê-lo.<sup>309</sup> Talvez, naquele momento, mais efetiva que qualquer formulação teórica.

No documentário sobre o assalto de 1986, Emiliano José, político ligado ao PMDB e que algumas vezes visitou os presos na prisão, comentou o caso. Ele confirmou, para o gosto dos detentos, que eles eram presos políticos e que assim precisavam ser compreendidos. Acrescentou: “aquele assalto foi tratado recuperando todos os mitos do período anterior. Eram os perigosos terroristas de volta. Todos os mitos eram recuperados porque de alguma forma, eu diria, era um assalto atrasado. De fato era”. Sua declaração ressaltou o “tratamento” que o

---

<sup>309</sup> Documento *Teses sobre a construção do partido revolucionário*, s/d. Processo, v. 7, fls. 499. Citado ao longo de todo o texto.

assalto recebeu.<sup>310</sup> Um tratamento que recuperava mitos à direita (o temor dos terroristas revolucionários) e à esquerda (a necessidade de constante autocrítica e superação).

\*\*\*

Foi possível conhecer ao longo deste trabalho aspectos da história do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, organização criada em 1968 durante uma ditadura e que, em fins da década de 1970, se reorganizou para em seguida adentrar o Partido dos Trabalhadores. Essa trajetória, construída sobre momentos bastante diferentes na política brasileira, apresenta um traço de continuidade bastante evidenciado durante a pesquisa: sua aspiração de levar adiante a revolução armada brasileira. Entre as décadas de 1960 e 1970, o PCBR era assumidamente mais vanguardista, premido pela repressão de Estado. Na década seguinte, aproveitando a reabertura democrática, a sigla se articulou em torno do PT apostando na importância de um partido institucional e legalizado, sem deixar de empreender esforços para manter a revolução no horizonte da esquerda brasileira. De dentro dele, o PCBR não poupou esforços nas disputas com os demais grupos organizados, uns como tendências (a maioria), outros como partidos (alguns poucos). Aparentemente respeitando a política interna do PT – sem deixar de causar dúvidas em alguns concorrentes acerca dos seus interesses ali –, em segredo, o PCBR recorreu a um suplemento político que o abastecia com importantes recursos financeiros, os assaltos. No dia em que suas práticas foram desveladas pelo insucesso em Salvador, o PCBR perdeu o capital político que havia acumulado.

Apesar de possíveis prejuízos imediatos para o PT em 1986, o assalto ao Banco do Brasil de Salvador ocupa um lugar de folclore na sua história, sem registrar efeitos de grande relevância dentro dela. Sua descoberta aconteceu quando o partido já se propunha a discutir o espaço que as organizações de esquerda teriam em sua estrutura, portanto, sem que ele tenha iniciado tal debate. Também não foi o assalto que provocou um fim repentino e unilateral à questão. Por outro lado, as manchetes que o noticiaram em todo o Brasil lançaram ao grande público – muitas vezes leitor apenas das manchetes dos jornais, mas não menos estimulados pelos efeitos que elas produzem – tal debate. Essa exposição exigiu do PT uma resposta rápida, precisa e pública. Após o assalto deixar os jornais, o partido retomou o debate no

---

<sup>310</sup> Documentário citado na página 112.

ritmo mais lento de sua democracia interna, apenas em 1990 foi sacramentado o direito de tendências, depois de amplo debate entre sua militância. Se o assalto influenciou com alguma intensidade esse processo no PT, foi muito mais pelo exemplo de seu fracasso àqueles que poderiam se aventurar em tentativas semelhantes, inibindo-as.

Na história do PCBR, no entanto, os efeitos foram mais danosos. Todos os envolvidos nas ações armadas que foram consultados por essa pesquisa reputam à sigla grande respeito, sem deixar de apresentar suas autocríticas – bem como as críticas a outros companheiros. Todos eles concordam também no cálculo sobre os efeitos devastadores que o fracasso da ação de Salvador teve no PCBR, demonstrando dúvidas acerca da sua continuidade depois disso. A tendência Brasil Socialista, oficialmente responsável por essa continuidade, é questionada por alguns no tocante às características do antigo BR presentes nela. Os mesmo entrevistados concordam que até 1986 a organização era próspera e conquistava pujança crescente no PT – influenciados pelos acontecimentos pós-assalto, José Wellington e Marcos, por exemplo, não deixam de considerar que poderiam estar superestimando sua capacidade. Mas depois do assalto, com certeza, o PCBR não foi mais o mesmo. Sobre isso não restam dúvidas.

Na história do Partido dos Trabalhadores, o assalto se colocou como um paroxismo das relações desenvolvidas entre o partido e as tendências que se organizavam nele. No âmbito público, assalto ao Banco do Brasil de Salvador se coloca ao lado de outros episódios obscuros e mal explicados na história do Partido dos Trabalhadores, que de algum modo afetaram a imagem do partido – e, sobremaneira, revelam o potencial antiesquerdista em setores conservadores da sociedade brasileira. Logo depois do assalto, o PT foi envolvido em acusações de cometer um atentado contra trabalhadores policiais na cidade de Leme (em julho de 1986). Não foi necessário muito tempo para se descobrir que tais acusações eram infundadas, mas, prontamente, não foram poucos os veículos de imprensa que atribuíram ao PT a autoria do atentado. Mais adiante, em dezembro de 1989, no sequestro do empresário Abílio Diniz, a imprensa divulgou fotos de materiais da campanha presidencial de Lula naquele ano apreendido com os criminosos. Mais uma vez, sem indícios de associação do PT com o caso, sua imagem fora prejudicada por tais associações.

Os três episódios, bastante diferentes entre si (envolveram pessoas com motivações e histórias diversas; se passaram em locais diversos, etc.) possuíram efeitos semelhantes:

demonstraram a intensidade de um antipetismo latente na sociedade brasileira. Facilmente, o PT era prejudicado por um anticomunismo irracional, resquício da recente ditadura e dos anos de Guerra Fria. As suspeitas de infiltração que o assalto na Bahia promoveu no PT, que cogitou inclusive a autoria da CIA, não eram letra morta para quem pretendia se defender: o partido reconhecia os riscos aos quais estava exposto (infiltrações, investigações policiais, etc.). Especificamente no caso de Salvador, tratava-se mesmo de fogo amigo. Um dos esforços deste trabalho, foi compreendê-lo.

\*\*\*

Conforme apontam registros da história do Partido dos Trabalhadores, o partido exigia de seus militantes uma dedicação muito superior a mais abusiva das jornadas de trabalho. Não era uma exigência patronal, era uma dedicação voluntária e quase exclusiva, na qual a vida particular e a militância partidária se sobrepunham. Ao longo das páginas que se encerram, adentramos por mais de uma vez na particularidade de alguns militantes. Suas residências foram expostas, relacionamentos pessoais traçados, cartas pessoais foram lidas, etc. Tais fontes recuperaram, em parte, impressões do mundo em que esses militantes viviam, o que e como pensavam, o que sentiam. Revelam expectativas e dúvidas, paixões e frustrações, aspirações políticas e pessoais. Filigranas que demonstram um lado privado da vida de militantes de esquerda, de pessoas que se empenharam em um projeto político audacioso (seja a reorganização do PCBR ou a construção do PT, na qual todos participaram também). A compreensão de sua vida privada serviu como contraponto aos documentos oficiais dos partidos, alguns clandestinos; outros, não. Serviu também para apresentar os personagens envolvidos nas ações do PCBR na Bahia, que em alguma medida se encontravam estigmatizados por condenações que receberam após a prisão em 1986 – conforme visto, condenações que nem sempre contribuiriam para compreender de sua motivação.

Em seu ambiente privado, por exemplo, o dirigente militar Prestes de Paula exigia dedicação da esposa e companheira; ela, por sua vez, assumia o sustento da casa. E no tocante à educação dos filhos – que eram seus, mas adotaram reciprocamente a paternidade de Prestes – Teresa era firme no posto de mãe. Tais relações ajudam a esclarecer traços da vida de militantes ocultos sob alguns estereótipos de abnegação, maturidade e virtude. Sua vida privada sofria interferência direta das ocupações políticas que se atribuíam (ou que eram

reivindicadas pelo partido) e a hierarquia das organizações esbarrou, por vezes criando conflitos, na lide doméstica de alguns dos envolvidos. Outro exemplo de como fontes pessoais mais subjetivas (como cartas ou mesmo entrevistas) contribuíram para compreender as relações internas do PCBR e as diferenças entre seus militantes, é a divisão do grupo que agiu na Bahia em diversas oportunidades. O pequeno subgrupo formado por Prestes de Paula, Cícero e Jari, deveria possuir mais afinidades entre si do que entre eles e José Wellington, Marcos e Telson, já que essa divisão se repetiu em mais de uma ocasião.

Documentos elaborados no resguardo da residência de Prestes de Paula puderam ser comparados àqueles de lavra da direção do PCBR. Tais papéis que não revelam o potencial literário e filosófico de seu autor, não deixam escapar suas estratégias políticas. O velho militante mesmo não sendo reconhecido no grupo por suas formulações teóricas, do quarto dos fundos de seu apartamento, investia um tempo que não era pouco na elaboração de textos. Seus documentos poderiam servir para, dentro do PCBR, fazer valer o seu ponto de vista militarista e revolucionário. A partir de seus textos, foi possível, com alguma minúcia, aquilatar as diferenças internas e alguns possíveis conflitos no PCBR. Outros escritos que sequer puderam ser concluídos – porque exigiam bastante de seu autor ou porque sua militância já era por demais exigente –, chegaram às mãos de policiais como rascunhos e contribuíram para formulação de acusações da Polícia Federal. Foram seus papéis, e não os produzidos pela direção do PCBR, que mais contribuíram para as acusações de atentado contra o regime estabelecido. Após o descarte do caso pela Justiça Militar, certamente, eles contribuíram com bancos de dados de serviços de inteligência. Esta pesquisa também foi iluminada por suas revelações, pelos borrões de seus papéis, pelos deslizes no português de seu autor, etc. O cotejamento de fontes oficiais, privadas ou improvisadas sobre o PCBR, permitiu que a pesquisa se aprofundasse em um tema pouco explorado e que, mesmo não sendo desconhecido para muitos, seguia explicado por um viés sensacionalista ou condenatório.

O trabalho apresentado exibiu ainda a maneira como a Justiça se organizou na década de 1980 para julgar o caso de controversos matizes políticos. Por outro lado, demonstrou os conflitos entre o PCBR e o PT, nos quais se inseriram profundamente os militantes presos na Bahia. Acusados pelas legislações vigentes (LSN ou penalidades comuns) e acoados socialmente no PT, esses militantes precisaram se defender e montar uma estratégia de defesa que era judicial, política, mas sobretudo pessoal. A análise detida de um grupo bastante

pequeno de militantes, com poucos homens e muito menos mulheres, atende ao aprofundamento na compreensão de setores organizados entre as esquerdas, que acreditavam na possibilidade de acelerar o processo histórico que pretendiam construir, fosse roubando bancos para conseguir dinheiro, fosse reafirmando o momento da revolução.

de seus homens possível perceber as estratégias de um grupo pequeno de homens (que acreditava em um ideal revolucionário e executava um planejamento financeiro objetivo) para garantir conquistas que iam além de suas opções ideológicas. Após a queda, seus prejuízos pessoais foram incalculáveis. Alguns deles eram pobres, tinham poucas condições de vida fora de sua militância no PCBR... Quando esta foi interrompida e estigmatizada pelo assalto, seus prejuízos se ampliaram.

De alguma maneira, os conflitos apresentados entre a Justiça Militar e a Comum, entre as polícias Federal e Civil, entre o PT e suas tendências e o PT com os demais partidos representam as disputas que a sociedade brasileira assistia durante a década de 1980, quando democracia se reinstalava no país e militares e civis ainda concorriam por espaço e poder. Entre esses altos poderes (alocados primeiramente no Judiciário, mas não só), apareceram sujeitos políticos que precisaram se relacionar com os diferentes interesses despertados pelo que fizeram, e eles assumiram ora a dianteira (investindo contra os bancos e dentro do PT), ora a retaguarda (defendendo-se onde precisaram). Militantes do PT e do PCBR, quase todos de origens econômicas modestas, os presos tiveram suas vidas profundamente afetadas pela frustração daquilo que se empenharam porque acreditaram na sua viabilidade e justiça. O primeiro erro descobriram logo que se depararam com as viaturas polícias cercando a agência; sobre o outro, apresentaram algumas autocríticas, mas não parecem – ainda hoje – sinceramente convencidos do contrário.

\*\*\*

Em uma entrevista, o líder sindicalista e petista Olívio Dutra registrou interpretações acerca de um comportamento seu durante uma reunião, por volta de 1978, de acordo com Dutra. Na reunião, além de a maioria dos presentes ser formada por intelectuais, o assunto não o deixava à vontade (criticavam o movimento pró-PT, enquanto ele tendia a apostar no partido). Por isso o sindicalista, que usava cabelos grandes e bigode, sentou-se num canto,



“meio longe, desconfiado”, e ouviu atentamente, “sem dar uma palavre”. Depois da reunião, um dos intelectuais presentes, Fernando Henrique Cardoso, teria comentado com Lula que aquele sindicalista observador, “no mínimo, é do PCBR”.<sup>311</sup> Para Olívio Dutra, recontado hoje, trata-se de um episódio engraçado. Para o PCBR, em que tempo fosse, era certamente motivo de orgulho. Aquele tipo de impressão causada poderia ser um atestado do seu comportamento sigiloso e os militantes da sigla deviam sentir orgulho por isso. Não deixava de ser um diferencial que acreditavam positivo.

Mas nem sempre a organização viveu sob o sigilo que pretendia. Se o perfil idealizado de sua militância poderia ser difundido no PT, o assalto de Salvador deveria, esse sim, transcorrer em segredo tanto quanto os anteriores. Ser do PCBR poderia ser um emblema que seus militantes carregavam dentro do PT com alguma discrição e muito orgulho. Após o assalto esse sentimento esmoreceu. Benjamim Ferreira contou para esta pesquisa que durante uma assembleia em que discursava sua vinculação ao assalto fora cogitada por um interlocutor pouco amigo, a fim de desqualificá-lo.<sup>312</sup>

Assim, o assalto de 1986 inspirou acusações não apenas em que via o PCBR e seus militantes como adversários ou entraves dentro do Partido dos Trabalhadores. Como apontou essa pesquisa, os seis presos entraram em conflitos por diversas vezes em sua vida na prisão. Conflitos significativos, que resistem hoje na memória sobre a história daqueles personagens e sobre o evento malfadado em Salvador. José Wellington é um dos que se inspirou pelos resultados negativos do assalto. “Não sei se é viagem minha, se é loucura da minha cabeça”, conta, “mas a repressão chegou rápido demais”.<sup>313</sup> De dentro do banco, próximo ao cofre que poderia mudar a história do PCBR se fosse acessado, ele não sentiu o tempo passar. Na cadeia, ao contrário, ele dispôs de tempo para suas formulações.

Entre José Wellington e os demais presos não há a possibilidade de encontrar algo positivo naquela experiência. Entre seus familiares, nos meios de comunicação e principalmente na Justiça – mas também na historiografia –, ninguém oferece um saldo positivo para o evento. Nos depoimentos que registraram ao longo do processo, antes ou depois de serem condenados, o único tom é de arrependimento: erro estratégico, inocência,

---

<sup>311</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, FORTES, Alexandre (orgs.). *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, v. 1, pp. 121-2. Citado na página 130.

<sup>312</sup> Entrevista com Benjamim Ferreira citada ao longo do texto.

<sup>313</sup> Entrevista com José Wellington citada ao longo do texto.

imaturidade, etc., muitos são os adjetivos condenatórios para sua ação. Em depoimentos a esta pesquisa, quando alguns deles puderam revelar detalhes que não contaram à polícia, um fatalismo pôde ser notado em suas memórias. E a depender da crença pessoal de cada leitor, pode haver coerência nisso.

Há uma fonte que sugere perspectivas pouco favoráveis para o assalto daqueles militantes e um deles dava fé a ela, como registrou sua viúva.<sup>314</sup> Prestes de Paula gostava, por exemplo, da coincidência astrológica de ter nascido em 13 de junho, um dia antes de nomes a quem vinculava sua história: Mário Alves (nascido 1923), um dos fundadores do PCBR, e Che Guevara (nascido 1928), ambos do dia 14. O mau agouro sobre o assalto estava disponível para eles no jornal que sem dúvida não leram porque não os agradava (era o conservador *Correio da Bahia*) ou porque naquele 11 de abril acordaram apressados. Os astros diziam que aquele dia não traria nada de promissor ao grupo que dias depois seria apresentado no mesmo jornal como “a gangue do PT”. Para José Wellington e Marcos (piscianos), a recomendação era para que evitassem excessos, nos negócios aquele seria um “dia difícil, você enfrentará dificuldades”. O mesmo deviam esperar Cícero e Telson (taurinos), que sofreriam com “atrasos nos negócios, entrada de dinheiro adiada, não assine nada” – pelo menos nenhum deles pretendia assinar coisa alguma e, nesse quesito, não houve decepção. Para Jari (aquariano) havia a previsão de uma “proposta de negócio que o surpreenderá” e o comentário quase irônico diante do que lhe aguardava: “proveite uma breve trégua para ler ou fazer esportes”. Estando preso e ferido, os esportes não eram uma opção viável; quanto à leitura, não é possível afirmar seu gosto. Por fim, o geminiano, parcial e ligeiramente sortudo, Prestes de Paula – a quem essa fonte interessaria. A ele estava prometida “satisfação no trabalho, sorte no plano financeiro”. O mais velho e experiente entre eles tinha ainda um presságio especial de “cuidado com seus órgãos genitais, procure um médico”.<sup>315</sup> Sem o dinheiro, mas com a meia-sorte, só ele conseguiu fugir. Se buscou ajuda antes de ser capturado, não se sabe – a astrologia nunca é muito precisa. A História, menos ainda.

---

<sup>314</sup> Entrevista com Teresa Notari citada ao longo do texto.

<sup>315</sup> *Correio da Bahia*, 11/4/86.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS

- ABREU, Alzira Alves de (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- ALMEIDA, Luiz Carlos. *Mestre Josaphat: um militante da democracia*. Feira de Santana, Santa Rita Editora Gráfica, 2008.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana (1889-1991)*. 2ª ed., Salvador, 1997.
- BRANDÃO, Marco Antonio. *O Socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2003.
- CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Celso, D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Dillon. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- CASTRO, Celso, SOARES, Gláucio (orgs.). *Os anos de chumbo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- DA-RIN, Silvio. *Hércules 56. O sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.
- FALCÓN, Gustavo, *Do reformismo á luta armada: A Trajetória Política de Mário Alves (1923-1970)*. Salvador, EDUFBA/Versal Editores, 2008.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, FORTES, Alexandre (orgs.). *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, v. 1.
- FRANCO, Tasso. *O Círculo do Poder na Bahia*. Salvador, Franco Produções, 1990.
- GABEIRA, Fernando. *Crepúsculo do Macho*. 20ª edição, Rio de Janeiro, Codecri, 1981.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. 28ª edição, Rio de Janeiro, Codecri, 1981.
- GASPARI, Elio. *A ilusões armadas*, vols. 1 a 4. São Paulo, Companhia das Letras, 2002 (vols. 1 e 2), 2003 (vol. 3) e 2004 (vol. 4).
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Memórias das Trevas – uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães*. São Paulo, Geração Editorial, 2001.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª edição revista e ampliada, São Paulo, Ática, 2003.

- GUIMARÃES, Ary; NETO, Jovinião. *O Voto da Mudança – Eleições Bahia/86*. Salvador, EGBA, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. 4ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.
- JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças de um mar cinzento*. São Paulo, Casa Amarela, vols. 1 e 2, 2000 e 2004.
- LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos Jovens – A época Contemporânea*. Trad. Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria Lúcia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, vol. 2.
- LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia – Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- MARKUN, Paulo. *O Sapo e o Príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- PARUCKER, Paulo E. Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN. Memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- POLARI, Alex. *Em busca do Tesouro – Uma reflexão política vivida*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Codecri, 1982.
- POMAR, Wladimir. *Quase lá. Lula, o susto das elites*. São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, Coleção Descobrimo o Brasil, 2000.

- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007, vols. 5 e 6.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo, Unesp, 1993.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 2ª edição, São Paulo, Ática, 1994.
- ROLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SECCO, Lincoln. *História do PT (1979-2010)*. Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2011.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários. Memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro, Record, 1981.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª edição, São Paulo/Bahia, Unesp/Edufba, 2001.
- VVAA. *Partido dos Trabalhadores – Trajetórias. Das origens à vitória de Lula*. 2ª edição, São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda, s/d.
- WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

## **FONTES IMPRESSAS**

- AZEVEDO, Ricardo e MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória. Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- BICUDO, Hélio. *Lei de Segurança Nacional – leitura crítica*. São Paulo, Edições Paulinas, 1986.
- ESCARIZ, Fernando. *Porque Theodomiro fugiu da prisão*. São Paulo, Global Editora, 1980.
- GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Octaviano. *Pra que PT? Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Cortez, 1989.
- GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro, Editora Papagaio, 1989.
- HARNECKER, Marta. *O sonho era possível. História do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo, Casa América Livre, 1994.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- VIANA, Gilney Amorim. *A revolta dos bagrinhos*. Belo Horizonte, Segrac, 1991.
- VVAA. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

VVAA. *Socialismo em debate – 1917-1987*. São Paulo, Instituto CAJAMAR, 1988.

CHAUI, Marilena. PT “leve e suave”? In.: SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 43-99.

GARCIA, Marco Aurélio. “PCBR: da formação à tentação militarista”. In.: *Em Tempo*, ano III, nº 93, 5/12/1979.

GARCIA, Marco Aurélio. “O PCBR na agonia do militarismo”. In.: *Em Tempo*, ano III, nº 94, 13/12/1979.

## ARTIGOS

ANGELO, Vítor Amorim de. *História e memória dos trotskistas brasileiros nas páginas do Em Tempo*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

FERREIRA, Muniz. “A História Política da Esquerda Baiana: Uma História em Construção”. *Politéia*, Vitória da Conquista, v. 4, nº 1, 2004, pp. 159-181.

OLIVEIRA, Fabrício A. de. “O Plano Cruzado: balanço e perspectivas”. *Lua Nova*, São Paulo, v. 3, nº 3, 1987. In: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451987000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451987000100004&script=sci_arttext).

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores. In.: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004, pp. 53-65.

SAMUELS, David. *As Bases do Petismo*. Opinião Pública, Campinas, vol. X, nº 2, outubro/2004, pp. 221-241.

COSTA, Hélio da. “O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas”. In.: REIS FILHO, Daniel Aarão e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 595-635.

FORTES, Alexandre. “Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira”. In.: FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó, Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, pp. 195-205.

GARCIA, Marco Aurélio. “Pensar a terceira geração da esquerda”. In.: FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó, Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, pp. 59-65.

SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Coleção Brasil Republicano, v. 4, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 283-313.

## DISSERTAÇÕES E TESES

- ALMEIDA, Gilberto W. *Política e mídia na Bahia: a trajetória política de Antonio Carlos Magalhães*. Tese, FACOM/UFBA, 1999.
- BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1991.
- COSTA, Iraneidson Santos. *Que papo é esse? Intelectuais religiosos e classes exploradoras no Brasil (1974-1985)*. Tese, PPGH/UFBA, 2007.
- DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Dissertação, PPGH/UFRGS, 2005.
- ESPERANÇA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo: O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)*. Dissertação, PPGH/UFRGS, 2007.
- FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais. Presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação, PPGH/UFF, 2005.
- FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PC do B (1962-1979)*. Dissertação, PPGH/UFF, 2008.
- FERREIRA, Edemir Brasil. *A multidão rouba a cena: o quebra-quebra em Salvador (1981)*. Dissertação, PPGH/UFBA, 2008.
- PINTO, Luiz Hosannah de Oliveira. *O Assalto na Cidade do Axé. Evolução da criminalidade urbana em Salvador entre 1960 e 1989*. Dissertação, PPGH/UFBA, 1996.
- SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: origens do PT de Feira (1979-2000)*. Dissertação, PPGH/UFF, 2007.
- SILVA, Antonio Ozaí da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*. Dissertação, PPGH/PUC-SP, 1998.
- SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Dissertação, PPGH/UFBA, 2004.

Anexo I

(As informações aqui apresentadas foram retiradas dos Boletins Individuais de Vida Progressa respondidos pelos presos em sua passagem pela Polícia Federal. Algumas das informações foram omitidas ou divergem de outros resultados da pesquisa, porém, para manter uma padronização à tabela, foram mantidas as informações prestadas pelos presos quando do preenchimento do formulário)

Nome	1. Cícero	2. Jari	3. Marcos	4. Prestes	5. Renato	6. Telson	7. Zé Wellington
Imagem							
Nascimento/idade em 1986	5/5/1955, 31 anos	18/2/1946, 40 anos	2/3/1964, 22 anos	13/6/1927, 60 anos	12/3/1949, 37 anos	17/5/1953, 33 anos	27/2/1951, 35 anos
Cor	Pardo	Pardo	Branco	Branco	Branco	Pardo	Branco
Naturalidade	Pedra/Pernambuco	? /Paraná	? /Paraná	Campo Florido/MG	Salvador/BA	Urussanga/Santa Catarina	? /Ceará
Profissão	Pintor	Metalúrgico	Estudante/Técnico ortopédico	Sargento da Aeronáutica	Economista e professor	Desenhista técnico	Professor de OSPB
Ocupação	Autônomo/ Desempregado	Desempregado	Empregado em clínica de ortopedia	Reformado	Professor de História e escritor	Autônomo, trabalha em casa	Desempregado
Estado civil	Casado	Solteiro	Solteiro	Casado	Separado	Solteiro	Solteiro
Filiação	Pai ignorado e Maria Cícera de Araújo	Francisco Evangelista e Ana Fernandes	Rubens Manoel Lemos e Maria Helena Reale Lemos	Alfredo de Paula Jr. e Antonieta Lopes Cançado	Orlando Affonso Caralho e Maria Helena Rocha Affonso	Renato Antônio Crescêncio e Rozilda Claudino Crescêncio	Walter Diógenes e Maria Pinto Diógenes
Nome	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vivos	X	X	Mãe realiza atividades domésticas na própria casa; pai jornalista	Apenas a mãe, exercendo funções domésticas, em São Paulo	Pai procurador de Justiça Estadual e mãe dona de casa	Pai aposentado, mãe doméstica	Vivem de agropecuária na fazenda Palhano, em Alto Santo/CE,
Como se sustentam							
Atividades que exercem	X	X	Mãe realiza atividades domésticas na própria casa; pai jornalista	Apenas a mãe, exercendo funções domésticas, em São Paulo	Pai procurador de Justiça Estadual e mãe dona de casa	Pai aposentado, mãe doméstica	Vivem de agropecuária na fazenda Palhano, em Alto Santo/CE,





<b>Se condenado, como sustentará a família?</b>	"Prejudicado", não sabe	X	Possivelmente com salário do irmão	Não é o caso	Não é o caso	Não sabe	"Com ajuda dos familiares"
<b>Residência</b>	Av. Des. Antônio Guimarães, 263, Pedra/PE	R. Tabajara, 168, Vila Gasone, Londrina, PR	R. Borba Gato, 578, Vila Brasil, Londrina, PR	R. Tamandaré, 300, apt. 42 D, Liberdade, SP	R. São Paulo, 77, apt. 103, Pituba, Salvador, BA	Av. Centenário, s/n, Criciúma/SC	R. Visc. de Goiana, 649, apt. 805.
Alugada ou própria	Própria, "comprou e construiu"	Quarto alugado	Própria (da família)	Alugado	Alugado	Alugado	Alugado
custo mensal ou valor do imóvel	Cr\$ 8.000,00	X	Não sabe	Cr\$ 1.800,00	Cr\$ 600,00	Cr\$ 400,00	Cr\$ 500,00
reside há	Há dez anos	Aprox. um ano.	Desde 1964	Desde 1983	Aprox. um ano.	X	Quatro meses
<b>Possui conta em banco</b>	Não	Não	Não	Não	Sim, mas não investimentos	Não	Não disse
<b>Outros bens</b>	Não	Não	Não	Não	Um automóvel DKW-Vemag	Não	Não
<b>Religião</b>	Católico	Católico	Católico	Sem religião	Sem religião	Católico	Católico
Qual?							
Onde professa	Igreja	Igreja, "esporadicamente"	Não-praticante	X	X	Igreja Católica de Criciúma	Não-praticante
<b>Lazer (seu e familiar)</b>	Não tem	Futebol	Cinema, teatro, festas de amigos e esportes em geral	TV, futebol, cinema, etc.	Cinema, praia e futebol/Cinema, festas sociais e futebol/Futebol		Futebol
<b>Vícios</b>	Não tem	Não tem	Cigarro	Cigarro	Cigarro	Cigarro	Cigarro
<b>Temperamento</b>	Aparentemente calmo	Calmo	Calmo	Aparentemente calmo	Calmo	Calmo	Calmo
<b>Antecedentes</b>	Sem condenações e processos	Incurso na LSN e absolvido	Sem condenações e processos	Processado por crimes políticos, obteve anistia	Incurso na LSN e absolvido	Sem condenações e processos	Respondeu a processo criminal e foi impronunciado
<b>Referências</b>	Padres Estevão e Adilson (de Arcoverde/PE)	Homero Bovolin e Adão Aquino (diretores Sind. dos Bancários/PR)	Rosana Bond (jornalista/PR) e José Resek (comerciante)	Não deu	Adauto Sales Brasil (procurador da Justiça Estadual) e Renato Santos (professor de história)	Milton Mendes (advogado) e Gerson Gonçalves (presidentes do Sind. dos Comerciantes de Criciúma/SC)	Camidê Queirós (economista) e Jaime Hipólito (promotor de justiça)